

Comunicação Interna nº 1 / VALENÇA - APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO - PROMOTORIA REGIONAL

Em 06 de junho de 2025.

De: PROMOTORIA REGIONAL DE VALENÇA

Para: SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Assunto: Autorização para Dispensa Não Eletrônica

Senhor Superintendente,

Conforme comunicado 70/2024, solicito autorização para realização de Dispensa de Licitação não eletrônica, com fundamento no artigo 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo menor preço praticado, a partir de pesquisa de preços no mercado local, comparando-os com contratos de objetos análogos firmados por esta instituição, conforme tabela de preços orçados. Imperioso mencionar, que o presente processo de contratação direta será processado na forma tradicional (não eletrônica) em virtude das dificuldades dos poucos fornecedores locais em acessar o sistema eletrônico de disputa. Registra-se, ademais, que a identificação dos prestadores em situação de regularidade tem se mostrado, historicamente, tarefa complexa, em razão das condições culturais locais, restringindo ainda mais a oferta de prestadores na localidade para a demanda do Ministério Público do Estado da Bahia, o que impacta tanto na composição dos preços referenciais quanto na seleção do fornecedor.

A presente forma de contratação se mostra, atualmente, a mais adequada frente às peculiaridades locais para a prestação do serviço. Ante o exposto, solicito autorização para realizar a Dispensa de Licitação não eletrônica no processo de prestação de serviço de Vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, Sede em Valença.



Documento assinado eletronicamente por **Lucivane Lopes da Silva Marques** - Gestora Administrativa IV, em 06/06/2025, às 14:23, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1563618** e o código CRC **D5E7E9DC**.

Dispensa de Licitação - Eletrônica no Sistema SEI

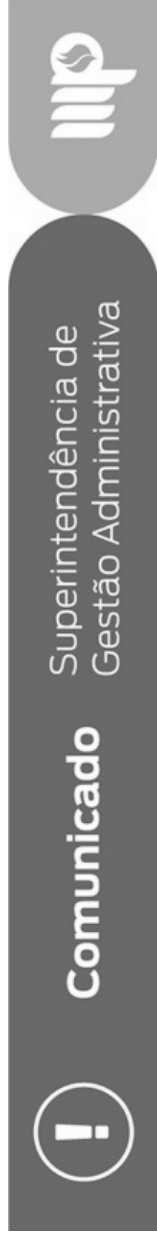
Superintendencia <superintendencia@mpba.mp.br>

Qui, 29/08/2024 14:17

Para:Comunicado <Comunicado@mpba.mp.br>;ComunicadoGeral <ComunicadoGeral@mpba.mp.br>

 1 anexos (161 KB)

Dispensa de Licitação - Eletrônica.pdf;



COMUNICADO GERAL Nº 70/2024

A Superintendência de Gestão Administrativa, por meio da Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações - DCCL, vem informar a todos que foi **disponibilizado o processo administrativo de contratação Dispensa de Licitação - Eletrônica no Sistema SEI MPBA.**

Ressaltamos ainda, em atendimento aos ditames da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Estadual – BA nº 14.634/2023, especialmente no tocante ao princípio do planejamento, **que a partir da presente data os processos de dispensa de licitação serão realizados preferencialmente de forma eletrônica, sendo admitido, mediante a análise da justificativa formal e motivada, o procedimento de forma não eletrônica.**

O novo fluxo processual, formulários padronizados e orientações gerais já se encontram disponíveis na “Base de conhecimento” (SEI) e no Portal SEI MPBA.

Na certeza de contar com a colaboração de todos nesse processo de atualização e melhoria contínua, agradecemos a compreensão.

Superintendência de Gestão Administrativa, 29 de agosto de 2024.

André Luís Sant’Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

Carlos Bastos Stucki
Diretor de Contratos, Convênios e Licitações



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação, conforme parâmetros básicos a seguir elencados, a serem complementados em Termo de Referência (TR)/Projeto Básico e Estudo Técnico Preliminar (caso necessário).

DESCRIÇÃO DA DEMANDA

1. Objeto da Futura Contratação:

Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento, com inclusão de custos com internet, para a Promotoria de Justiça ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE- SEDE VALENÇA, de 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de meses, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

ATENÇÃO: Replicar esta informação no item 1.1 do Termo de

Referência

2. Objeto se enquadra em solução de tecnologia da Informação:

- SIM
 NÃO

Nota: Resolução

CNMP 283/2024

3. Unidade Solicitante:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE- SEDE VALENÇA

4. Unidade Gestora do Recurso (Código e Nome):

40.101 - 0054- PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA

5. Origem do Recurso: (Marcar com X - Indicar conforme dotação orçamentária destinada à despesa)

- RECURSOS PRÓPRIOS - Orçamento do MPBA
 RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO ESTADUAL
 RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO FEDERAL

CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO: (Se aplicável; caso contrário, informar "Não se aplica")

PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

(X) SIM, contratação se encontra prevista no PCA, conforme dados abaixo:

Indicação do Item	Código previsto no PCA publicado	Valor estimado no PCA
Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - Orgânica -24 Horas Diurnas	23795	10.560,00

() NÃO, apresentando-se, a seguir, a justificativa para ausência de previsão no PCA.

JUSTIFICATIVA:

ATENÇÃO: Inserir texto com a

justificativa

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO

Nome Completo:

LUCIVANE LOPES DA SILVA MARQUES

Unidade Administrativa:

PROMOTORIA DE JUIÇA REGIONAL DE VALENÇA

IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO DA UNIDADE SOLICITANTE

Nome Completo:

GUSTAVO FONSECA VIEIRA

Órgão/Unidade:

PROMOTORIA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE- SEDE VALENÇA

ATENÇÃO: Este documento deverá ser, obrigatoriamente, assinado no SEI pelo servidor responsável pelo preenchimento.
O superior imediato deverá inserir uma manifestação no SEI dando ciência da solicitação.



Documento assinado eletronicamente por **Lucivane Lopes da Silva Marques** - Gestora Administrativa IV, em 06/06/2025, às 11:21, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1562940** e o código CRC **37B88D72**.

19.09.01158.0016964/2025-20

1562940v1

@descricao_orgao_m

TERMO DE REFERÊNCIA - DISPENSA DE LICITAÇÃO SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, "a" da Lei Federal nº 14.133/2021)

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO

Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça indicada no item 3.3.1 deste instrumento, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Obs.: Os quantitativos dos itens disponibilizados em regime de comodato encontram-se especificados no Apenso I deste Termo de Referência.

1.2 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO DEFINIDO

Os quantitativos foram definidos com base nas dimensões dos locais a serem guarnecidos com o sistema de vigilância por monitoramento eletrônico.

1.3 FORMA DE EXECUÇÃO

Prestação de serviços continuados **SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.**

Justificativa do enquadramento como serviço continuado: Cuida-se de demanda contínua da Promotoria de Justiça no que toca a sistemática de segurança institucional, cuja descontinuidade impacta, sobremaneira, na integridade do órgão e na manutenção dos serviços, vez que visa a proteção de pessoas e do patrimônio público.

1.4 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Os serviços contratados atendem à necessidade da Promotoria de Justiça em promover a segurança 24 horas, sete dias por semana, das pessoas e do patrimônio público presentes nas dependências dos prédios do Ministério Público do Estado da Bahia, sendo contratado, ademais, por força de recomendação interna acerca de requisitos de segurança patrimonial institucional.

1.5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Cuida-se de serviço executado com habitualidade, por empresa especializada, através da implantação de sistema de segurança com instalação de equipamentos (câmeras de segurança, alarmes, sensores, etc.) próprios em regime de comodato, e conectado à linha telefônica ou rede de internet custeada pela própria empresa, com acesso à central da contratada. A solução atende às necessidades da Administração, tendo se revelado, historicamente, como a mais vantajosa do ponto de vista econômico e fático. A execução se desenvolve mediante o monitoramento da unidade pela Contratada que, em caso de sinistro, deverá, imediatamente, prestar o suporte necessário, inclusive notificando as autoridades de segurança pública. Registra-se, ainda, que a solução apresentada é contínua, não se encerrando com a presente contratação, mas ensejando, inclusive, sucessivas contratações da mesma natureza da contratada. A solução atende às necessidades da Administração, tendo se revelado, historicamente, como a mais vantajosa do ponto de vista econômico e fático. A execução se desenvolve mediante o monitoramento da unidade pela Contratada que, em caso de sinistro, deverá, imediatamente, prestar o suporte necessário, inclusive notificando as autoridades de segurança pública.

TERMO DE REFERÊNCIA - DISPENSA DE LICITAÇÃO SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Registra-se, ainda, que a solução apresentada é contínua, não se encerrando com a presente contratação, mas ensejando, inclusive, sucessivas contratações da mesma natureza.

2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1.1 BASE LEGAL

Federal nº 14.133/2021, pelo menor preço praticado, a partir de pesquisa de preços realizada no mercado local e/ou publicação de aviso no Portal do Ministério Público do Estado da Bahia, consulta a sistemas de registros de preços de outros órgãos públicos, consulta a sites da internet, além de pesquisas em mercado local, por ter conhecimento da prestação do serviço. Ademais, importa ressaltar que o presente processo de contratação direta será processado na forma tradicional (não eletrônica) em virtude da complexidade do processamento da contratação com disputa eletrônica, especialmente considerando o fluxo procedimental que envolve um maior número de unidades administrativas, tornando o procedimento mais custoso para a administração. Registra-se, ainda, que a escolha de fornecedores locais pode promover a economia local e a agilidade na prestação de serviços. Registra-se, oportunamente, que a identificação dos prestadores em situação de regularidade tem se mostrado, historicamente, tarefa complexa, em razão das condições culturais locais, restringindo ainda mais a oferta de prestadores na localidade para a demanda do Ministério Público do Estado da Bahia, o que impacta tanto na composição dos preços referenciais quanto na seleção do fornecedor propriamente dita. Ante o exposto, a presente forma de contratação se mostra, atualmente, a mais adequada frente às peculiaridades locais para a prestação do serviço.

2.1.2 DIVULGAÇÃO DE AVISO PARA COTAÇÃO NO PORTAL MPBA: **(escolher UMA opção)**

A - NÃO, CONFORME A SEGUINTE JUSTIFICATIVA: Não se recomenda a adoção do procedimento previsto no art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021 (divulgação de aviso pelo prazo mínimo de 03 dias úteis) em razão de

B - SIM, CONFORME REGRAS ABAIXO:

- E-mail para encaminhamento de propostas: valenca@mpba.mp.br e basevalenca@mpba.mp.br
- Telefone para contato: (75) 3641-1812; (75) 3641-1831; (75) 3641-6488, (75) 3641-6511, (75) 3641-2172
- Prazo para envio das propostas por e-mail: 05 (três) dias úteis.]

2.2 HABILITAÇÃO

2.2.1 JURÍDICA: **(escolher UMA opção ou as DUAS)**

A - DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Cartão CNPJ, Contrato Social e alterações, se houver, e ato constitutivo);

B - DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA (Documento oficial de identificação pessoal e cartão CPF, caso esta numeração não conste no primeiro).

2.2.2 FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar: **(TODAS são obrigatórias)**



- A - Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS;
- B - Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia;
 - B.1 - Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – **caso não seja Bahia**;
- C - Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado;
- D - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica);
- E - Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica).

2.2.3 TÉCNICA:

A - NÃO SERÁ EXIGIDA.

2.2.4 ECONÔMICO-FINANCEIRA:

A - NÃO SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução é de execução indireta, na modalidade **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

3.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

3.2.1 O prestador deverá retirar a nota de empenho no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, contados a partir da **notificação pela Administração**, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.

3.2.2. As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos Correios (quando a entrega for via postal).

3.2.3 O prestador poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por motivo justo e aceito pela Administração.

3.3 FORMA DE EXECUÇÃO

3.3.1 LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença/BA, localizada à Rua Luís Eduardo Magalhães, n. 258, Jardim Grimaldi, CEP 45400-000., Valença/ Bahia.

3.3.2 DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO: Os serviços serão executados ininterruptamente durante todos os dias da semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia.

3.3.3 DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

3.3.3.1 Os serviços serão prestados com a utilização de sistema de monitoramento eletrônico, que possibilite o recebimento pela **CONTRATADA**, via linha telefônica ou via internet, de sinal de alarme proveniente dos equipamentos instalados na Promotoria de Justiça indicada no item 3.3.1;



3.3.3.2 A **CONTRATADA** deverá providenciar a implantação de todo o sistema de segurança com a instalação dos equipamentos próprios em comodato, em condições de uso e segurança, bem como a disponibilização dos serviços objeto do presente processo, de modo a garantir a plena execução dos serviços quando do início da vigência contratual;

3.3.3.3 A **CONTRATADA** deverá fornecer todo o equipamento necessário para a prestação do serviço contratado em regime de comodato à exemplo de: sensores, centrais, expansores, teclados, sirenes, baterias, fios, suportes para sensor, e demais equipamentos e materiais necessários para a execução do objeto;

3.3.3.3.1 Os equipamentos instalados nas dependências do **CONTRATANTE** deverão ser novos e atender aos padrões técnicos das normas vigentes;

3.3.3.3.2 Substituições eventuais de equipamentos e/ou componentes (de forma corretiva ou preventiva) serão de responsabilidade da empresa **CONTRATADA**, sem ônus adicional ao **CONTRATANTE**;

3.3.3.4 O **CONTRATANTE** deverá designar as pessoas que terão acesso aos equipamentos, para que a **CONTRATADA** possa orientá-las e treiná-las, a fim de que estejam habilitadas à correta utilização do sistema eletrônico de segurança;

3.3.3.4.1 O treinamento deverá ocorrer após a entrega formal do sistema eletrônico de alarme, em data previamente designada e devidamente ajustada com o **CONTRATANTE**;

3.3.3.5 A execução contratual não poderá sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, operando-se 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana;

3.3.3.6 Quando do início da execução contratual, as partes deverão indicar os contatos telefônicos (fixo e celular) utilizados na execução do Contrato, incumbindo-lhes informar de imediato quaisquer alterações dos mesmos;

3.3.3.7 Diante do recebimento do sinal de alarme, deverá a **CONTRATADA**, imediatamente, adotar as seguintes providências, independentes entre si:

3.3.3.7.1 Contatar, via telefone, preposto(s) do **CONTRATANTE** previamente indicado(s) para tal finalidade;

3.3.3.7.2 Dar aviso à autoridade policial, mediante contato telefônico, acusando o recebimento de um sinal de alarme remoto;

3.3.3.8 No caso de ocorrer acionamento acidental de alarme, o **CONTRATANTE** deverá comunicar o fato imediatamente à **CONTRATADA**, por telefone, declinando a sua senha;

3.3.3.9 A **CONTRATADA** deverá fornecer relatórios a respeito do funcionamento do sistema do alarme, compreendendo todas as informações de registro de acionamento e desativação de alarme bem como de violações no local, o qual deverá ser enviado via e-mail à Promotoria de Justiça Regional indicada na cláusula primeira, sempre que reputar necessário ou quando houver solicitação do **CONTRATANTE**;

3.3.3.10 É responsabilidade do **CONTRATANTE**:

3.3.3.10.1 Providenciar a perfeita manutenção da sua linha telefônica ou do recurso de internet,



para garantir a transmissão adequada dos sinais para a estação monitora **CONTRATADA**;

3.3.3.10.2 Armar e desarmar o seu sistema de segurança eletrônica;

3.3.3.10.3 Comunicar previamente à **CONTRATADA** sobre a realização de testes nos dispositivos de segurança (ou outras atitudes semelhantes) que possam gerar a recepção de alarme;

3.3.3.10.4 Manter os sensores e equipamentos instalados pela **CONTRATADA** nas mesmas posições e locais, a fim de evitar comprometimento da área protegida pelo sistema;

3.3.3.11 Os equipamentos cedidos em regime de comodato deverão ser retirados pela **CONTRATADA** imediatamente após o encerramento contratual, independentemente de notificação pelo **CONTRATANTE**;

3.3.3.11.1 A inércia da **CONTRATADA** na retirada dos equipamentos dentro do prazo não caracterizará, em nenhuma hipótese, responsabilidade do **CONTRATANTE** sobre os mesmos, nem ensejará qualquer tipo de indenização ou pagamento adicional;

3.3.3.12 Quaisquer serviços abrangidos na execução contratual deverão ser realizados por profissional(s) que possua(m) capacitação técnica compatível com as atividades que lhe(s) forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar o(s) mesmo(s) quanto às suas obrigações e afazeres;

3.3.3.13 Os serviços devem ser executados em conformidade com as normas de segurança, qualidade e proteção ao meio ambiente que regulamentam a atividade;

3.3.3.14 Não haverá empregados da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações.

3.4 PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços deverão ser executados conforme item 3.3 acima.

3.5 REGRAS DE GARANTIA

Garantia **LEGAL** para todos os itens, conforme prazos e condições definidos no Código de Defesa do Consumidor.

3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

São **VEDADAS A SUBCONTRATAÇÃO** de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços contratados.

3.7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

Conforme definições constantes do instrumento contratual padronizado.

3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)



3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 05 (cinco) dias corridos, contados da entrega da fatura, com discriminação dos serviços efetivamente realizados.

3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório.

3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇOS REJEITADOS: 02 (dois) dias úteis.

3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS:

3.8.4.1 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

3.8.4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos nos prazos definidos neste instrumento, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.8.4.3 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 3.8.3 assegurado à **CONTRATADA** a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço;

3.8.4.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório;

3.8.4.5 O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, devendo ocorrer nos prazos definidos neste instrumento;

3.8.4.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 10.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

3.9 DOS PREÇOS

3.9.1 ABRANGÊNCIA: Os preços contratados englobam todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento da contratação. Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA** envolvido na execução do objeto, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, combustíveis, lubrificantes, manutenção, lavagens, estacionamento, depreciação, aluguéis, seguros, franquias, administração, tributos e emolumentos.

3.9.1.1 Os preços incluem os valores relativos a cada um dos itens cedidos em comodato.

3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS: Os preços contratados foram definidos com base num **VALOR MENSAL FIXO** a ser pago ao prestador pela execução contínua dos serviços, estipulado considerando os equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços.

3.10 REGRAS DE FATURAMENTO

3.10.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO: Mensal.

3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO: Não se aplica, sendo necessária somente a apresentação de nota fiscal/fatura e certidões de regularidade fiscal e trabalhista, conforme item 3.11 (abaixo).

3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

3.11.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021;

3.11.2 O faturamento referente ao objeto deste instrumento será efetuado na periodicidade indicada no item 3.10.1, mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, nota fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da **CONTRATADA**, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo **CONTRATANTE**;

3.11.3 Os pagamentos serão processados no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 3.11.2, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.11.3.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.11.3.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

3.11.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratual;

3.11.5 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

3.11.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.11.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 3.11.3 e 3.11.4;

3.11.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes

de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**;

3.11.8 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

3.12 MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO-ECONÔMICO FINANCEIRO

3.12.1 REAJUSTAMENTO:

3.12.1.1 Preços passíveis de reajustamento, conforme índice oficial para o cálculo da variação de preços: **INPC/IBGE**;

3.12.1.2 A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela **CONTRATADA**, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração.;

3.12.1.3 Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário;

3.12.1.4 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de execução de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela Administração;

3.12.1.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

3.12.2 DA REVISÃO DE PREÇOS:

3.12.2.1 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da **CONTRATADA** quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

3.12.2.2 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, II, “d”, ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

3.12.2.3 Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, sob pena de preclusão;

3.12.2.4 Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuos com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 3.12.2.2, acima;

3.12.2.5 O **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante

justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela **CONTRATADA** (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.12.2.6 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

3.13 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS

3.13.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência do instrumento contratual é de 12 meses contados a partir da:

- A - Data certa (previsão inicial): 01 de agosto de 2025
 B - Da data da (última) assinatura.

Justificativa para duração superior a 12 (doze) meses: Não se aplica.

3.13.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

Será admitida a prorrogação mediante celebração de aditivo para tal fim, conforme justificativa abaixo.

Justificativa: Considerando se tratar de serviços cuja demanda é contínua para a administração, admitir-se-á a prorrogação do prazo de vigência contratual, conforme previsto nos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal 14.133/2021. Na hipótese de prorrogação de vigência, observar-se-á a disponibilidade orçamentária.

3.14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS

3.14.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.14.1.2 Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal com todas as discriminações inerentes ao objeto, bem como as certidões de regularidade cabíveis;

3.14.1.3 Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função do objeto do contrato a ser firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralizações na execução dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados ao MPBA no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato;

3.14.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do futuro contrato em que se verificarem má qualidade,

TERMO DE REFERÊNCIA - DISPENSA DE LICITAÇÃO SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO



vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados, se for o caso, ou não correspondente(s) ao(s) material(is);

3.14.1.5 Comunicar ao MPBA, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.14.1.6 Manter, durante toda a execução do futuro contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação;

3.14.1.7 Promover a destinação final ambientalmente adequada dos materiais eventualmente empregados na prestação dos serviços, sempre que a legislação assim o exigir;

3.14.1.8 Prestar ao MPBA, sempre que necessário, esclarecimentos, fornecendo toda e qualquer orientação necessária.

3.14.1.9 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos, Alvarás, licenciamentos, autorizações e materiais necessários à execução do objeto deste Termo de Referência;

3.14.1.10 Assegurar que o objeto deste Termo de Referência não sofra solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

3.14.1.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica na execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao MPBA;

3.14.1.12 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará a responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pelo fornecedor.

3.14.1.13 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo MPBA, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas Notas Fiscais, conforme os comandos legais específicos;

3.14.1.14 Responsabilizar-se pelos vícios, ainda que ocultos, e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MPBA, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.14.1.15 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo MPBA, de refazimento dos serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com o estipulado neste instrumento, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o MPBA;

3.14.1.15.1 Comunicar ao MPBA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal relativa à execução;

3.14.1.16 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo MPBA ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto;

3.14.1.17 Não contratar, durante a vigência do futuro contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do MPBA, ou do fiscal ou do gestor, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.14.1.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do futuro contrato;

3.14.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do futuro contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021);

3.14.1.20 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência do futuro contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.14.1.22 Fornecer os contatos telefônicos de todo o pessoal de apoio designado para execução do objeto contratual, especialmente para atendimento a situações de emergência, inclusive aos finais de semana e feriados.

3.15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS

3.15.1.1 Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos

3.15.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

3.15.1.3 Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja refeito, reparado ou corrigido;

3.15.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de comissão/servidor especialmente designado;

3.15.1.5 Efetuar o pagamento ao fornecedor no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

3.15.1.6 Rejeitar os serviços executados fora das especificações exigidas ou quando não estejam de conformidade com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa ao fornecedor, que assumirá todas as despesas daí decorrentes.

3.15.1.7 Notificar previamente ao fornecedor, quando da aplicação de penalidades;

3.15.1.8 Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pelo fornecedor, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;

3.15.1.9 Emitir Ordem de Serviço para instruir a execução dos serviços;

3.15.1.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos.

TERMO DE REFERÊNCIA - DISPENSA DE LICITAÇÃO SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO



3.15.1.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, dentro dos prazos legalmente estabelecidos, contados da data da conclusão da instrução do requerimento.

3.15.1.12 Comunicar à **CONTRATADA** o(s) nome(s) e telefone(s) de contato de seu(s) preposto(s) a ser(em) acionado(s) em caso de recebimento de sinal de alarme, informando no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações dos referidos dados.

3.15.1.12.13 Não trocar ou alterar peças e/ou locais de instalação dos equipamentos disponibilizados pela **CONTRATADA**;

3.15.1.12.4 Comunicar à **CONTRATADA** o(s) nome(s) e telefone(s) de contato de seu(s) preposto(s) a ser(em) acionado(s) em caso de recebimento de sinal de alarme, informando no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações dos referidos dados;

3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL

Não será exigida garantia da execução contratual, em razão de se tratar de demanda ordinária, contratada com habitualidade pelo Ministério Público do Estado da Bahia, sem que tenha havido registros de circunstâncias que demandem a necessidade de resguardo financeiro para a Administração.

3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Conforme documentos de informações orçamentárias anexados ao expediente de contratação.

3.18 RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO

NOME DO SERVIDOR:	LUCIVANE LOPES DA SILVA MARQUES
UNIDADE ADMINISTRATIVA:	PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA
INSERIR ASSINATURA DIGITAL:	

Documento assinado digitalmente
LUCIVANE LOPES DA SILVA MARQUES
Data: 10/06/2025 09:39:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**TERMO DE REFERÊNCIA - DISPENSA DE LICITAÇÃO
SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO**



APENSO I

TABELA INDICATIVA DOS ITENS DE SERVIÇO A SEREM CONTRATADOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Código do item de serviço, com descrição*
01	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento	Unidade	01	23795 – Prestação de serviço de vigilância e segurança – orgânica – 24 horas diurnas.

1. Dos equipamentos que compõem o sistema de monitoramento eletrônico:

DESCRIÇÃO (EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM O SISTEMA DE VIGILÂNCIA)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Central de Alarme unit 01	unit	01
Sensor Pet 20kg unit 10	unit	01
Chip de M2M unit 01	unit	01
Bateria 12v unit 01	unit	01
Sirene 120 db unit 02	unit	02
Gravador digital (DVR) 8 canais	unit	01
Câmera Bullet	unit	08
HD 1 Tb	unit	01
Conector BNC mola	unit	16
Conector P4 Macho	unit	08
Conector PE Fêmea	unit	01
Caixa de sobrepor	unit	08
Fonte de alimentação	unit	01

TERMO DE REFERÊNCIA - DISPENSA DE LICITAÇÃO
SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

ciente e de acordo com a solicitação e necessidade da dispensa.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Fonseca Vieira** - Promotor de Justiça, em 06/06/2025, às 11:37, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1563303** e o código CRC **7DA716ED**.

CAOCIRM-018	Capacitação para treinamento ou curso organizado Atividade: 21) Viabilizar a participação de membros e servidores do GAECO em duas reuniões anuais do GIOC (Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas) - máximo de 3 membros e 1 servidor por U	Renovação de Contrato	tratamento de passagens aéreas para membros e servidores do GAECO participarem de evento do GIOC. Serviços	CAOCIRM	CAOCIRM	JANEIRO	CONTRATAÇÃO DE PASSAGEM AÉREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	850	16	R\$ 13.600,00	
CAOCIRM-019	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Contratação por margem de lucro - prevista de R\$ 1.520,00 (uma base de dados)	Renovação de Contrato	Apliação de licenças de sistema runtime para unidade central do GAECO	Contratação de TIC	CAOCIRM	CAOCIRM	MARÇO	LICENCIAMENTO DE DIREITOS PERMANENTES DE USO DE OUTROS SOFTWARES / PROGRAMAS DE COMPUTADOR	Unidade	1520	1	R\$ 1.520,00
CAOCIRM-020	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de cofre para o GAECO	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	JANEIRO	COFRE	Unidade	26.800	1	R\$ 29.000,00
CAOCIRM-021	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de armário do tipo rack com porta quente volume para o GAECO	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	JANEIRO	ARMÁRIO ACO	Unidade	2500	4	R\$ 10.000,00
CAOCIRM-022	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Análise de 02 (dois) Leitores de Blue-Ray de alta performance	Contratação de TIC	CAOCIRM	CAOCIRM	JANEIRO	APARELHO GRAVADOR	Unidade	600	02	R\$ 1.200,00
CAOCIRM-023	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Análise de 06 (seis) unidades de alta performance	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	JANEIRO	MICROCOMPUTADOR	Unidade	25000	06	R\$ 150.000,00
CAOCIRM-024	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Análise de 06 (seis) Monitores de alta performance	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	JANEIRO	MONITOR COMPUTADOR	Unidade	3600	06	R\$ 21.600,00
CAOCIRM-025	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação do Sistema CofreSafe Platinum	Contratação de TIC	CAOCIRM	CAOCIRM	JANEIRO	LICENCIAMENTO DE DIREITOS PERMANENTES DE USO DE OUTROS SOFTWARES / PROGRAMAS DE COMPUTADOR	Unidade	3000000	01	R\$ 3.000.000,00
CAOCIRM-026	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de fardamento para o GAECO (Camisa Polo Personalizada)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	CAMISA UNIFORME	Unidade	92,82	78	R\$ 7.239,96
CAOCIRM-027	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de fardamento para o GAECO (Camisa Curta Manga UV Personalizada)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	CAMISA UNIFORME	Unidade	75,75	68	R\$ 4.869,00
CAOCIRM-028	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de fardamento para o GAECO (Camisa Longa Manga UV Personalizada)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	CAMISA UNIFORME	Unidade	109,99	68	R\$ 7.253,34
CAOCIRM-029	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de fardamento para o GAECO (Candada Têxtil e Plástico)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	UNIFORME PROFISSIONAL	Unidade	199	64	R\$ 19.736,00
CAOCIRM-030	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de fardamento para o GAECO (Jaqueta Empresarial Personalizada)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	UNIFORME PROFISSIONAL	Unidade	300	65	R\$ 18.900,00
CAOCIRM-031	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de fardamento para o GAECO (Capa Têxtil)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	CONJUNTO TÁTICO-OPERACIONAL	Unidade	300	65	R\$ 19.200,00
CAOCIRM-032	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de fardamento para o GAECO (Candado Têxtil)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	CONJUNTO TÁTICO-OPERACIONAL	Unidade	500	66	R\$ 33.000,00
CAOCIRM-033	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Análise de fardamento para o GAECO (Blusa/tx)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	VESTUÁRIO PROTEÇÃO	Unidade	60	66	R\$ 2.660,00
CAOCIRM-034	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Análise de fardamento para o GAECO (Blusa/tx de Bata)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	FARDAMENTO / ACESSÓRIO	Unidade	20	02	R\$ 1.800,00
CAOCIRM-035	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Análise de fardamento para o GAECO (Blusa/tx Têxtil)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	PIÇAS / ACESSÓRIOS APARTEAMENTO	Unidade	70	53	R\$ 3.570,00
CAOCIRM-036	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de fardamento para o GAECO (Bata Plástico)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	PIÇAS / ACESSÓRIOS APARTEAMENTO	Unidade	75	65	R\$ 4.875,00
CAOCIRM-037	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de fardamento para o GAECO (Blusa/tx GAECO)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	FARDAMENTO / ACESSÓRIO	Unidade	30	01	R\$ 2.730,00
CAOCIRM-038	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de fardamento para o GAECO (CAPA - COULET)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	CAPA COULET BALÍSTICO	Unidade	500	50	R\$ 29.500,00
CAOCIRM-039	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de fardamento para o GAECO (CINTO TÁTICO)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	PIÇAS / ACESSÓRIOS EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS	Unidade	250	62	R\$ 15.500,00
CAOCIRM-040	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de fardamento para o GAECO (Cintão Múltiplo - sem adaptar)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	PIÇAS / ACESSÓRIOS APARTEAMENTO	Unidade	180	58	R\$ 18.480,00
CAOCIRM-041	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de fardamento para o GAECO (Cintanca GAECO)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	FARDAMENTO / ACESSÓRIO	Unidade	50	61	R\$ 3.050,00
CAOCIRM-042	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de fardamento para o GAECO (Pineca de Combate às Organizações Criminosas)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	FARDAMENTO / ACESSÓRIO	Unidade	20	86	R\$ 1.720,00
CAOCIRM-043	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Análise de fardamento para o GAECO (Polo Camurçado)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	FEVEREIRO	PIÇAS / ACESSÓRIOS APARTEAMENTO	Unidade	70	53	R\$ 3.710,00
CAOCIRM-044	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Análise de equipamentos para o Núcleo de Etiqueta e Análise de Dispositivos Eletrônicos (Workstation)	Contratação de TIC	CAOCIRM	CAOCIRM	MARÇO	SERVIDOR	Unidade	82000	02	R\$ 164.000,00
CAOCIRM-045	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Análise de equipamentos para o Núcleo de Etiqueta e Análise de Dispositivos Eletrônicos (Workstation)	Contratação de TIC	CAOCIRM	CAOCIRM	MARÇO	NOTEBOOK	Unidade	21400	2	R\$ 42.800,00
CAOCIRM-046	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de equipamentos para o Núcleo de Etiqueta e Análise de Dispositivos Eletrônicos (Linha de F. Bens)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	MARÇO	LINHA DE PROTEÇÃO	Unidade	18	20	R\$ 360,00
CAOCIRM-047	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de equipamentos para o Núcleo de Etiqueta e Análise de Dispositivos Eletrônicos (Gaiola de F. Bens)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	MARÇO	SACO	Unidade	180	20	R\$ 1.800,00
CAOCIRM-048	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de equipamentos para o Núcleo de Etiqueta e Análise de Dispositivos Eletrônicos (Gaiola anti-Bens)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	MARÇO	SACO	Unidade	42	100	R\$ 4.200,00
CAOCIRM-049	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de equipamentos para o Núcleo de Etiqueta e Análise de Dispositivos Eletrônicos (Módulo Inter)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	MARÇO	MALETA	Unidade	18000	1	R\$ 18.000,00
CAOCIRM-050	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de equipamentos para o Núcleo de Etiqueta e Análise de Dispositivos Eletrônicos (Cabo USB - Bens)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	MARÇO	CABO USB	Unidade	42	10	R\$ 420,00
CAOCIRM-051	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de equipamentos para o Núcleo de Etiqueta e Análise de Dispositivos Eletrônicos (Cabo USB - Bens)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	MARÇO	CABO USB	Unidade	42	10	R\$ 420,00
CAOCIRM-052	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Apliação de equipamentos para o Núcleo de Etiqueta e Análise de Dispositivos Eletrônicos (Cabo USB - Bens)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	MARÇO	CABO USB	Unidade	150	10	R\$ 1.500,00
CAOCIRM-053	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Análise de equipamentos para o Núcleo de Etiqueta e Análise de Dispositivos Eletrônicos (Workstation)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	MARÇO	APARELHO TELEFÔNICO CELULAR / ACESSÓRIOS	Unidade	965	5	R\$ 4.800,00
CAOCIRM-054	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Análise de equipamentos para o Núcleo de Etiqueta e Análise de Dispositivos Eletrônicos (Pinecador)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	JANEIRO	PIÇAS / ACESSÓRIOS EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS	Unidade	1200	1	R\$ 1.200,00
CAOCIRM-055	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Análise de equipamentos para o Núcleo de Etiqueta e Análise de Dispositivos Eletrônicos (Linha de F. Bens)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	ABRIL	APARELHO GRAVADOR	Unidade	600	2	R\$ 1.200,00
CAOCIRM-056	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Análise de equipamentos para o Núcleo de Etiqueta e Análise de Dispositivos Eletrônicos (Workstation)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	MARÇO	GAUETA DREO RIGIDO	Unidade	600	2	R\$ 1.200,00
CAOCIRM-057	Consultoria de implantação de unidades regionais do GAECO e estruturação de unidade central Ajazir cofre para o GAECO	Novo	Análise de equipamentos para o Núcleo de Etiqueta e Análise de Dispositivos Eletrônicos (Workstation)	Bens	CAOCIRM	CAOCIRM	MARÇO	CHARGADOR BATERIA TELEFONE CELLULAR	Unidade	240	1	R\$ 240,00
CAOPRN-001	Ações para promoção de aperfeiçoamento das atividades no âmbito do Patrimônio Público.	Renovação de Contrato	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	Serviços	CAOPRN	CAOPRN	MAIO	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	Unidade	6709,64	1	R\$ 6.709,64
CAOPRN-002	Licenciamento de Projeto	Novo	Cartão para divulgação de Projeto	Serviços	CAOPRN	CAOPRN	MARÇO	FORNECIMENTO DE REFRESCOS / LANCHES / SALGADOS / DOCEES	Unidade	500	1	R\$ 500,00
CAOPRN-003	Licenciamento de Projeto	Novo	Cartão Brinde	Serviços	CAOPRN	CAOPRN	MARÇO	LOCAÇÃO DE BENS PÓLIS	Unidade	20	2000	R\$ 40.000,00
CAOPRN-004	Ações de instrumentalização dos membros para melhor compreensão do elemento subjetivo à sua prova.	Renovação de Contrato	EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS	Serviços	CAOPRN	CAOPRN	MARÇO	CONTRATAÇÃO DE PASSAGEM AÉREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	1000	2	R\$ 20.000,00
CAOPRN-005	Ações de instrumentalização dos membros para melhor compreensão do elemento subjetivo à sua prova.	Novo	Cartão Brinde	Serviços	CAOPRN	CAOPRN	ABRIL	FORNECIMENTO DE REFRESCOS / LANCHES / SALGADOS / DOCEES	Unidade	32	50	R\$ 1.600,00
CAOPRN-006	Ações para promoção do aperfeiçoamento das atividades no âmbito do Patrimônio Público.	Renovação de Contrato	EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS	Serviços	CAOPRN	CAOPRN	MARÇO	CONTRATAÇÃO DE PASSAGEM AÉREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	2000	1	R\$ 2.000,00
CAOPRN-007	Ações para promoção do aperfeiçoamento das atividades no âmbito do Patrimônio Público.	Novo	COFFEE BREAK	Serviços	CAOPRN	CAOPRN	ABRIL	FORNECIMENTO DE REFRESCOS / LANCHES / SALGADOS / DOCEES	Unidade	800	1	R\$ 800,00
CAOPRN-008	Ações de promoção para instrumentalização dos membros para melhor compreensão do elemento subjetivo à sua prova.	Renovação de Contrato	EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS	Serviços	CAOPRN	CAOPRN	MARÇO	CONTRATAÇÃO DE PASSAGEM AÉREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	1000	2	R\$ 20.000,00
CAOPRN-009	Ações de promoção para instrumentalização dos membros para melhor compreensão do elemento subjetivo à sua prova.	Novo	COFFEE BREAK	Serviços	CAOPRN	CAOPRN	MAIO	FORNECIMENTO DE REFRESCOS / LANCHES / SALGADOS / DOCEES	Unidade	1600	1	R\$ 1.600,00
CAOPRN-010	Ações de promoção para instrumentalização dos membros para melhor compreensão do elemento subjetivo à sua prova.	Renovação de Contrato	EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS	Serviços	CAOPRN	CAOPRN	JUNHO	CONTRATAÇÃO DE PASSAGEM AÉREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	1000	6	R\$ 6.000,00
CAOPRN-011	Ações de promoção para instrumentalização dos membros para melhor compreensão do elemento subjetivo à sua prova.	Novo	COFFEE BREAK	Serviços	CAOPRN	CAOPRN	JUNHO	FORNECIMENTO DE REFRESCOS / LANCHES / SALGADOS / DOCEES	Unidade	1600	3	R\$ 4.800,00
CAOPRN-012	Realização de Campanha publicitária	Renovação de Contrato	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	Serviços	CAOPRN	CAOPRN	AGOSTO	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	Unidade	500	2	R\$ 1.000,00
CAOPRN-013	Realização de Campanha publicitária	Renovação de Contrato	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	Serviços	CAOPRN	CAOPRN	AGOSTO	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	Unidade	4000	1	R\$ 4.000,00
CEAF-001	Evento de capacitação autônomo.	Novo	Contratação de empresa, insumos, materiais e equipamentos para a realização de evento de c.a.	Serviços	CEAF	CEAF	FEVEREIRO	TRINAMENTO QUALIFICADO PROFISSIONAL	Unidade	7500	100	R\$ 750.000,00
CEAF-002	Serviço de treinamento de cursos técnicos contratados.	Novo	Contratação de empresa para desenvolvimento de cursos técnicos para os centros de capacitação.	Serviços	CEAF	CEAF	FEVEREIRO	TELECOMUNICAÇÃO / ACESSÓRIOS / TENDÃO	Unidade	20	6000	R\$ 120.000,00
CEAF-003	Materiais educacionais autônomos.	Novo	Análise de materiais educacionais a serem utilizados nos eventos de capacitação.	Bens	CEAF	CEAF	SETEMBRO	ALMOEDO SEMIPRODUTOS INFANTIS	Unidade	10	600	R\$ 6.000,00
CEAF-004	Serviço de treinamento de cursos técnicos contratados.	Novo	Análise de materiais educacionais a serem utilizados nos eventos de capacitação.	Bens	CEAF	CEAF	FEVEREIRO	CONTRATAÇÃO DE PASSAGEM AÉREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	1200	60	R\$ 36.000,00
CEAF-005	Serviço de treinamento de cursos técnicos contratados.	Novo	Contratação de serviço de internet de banda larga.	Serviços	CEAF	CEAF	JUNHO	TRANSLUÇÃO / INTERFACIAÇÃO / SENSILITAZ / CONSULTIA	Unidade	6000	20	R\$ 12.000,00
CEAF-006	Serviço de treinamento de cursos técnicos contratados.	Novo	Contratação de serviço de armazenamento em nuvem de arquivos.	Serviços	CEAF	CEAF	JANEIRO	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO IDENTIFICAD / SEM / SERVIÇO / FERRAGEM	Unidade	6000	5	R\$ 30.000,00
CEAF-007	Serviço de treinamento de cursos técnicos contratados.	Novo	Contratação de serviço de limpeza e manutenção de equipamentos de capacitação.	Serviços	CEAF	CEAF	OUTUBRO	TELECOMUNICAÇÃO / ACESSÓRIOS / TENDÃO	Unidade	6000	3	R\$ 18.000,00
CEAF-008	Evento para eventos de capacitação locais.	Novo	Locação de espaço para eventos de capacitação.	Serviços	CEAF	CEAF	OUTUBRO	LOCAÇÃO SALA / AUDITÓRIO	Unidade	10000	2	R\$ 20.000,00
CEAF-009	Evento para eventos de capacitação locais.	Novo	Locação de móveis para eventos de capacitação.	Serviços	CEAF	CEAF	OUTUBRO	LOCAÇÃO BENS PÓLIS	Unidade	3000	3	R\$ 9.000,00
CEAF-010	Serviço de planejamento, organização e realização de eventos contratados.	Novo	Serviço de planejamento, organização e realização de eventos.	Serviços	CEAF	CEAF	OUTUBRO	PROMOÇÃO DE EVENTO	Unidade	10000	1	R\$ 10.000,00
CEAF-011	Serviço de planejamento, organização e realização de eventos contratados.	Novo	Serviço de planejamento, organização e realização de eventos.	Serviços	CEAF	CEAF	OUTUBRO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTARIA / RECEPCAO	Unidade	200	6	R\$ 1.800,00
CEAF-012	Evento de capacitação autônomo.	Novo	Contratação de empresa especializada para a realização de pesquisa estatística de atividades.	Serviços	CEAF	CEAF	JUNHO	RECRUTAMENTO E SELECÇÃO DE PESSOAL / CONCURSO PÚBLICO / VESTIBULAR	Unidade	78	3980	R\$ 310.440,00
CEAF-013	Evento de capacitação autônomo.	Novo	Inscrição em eventos de capacitação.	Serviços	CEAF	CEAF	FEVEREIRO	PAGAMENTO MICROFINCIENTOS	Unidade	1000	5	R\$ 5.000,00
CEAF-014	Manutenção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Ceaf	Novo	Assessoria de Máquinas de Venda / Serviço Mensual para acesso online	Serviços	CEAF	CEAF	OUTUBRO	ASSEMBLIA DE JORNAL PERIÓDICO / ARQUIVO BIBLIOGRÁFICO - CON/ACESSOR/LINE	Unidade	80000	3	R\$ 240.000,00
CEAF-015	Manutenção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Ceaf	Novo	Atividade de Bate	Serviços	CEAF	CEAF	OUTUBRO	LIVRO / SOCIÉTAS POLÍTI/ECONOMICO / DIREITO	Unidade	150	200	R\$ 30.000,00
CEAF-016	Manutenção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Ceaf	Renovação de Contrato	Manutenção de Sistema de Biblioteca	Serviços	CEAF	CEAF	ABRIL	LIVRO / SOCIÉTAS POLÍTI/ECONOMICO / DIREITO	Unidade	1100	12	R\$ 13.200,00
CEAF-017	Manutenção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Ceaf	Novo	Análise de custos / Custeamento das atividades	Serviços	CEAF	CEAF	JUNHO	MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA)	Unidade	60	100	R\$ 6.000,00
CEAF-018	Manutenção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Ceaf	Novo	Implantação de Módulo de Resposta Interativa no Sistema de Biblioteca	Serviços	CEAF	CEAF	FEVEREIRO	MANUTENÇÃO EVOLUTIVA DE SOFTWARE (ACRESCIMO DE NOVAS FUNCIONALIDADES) - OUTRAS / SERVIÇOS	Unidade	2000	1	R\$ 20.000,00
CEAF-019	Manutenção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Ceaf	Renovação de Contrato	Seguro contra acidentes pessoais e auxílio funeral para segurados e bolsistas	Serviços	CEAF	CEAF	SETEMBRO	CONTERTELAÇÃO - SERVIÇO	Unidade	6,30	12000	R\$ 7.560,00
CEAF-020	Manutenção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Ceaf	Novo	MICROFONE DINÂMICO VOCAIS PARA FOCUSAR COM TIPO DE MEIA.</									

CEAF-021	Manutenção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional- Cenf	Novo	GRAVADOR DIGITAL DE AUDIO	Bens	CEAF	CEAF	MARCO	GRAVADOR E REPRODUTOR DE SOM	Unidade	2500	1	R\$ 2.500,00
CEAF-022	Manutenção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional- Cenf	Novo	Mesa de cara / Audio e vídeo	Bens	CEAF	CEAF	MARCO	MESA AUDIO / VIDEO	Unidade	4000	1	R\$ 4.000,00
CEAF-023	Manutenção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional- Cenf	Novo	FONE DE OUVIDO	Bens	CEAF	CEAF	MARCO	FONE DE OUVIDO	Unidade	600	2	R\$ 1.200,00
CEAF-024	Manutenção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional- Cenf	Novo	MESA DE SOM DIGITAL 2X CANAIS	Bens	CEAF	CEAF	MARCO	MESA AUDIO / VIDEO	Unidade	20000	1	R\$ 20.000,00
CEAF-025	Manutenção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional- Cenf	Novo	MESA DE SOM DIGITAL 12 CANAIS	Bens	CEAF	CEAF	MARCO	MESA AUDIO / VIDEO	Unidade	5000	1	R\$ 5.000,00
CEAF-026	Manutenção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional- Cenf	Novo	AMPLIFICADOR DE POTENCIA 2000 RMS	Bens	CEAF	CEAF	MARCO	AMPLIFICADOR POTENCIA	Unidade	2000	3	R\$ 6.000,00
CEAF-027	Manutenção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional- Cenf	Novo	AMPLIFICADOR DE POTENCIA 5000 RMS	Bens	CEAF	CEAF	MARCO	AMPLIFICADOR POTENCIA	Unidade	7000	1	R\$ 7.000,00
CEAF-028	Manutenção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional- Cenf	Novo	MEMBRONA DE 16CM - 1600HZ - BASS DRUM	Bens	CEAF	CEAF	MARCO	MEMBRONA	Unidade	3000	3	R\$ 9.000,00
CEAM-051	Formata e atualiza dos conteúdos; Realização de capacitações com representantes das secretarias de meio ambiente, consórcios de meio ambiente; (Pagamentos de Diárias e Passagens para servidores, pensões e colaboradores); Etabeço, pelo menos, 20 Realização Palestras e manifestações técnicas para apoiar o promotor com atuação na área ambiental	Novo	Passagem terrestre	Serviços	CEAMA	CEAMA	MARCO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA	Unidade	600,00	4	R\$ 1.800,00
CEAM-052	Formata e atualiza dos conteúdos; Realização de capacitações com representantes das secretarias de meio ambiente, consórcios de meio ambiente;	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	MARCO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA	Unidade	1000,00	2	R\$ 2.000,00
CEAM-053	Capacitação de Promotores e Servidores	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	JANEIRO	PAGAMENTO INSCRIÇÃO EVENTOS	Unidade	800,00	2	R\$ 1.600,00
CEAM-054	Capacitação de Promotores e Servidores	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	JANEIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000,00	10	R\$ 10.000,00
CEAM-055	Capacitação de Promotores e Servidores	Novo	Passagem terrestre	Serviços	CEAMA	CEAMA	MARÇO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA	Unidade	200,00	6	R\$ 1.200,00
CEAM-056	Capacitação sobre a área Agrícola	Renovação de Contrato	Passagem terrestre	Serviços	CEAMA	CEAMA	MARÇO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA	Unidade	200,00	6	R\$ 1.200,00
CEAM-057	Capacitação sobre a área Agrícola	Renovação de Contrato	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	MARÇO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	500,00	2	R\$ 1.000,00
CEAM-058	Capacitação sobre a área Agrícola	Renovação de Contrato	Contratação de material publicitário	Serviços	CEAMA	CEAMA	MARÇO	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	Unidade	2,00	1000	R\$ 2.000,00
CEAM-059	Atuação com órgãos, universidades e sociedade civil e participação no Fórum Nacional de combate aos agronegócios e às suas práticas e rotinas	Renovação de Contrato	Passagem terrestre	Serviços	CEAMA	CEAMA	JANEIRO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA	Unidade	250	2	R\$ 500,00
CEAM-060	Atuação com órgãos, universidades e sociedade civil e participação no Fórum Nacional de combate aos agronegócios e às suas práticas e rotinas	Renovação de Contrato	Aquisição de passagens aéreas	Serviços	CEAMA	CEAMA	JANEIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	500	4	R\$ 2.000,00
CEAM-061	Participação no Fórum Brasileiro de suas práticas e rotinas	Renovação de Contrato	Aquisição de passagens terrestres	Serviços	CEAMA	CEAMA	JANEIRO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA	Unidade	250	2	R\$ 500,00
CEAM-062	Participação no Fórum Brasileiro de suas práticas e rotinas	Renovação de Contrato	Aquisição de passagens aéreas	Serviços	CEAMA	CEAMA	JANEIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	500	1	R\$ 500,00
CEAM-063	Participação em eventos de sensibilização da sociedade	Renovação de Contrato	Aquisição de passagens terrestres	Serviços	CEAMA	CEAMA	JANEIRO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA	Unidade	250	2	R\$ 500,00
CEAM-064	Participação em eventos de sensibilização da sociedade	Renovação de Contrato	Aquisição de passagens aéreas	Serviços	CEAMA	CEAMA	JANEIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	500	1	R\$ 500,00
CEAM-065	Apoio às promotorias de justiça para atuar em vitórias de ambiental na base	Renovação de Contrato	Fornecimento de passagens aéreas	Serviços	CEAMA	CEAMA	JANEIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	750	4	R\$ 3.000,00
CEAM-066	Apoio às promotorias de justiça para atuação em pedidos participativos das bases	Renovação de Contrato	Fornecimento de passagens aéreas	Serviços	CEAMA	CEAMA	JANEIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	750	4	R\$ 3.000,00
CEAM-067	Apoio às promotorias de justiça para atuar em vitórias de ambiental na base	Renovação de Contrato	Fornecimento de passagens terrestres	Serviços	CEAMA	CEAMA	JANEIRO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA	Unidade	250	6	R\$ 1.500,00
CEAM-068	Apoio às promotorias de justiça de base com subsídios técnicos para o exercício de suas atividades e demais as conflitos na Base	Renovação de Contrato	Fornecimento de passagens terrestres	Serviços	CEAMA	CEAMA	JANEIRO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA- MELHOR TAXA DE SERVIÇO	Unidade	250	4	R\$ 1.000,00
CEAM-069	Apoio às promotorias de justiça de base com subsídios técnicos para o exercício de suas atividades e demais as conflitos na Base	Renovação de Contrato	Fornecimento de passagens aéreas	Serviços	CEAMA	CEAMA	MARÇO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	750	4	R\$ 3.000,00
CEAM-070	Apoio às ações de fiscalização integrada e ações desdobramentos	Renovação de Contrato	Fornecimento de passagens terrestres	Serviços	CEAMA	CEAMA	MARÇO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA- MELHOR TAXA DE SERVIÇO	Unidade	500	8	R\$ 4.000,00
CEAM-071	Apoio às ações de fiscalização integrada e ações desdobramentos	Renovação de Contrato	Fornecimento de passagens terrestres	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA- MELHOR TAXA DE SERVIÇO	Unidade	500	8	R\$ 4.000,00
CEAM-072	Capacitação de membros, equipe técnica e administrativa na defesa do meio ambiente	Renovação de Contrato	Passagens Terrestres	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA	Unidade	640	2	R\$ 1.280,00
CEAM-073	Capacitação de membros, equipe técnica e administrativa na defesa do meio ambiente	Renovação de Contrato	Passagens Terrestres	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	PAGAMENTO INSCRIÇÃO EVENTOS	Unidade	400,00	3	R\$ 1.200,00
CEAM-074	Capacitação de membros, equipe técnica e administrativa na defesa do meio ambiente	Novo	Inscrição de curso	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	SEMINARIO / PALESTRA	Unidade	2000	1	R\$ 2.000,00
CEAM-075	Capacitação de membros, equipe técnica e administrativa na defesa do meio ambiente	Novo	Contratação de transporte	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA	Unidade	2000	6	R\$ 12.000,00
CEAM-076	Clareza de forças terrestres para atendimento das demandas estratégicas.	Renovação de Contrato	Passagens aéreas	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	2000	6	R\$ 12.000,00
CEAM-077	Clareza de forças terrestres para atendimento das demandas estratégicas.	Renovação de Contrato	Passagens terrestres	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA	Unidade	640	34	R\$ 2.016,00
CEAM-078	Aprimoramento de atuação intermunicipal mediante elaboração de comitês e reuniões.	Renovação de Contrato	Passagens aéreas	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	2000	4	R\$ 8.000,00
CEAM-079	Aprimoramento de atuação intermunicipal mediante elaboração de comitês e reuniões.	Renovação de Contrato	Passagens Terrestres	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA	Unidade	640	2	R\$ 1.280,00
CEAM-080	Participação em reuniões e eventos externos	Renovação de Contrato	Passagens aéreas	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	2000	6	R\$ 12.000,00
CEAM-081	Participação em reuniões e eventos externos	Renovação de Contrato	Passagens terrestres	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVIARIA	Unidade	640	2	R\$ 1.280,00
CEAM-082	Avaliamento operacional, técnico e administrativo.	Renovação de Contrato	Passagens aéreas	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	2000	10	R\$ 20.000,00
CEAM-083	Soluções de material de publicidade relacionada à temática ambiental.	Renovação de Contrato	Material Publicitário	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	Unidade	0,30	10000	R\$ 3.000,00
CEAM-084	Orientação técnica em resposta à solicitação de apoio formalizado por membro em caso concreto.	Novo	Assessoria de consultoria jurídica	Serviços	CEAMA	CEAMA	MARCO	ASSISTENCIA DE JURIMAS E PERICODOS / ACRESCIO BIBLIOGRAFICO - COM ACESSO ONLINE	Unidade	500	4	R\$ 2.000,00
CEAM-085	Renovação de licenças ambientais	Novo	Manutenção de licenças	Serviços	CEAMA	CEAMA	AGOSTO	MANUTENCAO DE SOFTWARE (CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA)	Unidade	2000	7	R\$ 14.000,00
CEAM-086	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Manutenção	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	MANUTENCAO DE SOFTWARE (CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA)	Unidade	20000	5	R\$ 100.000,00
CEAM-087	Renovação de licenças ambientais	Novo	Manutenção de licenças, Emissão Anual Entorno	Serviços	CEAMA	CEAMA	OUTUBRO	MANUTENCAO DE SOFTWARE (CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA)	Unidade	12000	2	R\$ 24.000,00
CEAM-088	Capacitação de servidores - cursos e participação em eventos	Novo	Curso de capacitação	Serviços	CEAMA	CEAMA	OUTUBRO	TREINAMENTO QUALIFICACAO PROFISSIONAL	Unidade	2000	5	R\$ 10.000,00
CEAM-089	Contratação de serviços gráficos sob demanda.	Novo	Impressão de mapas	Serviços	CEAMA	CEAMA	JANEIRO	OUTUBRO DE IMPRESSAO - LOCALIZACAO PAGINAS IMPRESSAS AO POLICROMATICO COM PAINEL	Unidade	30	10	R\$ 300,00
CEAM-090	Ações de integração com os órgãos de controle	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	2000	4	R\$ 8.000,00
CEAM-091	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	10000	1	R\$ 10.000,00
CEAM-092	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	4	R\$ 4.000,00
CEAM-093	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	5	R\$ 5.000,00
CEAM-094	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	6	R\$ 6.000,00
CEAM-095	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-096	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-097	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-098	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-099	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-100	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-101	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-102	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-103	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-104	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-105	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-106	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-107	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-108	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-109	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-110	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-111	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-112	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-113	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-114	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-115	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-116	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-117	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-118	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-119	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-120	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECIADA	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
CEAM-121	Atualização das áreas de meio ambiente com equipamentos adequados para o exercício das atividades de MP.	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEAMA	CEAMA	FEBREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDECI				

CECOM 010	Publicidade Institucional	Renovação de Contrato	Serviço de comunicação visual	Serviços	CECOM	CECOM	JANEIRO	SERVIÇOS GERAIS / PUBLICIDADE	Unidade	40.000,00	1	R\$ 40.000,00
CECOM 011	Publicidade Institucional	Renovação de Contrato	Serviço de gestão de redes sociais on-line	Serviços	CECOM	CECOM	MAIO	CONEXÃO FÍSICA / COMUNICAÇÃO	Unidade	170.000,00	1	R\$ 170.000,00
CECOM 012	Publicidade Institucional	Renovação de Contrato	Ativação para análise, monitoramento e suporte para redes sociais on-line	Serviços	CECOM	CECOM	JANEIRO	MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE REDES SOCIAIS	Unidade	24.000,00	1	R\$ 24.000,00
CECOM 013	Publicidade Institucional	Renovação de Contrato	Banco de imagens	Serviços	CECOM	CECOM	AGOSTO	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	Unidade	17.000,00	1	R\$ 17.000,00
CECOM 014	Publicidade Institucional	Novo	Revisão para os sites das atividades	Novo	CECOM	CECOM	FEVEREIRO	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS	Unidade	2.000,00	1	R\$ 2.000,00
CECOM 015	Divulgação de atividades de manutenção de infraestrutura	Renovação de Contrato	Serviço de análise de redes sociais on-line	Serviços	CECOM	CECOM	MAIO	CONEXÃO FÍSICA / COMUNICAÇÃO	Unidade	170.000,00	1	R\$ 170.000,00
CECOM 016	Divulgação de atividades de manutenção de infraestrutura	Renovação de Contrato	Ativação para análise, monitoramento e suporte para redes sociais on-line	Serviços	CECOM	CECOM	JANEIRO	MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE REDES SOCIAIS	Unidade	250.000,00	1	R\$ 250.000,00
CECOM 017	Divulgação de atividades de manutenção de infraestrutura	Renovação de Contrato	Serviço de comunicação visual	Serviços	CECOM	CECOM	MAIO	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	Unidade	715.000,00	1	R\$ 715.000,00
CECOM 018	Divulgação de campanhas institucionais	Renovação de Contrato	Serviços gráficos	Serviços	CECOM	CECOM	FEVEREIRO	SERVIÇOS GERAIS / PUBLICIDADE	Unidade	6.000,00	1	R\$ 6.000,00
CECOM 019	Divulgação de campanhas institucionais	Renovação de Contrato	Serviço de comunicação visual	Serviços	CECOM	CECOM	JANEIRO	SERVIÇOS GERAIS / PUBLICIDADE	Unidade	40.000,00	1	R\$ 40.000,00
CECOM 020	Modernização e ampliação das salas de divulgação com a população	Novo	Revisão para os sites das atividades	Novo	CECOM	CECOM	FEVEREIRO	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS	Unidade	2.000,00	1	R\$ 2.000,00
CECOM 021	Modernização e ampliação das salas de divulgação com a população	Renovação de Contrato	Banco de imagens	Serviços	CECOM	CECOM	AGOSTO	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	Unidade	17.000,00	1	R\$ 17.000,00
CECOM 022	Elaboração de manual de procedimentos de comunicação com a imprensa	Novo	Planejamento para Monitoramento de Redes e Ativação de Redes Sociais	Serviços	CECOM	CECOM	JANEIRO	CONEXÃO FÍSICA / COMUNICAÇÃO	Unidade	30.000,00	1	R\$ 30.000,00
CECOM 023	Modernização de equipamentos	Novo	Análise de redes sociais para monitoramento e suporte administrativo	Novo	CECOM	CECOM	JULHO	EQUIPAMENTO PARA COMUNICAÇÃO	Unidade	35.000,00	1	R\$ 35.000,00
CECOM 024	ENTREGA 2 - Capacitação dos servidores de Cacom	Novo	CONEXÃO FÍSICA / COMUNICAÇÃO	Serviços	CECOM	CECOM	ABRIL	TREINAMENTO QUALIFICACAO PROFISSIONAL	Unidade	92.000,00	1	R\$ 92.000,00
CECOM 025	ENTREGA 2 - Desenvolvimento e ampliação de produção audiovisual	Renovação de Contrato	Serviços fotográficos	Serviços	CECOM	CECOM	OUTUBRO	SERVIÇO FOTOGRAFICO	Unidade	156.000,00	1	R\$ 156.000,00
CECOM 026	ENTREGA 2 - Identificação, análise e diagnóstico das necessidades estruturais da comunicação social do MPBA	Novo	Revisão para os sites das atividades	Novo	CECOM	CECOM	FEVEREIRO	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS	Unidade	4.000,00	1	R\$ 4.000,00
CECOM 027	ENTREGA 2 - Fortalecimento da Comunicação e Transparência do Ministério Público do Bahia	Renovação de Contrato	Serviço de rádio on-line	Serviços	CECOM	CECOM	JUNHO	ASSISTENCIA TECNICA / PRESTACAO DE SERVIÇO - RADIOCOMUNICACAO	Unidade	258.000,00	1	R\$ 258.000,00
CECOM 028	ENTREGA 2 - Fortalecimento da Comunicação e Transparência do Ministério Público do Bahia	Renovação de Contrato	Clipping de imprensa	Serviços	CECOM	CECOM	JULHO	RESENDA DE NOTICIA / AGENCIAMENTO DE INFORMACAO / S/NONE / RECORTE NOTICIA	Unidade	274.000,00	1	R\$ 274.000,00
CECOM 029	ENTREGA 2 - Identificação, análise e diagnóstico das necessidades estruturais da comunicação social do MPBA	Renovação de Contrato	Gestão de mailing	Serviços	CECOM	CECOM	MARÇO	INFORMÁTICA / APLICACAO - ASSISTENCIA TECNICA / MANUTENCAO / REPARO	Unidade	10.000,00	1	R\$ 10.000,00
CEUD 001	Assessoria de novas adesões dos Municípios e Realização de parcerias e convênios com UPE, DETRAN e LINDEE (implementar do projeto transporte legal e formar parcerias e convênios com instituições públicas para elevação das atividades fotocatalíticas. Realizar reuniões, seminários e eventos divulgados e tema)	Novo	Prestação de serviços de alimentação e bebidas	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	FEVEREIRO	FORNECIMENTO DE REFICOES / LANCHES / SALGADOS / DOCES	Unidade	5000	01	R\$ 5.000,00
CEUD 002	Assessoria de novas adesões dos Municípios e Realização de parcerias e convênios com UPE, DETRAN e LINDEE (implementar do projeto transporte legal e formar parcerias e convênios com instituições públicas para elevação das atividades fotocatalíticas. Realizar reuniões, seminários e eventos divulgados e tema)	Novo	Aquisição de passagens aéreas	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	FEVEREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	1000	5	R\$ 5.000,00
CEUD 003	Assessoria de novas adesões dos Municípios e Realização de parcerias e convênios com UPE, DETRAN e LINDEE (implementar do projeto transporte legal e formar parcerias e convênios com instituições públicas para elevação das atividades fotocatalíticas. Realizar reuniões, seminários e eventos divulgados e tema)	Novo	Impressão de cartilhas de Transporte Legal	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	FEVEREIRO	GRAFICO - CONFECCAO SELLO / CONVITE / IMPRESSO / CERTIFICACAO ENVELOPE	Unidade	2	3000	R\$ 2.000,00
CEUD 004	Realização de eventos de caráter educativo	Novo	Fornecimento de alimentação e bebidas para eventos	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	ABRIL	FORNECIMENTO DE REFICOES / LANCHES / SALGADOS / DOCES	Unidade	4000	2	R\$ 4.000,00
CEUD 005	Realização de eventos de caráter educativo	Novo	Assistência de assessoria técnica	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	ABRIL	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	700	4	R\$ 2.800,00
CEUD 006	Realização de eventos de caráter educativo	Novo	Serviço de intérprete de Língua Brasileira de Sinais	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JANEIRO	TRADUCAO / INTERPRETACAO SIMULTANEA / CONSULTORIA	Unidade	2000	1	R\$ 2.000,00
CEUD 007	Realização de Ação Publicitária (Produção e distribuição de materiais educativos - cartilhas)	Novo	Impressão de cartilhas sobre o burlinho para distribuição gratuita	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JANEIRO	GRAFICO - CONFECCAO SELLO / CONVITE / IMPRESSO / CERTIFICACAO ENVELOPE	Unidade	1,4	2000	R\$ 3.200,00
CEUD 008	Realização de eventos sobre a temática	Novo	Assistência de assessoria para eventos e oficinas E.F. Inclusão	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	FEVEREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	800	20	R\$ 16.000,00
CEUD 009	Realização de eventos sobre a temática	Novo	Serviço de intérprete de Língua Brasileira de Sinais	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	FEVEREIRO	FORNECIMENTO DE REFICOES / LANCHES / SALGADOS / DOCES	Unidade	8000	2	R\$ 16.000,00
CEUD 010	Realização de eventos sobre a temática	Novo	Impressão de cartilhas de projeto fit. Inclusive	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JANEIRO	GRAFICO - CONFECCAO SELLO / CONVITE / IMPRESSO / CERTIFICACAO ENVELOPE	Unidade	2,5	2000	R\$ 5.000,00
CEUD 011	Realização de eventos sobre a temática	Novo	Serviço de intérprete de Língua Brasileira de Sinais	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JANEIRO	TRADUCAO / INTERPRETACAO SIMULTANEA / CONSULTORIA	Unidade	2000	2	R\$ 4.000,00
CEUD 012	Ações de monitoramento dos Conselhos	Novo	Monte de cartilhas para conexão de eventos	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	MARÇO	LOCALACAO DE TEXTO / NESTRE DE CERIMONIA / LOÇUFOR / APRESEN-TADOR	Unidade	1800	2	R\$ 3.600,00
CEUD 013	Monitoramento do funcionamento dos Conselhos (Estimular os promotores de justiça para que estejam no acompanhamento do funcionamento regular dos conselhos, mediante documentos orientadores elaborados pelo CEDUC e promoção de encontros, reuniões e seminários em articulação com a UNICE)	Novo	Aquisição de passagens aéreas para evento do projeto	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	MARÇO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	1200	4	R\$ 4.800,00
CEUD 014	Monitoramento do funcionamento dos Conselhos (Estimular os promotores de justiça para que estejam no acompanhamento do funcionamento regular dos conselhos, mediante documentos orientadores elaborados pelo CEDUC e promoção de encontros, reuniões e seminários em articulação com a UNICE)	Novo	Fornecimento de serviço de catibunda para evento do projeto Saber Melhor	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	ABRIL	FORNECIMENTO DE REFICOES / LANCHES / SALGADOS / DOCES	Unidade	5000	2	R\$ 10.000,00
CEUD 015	Monitoramento do funcionamento dos Conselhos (Estimular os promotores de justiça para que estejam no acompanhamento do funcionamento regular dos conselhos, mediante documentos orientadores elaborados pelo CEDUC e promoção de encontros, reuniões e seminários em articulação com a UNICE)	Novo	Impressão de cartilhas do projeto	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JANEIRO	GRAFICO - CONFECCAO SELLO / CONVITE / IMPRESSO / CERTIFICACAO ENVELOPE	Unidade	2,3	1000	R\$ 3.300,00
CEUD 016	Monitoramento do funcionamento dos Conselhos (Estimular os promotores de justiça para que estejam no acompanhamento do funcionamento regular dos conselhos, mediante documentos orientadores elaborados pelo CEDUC e promoção de encontros, reuniões e seminários em articulação com a UNICE)	Novo	Serviço de intérprete de Língua Brasileira de Sinais para evento	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	ABRIL	TRADUCAO / INTERPRETACAO SIMULTANEA / CONSULTORIA	Unidade	2500	1	R\$ 2.500,00
CEUD 017	Monitoramento do funcionamento dos Conselhos (Estimular os promotores de justiça para que estejam no acompanhamento do funcionamento regular dos conselhos, mediante documentos orientadores elaborados pelo CEDUC e promoção de encontros, reuniões e seminários em articulação com a UNICE)	Novo	Serviço de mestre de cerimônia para evento	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	ABRIL	LOCALACAO DE TEXTO / NESTRE DE CERIMONIA / LOÇUFOR / APRESEN-TADOR	Unidade	1800	1	R\$ 1.800,00
CEUD 018	Monitoramento do funcionamento dos Conselhos (Estimular os promotores de justiça para que estejam no acompanhamento do funcionamento regular dos conselhos, mediante documentos orientadores elaborados pelo CEDUC e promoção de encontros, reuniões e seminários em articulação com a UNICE)	Novo	Serviço de publicidade para o projeto	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	ABRIL	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	Unidade	5000	1	R\$ 5.000,00
CEUD 019	Realização de ações publicitárias (Impressão de cartilhas e noticiar o tema no site do MP e redes sociais)	Novo	Impressão de folheto e notas diretas	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	FEVEREIRO	GRAFICO - CONFECCAO SELLO / CONVITE / IMPRESSO / CERTIFICACAO ENVELOPE	Unidade	2,5	2000	R\$ 5.000,00
CEUD 020	Realização de ações publicitárias (Impressão de cartilhas e noticiar o tema no site do MP e redes sociais)	Novo	publicidade sobre o programa Saúde e Educação	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	FEVEREIRO	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	Unidade	8000	1	R\$ 8.000,00
CEUD 021	Atuação do Ministério na Defesa da Educação Pública do Oudalaxe	Novo	Análise de assessoria técnica sobre capacitação em eventos	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	FEVEREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	1000	8	R\$ 8.000,00
CEUD 022	Atuação do Ministério na Defesa da Educação Pública do Oudalaxe	Novo	Análise de assessoria técnica sobre monitoramento de redes sociais	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JANEIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	1000	10	R\$ 10.000,00
CEUD 023	Atuação do Ministério na Defesa da Educação Pública do Oudalaxe	Novo	Assistência de assessoria técnica para visitas às manifestações	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JANEIRO	FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVARIAS	Unidade	100	4	R\$ 600,00
CEUD 024	Atuação do Ministério na Defesa da Educação Pública do Oudalaxe	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JANEIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	2000	4	R\$ 8.000,00
CEUD 025	Ações de fortalecimento da CIB	Novo	PASSEAGENS AEREA	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JANEIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	2000	4	R\$ 8.000,00
CEUD 026	Ações de fortalecimento da CIB	Novo	DIAGNOSTICO PSICOLOGICO E EVIDENCIAS	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JANEIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	2000	4	R\$ 8.000,00
CEUD 027	Realizar capacitações para membros e servidores do MPBA	Novo	PASSEAGENS AEREA	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JANEIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	2000	4	R\$ 8.000,00
CEUD 028	Ações de fortalecimento da CIB	Novo	CAMPANHA PUBLICITARIA	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	OUTUBRO	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	Unidade	20000	1	R\$ 20.000,00
CEUD 029	Ações de fortalecimento da CIB	Novo	CAMPANHA PUBLICITARIA	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	OUTUBRO	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	Unidade	30000	1	R\$ 30.000,00
CEUD 030	Realizar ações de apoio do CAT / Realizar atos Promotores de Justiça	Novo	PASSEAGENS AEREA	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	AGOSTO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	2000,00	1	R\$ 2.000,00
CEUD 031	Realização de ações de capacitação, apoio e atendimento com outros órgãos na área de saúde mental	Novo	COFFEE BREAK	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	OUTUBRO	FORNECIMENTO DE REFICOES / LANCHES / SALGADOS / DOCES	Unidade	2000	1	R\$ 2.000,00
CEUD 032	Ações de acompanhamento da execução das políticas públicas de saúde da cidade de Bahia	Novo	COFFEE BREAK	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JULHO	FORNECIMENTO DE REFICOES / LANCHES / SALGADOS / DOCES	Unidade	3000,00	1	R\$ 3.000,00
CEUD 033	Campagna Publicitaria	Novo	MATERIAL GRAFICO	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	AGOSTO	GRAFICO - CONFECCAO SELLO / CONVITE / IMPRESSO / CERTIFICACAO ENVELOPE	Unidade	3	3000	R\$ 3.000,00
CEUD 034	Campagna Publicitaria	Novo	VESTIARIO	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	AGOSTO	CONFEC - BORDADO - AVIAMENTO DE ROUPA / FARBAMENTO / CAMBESIA	Unidade	40	300	R\$ 12.000,00
CEUD 035	Realização de ações de capacitação, apoio e atendimento com outros órgãos na área de saúde mental	Novo	INTERPRETE LIBRAS	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JULHO	SERVIÇOS DE ACESSIBILIDADE E INFORMACAO E COMUNICACAO	Unidade	2400,00	1	R\$ 2.400,00
CEUD 036	Realização de ações de capacitação, apoio e atendimento com outros órgãos na área de saúde mental	Novo	VESTIARIO	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	OUTUBRO	CONFEC - BORDADO - AVIAMENTO DE ROUPA / FARBAMENTO / CAMBESIA	Unidade	40	300	R\$ 12.000,00
CEUD 037	Atuação do Ministério na Defesa da Educação Pública do Oudalaxe	Novo	COFFEE BREAK	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	MARÇO	FORNECIMENTO DE REFICOES / LANCHES / SALGADOS / DOCES	Unidade	1500	5	R\$ 1.500,00
CEUD 038	Realização de Campanha Publicitaria	Novo	MATERIAL GRAFICO	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JULHO	GRAFICO - CONFECCAO SELLO / CONVITE / IMPRESSO / CERTIFICACAO ENVELOPE	Unidade	2	500	R\$ 1.000,00
CEUD 039	Realização de Campanha Publicitaria	Novo	CAMPANHA PUBLICITARIA	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JULHO	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	Unidade	30000	1	R\$ 30.000,00
CEUD 040	Realizar capacitações para membros e servidores do MPBA	Novo	COFFEE BREAK	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JULHO	FORNECIMENTO DE REFICOES / LANCHES / SALGADOS / DOCES	Unidade	3000	1	R\$ 3.000,00
CEUD 041	Realizar capacitações para membros e servidores do MPBA	Novo	INTERPRETE LIBRAS	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JULHO	SERVIÇOS DE ACESSIBILIDADE E INFORMACAO E COMUNICACAO	Unidade	8000	1	R\$ 8.000,00
CEUD 042	Campagna Publicitaria	Novo	VESTIARIO	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	ABRIL	CONFEC - BORDADO - AVIAMENTO DE ROUPA / FARBAMENTO / CAMBESIA	Unidade	10000	1	R\$ 10.000,00
CEUD 043	Campagna Publicitaria	Novo	MATERIAL GRAFICO	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	ABRIL	GRAFICO - CONFECCAO SELLO / CONVITE / IMPRESSO / CERTIFICACAO ENVELOPE	Unidade	5000	1	R\$ 5.000,00
CEUD 044	Trata CDE	Novo	Objeto de Trabalho 1	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	FEVEREIRO	MONITOR SISTEMA SEGURANCA	Unidade	4000	2	R\$ 8.000,00
CEUD 045	Trata CDE	Novo	Objeto de Trabalho 2	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	SETEMBRO	MONITOR SISTEMA SEGURANCA	Unidade	80000	3	R\$ 240.000,00
CEUD 046	Trata CDE	Novo	Manutenção de hardware	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JULHO	DESENVOLVIMENTO E/OU DOWLOAD DE SOFTWARE - PYTHON	Unidade	450000	1	R\$ 450.000,00
CEUD 047	Elaboração de PLAUPOCA 2025	Novo	Coffee break	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JULHO	FORNECIMENTO DE REFICOES / LANCHES / SALGADOS / DOCES	Unidade	50	100	R\$ 5.000,00
CEUD 048	Elaboração de PLAUPOCA 2025	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JULHO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	7000	1	R\$ 7.000,00
CEUD 049	Elaboração de PLAUPOCA 2025	Novo	Passagens terrestres	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JULHO	FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVARIAS	Unidade	500	5	R\$ 2.500,00
CEUD 050	Elaboração de PLAUPOCA 2025	Novo	Passagens terrestres	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	JULHO	FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVARIAS	Unidade	20000	1	R\$ 20.000,00
CEUD 051	Capacitação em atividades inovadoras	Novo	Conexão em redes sociais inovadoras	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	ABRIL	CONEXÃO FÍSICA / COMUNICAÇÃO	Unidade	30000	1	R\$ 30.000,00
CEUD 052	Capacitação em atividades inovadoras	Novo	Coffee break	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	ABRIL	FORNECIMENTO DE REFICOES / LANCHES / SALGADOS / DOCES	Unidade	30	300	R\$ 9.000,00
CEUD 053	Capacitação em atividades inovadoras	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	ABRIL	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	2500	1	R\$ 2.500,00
CEUD 054	Capacitação em atividades inovadoras	Novo	Passagem terrestre	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	ABRIL	FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVARIAS	Unidade	400	5	R\$ 2.000,00
CEUD 055	Execução do Projeto	Novo	Passagem aérea	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	FEVEREIRO	CONTATACAO DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	500	4	R\$ 2.000,00
CEUD 056	Execução do Projeto	Novo	Passagem terrestre	Serviços	CEUDUC	CEUDUC	FEVEREIRO	FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVARIAS	Unidade	500	4	R\$ 2.000,00
CEUD												

CGE-024	Realizar atividades técnicas de acompanhamento da implantação de Secretarias Processuais eletrônicas pelo Corredor Digital	Novo	Passagem terrestre	Bens	CGE	CGE	MARÇO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVÁRIA	Unidade	500	20	R\$ 10.000,00
CGE-025	Realizar atividades técnicas de acompanhamento da implantação de Secretarias Processuais eletrônicas pelo Corredor Digital	Novo	Passagem aérea	Bens	CGE	CGE	MARÇO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVÁRIA	Unidade	2500	4	R\$ 10.000,00
CGE-026	Inscrições em Curso de capacitação	Novo	Curso	Bens	CGE	CGE	ABRIL	CONTABILIDADE DE PASSAGEM AEREA JUNTO A COMPANHIA CREDENCIADA	Unidade	2722	2	R\$ 5.444,00
CGE-027	Inscrições em Curso de capacitação em análise por sistema	Novo	Curso	Bens	CGE	CGE	ABRIL	TREINAMENTO NA AREA DE ADMINISTRACAO	Unidade	3135	2	R\$ 10.239,00
CGE-028	Ações de sensibilização com os servidores do Proton	Novo	Curso	Bens	CGE	CGE	ABRIL	FORNECIMENTO DE IMPRESSORES / LANCHEIS / SALGADOS / DOCES	Unidade	5236	100	R\$ 5.236,00
CGE-029	Execução de Planos de Manutenção	Novo	Passagem terrestre	Bens	CGE	CGE	OUTUBRO	FORNECIMENTO PASSAGEM RODOVÁRIA	Unidade	206	10	R\$ 5.000,00
CGE-030	Capacitação - Curso de Etimologia Parlamentar	Novo	Curso	Bens	CGE	CGE	ABRIL	TREINAMENTO NA AREA DE ADMINISTRACAO	Unidade	5.000	6	R\$ 30.000,00
CGE-031	Execução de Plano de Manutenção	Novo	Comodidade em mobilidade/transportes	Bens	CGE	CGE	JANEIRO	BRINDE	Unidade	200	100	R\$ 20.000,00
CS-001	Contratar serviços, serviços e equipamentos especializados e manutenção dos existentes.	Novo	Curso de Danças	Bens	CSI	CSI	SETEMBRO	SEBULO AERONAVES	Unidade	1500	01	R\$ 1.500,00
CS-002	Realizar conferências (online, presencial, híbrido, produção de serviços)	Novo	Curso sobre segurança institucional	Bens	CSI	CSI	MARÇO	CURSO APERFEIÇOAMENTO / ESPECIALIZACAO PROFISSIONAL	Unidade	10700	01	R\$ 10.700,00
CS-003	Realizar capacitações (online, presencial, produção de serviços)	Novo	Curso sobre segurança institucional	Bens	CSI	CSI	AGOSTO	CURSO APERFEIÇOAMENTO / ESPECIALIZACAO PROFISSIONAL	Unidade	16400,00	01	R\$ 16.400,00
CS-004	Contratar serviços, serviços e equipamentos especializados e manutenção dos existentes.	Novo	Software de gerenciamento de dados	Bens	CSI	CSI	MARÇO	CRMSO DIBRITO USU SOFTWARE / ARQUIVO	Unidade	233000,00	01	R\$ 233.000,00
CS-005	Contratar serviços, serviços e equipamentos especializados e manutenção dos existentes.	Novo	Notepad	Bens	CSI	CSI	MARÇO	NOTEBOOK	Unidade	5000,00	01	R\$ 5.000,00
CS-006	Contratar serviços, serviços e equipamentos especializados e manutenção dos existentes.	Novo	Tablet	Bens	CSI	CSI	MARÇO	TABLET	Unidade	2500,00	02	R\$ 5.000,00
CS-007	Contratar serviços, serviços e equipamentos especializados e manutenção dos existentes.	Novo	Colete Balístico	Bens	CSI	CSI	JUNHO	COLETE SEGURANCA	Unidade	1450,00	04	R\$ 5.800,00
CS-008	Adquirir equipamentos e softwares especializados e renovar itens já existentes.	Novo	SOFTWARE CREATIVE CLOUD	Bens	CSI	CSI	ABRIL	SERVICO DE LICENCA PELA USU DE SOFTWARE	Unidade	4600,00	01	R\$ 4.600,00
CS-009	Adquirir equipamentos e softwares especializados e renovar itens já existentes.	Novo	SOFTWARE PROCESSAMENTO DADOS DE ANÁLISE FINANCEIRA	Bens	CSI	CSI	ABRIL	SERVICO DE LICENCA PELA USU DE SOFTWARE	Unidade	20500,00	01	R\$ 20.500,00
CS-010	Adquirir equipamentos e softwares especializados e renovar itens já existentes.	Novo	SOFTWARE VISUAL STUDIO	Bens	CSI	CSI	ABRIL	SERVICO DE LICENCA PELA USU DE SOFTWARE	Unidade	42000,00	01	R\$ 42.000,00
CS-011	Adquirir equipamentos e softwares especializados e renovar itens já existentes.	Novo	MICROCOMPUTADOR	Bens	CSI	CSI	JUNHO	MICROCOMPUTADOR	Unidade	12000,00	01	R\$ 12.000,00
CS-012	Adquirir equipamentos e softwares especializados e renovar itens já existentes.	Novo	SERVER/BACKUP	Bens	CSI	CSI	JUNHO	SERVER/BACKUP	Unidade	150000,00	01	R\$ 150.000,00
CS-013	Adquirir equipamentos e softwares especializados e renovar itens já existentes.	Novo	NOTEBOOK	Bens	CSI	CSI	JUNHO	NOTEBOOK	Unidade	13000,00	01	R\$ 13.000,00
CS-014	Contratar serviços de acesso à Base de Dados.	Renovação de Contrato	SERVICO DE ACESSO A BASE DE DADOS	Bens	CSI	CSI	SETEMBRO	BANCO DADOS INFORMACOES - COMERCIAIS / CADASTRAIS / TECNICAS	Unidade	20000,00	01	R\$ 20.000,00
CS-015	Realizar conferências com outros órgãos	Renovação de Contrato	BASE DE DADOS SERPRO I	Bens	CSI	CSI	JUNHO	BANCO DADOS INFORMACOES - COMERCIAIS / CADASTRAIS / TECNICAS	Unidade	10000,00	01	R\$ 10.000,00
CS-016	Realizar conferências com outros órgãos	Renovação de Contrato	BANCO DE DADOS SERPRO I	Bens	CSI	CSI	MARÇO	BANCO DADOS INFORMACOES - COMERCIAIS / CADASTRAIS / TECNICAS	Unidade	8400,00	01	R\$ 8.400,00
DADM-001	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	MESA DE TRABALHO PADRÃO HOCHO	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	MESA MADEIRA	Unidade	3500	7	R\$ 24.500,00
DADM-002	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	CONDICIONADOR DE AR	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	MÓDULO DE TRABALHO PARA ESCRITÓRIO	Unidade	2500	7	R\$ 17.500,00
DADM-003	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	GAVETEIRO VOLANTE PADRÃO HOCHO	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	GAVETEIRO HOVEL	Unidade	2000	7	R\$ 14.000,00
DADM-004	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	MESA DE REUNIÃO REDONDA PADRÃO HOCHO	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	MESA REUNIÃO REDONDA	Unidade	3000	7	R\$ 21.000,00
DADM-005	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	ARMÁRIO A TO 3 PATELERNAS PADRÃO HOCHO	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	ARMÁRIO ESCRITÓRIO	Unidade	2200	7	R\$ 15.400,00
DADM-006	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	ARMÁRIO BAIXO COM 1 PATELERNAS PADRÃO HOCHO	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	ARMÁRIO ESCRITÓRIO	Unidade	1200	7	R\$ 8.400,00
DADM-007	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	MESA DE TRABALHO EXCLUSIVA 1,8M PADRÃO WENDÉ	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	MESA MADEIRA	Unidade	3500	7	R\$ 24.500,00
DADM-008	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	MÓDULO BAIXO 1,8M PADRÃO WENDÉ	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	ARMÁRIO	Unidade	2400	7	R\$ 16.800,00
DADM-009	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	ARMÁRIO BAIXO MODULAR PADRÃO WENDÉ	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	ARMÁRIO ESCRITÓRIO	Unidade	2400	7	R\$ 16.800,00
DADM-010	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	MESA DE REUNIÃO DESDESTA CIRCULAR 1,80M PADRÃO WENDÉ	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	MESA REUNIÃO REDONDA	Unidade	3000	7	R\$ 21.000,00
DADM-011	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	MESA DE REUNIÃO DESDESTA OVAL 2000 MM PADRÃO WENDÉ	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	MESA REUNIÃO OVAL - SEM OVAL	Unidade	3000	7	R\$ 21.000,00
DADM-012	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	ET EM 1,5 COM CONDADO CARVALHO PRATA	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	MÓDULO DE TRABALHO PARA ESCRITÓRIO	Unidade	1400	20	R\$ 28.000,00
DADM-013	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	ET LINEAR 1,20 CARVALHO PRATA	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	MESA MADEIRA	Unidade	1000	20	R\$ 20.000,00
DADM-014	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	ET LINEAR 1,80 CARVALHO PRATA	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	MESA MADEIRA	Unidade	900	20	R\$ 18.000,00
DADM-015	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	GAVETEIRO VOLANTE 40 CM CARVALHO PRATA	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	GAVETEIRO HOVEL	Unidade	750	20	R\$ 15.000,00
DADM-016	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	ARMÁRIO BAIXO CARVALHO PRATA	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	ARMÁRIO ESCRITÓRIO	Unidade	1000	20	R\$ 20.000,00
DADM-017	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Serviço de controle e armazenamento de veículos de frota e de serviços de lavagem dos	Bens	DADM	DADM	NOVEMBRO	CONTROLE DE ABASTECIMENTO DE VEICULOS	Unidade	1500,00	12	R\$ 2.000,00
DADM-018	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Serviço de controle e armazenamento de manuseio dos veículos nas condições a frota do Ministério Pb	Bens	DADM	DADM	JUNHO	MANUTENCAO DE VEICULOS E TERMOIS	Unidade	50.000,00	12	R\$ 600.000,00
DADM-019	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	ET EM 1,5 COM CONDADO ARGILA	Bens	DADM	DADM	MARÇO	MÓDULO DE TRABALHO PARA ESCRITÓRIO	Unidade	1200	100	R\$ 120.000,00
DADM-020	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Serviço de transporte rodoviário de cargas (matutino) e esbalmamento diversificado com utilização de vol.	Bens	DADM	DADM	JANEIRO	TRANSPORTE RODOVARIO MOBILIARIO MATERIAIS/EQUIPAMENTOS/IMPRESSOAS	Unidade	50.000,00	20	R\$ 1.000.000,00
DADM-021	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Locação de PSICO-ÔNIBUS de, no máximo 02 unidades, com combustível e motorista por conta do contrat.	Bens	DADM	DADM	OUTUBRO	TRANSPORTE RODOVARIO - PESSOAL POR AUTOMOVES	Unidade	37.000,00	12	R\$ 444.000,00
DADM-022	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Locação de ONIBUS para transporte de passageiros Al. Al. Al. com condutor e motorista por conta do contrat.	Bens	DADM	DADM	OUTUBRO	TRANSPORTE RODOVARIO - PESSOAL POR AUTOMOVES	Unidade	20.000,00	12	R\$ 240.000,00
DADM-023	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	ET EM 1,50 ARGILA	Bens	DADM	DADM	MARÇO	MÓDULO DE TRABALHO PARA ESCRITÓRIO	Unidade	1100	100	R\$ 121.000,00
DADM-024	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	ET LINEAR 1,80 ARGILA	Bens	DADM	DADM	MARÇO	MESA MADEIRA	Unidade	850	100	R\$ 10.500,00
DADM-025	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	ET LINEAR 1,20 ARGILA	Bens	DADM	DADM	MARÇO	MESA MADEIRA	Unidade	900	100	R\$ 11.700,00
DADM-026	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	ET LINEAR 1,40 ARGILA	Bens	DADM	DADM	MARÇO	MESA MADEIRA	Unidade	1100	100	R\$ 12.100,00
DADM-027	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	MESA DE REUNIÃO CIRCULAR 1,80 ARGILA	Bens	DADM	DADM	MARÇO	MESA REUNIÃO REDONDA	Unidade	900	100	R\$ 10.100,00
DADM-028	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	MESA DE REUNIÃO COMPOSIÇÃO ARGILA	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	MESA REUNIÃO REDONDA	Unidade	1000	200	R\$ 200.000,00
DADM-029	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	GAVETEIRO VOLANTE 52 CM ARGILA	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	GAVETEIRO HOVEL	Unidade	700	300	R\$ 210.000,00
DADM-030	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	MESA RETANGULAR PARA COPA COZINHA	Bens	DADM	DADM	MARÇO	MESA COPA/COZINHA	Unidade	1200	50	R\$ 62.000,00
DADM-031	Atendimento de Demandas com Acréscimo e Substituições de Móveis e Equipamentos, nas Unidades da Capital e do Interior.	Novo	ARMÁRIO BAIXO ARGILA	Bens	DADM	DADM	FEVEREIRO	ARMÁRIO ESCRITÓRIO	Unidade	800	180	R\$ 144.000,00

DADM 073	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Serviços Contínuos de Cotas de entrega de Documentos e Encomendas	Serviços	DADM	DADM	NOVEMBRO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTOCICLISTA	Unidade	29603,700	13	R\$ 303.833,33
DADM 074	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Atividades de gerenciamento analítico de mídias sociais e geração de relatórios, contendo legendas legend	Serviços	DADM	DADM	SETEMBRO	COMAÇÃO DE BENS EQUIPAMENTOS DE TI - MANEJAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - OPERADOR	Unidade	5.000,00	12	R\$ 60.000,00
DADM 075	Execução em Consórcios de Serviços Públicos em Unidade Administrativa	Renovação de Contrato	CONTRATO DE PREÇOS FIXOS SEM FOMENTO DE PACOTES DOS CORREIOS	Serviços	DADM	DADM	OCTUBRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	40.000,00	12	R\$ 480.000,00
DADM 076	Atividades de planejamento, gestão e execução de MP	Novo	Análise de documentação técnica para licitação	Novo	DADM	DADM	JANEIRO	INTERCOMUNICADOR COMFIO	Unidade	2.600,00	12	R\$ 31.200,00
DADM 077	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	10.313,13	12	R\$ 123.757,56
DADM 078	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	MARÇO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	61.511,90	12	R\$ 738.142,80
DADM 079	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	AGOSTO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	86.111,96	12	R\$ 1.033.343,52
DADM 080	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	CAPACIDADE TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO E ELABORAÇÃO DE IRRM	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	TREINAMENTO NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Unidade	5.370,10	14	R\$ 75.181,50
DADM 081	Aplicação de serviços de informática	Novo	Serviço de suporte técnico de nível 1/2/3 - Ticket 2 e Consultoria, Bateria	Serviços	DADM	DADM	JULHO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL - LEVETS - PESADOS	Unidade	39.484,30	12	R\$ 473.811,60
DADM 082	Aplicação de serviços de informática	Novo	Análise de atividades de nível de assistência e call center	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL - LEVETS - PESADOS	Unidade	300.000,00	14	R\$ 3.600.000,00
DADM 083	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	Contratação de consultoria técnica	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTOCICLISTA	Unidade	106.177,12	12	R\$ 1.274.125,44
DADM 084	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	Contratação de consultoria técnica	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTOCICLISTA	Unidade	2.200,00	12	R\$ 26.400,00
DADM 085	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	Serviço de locação de veículos administrativos, incluindo manutenção de inventário e controle, veículos 100%	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL - LEVETS - PESADOS	Unidade	223.036,30	30	R\$ 2.676.395,40
DADM 086	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	Previsão de serviços de manutenção de equipamentos de informática	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL - LEVETS - PESADOS / COM MOTORISTA	Unidade	8.000,00	12	R\$ 96.000,00
DADM 087	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	Análise de base operacional de bens	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	ARTIGO REVISTA PUBLICAÇÃO DE AR	Unidade	30,00	130	R\$ 3.900,00
DADM 088	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	Serviço de limpeza de instalações	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA / VALORES / CONFIRMAÇÃO	Unidade	300,00	8	R\$ 2.400,00
DADM 089	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	Serviço de locação de veículos administrativos, incluindo manutenção de inventário e controle, veículos 100%	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA / VALORES / PESADOS	Unidade	190,00	190	R\$ 38.000,00
DADM 090	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	Diagnóstico de equipamentos	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	SERVIÇOS DE OPERACIONES DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS	Unidade	100,00	4	R\$ 400,00
DADM 091	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	Contratamento de serviços para descarte de materiais	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	TRATAMENTO DE RESÍDUOS	Unidade	150,00	12	R\$ 1.800,00
DADM 092	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	NOVEMBRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	1.960,825	12	R\$ 23.529,00
DADM 093	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	2.814,47	12	R\$ 33.773,64
DADM 094	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	86.376,00	12	R\$ 1.036.416,00
DADM 095	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	AGOSTO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	2.028,324	12	R\$ 24.339,89
DADM 096	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	AGOSTO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	4.803,33	12	R\$ 57.639,96
DADM 097	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	7.508,95	12	R\$ 90.107,40
DADM 098	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	NOVEMBRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	2.808,75	12	R\$ 33.705,00
DADM 099	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	3.502,92	12	R\$ 42.035,04
DADM 100	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	1.800,13	12	R\$ 21.601,56
DADM 101	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	2.853,53	12	R\$ 34.242,36
DADM 102	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	NOVEMBRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	2.128,79	12	R\$ 25.545,48
DADM 103	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	CONTRATO DE PREÇOS FIXOS PARA MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	DEBEMOS CUMPRIR ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM	Unidade	27,0000	60	R\$ 1.620,00
DADM 104	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	Atividade de instalação com Alocado de Administração Foco Inovação para o novo site	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	ADRESIVO COLAGEM	Unidade	35,00	140	R\$ 4.900,00
DADM 105	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	Análise de SIMPLIFIS instalado com base nos dados de todo o município, com o intuito de criar o IRRM	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	SIMULADOR ALTERNATIVO	Unidade	200,00	20	R\$ 4.000,00
DADM 106	Atividades de planejamento de documentos	Renovação de Contrato	Contratação de Prestador de Serviços de Impressão de Documentos	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO / INDEXAÇÃO DE DOCUMENTOS	Unidade	62,00	120000	R\$ 7.440,00
DADM 107	Atividades de planejamento de documentos	Renovação de Contrato	Procedimentos necessários à Prestação de Serviços de Gestão Documental	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	DOCUMENTO - GUARDA / TRANSMISSÃO	Unidade	22.000,00	7000	R\$ 154.000,00
DADM 108	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Serviços de manutenção de equipamentos de informática	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	EXTINTOR INCENDIO	Unidade	8.800,00	60	R\$ 528.000,00
DADM 109	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Serviço de Manutenção e Manutenção / Otimização de sites existentes na Gestão de Manutenção PMS	Serviços	DADM	DADM	SETEMBRO	DESENVOLVIMENTO / TRANSFERÊNCIA / OBTENTACAO	Unidade	4.000,00	4	R\$ 16.000,00
DADM 110	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Análise de Contratos	Serviços	DADM	DADM	JULHO	ANEXO	Unidade	300,00	1	R\$ 300,00
DADM 111	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Serviço de Chequeamento de Cheques, com emissão de relatório de produção e entrega	Serviços	DADM	DADM	AGOSTO	CALIBRADO	Unidade	44.327,2	1	R\$ 44.327,20
DADM 112	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Serviço de prestação de manutenção preventiva, corretiva e emergencial de rede elétrica	Serviços	DADM	DADM	NOVEMBRO	MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO CONTROLE DE ACESSO/FISCAL	Unidade	17.020,00	1	R\$ 17.020,00
DADM 113	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Previsão de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial de rede elétrica	Serviços	DADM	DADM	NOVEMBRO	MANUTENÇÃO / RECONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL	Unidade	15.000,00	1	R\$ 15.000,00
DADM 114	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Previsão de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial de rede elétrica	Serviços	DADM	DADM	NOVEMBRO	MANUTENÇÃO / RECONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL	Unidade	15.000,00	1	R\$ 15.000,00
DADM 115	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EXTINTORES	Serviços	DADM	DADM	MARÇO	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EXTINTORES - CORREÇÃO DE PARÂMETROS	Unidade	15.000,00	60	R\$ 90.000,00
DADM 116	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Previsão de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial de rede elétrica	Serviços	DADM	DADM	NOVEMBRO	PREVENÇÃO DE ATROFICACÃO DE TECIDO CONJUNTIVO	Unidade	30.000,00	1	R\$ 30.000,00
DADM 117	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Análise de base operacional de bens	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	CONFICACAO/ANALISE DE PLACA DE EMBALAGEM	Unidade	330,00	1	R\$ 330,00
DADM 118	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Análise de base operacional de bens	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MOTORES/VEÍCULOS/REPOSTA	Unidade	200,00	1	R\$ 200,00
DADM 119	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Previsão de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial de rede elétrica	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	TELEVISÃO - APARTAMENTO	Unidade	300,00	12	R\$ 3.600,00
DADM 120	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	Previsão de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial de rede elétrica	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	CONTROLE DE MANUTENÇÃO/REPARAÇÃO/INSTAURANTE	Unidade	400,00	12	R\$ 4.800,00
DADM 121	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	JULHO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	3.508,18	12	R\$ 42.098,16
DADM 122	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	JULHO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	8.000,00	12	R\$ 96.000,00
DADM 123	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	4.130,00	12	R\$ 49.560,00
DADM 124	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	FEBREIRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	1.033,33	20000	R\$ 20.666,60
DADM 125	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	CAFÉ, torrado e moído, embalagem de 250g	Bens	DADM	DADM	FEBREIRO	CAFÉ	Unidade	3.679,73	12	R\$ 44.156,76
DADM 126	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	CAFÉ, torrado em grão, sem aditivos, embalagem de 1kg	Bens	DADM	DADM	FEBREIRO	CAFÉ GRÃO	Unidade	62,00	800	R\$ 4.960,00
DADM 127	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	CAFÉ, torrado, embalagem de 1kg	Bens	DADM	DADM	FEBREIRO	CAFÉ	Unidade	62,00	800	R\$ 4.960,00
DADM 128	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	LEITE, em pó, integral, embalagem de 200g	Bens	DADM	DADM	FEBREIRO	LEITE EM PÓ	Unidade	6,96	3000	R\$ 20.880,00
DADM 129	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	COPIA, para água, discoloração, capacidade 200 ml	Bens	DADM	DADM	FEBREIRO	COPIA DESCARTEÁVEL	Unidade	5,00	10000	R\$ 50.000,00
DADM 130	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	COPIA, para café, discoloração, capacidade 200 ml	Bens	DADM	DADM	FEBREIRO	COPIA DESCARTEÁVEL	Unidade	5,00	1000	R\$ 5.000,00
DADM 131	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	Cartão Extrator, Cx. A4	Bens	DADM	DADM	FEBREIRO	CARTÃO ESPERDIFICADO	Unidade	1,52	5000	R\$ 2.280,00
DADM 132	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	Cartão Extrator, Cx. A4	Bens	DADM	DADM	FEBREIRO	CARTÃO ESPERDIFICADO	Unidade	1,52	2000	R\$ 3.040,00
DADM 133	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	Cartão Extrator, Cx. A4	Bens	DADM	DADM	FEBREIRO	CARTÃO ESPERDIFICADO	Unidade	1,52	800	R\$ 1.216,00
DADM 134	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	ESTABILIZADOR de tensão, potência nominal mínima 100VA, tensão de entrada (volts) 110V a 220 volts	Bens	DADM	DADM	JANEIRO	ESTABILIZADOR DE TENSÃO	Unidade	300,00	1	R\$ 300,00
DADM 135	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	ESTABILIZADOR de tensão, potência nominal mínima 100VA, tensão de entrada (volts) 110V a 220 volts	Bens	DADM	DADM	JANEIRO	ESTABILIZADOR DE TENSÃO	Unidade	312,00	140	R\$ 43.680,00
DADM 136	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	1.900,14	12	R\$ 22.801,68
DADM 137	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	2.860,07	12	R\$ 34.328,40
DADM 138	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	JULHO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	3.074,55	12	R\$ 36.894,60
DADM 139	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	JULHO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	39.242,55	12	R\$ 470.910,60
DADM 140	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	FEBREIRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	2.827,77	12	R\$ 33.933,24
DADM 141	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	620,98	12	R\$ 7.451,76
DADM 142	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	3.386,70	12	R\$ 40.640,40
DADM 143	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	3.484,18	12	R\$ 41.810,16
DADM 144	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	3.848,47	12	R\$ 46.181,64
DADM 145	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	MARÇO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	1.050,14	12	R\$ 12.601,68
DADM 146	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	2.018,65	12	R\$ 24.223,80
DADM 147	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	1.500,70	12	R\$ 18.008,40
DADM 148	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	DEZEMBRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	4.800,48	12	R\$ 57.605,76
DADM 149	Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	Renovação de Contrato	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL URBANO PARA FINEMS RESIDENCIAIS, DESTINADO AO IRRM	Serviços	DADM	DADM	JANEIRO	LOCALIZAÇÃO DE MOVEL	Unidade	4.		

DA24-301	Aparelhamento da Unidade do Município Público	Novo	Aquisição de Unidade acústica/onda de corte para sala de reuniões	Bens	DA2M	DA2M	JANIEIRO	COMPACTADOR(CPU)	Unidade	31.000,00	2	R\$ 62.000,00
DA24-304	Aparelhamento da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Aquisição de Switch de rede gerenciável(G3 portas)	Bens	DA2M	DA2M	JANIEIRO	SWITCH	Unidade	9.000,00	1	R\$ 9.000,00
DA24-308	Aparelhamento da Unidade do Município Público	Novo	Aquisição de mesa retila e vidro para sala de conferência	Bens	DA2M	DA2M	JANIEIRO	EQUIPAMENTO DE REUNION/CONFERENCIA	Unidade	800,00	1	R\$ 800,00
DA24-309	Aparelhamento da Unidade do Município Público	Novo	Aquisição de Hub de rede	Bens	DA2M	DA2M	JANIEIRO	CONCENTRADOR	Unidade	5.800,00	1	R\$ 5.800,00
DA24-311	Aparelhamento da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Aquisição de Hub de rede	Bens	DA2M	DA2M	JANIEIRO	CONCENTRADOR	Unidade	7.200,00	1	R\$ 7.200,00
DA24-362	Aparelhamento da Unidade do Município Público	Novo	Servico de Ponta de Instalação, configuração e treinamento total 1	Servicos	DA2M	DA2M	JANIEIRO	SERVICOS DE PROJETOS DE REDES DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO(ECONOMICACAO ETC)	Unidade	86.000,00	2	R\$ 172.000,00
Planejamento e Aquisição de Máquinas e Equipamentos.												
Atendimento de Demandas com Arrendados e Substituição de Móveis e Equipamentos, nos												
DA24-363	Unidades de Capital e de Interim.	Novo	Aquisição de moedor profissional 90"	Bens	DA2M	DA2M	FEVEREIRO		Unidade	4000,00	3	R\$ 12000,00
DA24-364	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	Aquisição de Substituto para mesa para sala de reunião.	Bens	DA2M	DA2M	JANIEIRO	TACOMPO	Unidade	4000,00	1	R\$ 4000,00
DA24-365	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Novo	Aquisição de Caixa Registradora	Bens	DA2M	DA2M	FEVEREIRO	CAIXA REGISTRADORA	Unidade	800,00	1	R\$ 800,00
DA24-366	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	Lavagem e higienização de fachada externa	Servicos	DA2M	DA2M	MARCO	PRESTACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO - FACHADAS ENVOLVIDAS- CURTAS	Unidade	175.000,00	02	R\$ 350.000,00
DA24-367	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	LICACAO de um telhado, de 20m x 10m	Servicos	DA2M	DA2M	JANIEIRO	NECESSARIAS - OUTRA MODERNIZACAO	Unidade	166.000,00	1	R\$ 166.000,00
DA24-368	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	JANIEIRO	CONFERENCAS E REUNIOES - PAINEL DE LUMINARIAS	Unidade	200.000,00	1	R\$ 200.000,00
DA24-369	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	JUNHO	INSTALACAO E MONTAGEM DE PAINEL DE LUMINARIAS	Unidade	166.000,00	1	R\$ 166.000,00
DA24-370	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	JUNHO	INSTALACAO E MONTAGEM DE PAINEL DE LUMINARIAS	Unidade	166.000,00	1	R\$ 166.000,00
DA24-371	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	FEVEREIRO	TOLDO	Unidade	500.000,00	12	R\$ 6.000.000,00
DA24-372	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	FEVEREIRO	TOLDO	Unidade	250.000,00	1	R\$ 250.000,00
DA24-373	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	JUNHO	CONFECCAO E INSTALACAO DE APARELHO DE TESTES - CUIRO / SORVACHA / LAMA	Unidade	95,00	1.200	R\$ 95.000,00
DA24-374	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	JUNHO	LOCALIZACAO DE REDE - CADEIRA PROBLEMO INDICACAO INTERIOR	Unidade	6200,00	1	R\$ 6.200,00
DA24-375	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	JUNHO	CONFECCAO - BORDADO - MAQUINADO DE ROUPA / FARBAMENTO / CAMISELA	Unidade	6200,00	1	R\$ 6.200,00
DA24-376	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	JANIEIRO	LOCALIZACAO DE EQUIPAMENTO ELETRONICO, COM VIDEO / FILMAGEM	Unidade	1000,00	10	R\$ 10.000,00
DA24-377	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	JANIEIRO	LEITURA CARTAO PROBLEMO	Unidade	1250,00	8	R\$ 9.000,00
DA24-378	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	JANIEIRO	EDIFICACAO DE PAINEL	Unidade	1225,00	8	R\$ 9.800,00
DA24-379	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	MARCO	CABINETE ELABORACAO	Unidade	3000,00	3	R\$ 9.000,00
DA24-380	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	ABRIL	ESPELHO	Unidade	214,00	56	R\$ 45.904,00
DA24-381	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	MARCO	CABO RETRO REFLETIVO	Unidade	15000,00	1	R\$ 15.000,00
DA24-382	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	ABRIL	TURBO HORACIO	Unidade	2000,00	1	R\$ 2000,00
DA24-383	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	MARCO	CONTATO TELEFONICO - COMPONENTE TACENSO	Unidade	20000,00	1	R\$ 20.000,00
DA24-384	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	MARCO	REVESTIMENTO DE PAREDE	Unidade	10000,00	1	R\$ 10.000,00
DA24-385	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	JUNHO	TUBO DE REDE	Unidade	10000,00	1	R\$ 10.000,00
DA24-386	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	JUNHO	IMPERMEABILIZANTE	Unidade	3000,00	1	R\$ 3000,00
DA24-387	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	JUNHO	TUBIA	Unidade	10000,00	1	R\$ 10.000,00
DA24-388	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	JUNHO	FERRAMENTA	Unidade	4000,00	1	R\$ 4000,00
DA24-389	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	MARCO	BATERIA NAO RECARGAVEL	Unidade	3000,00	1	R\$ 3000,00
DA24-390	Municipliação de Serviços Técnicos e Administrativos	Servicos	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOND ADMINISTRATIVO	Servicos	DA2M	DA2M	MARCO	ESCADARIA	Unidade	10000,00	1	R\$ 10.000,00
DA24-401	Conservação da Unidade do Município Público	Novo	Formosamento e instalação de sistema VAV	Servicos	DEA	DEA	OUTUBRO	AR CONDICIONADO - INSTALACAO E MONTAGEM DE MONITORAGEM E MANUTENCAO (PARADE / SISTEMAS)	Unidade	20000,00	1	R\$ 20.000,00
DA24-402	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	MANUTENCAO / INSTALACAO - INSPECCAO	Unidade	4100,00	12	R\$ 49.200,00
DA24-403	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	MANUTENCAO DE SISTEMAS DE RESERVA ELÉTRICA DE SOBRI	Unidade	49904,40	1	R\$ 49.904,40
DA24-404	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	INSTALACAO / MANUTENCAO - ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES, MONTA - CARGAS / PLATAFORMA	Unidade	89264,65	1	R\$ 89.264,65
DA24-405	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	ESCADAS	Unidade	8000,00	12	R\$ 96.000,00
DA24-406	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	LOCALIZACAO E ENERGIA INTERFERIDA (NOBRES)	Unidade	2308,96	12	R\$ 27.707,52
DA24-407	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAL INCENDIO	Unidade	34457,40	12	R\$ 413.488,80
DA24-408	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	MANUTENCAO DE SISTEMAS DE PROTECCAO CONTRA INCENDIO	Unidade	5548,00	12	R\$ 66.576,00
DA24-409	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	INSTALACAO / MANUTENCAO / ESPANSAO / PROGRAMACAO / LOCALIZACAO - EQUIPAMENTO TELEFONICO	Unidade	4508,27	12	R\$ 54.099,24
DA24-410	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	INSTALACAO / MANUTENCAO - ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES, MONTA - CARGAS / PLATAFORMA	Unidade	20118,00	12	R\$ 241.416,00
DA24-411	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	ESCADAS	Unidade	33973,70	12	R\$ 407.684,40
DA24-412	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAL INCENDIO	Unidade	1000,00	12	R\$ 12.000,00
DA24-413	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAL INCENDIO	Unidade	7300,00	12	R\$ 87.600,00
DA24-414	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	INSTALACAO / MANUTENCAO / ESPANSAO / PROGRAMACAO / LOCALIZACAO - EQUIPAMENTO TELEFONICO	Unidade	6306,45	12	R\$ 75.677,40
DA24-415	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	MANUTENCAO DE BARRIO DESELOJADOR DE ENERGIA	Unidade	1880,00	12	R\$ 22.560,00
DA24-416	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE APARELHO DE PAREDE	Unidade	20954,60	12	R\$ 251.455,20
DA24-417	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE APARELHO DE PAREDE	Unidade	9940,41	12	R\$ 119.284,92
DA24-418	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	FEVEREIRO	AR CONDICIONADO - INSTALACAO E MONTAGEM DE MONITORAGEM E MANUTENCAO (PARADE / SISTEMAS)	Unidade	21567,72	1	R\$ 215.677,20
DA24-419	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JUNHO	MANUTENCAO / REFORMA / PREDIA	Unidade	10933,33	4	R\$ 43.733,32
DA24-420	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	MANUTENCAO DE SISTEMAS DE PROTECCAO CONTRA INCENDIO	Unidade	8000,00	12	R\$ 96.000,00
DA24-421	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	MANUTENCAO / REFORMA / PREDIA	Unidade	1000,00	12	R\$ 12.000,00
DA24-422	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	INSTALACAO / MANUTENCAO - ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA	Unidade	27000,00	1	R\$ 27.000,00
DA24-423	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	MARCO	AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAL INCENDIO	Unidade	20000,00	1	R\$ 200.000,00
DA24-424	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	DEA	ESTUDIOS PROJETOS DE ELEVADORES E ESCADAS ROLANTES - AVANCA CAO / MODERNIZACAO	Unidade	8300,00	1	R\$ 83.000,00
DA24-425	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JUNHO	OBRAS CIVIS DE REFORMACAO ESTRUTURAL - ESTRUTURAS METALICAS	Unidade	40000,00	1	R\$ 400.000,00
DA24-426	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	MANUTENCAO DE BARRIO DESELOJADOR DE ENERGIA	Unidade	200,00	1	R\$ 200,00
DA24-427	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JUNHO	CONSULTORIA E ASESORIA - AR CONDICIONADO (QUALIDADE DO AR	Unidade	7000,00	1	R\$ 7.000,00
DA24-428	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	SETEMBRO	AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS LIMPEZA	Unidade	3000,00	1	R\$ 3.000,00
DA24-429	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	DEA	MANUTENCAO / REFORMA / PREDIA	Unidade	1398,40	12	R\$ 16.780,80
DA24-430	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	DEA	AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAL INCENDIO	Unidade	1000,00	1	R\$ 10.000,00
DA24-431	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	DEA	ESTUDIOS PROJETOS DE ELEVADORES E ESCADAS ROLANTES - AVANCA CAO / MODERNIZACAO	Unidade	2400,00	1	R\$ 24.000,00
DA24-432	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	DEA	CONSULTORIA E ASESORIA - AR CONDICIONADO (QUALIDADE DO AR	Unidade	3000,00	1	R\$ 30.000,00
DA24-433	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JUNHO	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVICOS PROFISSIONAIS	Unidade	15000,00	1	R\$ 15.000,00
DA24-434	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	MARCO	ELABORACAO / ANALISE PROJETO - ENGENHARIA	Unidade	3000,00	1	R\$ 30.000,00
DA24-435	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JUNHO	ESTUDIOS PROJETOS DE ESTRUTURAS - CONCRETO ARMADO	Unidade	10000,00	1	R\$ 100.000,00
DA24-436	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JUNHO	ESTUDIOS PROJETOS DE ESTRUTURAS - CONCRETO ARMADO	Unidade	10000,00	1	R\$ 100.000,00
DA24-437	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	JANIEIRO	SONDAGENS TERRESTRES E PERICULSO / RISTATIVO	Unidade	20000,00	4	R\$ 80.000,00
DA24-438	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	ABRIL	OBRAS CIVIS PUBLICAS (CONSTRUCAO)	Unidade	500000,00	1	R\$ 5.000.000,00
DA24-439	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	OUTUBRO	OBRAS CIVIS PUBLICAS (CONSTRUCAO)	Unidade	400000,00	1	R\$ 4.000.000,00
DA24-440	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	OUTUBRO	OBRAS CIVIS PUBLICAS (CONSTRUCAO)	Unidade	400000,00	1	R\$ 4.000.000,00
DA24-441	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	OUTUBRO	OBRAS CIVIS PUBLICAS (CONSTRUCAO)	Unidade	400000,00	1	R\$ 4.000.000,00
DA24-442	Conservação da Unidade do Município Público	Renovação de Contrato	Manutenção de ar-condicionado sala Usuar	Servicos	DEA	DEA	OUTUBRO	OBRAS CIVIS PUBLICAS (CONSTRUCAO)	Unidade	400000,00	1	R\$

071-006	Aquisição de Notebook	Novo	Notebook	Bens	071	071	JANHEIRO	NOTEBOOK	Unidade	5500,00	650	R\$ 3.575.000,00
071-007	Aquisição de Computador/Monitor	Novo	Aquisição de Computador e Monitor	Bens	071	071	JANHEIRO	MICROCOMPUTADOR	Unidade	4000,00	450	R\$ 1.800.000,00
071-008	Aquisição de Mouse	Novo	Aquisição de Mouse	Bens	071	071	JANHEIRO	MICROTELECOMUNICAÇÃO	Unidade	100,00	175	R\$ 102.000,00
071-009	Aquisição de Scanner	Novo	Aquisição de Scanner	Bens	071	071	JANHEIRO	SCANNER	Unidade	3000,00	60	R\$ 180.000,00
071-010	Aquisição de Câmera PTZ	Novo	Aquisição de Câmera PTZ	Bens	071	071	JANHEIRO	CÂMERA VIDEOCONFERÊNCIA	Unidade	300,00	1	R\$ 303.000,00
071-011	Projeção de Contrato de Serviços de TI	Novo	Projeção de Contrato de Serviços de TI	Bens	071	071	JANHEIRO	SERVIÇOS DE SERVIÇOS DE TIC	Unidade	229527,76	12	R\$ 2.765.333,12
071-012	Projeção de Contrato de Manutenção e Insumos	Renovação de Contrato	Projeção de Contrato de Manutenção e Insumos	Bens	071	071	JANHEIRO	CENTRAL DE EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO	Unidade	165094,42	12	R\$ 1.977.933,04
071-013	Projeção de Contrato de Manutenção e Insumos	Renovação de Contrato	Projeção de Contrato de Manutenção e Insumos	Bens	071	071	JANHEIRO	LOCALIZAÇÃO DE COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	Unidade	2400,00	600	R\$ 576.000,00
071-014	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Suporte técnico para instalação de infraestrutura	Contratação de TIC	071	071	FEBREIRO	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (ITC)	Unidade	2400,00	1	R\$ 2.400.000,00
071-015	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Prestitação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, classificadas como Serviço OC	Contratação de TIC	071	071	FEBREIRO	SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO DE SISTEMAS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (ITC)	Unidade	85308,966,79	1	R\$ 85308.966,79
071-016	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Contrato analítico de suporte Técnico e atualização de uma ou mais ferramentas Software, Consultas Mensais - Paralelo	Contratação de TIC	071	071	FEBREIRO	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TRANSFÊRO E CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE	Unidade	85320.533,78	1	R\$ 240.533,78
071-017	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Prestitação de serviços de suporte Técnico e atualização de uma ou mais ferramentas Software, Consultas Mensais Paralelo	Contratação de TIC	071	071	FEBREIRO	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TRANSFÊRO E CONFIGURAÇÃO / PARAMETRIZAÇÃO DE SOFTWARE	Unidade	85362.522,60	1	R\$ 38.522,60
071-018	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Suporte e manutenção de trabalho, através de software para armazenamento e transmissão dos pontos para	Contratação de TIC	071	071	MAIO	SERVIÇOS ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL	Unidade	85147.789,30	1	R\$ 147.789,30
071-019	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Projeção e emissão de Certificados Digitais	Contratação de TIC	071	071	DEZEMBRO	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SA, COM TROVÃO PESSOA FÍSICA	Unidade	85183.536,96	1	R\$ 182.536,96
071-020	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Contrato de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva no Data Center	Contratação de TIC	071	071	JUNHO	MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (CORRETTIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA)	Unidade	85133.631,44	1	R\$ 33.631,44
071-021	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Prestitação de serviços técnicos especializados e excecões de atualização tecnológica, manutenção cor	Contratação de TIC	071	071	MAIO	PLATAFORMA COMO SERVIÇO - PaaS	Unidade	85170.652,31	1	R\$ 70.652,31
071-022	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	SELIÇÃO DAS MELHORES PROPOSTAS DE PREÇO PARA REGISTRO, VISANDO A CONTINUIDADE DE EMP	Contratação de TIC	071	071	DEZEMBRO	PEQUENA DE MERCADO	Unidade	720000	1	R\$ 720.000,00
071-023	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Problemas e a integração de sistemas e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, para out	Contratação de TIC	071	071	OUTUBRO	SERVIÇO REDE COMUNICADA DADOS E IMAGEM	Unidade	85309.462,66	1	R\$ 309.462,66
071-024	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Prestitação de serviços continuados de conectividade, compreendendo links de Internet banda larga fixa	Contratação de TIC	071	071	DEZEMBRO	ACCESSO A INTERNET - STIC (BANDA LARGA)	Unidade	8589.374,26	1	R\$ 89.374,26
071-025	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Prestitação de serviços continuados de conectividade, compreendendo links de Internet banda larga fixa	Contratação de TIC	071	071	DEZEMBRO	ACCESSO A INTERNET - STIC (BANDA LARGA)	Unidade	85133.084,04	1	R\$ 133.084,04
071-026	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Prestitação de serviços continuados de conectividade, compreendendo links de Internet banda larga fixa	Contratação de TIC	071	071	MARÇO	ACCESSO A INTERNET - STIC (BANDA LARGA)	Unidade	856.400,00	1	R\$ 6.400,00
071-027	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Prestitação de serviços continuados de conectividade, compreendendo links de Internet banda larga fixa	Contratação de TIC	071	071	MARÇO	ACCESSO A INTERNET - STIC (BANDA LARGA)	Unidade	85255.774,35	1	R\$ 255.774,35
071-028	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Prestitação de serviços continuados de conectividade, compreendendo links de Internet banda larga fixa	Contratação de TIC	071	071	MARÇO	ACCESSO A INTERNET - STIC (BANDA LARGA)	Unidade	85453.505,78	1	R\$ 543.505,78
071-029	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Consultoria em Análise Operacional	Contratação de TIC	071	071	FEBREIRO	CONSULTORIA E ASSessorIA - TECNOLOGIA INFORMACAO	Unidade	600	120	R\$ 72.000,00
071-030	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Consultoria específica para o DDI - POWER PLATFORM	Contratação de TIC	071	071	MARÇO	TREINAMENTO INFORMÁTICA - SISTEMA / SOFTWARE	Unidade	25000	3	R\$ 75.000,00
071-031	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Consultoria DDI incluindo parcerias em eventos e seminários	Serviços	071	071	MARÇO	TREINAMENTO INFORMÁTICA - SISTEMA / SOFTWARE	Unidade	15000	5	R\$ 75.000,00
071-032	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Suporte de proteção, armazenamento e encocamento em nuvem	Contratação de TIC	071	071	JUNHO	PLATAFORMA COMO SERVIÇO - PaaS	Unidade	500	10000	R\$ 5.000.000,00
071-033	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Circuitos de internet redundantes para a Saab CAB	Contratação de TIC	071	071	MARÇO	SERVIÇO REDE COMUNICADA DADOS E IMAGEM	Unidade	80000	2	R\$ 160.000,00
071-034	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Contrato de serviços de suporte Técnico - suporte técnico para facilita a resolução de objetos de reclama e su	Contratação de TIC	071	071	JANHEIRO	CENTRAL DE SERVIÇOS DE TIC	Unidade	225027,76	12	R\$ 2.706.333,12
071-035	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Contratação de serviços de Otimização de Impressão	Serviços	071	071	JUNHO	AQUIES DE IMPRESSORA / MULTIFUNCCIONAL / PLOTTER / SCANNER	Unidade	165094,42	12	R\$ 1.977.933,04
071-036	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Aquisição de Heatset	Bens	071	071	AGOSTO	FOUR OXIDIO	Unidade	200	600	R\$ 120.000,00
071-037	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Aquisição de Webcam	Bens	071	071	JUNHO	CÂMERA WEB	Unidade	373,47	200	R\$ 85.307,50
071-038	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Aquisição de HD externo 2T	Bens	071	071	JUNHO	MEMÓRIA PORTÁIL MICROCOMPUTADOR	Unidade	600	20	R\$ 12.000,00
071-039	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Aquisição de Suporte de Notebook	Bens	071	071	JUNHO	SUPORTE	Unidade	100	1000	R\$ 100.000,00
071-040	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Projeto de "CLOUD AS A SERVICE"	Bens	071	071	JANHEIRO	LOCALIZAÇÃO DE COMPUTADORES / PERIFÉRICOS	Unidade	720	600	R\$ 288.000,00
071-041	Aquisição de Hardware	Renovação de Contrato	Aquisição de Acessórios de Informática	Serviços	071	071	AGOSTO	PECAS E ACESSÓRIOS/FERRAMENTAS	Unidade	150000	1	R\$ 150.000,00
071-042	Aquisição de Hardware	Novo	Aquisição de Workstation	Bens	071	071	JANHEIRO	MICROCOMPUTADOR	Unidade	7000	64	R\$ 532.280,00
071-043	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Licenças Software EA	Serviços	071	071	ABRIL	INFORMÁTICA - PROGRAMAS FECHADOS (SOFTWARE)	Unidade	2500	20	R\$ 40.000,00
071-044	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Sistema de Acesso a Contatos de Pontos de Função	Serviços	071	071	MAIO	INFORMÁTICA - PROGRAMAS FECHADOS (SOFTWARE)	Unidade	50000	1	R\$ 50.000,00
071-045	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Licença software DocuSign Desktop	Serviços	071	071	MARÇO	INFORMÁTICA - PROGRAMAS FECHADOS (SOFTWARE)	Unidade	1000	40	R\$ 40.000,00
071-046	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Seguro-Ocupação Correr	Contratação de TIC	071	071	NOVEMBRO	SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM SEGURANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAÇÃO (ITC)	Unidade	800000	1	R\$ 800.000,00
071-047	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Fornecimento de Licença de uso do Sistema JPA, Sinalis de Demandas, versão 6.3.0, com instalação e	Contratação de TIC	071	071	DEZEMBRO	SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE SISTEMAS	Unidade	69909,19	1	R\$ 69.909,19
071-048	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Suporte nas soluções de eventos sistemas de indisponibilidade e erros de instalação e	Contratação de TIC	071	071	JUNHO	SERVIÇOS AUXILIARES DE TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICAÇÃO	Unidade	100000	1	R\$ 100.000,00
071-049	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	licença ADOBE CREATIVE CLOUD BY TEAM GOVERNAMENTAL APPS, com direito de atualização	Bens	071	071	JANHEIRO	CESSÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS SOBRE PROGRAMAS DE COMPUTADOR/LOCALIZAÇÃO DE SOFTWARE	Unidade	13075	11	R\$ 153.775,00
071-050	Adquirir licenciamento de software Microsoft do data center	Novo	CONTRATO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE MICROSOFT DO DATA CENTER	Contratação de TIC	071	071	MARÇO	LICENCIAMENTO DE DIREITOS PERMANENTES DE USO DE SOFTWARE PARA SERVIDOR	Unidade	600000	1	R\$ 600.000,00
071-051	Adquirir licença de software para desenvolvimento de sistemas	Novo	ADQUIRIR LICENÇAS PARA DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Contratação de TIC	071	071	AGOSTO	INFORMÁTICA - PROGRAMAS FECHADOS (SOFTWARE)	Unidade	100000	1	R\$ 100.000,00
071-052	Contratação de sistema de armazenamento	Novo	ADQUIRIR LICENÇA DE VIGILAMENTAMENTO	Contratação de TIC	071	071	AGOSTO	CÂMERA DE VIDEO DE SEGURANCA	Unidade	300000	1	R\$ 300.000,00
071-053	Contratar licenciamento de ferramenta de BPM DYNATRACE	Novo	CONTRATAR LICENCIAMENTO ADICIONAL DYNATRACE	Contratação de TIC	071	071	AGOSTO	CESSÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS SOBRE PROGRAMAS DE COMPUTADOR/LOCALIZAÇÃO DE SOFTWARE	Unidade	600000	1	R\$ 600.000,00
071-054	Adquirir expansão de storage	Novo	ADQUIRIR LICENÇA DE STORAGE	Contratação de TIC	071	071	JANHEIRO	"SERVIDOR ARQUIVO"	Unidade	1400000	1	R\$ 1.400.000,00
071-055	Adquirir solução de backup	Novo	ADQUIRIR SOLUÇÃO DE BACKUP	Contratação de TIC	071	071	JANHEIRO	SENVODR	Unidade	200000	1	R\$ 200.000,00
071-056	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	PAPEL - ACORDO COOPERAÇÃO TÉCNICA - IMPRESSA	Contratação de TIC	071	071	DEZEMBRO	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE REDES DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAÇÃO (ITC)	Unidade	8539.875,50	1	R\$ 39.875,50
071-057	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	CONTRATAR SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO PLATAFORMA BURENETS	Bens	071	071	JUNHO	CESSÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS SOBRE PROGRAMAS DE COMPUTADOR/LOCALIZAÇÃO DE SOFTWARE	Unidade	300000	1	R\$ 300.000,00
071-058	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	CONTRATAR INTERNET DEDICADA PARA PROMOTORIAS REGIONAIS	Bens	071	071	SETEMBRO	ACCESSO A INTERNET - STIC (BANDA LARGA)	Unidade	720000	1	R\$ 720.000,00
071-059	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	ADQUIRIR FERRAMENTAS E MATERIAIS DE INFRAESTRUTURA DE REDE	Contratação de TIC	071	071	JUNHO	CABO DE COMPUTADOR	Unidade	80000	65	R\$ 48.000,00
071-060	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Prestitação de serviços de suporte técnico e operacional de Rede, incluindo serviços de con	Contratação de TIC	071	071	FEBREIRO	SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAÇÃO (ITC)	Unidade	5.000	12	R\$ 60.000,00
071-061	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Instalação de serviços técnicos especializados e excecões de atualização tecnológica e manutenção com	Contratação de TIC	071	071	MAIO	SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAÇÃO (ITC)	Unidade	2.300	35	R\$ 77.000,00
071-062	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Renovação de Contrato	Suporte e internet mobil, modem Banda Larga	Contratação de TIC	071	071	JUNHO	ACCESSO A INTERNET MOVEL/BANDA LARGA	Unidade	160	1200	R\$ 192.000,00
071-063	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Prestitação de serviços de manutenção preventiva, analítica e corretiva no Data Center	Contratação de TIC	071	071	JUNHO	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO / MONITORAÇÃO / FERRAMENTAMENTO E MANUTENÇÃO DE REDE LOCAL DE COMPUTADORES	Unidade	45000	12	R\$ 540.000,00
071-064	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E EXCLUSIVOS DE CONSULTORIA, SUPORTE TÉCNICO ATUAL,	Contratação de TIC	071	071	NOVEMBRO	SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAÇÃO (ITC)	Unidade	9000	12	R\$ 108.000,00
071-065	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Serviço de Manutenimento de Maquiagem e Cabelecareira	Contratação de TIC	071	071	SETEMBRO	SERVIÇO DE RASTREAMENTO	Unidade	40000,00	1	R\$ 40.000,00
071-066	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E EXCLUSIVOS DE CONSULTORIA, SUPORTE TÉCNICO ATUAL,	Contratação de TIC	071	071	NOVEMBRO	SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAÇÃO (ITC)	Unidade	9000	12	R\$ 108.000,00
071-067	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Serviço de Manutenimento de Maquiagem e Cabelecareira	Contratação de TIC	071	071	SETEMBRO	SERVIÇO DE RASTREAMENTO	Unidade	40000,00	1	R\$ 40.000,00
071-068	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E EXCLUSIVOS DE CONSULTORIA, SUPORTE TÉCNICO ATUAL,	Contratação de TIC	071	071	NOVEMBRO	SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAÇÃO (ITC)	Unidade	9000	12	R\$ 108.000,00
071-069	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Serviço de Manutenimento de Maquiagem e Cabelecareira	Contratação de TIC	071	071	SETEMBRO	SERVIÇO DE RASTREAMENTO	Unidade	40000,00	1	R\$ 40.000,00
071-070	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E EXCLUSIVOS DE CONSULTORIA, SUPORTE TÉCNICO ATUAL,	Contratação de TIC	071	071	NOVEMBRO	SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAÇÃO (ITC)	Unidade	9000	12	R\$ 108.000,00
071-071	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Serviço de Manutenimento de Maquiagem e Cabelecareira	Contratação de TIC	071	071	SETEMBRO	SERVIÇO DE RASTREAMENTO	Unidade	40000,00	1	R\$ 40.000,00
071-072	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E EXCLUSIVOS DE CONSULTORIA, SUPORTE TÉCNICO ATUAL,	Contratação de TIC	071	071	NOVEMBRO	SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAÇÃO (ITC)	Unidade	9000	12	R\$ 108.000,00
071-073	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Serviço de Manutenimento de Maquiagem e Cabelecareira	Contratação de TIC	071	071	SETEMBRO	SERVIÇO DE RASTREAMENTO	Unidade	40000,00	1	R\$ 40.000,00
071-074	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E EXCLUSIVOS DE CONSULTORIA, SUPORTE TÉCNICO ATUAL,	Contratação de TIC	071	071	NOVEMBRO	SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAÇÃO (ITC)	Unidade	9000	12	R\$ 108.000,00
071-075	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Serviço de Manutenimento de Maquiagem e Cabelecareira	Contratação de TIC	071	071	SETEMBRO	SERVIÇO DE RASTREAMENTO	Unidade	40000,00	1	R\$ 40.000,00
071-076	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E EXCLUSIVOS DE CONSULTORIA, SUPORTE TÉCNICO ATUAL,	Contratação de TIC	071	071	NOVEMBRO	SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAÇÃO (ITC)	Unidade	9000	12	R\$ 108.000,00
071-077	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Serviço de Manutenimento de Maquiagem e Cabelecareira	Contratação de TIC	071	071	SETEMBRO	SERVIÇO DE RASTREAMENTO	Unidade	40000,00	1	R\$ 40.000,00
071-078	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E EXCLUSIVOS DE CONSULTORIA, SUPORTE TÉCNICO ATUAL,	Contratação de TIC	071	071	NOVEMBRO	SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAÇÃO (ITC)	Unidade	9000	12	R\$ 108.000,00
071-079	Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Novo	Serviço de Manutenimento de Maquiagem e Cabelecareira	Contratação de TIC	071	071	SETEMBRO	SERVIÇO DE RASTREAMENTO	Un			

PRVA0305F1HD-012	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	MANUTENÇÃO DO MOTOR PORTA ELÉTRICO	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	MAIO	MANUTENÇÃO / REFORMA PREDIAL	Unidade	750	01	R\$ 750,00
PRVA0305F1HD-013	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	MANUTENÇÃO PARTE ELÉTRICA	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	MAIO	MANUTENÇÃO / REFORMA PREDIAL	Unidade	1200	1	R\$ 1.200,00
PRVA0305F1HD-014	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	CONFECCAO DE PLACA DE IDENTIFICACAO	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	MARCO	CONFIGURACAO DE PLACAS / QUADROS / DISTINTIVOS / ARREFATOS DEACRILICO / METAL / LAMINADO / PVC	Unidade	4500	02	R\$ 9.000,00
PRVA0305F1HD-015	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	MONITORAMENTO ELETRONICO SANTO AMARO CANEDAS	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	JANEIRO	PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCIA - ELETRONICAZA HORAS DIURNAS	Unidade	416	12	R\$ 4.992,00
PRVA0305F1HD-016	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	INSTALACAO DE PLACA DE IDENTIFICACAO	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	MARCO	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL	Unidade	5000	1	R\$ 5.000,00
PRVA0305F1HD-017	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Manutenção de computadores de rede	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	JANEIRO	MANUTENCAO / REFORMAZAO DE RESERVATORIO DE AGUA POTAVEL	Unidade	200	4	R\$ 800,00
PRVA0305F1HD-018	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Instalação de aparelhos de ar condicionado na PR do Prado	Mão	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	JUNHO	AFARELHO AR CONDICIONADO	Unidade	10 50	420	R\$ 4.410,00
PRVA0305F1HD-019	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Serviço de Investimento e saneamento	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	MARCO	PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCIA - ELETRONICAZA HORAS DIURNAS	Unidade	500	12	R\$ 6.000,00
PRVA0305F1HD-020	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Serviço de Instalação (à exceção da construção)	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	FEVEREIRO	AR CONDICIONADO - INSTALACAO/CONTAGEM/DEMON/CONTAGEM/RENOVACAO - (PARADE / SISTEMAS)	Unidade	1000	4	R\$ 4.000,00
PRVA0305F1HD-021	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Confecção de placas	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	JANEIRO	CONFIGURACAO DE PLACAS / QUADROS / DISTINTIVOS / ARREFATOS DEACRILICO / METAL / LAMINADO / PVC	Unidade	2000	1	R\$ 2.000,00
PRVA0305F1HD-022	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Controle de placas	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	FEVEREIRO	CONFIGURACAO DE PLACAS / QUADROS / DISTINTIVOS / ARREFATOS DEACRILICO / METAL / LAMINADO / PVC	Unidade	2000	1	R\$ 2.000,00
PRVA0305F1HD-023	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Serviço de investigação e vigilância	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	FEVEREIRO	PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCIA - ELETRONICAZA HORAS DIURNAS	Unidade	400	12	R\$ 4.800,00
PRVA0305F1HD-024	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Serviço de manutenção e limpeza	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	FEVEREIRO	PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCIA - ELETRONICAZA HORAS DIURNAS	Unidade	450	12	R\$ 5.400,00
PRVA0305F1HD-025	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Manutenção de sistema predial	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	ABRIL	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL	Unidade	5000	1	R\$ 5.000,00
PRVA0305F1HD-026	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Desmontagem / restauração / debrascagem	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	ABRIL	DESMONTACAO / DESMONTACAO / IDENTIFICACAO	Unidade	2000	1	R\$ 2.000,00
PRVA0305F1HD-027	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Prestitão de serviços de julgamento - julgamento	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	JUNHO	PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCIA - ORGANICA 24 HORAS DIURNAS	Unidade	1000	12	R\$ 12.000,00
PRVA0305F1HD-028	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Manutenção / Trocação de inventário de água potável	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	JUNHO	MANUTENCAO / REFORMAZAO DE RESERVATORIO DE AGUA POTAVEL	Unidade	4000	1	R\$ 4.000,00
PRVA0305F1HD-029	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Manutenção de extintores / mangueiras - combate incêndio	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	JUNHO	MANUTENCAO EXTERIORES / MANGUEIRAS - COMBATE INCENDIO	Unidade	3000	1	R\$ 3.000,00
PRVA0305F1HD-030	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	AR CONDICIONADO - INSTALACAO/CONTAGEM/DEMON/CONTAGEM/RENOVACAO - (PARADE / SISTEMAS)	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	MAIO	AR CONDICIONADO - INSTALACAO/CONTAGEM/DEMON/CONTAGEM/RENOVACAO - (PARADE / SISTEMAS)	Unidade	3000	3	R\$ 9.000,00
PRVA0305F1HD-031	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Manutenção de sistema predial	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	JUNHO	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
PRVA0305F1HD-032	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Serviço de instalação (à exceção da construção)	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	MAIO	AR CONDICIONADO - INSTALACAO/CONTAGEM/DEMON/CONTAGEM/RENOVACAO - (PARADE / SISTEMAS)	Unidade	700	3	R\$ 2.100,00
PRVA0305F1HD-033	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	MANEJAMENTO MOTORIZADO PDE GRANADA	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	FEVEREIRO	MANUTENCAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE TRABEGO DE CIRCUITOS (ENCOMENDAS E MALOTES)	Certo	1.200,00	12	R\$ 14.400,00
PRVA0305F1HD-034	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	ALOCACAO DE MOEDAS COINADAS PARA VALENCIA	Locação de Imóveis	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	SETEMBRO	LOCACAO DE MOEDAS	Unidade	3.000,00	10	R\$ 30.000,00
PRVA0305F1HD-035	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	MONITORAMENTO ELETRONICO PARA A SEDE DA REGIONAL DE VALENCIA	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	SETEMBRO	PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCIA - ORGANICA 24 HORAS DIURNAS	Unidade	420 00	12	R\$ 5.040,00
PRVA0305F1HD-036	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	MONITORAMENTO ELETRONICO PARA A PROMOTORIA DE JUSTICA DE GANDU	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	FEVEREIRO	PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCIA - ORGANICA ELETRONICA (INTERGRADA) - 24 HORAS DIURNAS	Unidade	440 00	12	R\$ 5.280,00
PRVA0305F1HD-037	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	MONITORAMENTO ELETRONICO PARA A SEDE DA PJE SPEC. MEIO AMBIENTE VALENCIA	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	JUNHO	PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCIA - ORGANICA ELETRONICA (INTERGRADA) - 24 HORAS DIURNAS	Certo	880 00	12	R\$ 10.560,00
PRVA0305F1HD-038	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	MONITORAMENTO ELETRONICO PARA A PROMOTORIA DE JUSTICA DE IBERIA	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	FEVEREIRO	PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCIA - ORGANICA ELETRONICA (INTERGRADA) - 24 HORAS DIURNAS	Certo	440 00	12	R\$ 5.280,00
PRVA0305F1HD-039	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	MONITORAMENTO ELETRONICO PARA A PROMOTORIA DE JUSTICA DE ITABERICA	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	FEVEREIRO	PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCIA - ORGANICA ELETRONICA (INTERGRADA) - 24 HORAS DIURNAS	Certo	800 00	12	R\$ 9.600,00
PRVA0305F1HD-040	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	SINALIZACAO EXTERNA PARA A SEDE DA PJE AMBIENTAL VALENCIA	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	FEVEREIRO	CONFIGURACAO DE PLACAS / QUADROS / DISTINTIVOS / ARREFATOS DEACRILICO / METAL / LAMINADO / PVC	Certo	500 00	1	R\$ 5.000,00
PRVA0305F1HD-041	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	SINALIZACAO EXTERNA PARA A PROMOTORIA DE JUSTICA DE GRANADA	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	FEVEREIRO	CONFIGURACAO DE PLACAS / QUADROS / DISTINTIVOS / ARREFATOS DEACRILICO / METAL / LAMINADO / PVC	Unidade	5.000 00	1	R\$ 5.000,00
PRVA0305F1HD-042	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	LIMPEZA E RECAPACACAO DE CAPRITES PARA A SEDE DA PJE VALENCIA PJE AMBIENTAL VALENCIA PJE	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	FEVEREIRO	LIMPEZA / RECAPACACAO DE CAPRITES E TAPETES	Unidade	10.000 00	1	R\$ 10.000,00
PRVA0305F1HD-043	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	AR CONDICIONADO - LIMPEZA E MANUTENCAO NA DE GRUBER E GANDU	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	FEVEREIRO	AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS LIMPEZA	Unidade	12.000 00	1	R\$ 12.000,00
PRVA0305F1HD-044	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	RECARGA E MANUTENCAO DE EXTINTORES PARA A SEDE DA PJE VALENCIA PJE AMBIENTAL VALENCIA PJE	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	MARCO	MANUTENCAO EXTERIORES / MANGUEIRAS - COMBATE INCENDIO	Certo	8.000 00	1	R\$ 8.000,00
PRVA0305F1HD-045	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	SINALIZACAO EXTERNA PARA A PROMOTORIA DE JUSTICA DE GANDU	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	ABRIL	CONFIGURACAO DE PLACAS / QUADROS / DISTINTIVOS / ARREFATOS DEACRILICO / METAL / LAMINADO / PVC	Unidade	5.000 00	1	R\$ 5.000,00
PRVA0305F1HD-046	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRONICO PARA A PROMOTORIA DE JUSTICA DE ITABERICA	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	ABRIL	CENTRAL MONITORAMENTO	Certo	10.000 00	01	R\$ 10.000,00
PRVA0305F1HD-047	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	SERVICOS DE AMBAGEM PARA A SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DE GRANADA	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	FEVEREIRO	PRESTACAO DE SERVICOS DE AMBAGEM - OUTROS SERVICOS - OUTRA/PROFUNDIDADE	Certo	6.000 00	1	R\$ 6.000,00
PRVA0305F1HD-048	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Monitoramento eletrônico da PR de Vitória da Conquista	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	MARCO	PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCIA - ORGANICA 24 HORAS DIURNAS	Unidade	400	12	R\$ 4.800,00
PRVA0305F1HD-049	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Monitoramento eletrônico da PR de Póvoas	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	MAIO	PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCIA - ORGANICA 24 HORAS DIURNAS	Unidade	400	12	R\$ 4.800,00
PRVA0305F1HD-050	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Maneja motorizado para PJE de Póvoas	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	OUTUBRO	DISTRIBUICAO / ENTREGA - DOCUMENTO / JORNAL / REVISTA / LIVRO	Unidade	800	12	R\$ 9.600,00
PRVA0305F1HD-051	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Serviço de julgamento para a PJE de Vitória da Conquista	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	DEZEMBRO	PRESTACAO DE SERVICOS DE AMBAGEM - OUTROS SERVICOS - OUTRA/PROFUNDIDADE	Unidade	400	12	R\$ 4.800,00
PRVA0305F1HD-052	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Transporte de água mineral em caminhão em sistema de gerenciamento de 20 litros para a PJE de Póvoas	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	FEVEREIRO	PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCIA - ORGANICA 24 HORAS DIURNAS	Unidade	15	00	R\$ 150,00
PRVA0305F1HD-053	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Limpeza de base elétrica para ligação	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	JUNHO	LIMPEZA DE FORÇA ELETRO / BOMBA DE LUBR	Unidade	800	1	R\$ 800,00
PRVA0305F1HD-054	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Reparação de reservatório de água da PJE de Vitória da Conquista	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	AGOSTO	MANUTENCAO / REFORMAZAO DE RESERVATORIO DE AGUA POTAVEL	Unidade	1000	1	R\$ 1.000,00
PRVA0305F1HD-055	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Detalhamento de PJE de Vitória da Conquista	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	SETEMBRO	Unidade	850	1	R\$ 850,00	
PRVA0305F1HD-056	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Reparação de sistema de incêndio da PJE de Vitória da Conquista e da PJE de Póvoas	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	OUTUBRO	MANUTENCAO EXTERIORES / MANGUEIRAS - COMBATE INCENDIO	Unidade	1200	1	R\$ 1.200,00
PRVA0305F1HD-057	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Reforma e manutenção predial	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	JUNHO	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL	Unidade	116.286 33	1	R\$ 116.286,33
PRVA0305F1HD-058	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Manutenção de aparelhos de ar condicionado na PR de Póvoas	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	AGOSTO	AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS LIMPEZA	Unidade	500 00	2	R\$ 1.000,00
PRVA0305F1HD-059	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Instalação de ar condicionado na PR de Canabral	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	JUNHO	AR CONDICIONADO - INSTALACAO/CONTAGEM/DEMON/CONTAGEM/RENOVACAO - (PARADE / SISTEMAS)	Unidade	800	1	R\$ 800,00
PRVA0305F1HD-060	Funcionamento da Promotoria Regional do Ministério Público	Novo	Instalação de ar condicionado na PR de Itambé	Serviços	PRVA0305F1HD	PRVA0305F1HD	ABRIL	AR CONDICIONADO - INSTALACAO/CONTAGEM/DEMON/CONTAGEM/RENOVACAO - (PARADE / SISTEMAS)	Unidade	900	1	R\$ 900,00



Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Exercício igual a 2025
Código da Unidade Gestora igual a 0054

Exercício:	2025
Esfera:	F - Fiscal
Órgão:	40 - Ministério Público - MPE
Unidade Orçamentária:	40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência
Unidade Gestora:	0054 - Promotoria de Justiça Regional de Valença
Função:	03 - Essencial à Justiça
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa de Governo:	464 - Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania
PAOE:	4058 - Funcionamento de Promotoria Regional do Ministério Público
Região:	5800 - Baixo Sul
Objetivo do PAOE:	Assegurar o funcionamento das promotorias regionais do Ministério Público, possibilitando aprimorar a rede de integração da gestão administrativa
Produto:	2518 - Promotoria regional em funcionamento
Quantidade Prevista:	1,00 unidade
Quantidade Atual:	1,00 unidade

Natureza da Despesa	Destinação de Recursos	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
3.3.90.30.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	6.249,30	0,00	0,00	0,00	2.314,00	2.314,00	2.270,00	2.270,00	3.935,30
3.3.90.36.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	48.000,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.760,00	47.760,00	19.900,00	15.920,00	240,00
3.3.90.39.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	112.000,00	0,00	0,00	112.000,00	0,00	6.249,30	0,00	0,00	73.310,00	73.310,00	33.770,00	27.652,50	32.440,70
Região	Total do Tesouro		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	55.940,00	45.842,50	36.616,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Região		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	55.940,00	45.842,50	36.616,00
PAOE	Total do Tesouro		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	55.940,00	45.842,50	36.616,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal PAOE		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	55.940,00	45.842,50	36.616,00

Anexo PLAN 60 ATUALIZADO-06.06.2025 (1564005) SEI 19.09.01158.0016964/2025-20 / pg. 33



Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Natureza da Despesa	Destinação de Recursos	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
Programa	Total do Tesouro		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	55.940,00	45.842,50	36.616,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Programa			160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	55.940,00	45.842,50
UO	Total do Tesouro		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	55.940,00	45.842,50	36.616,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal UO			160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	55.940,00	45.842,50
Órgão	Total do Tesouro		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	55.940,00	45.842,50	36.616,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Órgão			160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	55.940,00	45.842,50
Geral	Total do Tesouro		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	55.940,00	45.842,50	36.616,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral			160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	55.940,00	45.842,50



DESPACHO

Trata-se de procedimento de **dispensa de licitação não eletrônica**, instruído com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023, catalogada nesta unidade sob o nº **141/2025**, encaminhado pela **Promotoria de Justiça Regional de Valença**, para **prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença/BA, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses**, com pedido de publicação de aviso de interesse em contratar por dispensa de licitação.

Retornamos o presente expediente à **Unidade Demandante** informando que, após análise da instrução do processo em epígrafe, identificamos o que segue:

No documento 1562940 relativo ao "Documento de Formalização da Demanda":

01. Em "**Previsão no Plano de Contratação Anual**": não foi informado o código previsto no PCA e sim o código PDM vinculado a esta contratação, solicitamos a correção;

Orientamos, ainda, que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade, para procedermos com a divulgação do aviso no Portal MPBA.

Thalita Brito Caldas

Assistente técnico-administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 354.181



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** - Assistente Técnico Administrativa, em 10/06/2025, às 13:13, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1567400** e o código CRC **D538140B**.



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação, conforme parâmetros básicos a seguir elencados, a serem complementados em Termo de Referência (TR)/Projeto Básico e Estudo Técnico Preliminar (caso necessário).

DESCRIÇÃO DA DEMANDA

1. Objeto da Futura Contratação:

Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento, com inclusão de custos com internet, para a Promotoria de Justiça ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE- SEDE VALENÇA , de 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de meses, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

ATENÇÃO: Replicar esta informação no item 1.1 do Termo de

Referência

2. Objeto se enquadra em solução de tecnologia da Informação:

() SIM
() NÃO

Nota: Resolução

CNMP 283/2024

3. Unidade Solicitante:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE- SEDE VALENÇA

4. Unidade Gestora do Recurso (Código e Nome):

40.101 - 0054- PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA

5. Origem do Recurso: (Marcar com X - Indicar conforme dotação orçamentária destinada à despesa)

() RECURSOS PRÓPRIOS - Orçamento do MPBA
() RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO ESTADUAL
() RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO FEDERAL

CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO: (Se aplicável; caso contrário, informar "Não se aplica")

PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

() SIM, contratação se encontra prevista no PCA, conforme dados abaixo:

Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - Orgânica -24 Horas Diuturnas	005	10.560,00

() NÃO, apresentando-se, a seguir, a justificativa para ausência de previsão no PCA.

JUSTIFICATIVA:

ATENÇÃO: Inserir texto com a

justificativa

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTES DOCUMENTO

Nome Completo:

LUCIVANE LOPES DA SILVA MARQUES

Unidade Administrativa:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA

IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO DA UNIDADE SOLICITANTE

Nome Completo:

GUSTAVO FONSECA VIEIRA

Órgão/Unidade:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE- SEDE VALENÇA

ATENÇÃO: Este documento deverá ser, obrigatoriamente, assinado no SEI pelo servidor responsável pelo preenchimento.
O superior imediato deverá inserir uma manifestação no SEI dando ciência da solicitação.



Documento assinado eletronicamente por **Lucivane Lopes da Silva Marques** - Gestora Administrativa IV, em 10/06/2025, às 14:06, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1567854** e o código CRC **34C58E33**.

19.09.01158.0016964/2025-20

1567854v1

@descricao_orgao_m



Salvador, 10 de junho de 2025.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo SEI nº 19.09.01158.0016964/2025-20
Dispensa de Licitação nº 141/2025

O Ministério Público do Estado da Bahia, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento a realização de Dispensa de Licitação, em sua forma não eletrônica, que tem objeto a “**prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença/BA, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses**”, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e seu(s) apenso(s)”.

Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas.

As propostas de preços serão recebidas, exclusivamente, pelos e-mails **valenca@mpba.mp.br** e **basevalenca@mpba.mp.br** até às 23h59min do dia **17 de junho de 2025**.

Informações detalhadas sobre o objeto da contratação e sobre as regras para participação de fornecedores interessados encontram-se no Termo de Referência, bem como modelo de proposta, disponibilizados para download no Portal MPBA.

Dúvidas e esclarecimentos podem ser obtidos através do e-mail acima ou ainda pelo telefone **(75) 3641-1812; (75) 3641-1831; (75) 3641-6488, (75) 3641- 6511, (75) 3641-2172**.

A empresa detentora da proposta mais vantajosa para o Ministério Público do Estado da Bahia será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração.



Contratações e Outros Ajustes *Dispensa de Licitação nº 141/2025* foi criado.

Dispensa de Licitação nº 141 / 2025

Enviado por thalita.caldas em ter, 10/06/2025 - 14:38

Processo nº:

19.09.01158.0016964/2025-20

Tipo:

[Dispensa de Licitação](#)

Data:

terça-feira, Junho 10, 2025 - 14:30

Objeto:

Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença/BA, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses.

Fundamentação legal:

Art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021

Informações gerais:

Unidade Orçamentária / Gestora: 40.101/0054 - Promotoria de Justiça Regional de Valença

Data da Publicação do Aviso: 10/06/2025

Arquivos:

 [Aviso de Dispensa de Licitação](#)

 [Termo de Referência](#)

 [Minuta do contrato](#)

 [Modelo de proposta](#)

DESPACHO

Retornamos o presente expediente à **Promotoria de Justiça Regional de Valença** informando que foi publicado em **17/06/2025** o aviso da **Dispensa de Licitação nº 141/2025** (doc 1567945) no Portal do MPBA, que poderá ser consultado através da opção "Serviços", "Contratações e Outros Ajustes", no menu lateral "Dispensa de Licitações" (<https://www.mpba.mp.br/contratacoes/3048>).

Assim sendo, solicitamos que a Unidade prossiga com o acompanhamento do recebimento das propostas no e-mail e no prazo estipulado pela referida Unidade e posterior finalização da instrução do processo de dispensa de licitação conforme Base de Conhecimento do processo correlato.

Registramos, oportunamente, que, quando da instrução do procedimento na íntegra, é de suma importância acessar os documentos disponíveis na Base de Conhecimento do SEI, haja vista que os mesmos vem sofrendo atualizações face à novos entendimentos dos órgãos de assessoramento e controle, além da identificação de melhorias para o fluxo processual.

Ressalta-se que, ainda que os processos de contratação direta sejam marcados pela celeridade, para impingir maior segurança jurídica e possibilitar o controle social, o legislador, entre outros documentos previstos no art. 72 da Lei 14.133/2021, exigiu:

Art. 72.....

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

...

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente. (grifo nosso)

Cumpra esclarecer que a publicação do aviso prévio não impede que a unidade demandante possa diligenciar mediante cotação direta com os fornecedores e demais parâmetros estabelecidos no art. 23, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, levando em consideração a necessidade, quando da instrução do procedimento, em anexar o documento comprobatório de cotação. Reiteramos a importância de observar o quanto disposto no mencionado artigo no que tange ao valor estimado da contratação que deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, conforme segue:

Quanto ao mencionado art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, no que tange ao valor estimado da contratação, determina o §1º, que deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, conforme segue:

Art. 23. O **valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado** considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. *(grifo nosso)*

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, **o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não: (grifo nosso)**

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Nesse sentido alertamos que sejam observadas as instruções da Base de Conhecimento para o preenchimento dos documentos que instruem os autos porque, segundo a norma do art. 73 da Lei Federal nº 14.133/2021, em caso de "erro grosseiro", tanto o contratado como o agente público poderão responder solidariamente por eventuais danos ao erário, na letra:

Art. 73. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Thalita Brito Caldas

Assistente Técnico-Administrativo

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 354.181



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** - Assistente Técnico Administrativa, em 10/06/2025, às 14:43, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1567974** e o código CRC **58288A0B**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

À Promotoria de Justiça Regional de Valença,

Considerando a justificativa apresentada por essa Promotoria, conforme (doc.[1563618](#)), **autorizo, excepcionalmente**, a realização de Dispensa de Licitação não eletrônica no processo de prestação de serviço de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, com sede em Valença.

Diante do exposto, retorne-se o presente expediente para instrução processual, com posterior envio à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para análise técnica.

ANDRÉ LUIS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 10/06/2025, às 16:49, conforme Ato Normativo n° 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1567975** e o código CRC **D8C629A9**.

Solicitação de Orçamento- Dispensa de Licitação- Monitoramento eletrônico PJ de Gandu

De Promotoria de Justiça Valença <valenca@mpba.mp.br>

Data Qua, 2025-06-11 09:08

Para vmpvinny@hotmail.com <vmpvinny@hotmail.com>; infosegvlc@gmail.com <infosegvlc@gmail.com>; evaldo.assuncao@hotmail.com <evaldo.assuncao@hotmail.com>;
attaksegurancaeletronica@gmail.com <attaksegurancaeletronica@gmail.com>; financeiro@acaoseguranca.com.br <financeiro@acaoseguranca.com.br>; financeiro@intervig.com.br
<financeiro@intervig.com.br>; Segmax Monitorada <segmax@segmaxmonitorada.com.br>

2 anexos (412 KB)

05_Modelo_de_proposta___Monitoramento (1).docx; TR DL Nao_eletronica Monitoramento_Eletronico-PJ_AMB_-2025_assinado.pdf;

Senhor (a) Fornecedor (a),

O presente formulário visa a uniformização do processo de pesquisa de preços nos termos das Leis Regulamentadoras das contratações públicas, em especial a Lei Federal nº 14.133/21 e Estadual/BA nº 14.634/23.

Assim, recomenda-se o preenchimento dos campos elencados dentro dos padrões solicitados via e-mail/ ofício (modelo em anexo).

Ressalte-se que o critério de avaliação das propostas é pelo menor preço e a proposta deverá ser enviada em até 05 dias úteis.

À disposição,

Lucivane Lopes da Silva Marques
Gestora Administrativa PJR/ VÇA
Mat. 351.718

Ministério Público da Bahia- Promotoria Regional de Valença
Rua Conselheiro Zacarias, nº 98, Centro
Cep: 45.400-000 Valença/ Ba
Telefax: (75) 3641-1812/1831/6488
E-mail: valenca@mpba.mp.br

ENC: Solicitação de Orçamento- Dispensa de Licitação- Monitoramento eletrônico PJ de Gandu

De Promotoria de Justiça Valença <valenca@mpba.mp.br>
Data Qui, 2025-06-26 09:22
Para Juarisson Neves Ferreira <juarisson.neves.est@mpba.mp.br>

📎 12 anexos (2 MB)

CNH LUCIANO.pdf; CNH- CRISTINA.pdf; Declaração de regularidade.pdf; Declaração que não emprega Menor.pdf; CERTIDAO TRABALHISTA 26.10.2025.pdf; CERTIDÃO FEDERAL 06.10.2025.pdf; CERTIDAO MUNICIPAL-14.07.25.pdf; CERTIDAO ESTADUAL (VAL 02.09.25).pdf; Alvará de Licença - Modelo 2_(TMP_) - SEGMAX_SISTEMA_DD_B925_EC3DF19BD9AE.PDF.pdf; MINISTERIO PUBLICO - VALENÇA.pdf; CERTIDAO FGTS.pdf; CARTÃO CNPJ.pdf;

Lucivane Lopes da Silva Marques
Gestora Administrativa PJR/ VÇA
Mat. 351.718

Ministério Público da Bahia- Promotoria Regional de Valença
Rua Conselheiro Zacarias, nº 98, Centro
Cep: 45.400-000 Valença/ Ba
Telefax: (75) 3641-1812/1831/6488
E-mail: valenca@mpba.mp.br

De: Segmax Monitorada <segmax@segmaxmonitorada.com.br>
Enviado: quarta-feira, 25 de junho de 2025 17:08
Para: Promotoria de Justiça Valença <valenca@mpba.mp.br>
Assunto: Re: Solicitação de Orçamento- Dispensa de Licitação- Monitoramento eletrônico PJ de Gandu

Boa tarde!

Segue em anexo os documentos conforme solicitado.

At.te

Ana Rita Almeida
Segmax
(75) 9 9928-0237

Em 17/06/2025 11:34 -03 Segmax Monitorada <segmax@segmaxmonitorada.com.br> escreveu:

Bom dia!

Segue em anexo o orçamento, conforme solicitado.

At.te

Ana Rita Almeida
Segmax
(75) 9 9928-0237

Em 11/06/2025 09:08 -03 Promotoria de Justiça Valença <valenca@mpba.mp.br> escreveu:

Senhor (a) Fornecedor (a),

O presente formulário visa a uniformização do processo de pesquisa de preços nos termos das Leis Regulamentadoras das contratações públicas, em especial a Lei Federal nº 14.133/21 e Estadual/BA nº 14.634/23.
Assim, recomenda-se o preenchimento dos campos elencados dentro dos padrões solicitados via e-mail/ ofício (modelo em anexo).

Resalte-se que o critério de avaliação das propostas é pelo menor preço e a proposta deverá ser enviada em até 05 dias úteis.

À disposição,

Lucivane Lopes da Silva Marques
Gestora Administrativa PJR/ VÇA
Mat. 351.718

Ministério Público da Bahia- Promotoria Regional de Valença
Rua Conselheiro Zacarias, nº 98, Centro
Cep: 45.400-000 Valença/ Ba
Telefax: (75) 3641-1812/1831/6488
E-mail: valenca@mpba.mp.br

Modelo de Proposta
(Conforme Artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021)

INFORMAÇÕES GERAIS	
Razão Social / Nome: Segmax - Sistema de Segurança Eletrônica Monitorada LTDA ME	
CNPJ / CPF: 05.452.852/0001-33	
Endereço: Largo São Benedito, 146. São Benedito. Cep 44.441-310. Santo Antônio de Jesus/BA	
E-mail: segmax@segmaxmonitorada.com.br	
DADOS DO REPRESENTANTE	
Responsável pelas informações: Ana Cristina Lordelo Teixeira de Souza	

Descrição do (s) objeto (s) da contratação: prestação de serviços de vigilância por meio de sistema eletrônico de monitoramento, alarme e câmeras 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, para atender à Promotoria de Justiça Regional de Valença na Base Ambiental pelo período inicial de 12 meses.

O preço mensal proposto pela empresa compõe-se dos seguintes custos do serviço, com equipamentos em comodato e internet para transmissão de dados:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM O SISTEMA DE VIGILÂNCIA	UNIDADE MEDIDA*	QTD
1	Central de Alarme 18 zonas com teclado e GPRS	unit	1
2	Sensor Pet 20 Kg	unit	10
3	Chip de M2M	unit	1
4	Bateria 12v 5amp	unit	1
5	Sirene 120db	unit	2
6	Gravador digital 8 canais	unit	1
7	Câmera bullet 20m resolução fullhd	unit	8
8	HD 1 TB	unit	1
9	Conector BNC mola	unit	16
10	Conector P4 macho	unit	8
11	Conector P4 fêmea	unit	1
12	Caixa de sobrepor	unit	8
13	Fonte de alimentação	unit	1
Valor Mensal			R\$ 950,00
Valor Anual			R\$ 11.400,00
Valor Global da Contratação			R\$ 11.400,00

OBSERVAÇÕES:

Local de execução dos serviços: Promotoria de Justiça Regional de Valença - Base Ambiental

Prazo de execução dos serviços: 12 meses.

Data de emissão da proposta: 17/06/2025

Validade da Proposta: 18/09/2024

05.452.852/0001-33

Ana Cristina Lordelo Teixeira de Souza

SEGMAX- SISTEMA DE SEGURANÇA
ELETRONICA MONITORADA LTDA-ME
CPF: 448.301.905-82

Largo do São Benedito, nº 138

São Benedito - CEP: 44.573-150

Santo Antônio de Jesus - BA

Monitoramento: 75 3631-0494 / 99148-0237
Administrativo: 75 99928-0237

Largo São Benedito, 146 - São Benedito - CEP 44.473-150
Santo Antônio de Jesus/BA



2004 - 2005 - 2006 - 2007 - 2008 - 2009
2010 - 2011 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015
2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020 - 2021



TABELA DE PREÇOS ORÇADOS

Declaro, para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços para futura contratação do(s) item(ns) abaixo listado(s), respeitados os ditames legais. Assim, afirmo que me responsabilizo pelo levantamento dos preços de acordo com a descrição de cada item.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	QTDE	ORÇAMENTO 1 - FORNECEDOR VENCEDOR (MENOR PREÇO)			DEMAIS ORÇAMENTOS		
			FORNECEDOR	CNPJ ou CPF	VALOR TOTAL R\$	PREÇO 2		
						FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$	
1	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA, POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO	01	SEGMAX- SISTEMA SEGURANÇA ELETRÔNICA MONITORADA ME	05.452.852/0001-33	11.400,00	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXX XX

Notas: Organizar por ordem crescente de valor. Mínimo de 03 (três) preços por item.
Incluir ou excluir colunas e linhas, conforme necessidade.

1 - OBSERVAÇÕES SOBRE A DEFINIÇÃO DOS FORNECEDORES VENCEDORES:

- Metodologia Escolhida: menor preço em virtude de se tratar de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do inciso I ou II do art. 75 da lei 14.133/2021.
- Juntar ao processo SEI o(s) arquivo(s) dos orçamentos obtidos e cópia(s) das solicitações de orçamento rejeitadas / não respondidas.

2 - JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DOS FORNECEDORES PESQUISADOS (POR ITEM) – ART. 23, §1º, IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021:

A escolha dos fornecedores é justificada, através de pesquisas realizadas por esta Unidade utilizando diferentes fontes, a saber: pesquisa de fornecedores através de sites de busca (Google), pesquisa local e em adjacências, por ter conhecimento de alguns fornecedores que praticam serviços no ramo da atividade (comp. de envio de e-emil em anexo).e

divulgação de aviso de cotação no Portal do MPBA.

3 - JUSTIFICATIVA SE NÃO APRESENTAR O DE MÍNIMO 03 (TRÊS) ORÇAMENTOS PARA CADA ITEM:

Justifica-se a não apresentação de no mínimo 03 (três) orçamento em razão de que embora tenha havido a divulgação de aviso de cotação no Portal do MPBA, bem como o envio de e-mails pra vários fornecedores locais e adjacências, mesmo assim, apenas 01 (um) fornecedor, contactado através de e-mail, (Comp. anexo), apresentou proposta para contratação.

4- DIVULGAÇÃO DE AVISO PRÉVIO DA CONTRATAÇÃO DIRETA (ART. 75, §3º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021) - MARCAR A OPÇÃO CABÍVEL:

() A) NÃO SE APLICA (Não houve divulgação de aviso prévio, conforme justificativa constante do Termo de Referência);

(x) B) Declaro, para os devidos fins, que as propostas de preços nº 01 foi coletada após divulgação de aviso, tendo sido respeitado o prazo de 05 dias úteis;

() C) Declaro que, respeitado o prazo de xx** dias úteis do aviso da contratação, não foram apresentadas propostas válidas.

**Deverá ser observado o prazo mínimo de 03 (três) dias úteis

5- DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO:

25/06/2025 (vinte e cinco de junho de dois mil e vinte cinco)

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

Matrícula:



Nome do Servidor:

LUCIVANE LOPES DA SILVA MARQUES

INSERIR ASSINATURA DIGITAL:



Documento assinado digitalmente

LUCIVANE LOPES DA SILVA MARQUES

Data: 27/06/2025 15:35:34-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Unidade Administrativa:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA

Carlos Bastos Stucki
Diretor
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.936



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Bastos Stucki** em 17/01/2024, às 15:21, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0930583** e o código CRC **95863CE2**.



PARECER

Procedimento SEI n°:	19.09.02328.0001130/2024-44
Interessado(a):	Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações (DCCL)
Espécie:	Procedimento de padronização
Assunto:	Padronização de minutas contratuais

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE PEQUENO VALOR. ART. 75, II, LEI N.º 14.133/2021. PADRONIZAÇÃO DE MINUTAS CONTRATUAIS. CONTROLE DE LEGALIDADE. RECOMENDAÇÕES.

PARECER N.º. 43/2023

I - RELATÓRIO

A **Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações (DCCL)** requer análise e homologação dos seguintes documentos: 1) Fluxo SEI - Contratos Padronizados; 2) Base de Conhecimento - Contratos Padronizados; 3) Formulário de Informações Orçamentárias; 4) Manifestação do Ordenador de Despesas; 5) Declaração de não emprego de menor; 6) Declaração de Regularidade - Resolução CNMP; 7) Documento de Formalização de Demanda (D.F.D); 8) Termo de Referência (T.R); 9) Modelo de Proposta; 10) Modelo de Minuta de Contrato (fornecimento contínuo de água mineral, serviços de jardinagem, serviços de entrega e coleta de encomendas urgentes e serviços de vigilância mediante monitoramento eletrônico). Solicita especial atenção aos trechos destacados nas minutas contratuais.

Juntou documentos.

É o breve relatório.

II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

II.I Considerações iniciais:

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente opinativo, ao menos de modo parcial, se enquadra na classificação de "parecer obrigatório", em decorrência do quanto disposto no art. 53, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021 e no art. 19, II e III, da Lei Estadual n.º 14.634/2023.

Cumpre ressaltar, ainda, que o órgão de assessoramento jurídico não pratica ato de gestão, nem aprecia elementos pertinentes à discricionariedade do gestor, não adentrando à conveniência e à oportunidade dos atos, assim como não interfere em aspectos técnicos do objeto sob responsabilidade de outros agentes e setores da Administração.

II.II Órgão de assessoramento jurídico não possui poder de decisão:

Ainda de forma preliminar, considerando que a interessada requer **análise e homologação** de diversos documentos, é oportuno salientar que a Lei n.º 14.133/2021 produziu mudanças sensíveis nas atribuições do órgão de assessoramento jurídico.

Com efeito, o art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93, seguido, no âmbito do Estado da Bahia, pelo art. 75 da Lei Estadual n.º 9.433/2005, dispunha que as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes deveriam ser previamente examinadas e **aprovadas** pela Assessoria Jurídica da Administração.

A expressa menção à "aprovação" por parte da Assessoria Jurídica acendeu uma polêmica em derredor da natureza jurídica do parecer jurídico, uns entendendo que seria obrigatório, mas não vinculante, e outros entendendo que seria obrigatório e vinculante.

Para aqueles que defendiam a segunda corrente, as atribuições da Assessoria Jurídica se assemelhavam à de uma controladoria interna, pois o parecer jurídico, sendo obrigatório e vinculante, consistiria em verdadeira decisão administrativa, o que, como cediço, representaria uma exceção à natureza

jurídica comum dos pareceres jurídicos, que é meramente **opinativa**.

Ocorre que a Lei n.º 14.133/2021 suprimiu a expressão "*aprovação*", substituindo-a pela **análise jurídica da contratação**, mediante controle prévio de legalidade, nos termos do art. 53. Dessa forma, em nosso sentir, resta sepultada a discussão acerca da natureza jurídica do parecer jurídico, retornando, o órgão de assessoramento jurídico, às suas atribuições originais, de caráter **consultivo e opinativo**.

Por outro lado, se na legislação anterior cabia ao órgão de assessoramento jurídico, apenas, analisar as minutas dos editais de licitação, minutas contratuais, minutas de termos aditivos e instrumentos congêneres, a nova legislação impõe ao órgão de assessoramento jurídico atribuições **mais amplas**, devendo ser analisados, mediante critérios de prioridade, em tese, todos os documentos anteriores à contratação, vale dizer, a Assessoria Jurídica deve realizar controle prévio de legalidade de toda a contratação (e não apenas das minutas de editais, de contratos, termos aditivos e congêneres).

Em síntese, os agentes públicos que exercem suas funções na Assessoria Jurídica, quando agem na qualidade de Assessores Jurídicos, **não são considerados "autoridade" para fins da Lei n.º 14.133/2021**, ou seja, não possuem poder de decisão, razão pela qual os pareceres jurídicos possuem natureza meramente opinativa, demandando, portanto, aprovação pela autoridade competente.

II.III Da possibilidade de dispensar análise jurídica individualizada e padronizar minutas:

De acordo com o art. 53, 4º, da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 53.....

§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a **utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico**.

Nas hipóteses previamente definidas em **ato da autoridade jurídica máxima competente**, a análise jurídica individualizada poderá ser dispensada, dentre outros aspectos, quando, mediante conveniência e oportunidade, a Administração utilizar minutas contratuais padronizadas.

Por sua vez, o art. 19, § 1º, da Lei Estadual n.º 14.634/2023, dispõe que:

Art. 19.....

§ 1º - Poderá ser dispensada a análise jurídica individualizada nas hipóteses previamente definidas em **ato da autoridade jurídica máxima competente**, conforme os seguintes critérios:

I - o baixo valor;

II - a baixa complexidade da contratação;

III - a entrega imediata do bem;

IV - a utilização de minutas e modelos de editais e instrumentos de contrato, de acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes e instrumentos congêneres previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico;

V - a existência de orientações jurídicas referenciais formalmente qualificadas.

Logo, a análise jurídica individualizada pode ser dispensada não apenas quando a Administração adotar minutas padronizadas, mas, também, quando existir orientação jurídica referencial, conforme os critérios de baixo valor, baixa complexidade da contratação e entrega imediata do bem.

Constitui uma máxima da economia aquela segundo a qual as necessidades são ilimitadas, mas os recursos são escassos. Adotando-se tal premissa, a Administração Pública, em cumprimento aos deveres constitucionais de boa administração, de eficiência e de responsabilidade fiscal, deve, sempre, se preocupar em buscar "fazer mais com menos", ou seja, deve adotar mecanismos que tornem a Administração Pública mais eficiente (art. 37, caput, da CF/88).

Um desses mecanismos é a atribuição de prioridades, uma vez que, dificilmente, a Administração Pública contará com um nível ideal de recursos humanos aptos a dar cabo da demanda. Considerando que a Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa conta com um quadro diminuto de servidores, é salutar que processos de pequena monta, por conterem risco menor de apontamentos dos órgãos de controle e menor complexidade, bem como aqueles que, em princípio, possuem natureza repetitiva e meramente operacional, deixem de ser analisados, de forma individualizada, pelo órgão de assessoramento jurídico, para que, em contrapartida, os processos de maior complexidade possam ser analisados de forma mais detida, aumentando o nível e a profundidade de controle e diminuindo o risco de responsabilizações de agentes públicos.

Assim estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Sobre o princípio da boa administração, leciona Celso Antônio Bandeira de Mello:

O fato é que o princípio da eficiência não parece ser mais do que uma faceta de um princípio mais amplo já superiormente tratado, de há muito, no Direito italiano: o princípio da "boa administração". Este último significa, como resulta das lições de Guido Falzone, em desenvolver a atividade administrativa "do modo mais congruente, mais oportuno e mais adequado aos fins a serem alcançados, graças à escolha dos meios e da ocasião de utilizá-los, concebíveis como os mais idôneos para tanto." Tal dever como assinala Falzone, "não se põe simplesmente como um dever ético ou como mera aspiração deontológica, senão como um dever atual e estritamente jurídico". (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 29 ed. São Paulo: Malheiros. 2012, p. 125).

Fernanda Marinela, por sua vez, sobre o princípio constitucional da eficiência, dispõe que:

A eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. Consiste na busca de resultados práticos de

produtividade, da economicidade, com a consequente redução de desperdícios do dinheiro público e rendimentos típicos da iniciativa privada, sendo que, nessa situação, o lucro é do povo; quem ganha é o bem comum. (MARINELA, Fernanda. *Manual de direito administrativo*. 15 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2021, p. 73).

Por se tratar de um princípio constitucional, é oportuno destacar a denominada força normativa da Constituição, como bem salienta Luís Roberto Barroso:

Uma das grandes mudanças de paradigma ocorridas ao longo do século XX foi a atribuição à norma constitucional do status de norma jurídica. Superou-se, assim, o modelo que vigorou na Europa até meados do século XIX, no qual a Constituição era vista como um documento essencialmente político, um convite à atuação dos Poderes Públicos. A concretização de suas propostas ficava invariavelmente condicionada à liberdade de conformação do legislador ou à discricionariedade do administrador. Ao Judiciário não se reconhecia qualquer papel relevante na realização do conteúdo da Constituição. [...] Atualmente, passou a ser premissa do estudo da Constituição o reconhecimento de sua força normativa, do caráter vinculativo e obrigatório de suas disposições. (BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 296).

A norma constitucional, portanto, assim como as demais normas jurídicas, é dotada de imperatividade, cabendo ao intérprete analisar as normas infraconstitucionais à luz da Carta Magna.

O princípio constitucional da eficiência, dessa forma, seria suficiente para justificar a dispensa da análise jurídica em processos de menor complexidade, sem prejuízo da possibilidade de suscitação de dúvida pela autoridade competente.

Nada obstante, outro princípio constitucional autoriza a dispensa da análise jurídica que é o princípio da economicidade, previsto expressamente no art. 70, da Lei Maior:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Vejamos o que leciona a doutrina a respeito de tal princípio:

Implica na eficiência na gestão financeira e na execução orçamentária, consubstanciadas na minimização de custos e gastos públicos e na maximização da receita e da arrecadação. É a justa adequação e equilíbrio entre as duas vertentes das finanças públicas. [...] Esse princípio implica na adequação entre receita e despesa, de modo que o cidadão não seja obrigado a fazer mais sacrifício e pagar mais impostos para obter bens e serviços que estão disponíveis no mercado a menor preço. (LEITE, Harrison. *Manual de direito financeiro*. 12 ed. Salvador: Ed. Juspodivm, 2023, p. 191).

É evidente que a análise jurídica envolve gasto público, pois demanda o trabalho intelectual dos pareceristas jurídicos, que são remunerados para elaborar tais pareceres. Embora não se tenha um estudo específico sobre o tema, é intuitivo concluir que há uma relação entre a quantidade de processos, a qualidade dos pareceres jurídicos e o tempo de análise.

Quanto maior a quantidade de processos, menos qualificados serão os pareceres se tiverem que ser céleres. Por outro lado, se tiverem que ser mais qualificados, serão menos céleres. Como o aumento da quantidade de pareceristas jurídicos demanda custos (ex: gastos com concurso público, custos relacionados ao plano de carreira, contratações de servidores comissionados etc), a alternativa de reduzir a quantidade de processos permite que a qualidade e a celeridade se mantenham em níveis aceitáveis.

Ademais, é lícito mencionar o direito fundamental à duração razoável do processo, também aplicável em âmbito administrativo:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Em âmbito infraconstitucional, a Lei Estadual nº. 12.209/2011 prevê, expressamente, o princípio da celeridade:

Art. 3º - A Administração Pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, celeridade, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, devido processo legal e ampla defesa, segurança jurídica, oficialidade, verdade material, gratuidade e, quando cabível, da instrumentalidade das formas.

O Tribunal de Contas da União já referendou a possibilidade de adoção de minuta-padrão, previamente aprovada pela Assessoria Jurídica, desde que haja identidade de objeto – e este representar contratação corriqueira – e não restarem dúvidas acerca da possibilidade de adequação das cláusulas exigidas no contrato pretendido às cláusulas previamente estabelecidas na minuta-padrão, conforme Acórdão n.º 3.014/2010-Plenário. Essa é, precisamente, a hipótese sob exame.

A Advocacia-Geral da União, inclusive, editou a Orientação Normativa nº. 55/2014, explicitando a dispensa de análise individualizada pelos órgãos consultivos sobre processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da manifestação jurídica, bem como que estejam presentes os requisitos lá estipulados, *in verbis*:

Orientação Normativa nº. 55/2014, AGU: I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação. II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Ainda que a unidade interessada não tenha justificado o motivo da dispensa da análise jurídica individualizada e da adoção de minutas contratuais padronizadas, o fato de se tratar de atualização de processos que, anteriormente, já eram padronizados, evidencia que as matérias submetidas à análise jurídica possuem grande volume (pois atendem a diversas Promotorias de Justiça da Capital e do interior da Bahia) e cláusulas uniformes, motivo pelo qual a padronização é salutar.

No que concerne à análise jurídica individualizada, o Ato Normativo n.º 004/2024 já dispensou, expressamente, o parecer jurídico, senão vejamos:

Art. 18. Será dispensável a análise jurídica dos procedimentos de contratação direta nas seguintes hipóteses:

I – dispensas de pequeno valor, com fundamento no art. 75, incisos I, e II, da Lei Federal nº 14.133/21, salvo se houver previsão de celebração de contrato não padronizado, ou nas hipóteses em que o gestor tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade do procedimento;

A dispensa da análise jurídica individualizada não dispensa, contudo, o dever da unidade demandante (e de todos os agentes públicos que atuam no processo) de verificar o cumprimento dos requisitos legais, conforme as atribuições de cada um:

Art. 18.....

§ 1º A dispensa de manifestação expressa da assessoria jurídica no processo de contratação, não afasta o dever da unidade demandante de verificar o cumprimento dos requisitos legais de dispensa ou inexigibilidade de licitação na forma da Lei Federal nº 14.133/21, sob pena de responsabilidade deste da respectiva unidade gestora.

Dessa forma, resta ao órgão de assessoramento jurídico, apenas, analisar a possibilidade de padronização das minutas contratuais e os formulários e documentos colacionados aos autos, em razão do quanto prevê o art. 16 do Ato Normativo n.º 004/2024.

A partir de agora, é oportuno destacar que a análise se dará tendo por fundamento o processo de contratação direta relativo ao fornecimento contínuo de água mineral, cabendo à interessada replicar as sugestões para os demais processos, quando pertinente. Eventuais peculiaridades de cada processo deverão ser objeto de consulta específica a esta Assessoria Técnico-Jurídica.

II.IV Fluxo no SEI

Consoante registrado alhures, o órgão de assessoramento jurídico não possui atribuição para aprovar ou homologar documentos ou mesmo fluxos internos dos procedimentos, cabendo-lhe, apenas, realizar o controle prévio de legalidade das contratações.

O estabelecimento de fluxos internos constitui mecanismo salutar que contribui para facilitar o trabalho dos agentes públicos responsáveis pela instrução dos procedimentos. Não constitui, contudo, um requisito expresso na lei. Nesse sentido, para esta Assessoria Técnico-Jurídica, o importante é que o fluxo estabelecido obedeça aos critérios lógicos previstos em lei. Considerando tal premissa, esta Assessoria Técnico-Jurídica não identificou óbice jurídico ao fluxo delineado nos autos.

II.V Base de conhecimento:

O estabelecimento de uma base de conhecimento constitui mecanismo salutar que contribui para facilitar o trabalho dos agentes públicos responsáveis pela instrução dos procedimentos. Não constitui, contudo, um requisito expresso na lei. Nada obstante, faz referência às normas legais, motivo pelo qual são oportunas algumas considerações.

Consta da base de conhecimento o seguinte:

3.3. Pesquisa de preços (mínimo de 03 orçamentos ou justificativa da impossibilidade de apresentação de pelo menos 03 orçamentos, quando for o caso);

3.3.1. Sugere-se que a proposta da empresa selecionada seja o primeiro documento a ser inserido;

3.3.2. Atenção: Os orçamentos deverão atender ao modelo de proposta anexo (vide Anexos para baixar o modelo).

3.3.3. Anexar tabela de preços referencias, preenchida com as informações relativas à pesquisa de preços realizada, conforme modelo anexo.

A pesquisa de preços mediante cotação direta com fornecedores é apenas uma das hipóteses de pesquisa de preços mencionada na Lei n.º 14.133/2021, senão vejamos:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os **preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas**, observadas a **potencial economia de escala** e as **peculiaridades do local de execução do objeto**.

§ 1º No processo licitatório para **aquisição de bens e contratação de serviços em geral**, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

É importante destacar, inclusive, que o art. 23 é expressamente mencionado no art. 72, II, da Lei n.º 14.133/2021, que trata do processo de contratação direta. Dessa forma, analisando o item 3.3 e seus subitens, nos parece que a Administração termina por induzir o agente público a utilizar, apenas, a

pesquisa direta com, no mínimo, 03 (três) fornecedores, restringindo, assim, o universo de possibilidades de realização da pesquisa de preços.

Não se desconhece que, principalmente no interior da Bahia, por vezes, a realização da pesquisa de preços constitui tarefa difícil, motivo pelo qual a pesquisa direta com fornecedores termina sendo a modalidade mais utilizada na prática. Entretanto, é oportuno ponderar que tal modalidade não se afigura como a mais idônea para se alcançar o preço de mercado, na medida em que o pretense fornecedor - ainda que possa vir a ser sancionado pela Administração - tende a fixar preços mais elevados, seja pela liberdade que tem para ofertar o preço ou pela menor concorrência nos processos de contratação direta.

Não se pode olvidar que o art. 75, § 3º, da Lei n.º 14.133/2021 dispõe que:

Art. 75.....

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

A ideia do legislador é tornar a dispensa de licitação de pequeno valor mais competitiva, contribuindo, assim, para a seleção da proposta mais vantajosa. O Ato Normativo n.º 004/2024, de igual modo:

Art. 21. O processo de dispensa de licitação de pequeno valor será preferencialmente eletrônico.

Ademais, a Lei n.º 14.133/2021 não dispôs que, para a dispensa de pequeno valor, a utilização exclusiva da cotação com fornecedores seria a única forma possível de se realizar a pesquisa de preços. Nos parece, assim, que, ao menos no que diz respeito ao "dever-ser", inclusive para fins de segurança jurídica, a base de conhecimento deve mencionar todas as hipóteses previstas no art. 23 da Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo, evidentemente, da utilização, na prática, da cotação com fornecedores.

Nesse diapasão, opina-se pela alteração do item 3.3 e seus subitens, de modo a contemplar todas as possibilidades previstas no art. 23 da Lei n.º 14.133/2021.

No subitem 3.4.6 da base de conhecimento, exige-se o seguinte documento:

3.4.6.Certificado de Antecedentes Criminais (se pessoa física ou MEI);

Em princípio, esta Assessoria Técnico-Jurídica não identificou o fundamento legal para tal exigência, o que, aparentemente, contraria o princípio constitucional da legalidade (art. 5º e art. 37, *caput*, da CF/88). Considerando o direito constitucional à segurança (art. 5º, *caput*, da CF/88), seria possível cogitar tal exigência para atividades específicas, que demandam nível elevado de confiança e pertinência com as atividades desenvolvidas (ex: vigilante).

No caso dos autos, contudo, os objetos são: fornecimento de água mineral, serviços de jardinagem, serviços de entrega e coleta de encomendas urgentes e serviços de vigilância (mediante monitoramento eletrônico, o que exclui a possibilidade de contratação de pessoa física).

Dessa forma, a princípio, não nos parece haver fundamento jurídico que autorize a exigência de certificado de antecedentes criminais, motivo pelo qual opina-se no sentido de que a unidade interessada justifique a exigência ou, caso contrário, exclua da base de conhecimento.

II.VI Formulário de informações orçamentárias e manifestação do ordenador de despesas:

O art. 72, IV, da Lei n.º 14.133/2021, exige a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso assumido. Ademais, o art. 150 da mesma lei dispõe que:

Art. 150. Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e **sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.**

Ainda assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000) estabelece o seguinte:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

No entendimento desta Assessoria Técnico-Jurídica, as informações constantes do formulário, quando devidamente preenchidas, são aptas a demonstrar o atendimento aos requisitos legais supracitados.

II.VII Declaração de não emprego de menor e Declaração de regularidade (CNMP)

O art. 7.º, XXXIII, da CF/88, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos, bem como proíbe qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos:

Art. 7º.....

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#))

O art. 68, VI, da Lei n.º 14.133/2021, dessa forma, ao tratar dos requisitos de habilitação, exige o cumprimento do dispositivo constitucional, motivo pelo qual a exigência é pertinente.

Entretanto, ao analisar os termos da declaração, verifica-se a seguinte frase:

[...] que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, **salvo menor de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz.**

O texto da declaração não corresponde ao quanto previsto no art. 7º, XXXIII, da CF/88, uma vez que permite o aprendiz **menor** de 14 anos. O dispositivo constitucional, a seu turno, somente permite o aprendiz **a partir** de 14 anos. Ou seja, é proibido qualquer trabalho, inclusive o do aprendiz, para menores de 14 anos.

Nesse sentido, opina-se pela retificação do texto da declaração para que seja excluída a possibilidade de aprendiz menor de 14 anos, alinhando o texto à disposição constitucional.

A declaração referente à proibição da prática de nepotismo constitui uma exigência prevista na Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público. O texto da declaração atende às exigências previstas na Resolução.

II.VIII Documento de Formalização de Demanda (DFD):

O art. 72, I, da Lei n.º 14.133/2021, menciona o documento de formalização de demanda como um dos documentos necessários à instrução do processo de contratação direta:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

O enunciado n.º 40 do Conselho da Justiça Federal, a seu turno, dispõe que:

Enunc. 40/2023, CJF: O Documento de Formalização de Demanda (DFD) deve ser o primeiro documento para instrução do processo, tanto em licitações quanto em contratações diretas para aquisição de bens, prestação de serviços e realização de obras.

O art. 12 da Lei n.º. 14.133/2021, ainda que trate do processo licitatório (e não da contratação direta), assim menciona:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

VII - a partir de **documentos de formalização de demandas**, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Um dos principais objetivos do documento de formalização de demanda, portanto, é o de servir de parâmetro para a elaboração do plano de contratações anual (PCA). Considerando que a Lei n.º 14.133/2021 não traz o conceito, bem como o fato de que o legislador delegou o tema ao âmbito regulamentar, o Decreto Federal n.º 10.947/2022 assim conceitua o documento:

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

IV - documento de formalização de demanda - documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação;

A Portaria 232/2023, do Conselho da Justiça Federal diferencia o documento de formalização de demanda e o documento de oficialização de demanda:

IV - Documento de Formalização de Demanda - DFD: fundamenta o Plano de Contratações Anual - PCA, em que a área demandante evidencia e detalha a necessidade da contratação para o exercício subsequente ao de sua elaboração;

V - Documento de Oficialização da Demanda - DOD: inicia a contratação no respectivo exercício financeiro, correlacionando-a com o PCA vigente;

O referido Conselho, aparentemente, entendeu conveniente diferenciar os documentos, para fins de organização. Ocorre que a nomenclatura "documento de oficialização de demanda" não encontra lastro na Lei n.º 14.133/2021.

Nos parece, assim, que o documento de formalização de demanda servirá para ambas as finalidades: 1) fundamentar a elaboração do plano de contratações anual; 2) iniciar a contratação no respectivo exercício financeiro. Pelo que se pode observar dos autos, essa foi a hipótese escolhida pela Administração.

De acordo com o art. 8º do Decreto Federal n.º 10.947/2022, o documento de formalização de demanda deve conter:

Art. 8º Para elaboração do plano de contratações anual, o requisitante preencherá o documento de formalização de demanda no PGC com as seguintes informações:

I - justificativa da necessidade da contratação;

II - descrição sucinta do objeto;

III - quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;

IV - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado, de acordo com as orientações da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;

V - indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão ou da entidade;

VI - grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pelo órgão ou pela entidade contratante;

VII - indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas; e

VIII - nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e as entidades observarão, no mínimo, o nível referente à classe dos materiais ou ao grupo dos serviços e das obras dos Sistemas de Catalogação de Material, de Serviços ou de Obras do Governo federal.

No caso concreto, opina-se no sentido de que na aba "objeto da contratação" conste a expressão "fornecimento contínuo" em vez de "aquisição contínua" (para o fornecimento de água mineral). Primeiro porque é a expressão utilizada na Lei n.º 14.133/2021, não havendo a expressão "aquisição contínua". Segundo porque, para fins de prorrogação do prazo de vigência com lastro no art. 106 da Lei n.º 14.133/2021, a nomenclatura utilizada é "fornecimento contínuo" (e não aquisição contínua).

Em síntese, sugere-se que a expressão "aquisição" seja reservada para hipóteses de compras pontuais, enquanto que as "aquisições" cuja necessidade seja permanente ou prolongada observe a nomenclatura "fornecimento contínuo". Ademais, tal expressão, na Lei n.º 14.133/2021, resultou de interpretações jurisprudenciais, cujas explicações pormenorizadas podem ser obtidas no parecer jurídico elaborado no processo SEI n.º 19.09.02679.0007031/2020-36. Em caráter exemplificativo, os seguintes enunciados do Conselho da Justiça Federal são didáticos:

Enunciado n.º 12 do CJF: Consideram-se fornecimentos contínuos, para fins de aplicação do disposto nos arts. 106, 109, parágrafo único do art. 98, parágrafo único do art. 97, inciso I do art. 40 e § 8º do art. 25 da Lei n. 14.133/2021, as compras para a manutenção dos órgãos da Justiça Federal decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, tais como:

a) álcool em gel;

b) açúcar;

c) água mineral com ou sem gás;

d) aquisição, ajustes e consertos de becas, capas e vestimentas afins;

e) café em pó;

f) fornecimento de gêneros alimentícios;

g) fornecimento e instalação de persianas;

h) fornecimento, montagem e desmontagem de divisórias e seus componentes;

i) licenças de software;

j) munições de arma de fogo para treinamentos;

k) óleo diesel para geração de energia elétrica;

l) fornecimento de material e obra bibliográfica de origem nacional e estrangeira;

m) papel higiênico e papel-toalha;

n) ressuprimento de material de consumo estocável;

o) sabonete líquido;

p) suprimentos para impressão em impressora fotográfica;

q) suprimentos para impressão de instrumentos de identificação;

r) uniformes.

Enunciado n.º 13 do CJF: Consideram-se fornecimentos contínuos, para fins de aplicação do disposto nos arts. 106, 109, parágrafo único do art. 98, parágrafo único do art. 97, inciso I do art. 40 e § 8º do art. 25 da Lei n. 14.133/2021, as compras para a manutenção da Gráfica do Conselho da Justiça Federal decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, tais como os seguintes itens:

a) papéis para aplicação/utilização na indústria gráfica no formato comercial 66x96, em gramaturas variadas, a exemplo: couchê brilho e fosco, papéis tipo duo design, linha papel offset, linha papel offset, papel kraft, papel adesivo brilho, couchê brilho e fosco, papéis tipo duo design, linha papel offset, papel kraft, papel adesivo brilho, papel tipo pólen soft, filme de polipropileno biorientado (BOPP);

b) espiral metálico Wire-o;

c) tintas da escala CMYK;

d) colas granulada e cola branca;

e) químicos tipo solvente, solução de fonte, pasta para limpeza profunda dos rolos, álcool isopropílico, água desmineralizada, limpador de chapas, restaurador de blanquetas;

f) solução especial para limpeza automática de blanqueta e rolos, pó antimaculador, goma antioxidante, óleo de silicone, lubrificante spray, blanqueta compressível com barra em aço, panos para limpeza de rolos, caneta corretora de chapas gráficas, pano de lavagem automática original para impressora offset Heidelberg.

Em relação à aba "tipo de objeto", não ficou claro para esta Assessoria Técnico-Jurídica o motivo pelo qual não constou a hipótese de "fornecimento contínuo", já que é uma expressão presente na Lei n.º 14.133/2021. **Nesse sentido, opina-se no sentido de que a interessada justifique a não inclusão ou inclua a opção "fornecimento contínuo".**

II.IX Do estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico e projeto executivo:

Ainda no art. 72, I, da Lei n.º 14.133/2021, há menção aos seguintes documentos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

A expressão "se for o caso" permite inferir que, à exceção do documento de formalização de demanda, os demais documentos não são obrigatórios. O art. 17, § 1º, do Ato Normativo n.º 004/2024, estabelece o seguinte:

Art. 17. Os processos de contratação direta deverão ser instruídos com os documentos previstos no art. 72, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

§ 1º Nas dispensas e inexigibilidades cujos valores observem os limites previstos nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133/2021, respectivamente, mediante justificativa formalizada no processo, é dispensável a elaboração de estudo técnico preliminar, análise de riscos e projetos básico e executivo, salvo identificação de eventual necessidade pela área demandante ou deliberação expressa em contrário que determine a correspondente elaboração.

Há, portanto, uma presunção normativa de que, nas dispensas de pequeno valor, em regra, não se exigirá estudo técnico preliminar, análise de riscos e projetos básico e executivo. Ou seja, em regra, tais documentos são dispensáveis. Nada impede, contudo, que, diante do caso concreto, a área demandante julgue pertinente sua utilização.

É importante observar, contudo, que o Ato Normativo não dispensa a elaboração do termo de referência, razão pela qual afigura-se oportuno tecer considerações sobre ele.

II.X Do termo de referência:

Nos termos do art. 6º, XXIII, da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que **deve** conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária;

No caso específico das compras (obrigação de dar), o art. 40, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021 exige, de forma complementar:

Art. 40.....

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no [inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei](#), além das seguintes informações:

- I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;
- II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;
- III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

Vejamos cada um dos elementos do termo de referência.

II.X.I Da definição do objeto:

A definição do objeto constitui uma tarefa de extrema importância e complexidade, pois interfere no limite objetivo das contratações diretas. O objeto deve ser descrito de forma precisa, suficiente e clara, não podendo ser genérico demais nem específico demais. Se genérico demais, vulnera a Administração, que poderá receber bem de pior qualidade ou mesmo distinto do esperado. Se específico demais, poderá restringir indevidamente a competitividade.

Nesse sentido, os Tribunais têm rechaçado a utilização de expressões como "primeira linha", "boa qualidade", pois não são passíveis de aferição objetiva, implicando possível violação ao princípio do julgamento objetivo. O Tribunal de Contas da União possui enunciado sumular acerca do tema:

Súmula n.º 177 do TCU: A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.

Quando da definição do objeto, a Administração deve observar o que prevê o art. 9º, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

É evidente que a definição do objeto em si já representa uma restrição, pois quando se define algo, se exclui outra coisa. O que a lei proíbe, contudo, é a restrição indevida, ou seja, a restrição que não encontra lastro no interesse público nem na necessidade da Administração, motivo pelo qual a lei também proíbe exigências impertinentes ou irrelevantes para o objeto.

Em síntese, como boa prática, a Administração deve partir de uma definição mais genérica e, havendo justificativa técnica, passar a restringir o objeto apenas nos limites que sejam pertinentes para atender aos interesses da Administração e, em última análise, ao interesse público.

O art. 6º, XXIII, alínea "a", da Lei n.º 14.133/2021 exige, como visto alhures, que, na definição do objeto, conste a natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação.

Quanto à natureza, a Lei n.º 14.133/2021 apresenta diversos conceitos em seu art. 6º:

X - compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento **de uma só vez ou parceladamente**, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;

XI - serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração;

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do **caput** deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;

XV - serviços e fornecimentos **contínuos**: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a **manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;**

XVI - serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra: aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

- a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
- b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
- c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;

XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

Nessa esteira, o serviço caracteriza-se como uma **obrigação de fazer**, enquanto a compra se caracteriza como uma **obrigação de dar**. Evidentemente, sob o ponto de vista ontológico, vale dizer, quanto à essência ou à natureza do ser, a obrigação de dar envolve, também, um fazer. Por exemplo, na obrigação de “*dar uma caneta a alguém*” está implícita a ideia de transferência do domínio.

Essa “*transferência*” envolve uma obrigação de fazer, que poderá se configurar, por exemplo, no dever de transportar a caneta de um local para outro, ou simplesmente no ato de – veja aqui a obrigação de fazer – pegar a caneta e colocá-la nas mãos de outrem.

É importante destacar, ainda, sob o ponto de vista ontológico, que em todas as obrigações de dar sempre existirão, embutidas, a realização prévia de obrigações de fazer.

Continuando no exemplo da obrigação de “*dar uma caneta a alguém*”, é evidente que para fazer essa caneta alguém - ou mesmo uma máquina - teve o trabalho de inserir tinta no tubo, montar os itens que compõem a caneta, dentre outras atividades (obrigações de fazer).

Sob o ponto de vista jurídico, no entanto, os conceitos não se confundem. Haverá obrigação de dar quando o devedor se obrigar a transferir a posse ou o domínio de um bem. Por outro lado, adotando-se um conceito por exclusão, haverá obrigação de fazer nos demais casos em que o devedor não se obrigar a transferir a posse ou o domínio de um bem.

É verdade que, na prática, existirão obrigações de fazer que envolverão, de modo acessório, a transferência da posse ou domínio de um bem, bem como obrigações de dar que envolverão, de modo acessório, a prestação de esforço humano com vistas à produção de uma utilidade.

Mais uma vez, buscando adotar a didática que facilite o entendimento, é importante trazer exemplos. Nesse sentido, é possível que na obrigação de fazer consistente, por exemplo, em realizar manutenções de elevadores, esteja presente, de modo acessório, a necessidade de utilização de peças. Essas peças eventualmente utilizadas no serviço de manutenção constituem uma obrigação de dar.

Por outro lado, é possível que na obrigação de dar consistente, por exemplo, no fornecimento de carimbos, esteja presente, de modo acessório, a necessidade de entregá-los em um local previamente determinado. Esse dever de entrega constitui uma obrigação de fazer.

O que vai caracterizar o objeto como “serviço” ou “compra”, portanto, é o **núcleo essencial** daquilo que se pretende contratar. Nos exemplos retromencionados, restaria evidente que o núcleo essencial seria, respectivamente, a manutenção de elevadores (serviço) e o fornecimento de carimbos (compra).

A definição do objeto compete área técnica:

Orientação Normativa nº 54, de 25 de abril de 2014-AGU: Compete ao **agente ou setor técnico** da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

Quanto aos quantitativos, trata-se de requisito imprescindível, pois interfere diretamente no preço e nos limites de eventuais alterações contratuais quantitativas e qualitativas. Além da quantificação em si, é importante que a Administração justifique o motivo daquele quantitativo, podendo utilizar métodos próprios (ex: estatística, projeções) e técnicas de estimativa de consumo com base na série histórica de demanda e em eventuais ocorrências futuras.

No termo de referência para fornecimento contínuo de água mineral consta o seguinte:

Fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações devidamente higienizados, fabricados em embalagem de polipropileno transparente, com tampa de pressão e lacre, e capacidade para 20 (vinte) litros, para atender a necessidade da promotoria de Justiça indicada no item 3.2 deste instrumento.

Não foi possível observar, no referido termo de referência, a menção aos quantitativos (embora conste a justificativa para o quantitativo definido), razão pela qual opina-se no sentido de que a Administração informe o quantitativo de fornecimentos de água mineral ao longo do exercício financeiro, inclusive para fins de controle do limite valorativo da dispensa de pequeno valor ao longo do exercício financeiro.

Quanto ao prazo do contrato e à possibilidade de prorrogação, é oportuno destacar que o prazo de vigência dos contratos administrativos sofreu algumas alterações na Lei n.º 14.133/2021. Vejamos o que dispõe o art. 105:

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

O dispositivo legal supratranscrito faz expressa menção ao edital, instrumento que não existe na dispensa de pequeno valor. Nada obstante, o art. 72, I, da Lei n.º 14.133/2021 menciona, expressamente, o termo de referência, e o art. 6º, XXIII, "a", por sua vez, estabelece a necessidade de considerar o prazo do contrato, motivo pelo qual o referido dispositivo se aplica, também, às contratações diretas.

Nessa esteira, compete ao termo de referência definir o prazo de vigência contratual, cabendo à Administração verificar, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Especificamente para a hipótese de serviços e fornecimentos contínuos, a Lei n.º 14.133/2021 prevê o seguinte:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada **em razão da contratação plurianual;**

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e **de cada exercício**, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a **vantagem em sua manutenção;**

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do **caput** deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

A Administração pode, de antemão, estabelecer prazo de vigência de **até 05** (cinco) anos, ou seja, existe margem de discricionariedade para adotar, por exemplo, o prazo inicial de 01 (um) ano, de 02 (dois) anos, de 03 (três) anos, de 04 (quatro) anos ou de 05 (cinco) anos, bem como outras opções fixadas em meses. A definição se insere na margem de discricionariedade da Administração.

Entretanto, caso a Administração opte por definir o prazo de vigência superior a 01 (um) exercício financeiro, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em detrimento à definição que corresponda à vigência dos créditos orçamentários. Já a exigência do inciso II do art. 106 se aplica para qualquer prazo que venha a ser definido pela Administração.

O inciso III do art. 106 constitui uma inovação da Lei n.º 14.133/2021, pois permite a extinção do contrato administrativo na hipótese de ausência de créditos orçamentários ou quando o contrato não oferecer mais vantagem para a Administração, o que, contudo, somente poderá ocorrer no prazo anteriormente fixado para expiração da vigência contratual, desde que não seja inferior a 02 (dois) meses, contados da referida data.

O art. 107 prevê as hipóteses de prorrogação dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos:

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que **a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração** permitida

a **negociação** com o contratado ou a **extinção** contratual sem ônus para qualquer das partes.

É possível observar que a Lei n.º 14.133/2021 ampliou o período máximo de vigência contratual, ao permitir a vigência de até 10 (dez) anos. De acordo com a regra do art. 106, o prazo de vigência inicial tem como limite máximo o prazo de até 05 (cinco) anos, vale dizer, a Administração não pode, desde logo, fixar prazo de 10 (dez) anos. Contudo, através de termos aditivos, o contrato administrativo pode alcançar o prazo máximo de 10 (dez) anos.

Mais uma vez, a Lei n.º 14.133/2021 faz menção à necessidade de previsão em edital, o que não se aplica para a dispensa de pequeno valor. Nada obstante, considerando o quanto mencionado alhures, a definição deve constar do termo de referência, em razão do que prevê o art. 6º, XXIII, "a", da Lei n.º 14.133/2021.

A previsão das opções referentes ao prazo de vigência dos contratos administrativos consta do item 3.14 do termo de referência, atendendo ao comando legal.

II.X.II Fundamentação da contratação:

O art. 6º, XXIII, "b", da Lei n.º 14.133/2021, exige que conste do termo de referência a fundamentação da contratação. Embora a alínea faça menção ao estudo técnico preliminar, já foi mencionado nesse opinativo que o Ato Normativo n.º 004/2024 dispensou o referido instrumento para a dispensa de pequeno valor.

Nesse sentido, nos parece suficiente que conste no termo de referência a necessidade da Administração que estará sendo atendida com a respectiva contratação, tendo como vetor, sempre, o interesse público. O item 1.5 do modelo colacionado aos autos já prevê espaço para preenchimento dessa informação.

II.X.III Descrição da solução como um todo, considerando todo o ciclo de vida do objeto:

A ideia do legislador é que a Administração considere não apenas o preço, mas todo o ciclo de vida do objeto, para fins de selecionar a proposta mais vantajosa. Ou seja, incumbe à Administração analisar, por exemplo, as questões operacionais, os eventuais impactos negativos, os maiores benefícios econômicos, sociais e ambientais, os custos indiretos, enfim, a Administração deve realizar uma análise global da contratação.

O item 1.6 do modelo colacionado aos autos atende ao comando legal, devendo ser devidamente preenchido, no caso concreto, pelos agentes públicos responsáveis.

II.X.IV Requisitos da contratação, modelo de execução do objeto, modelo de gestão do contrato, critérios de medição e de pagamento:

Os requisitos da contratação envolvem tudo aquilo necessário à contratação em si, o que pode ser exemplificado pelo seguinte dispositivo da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou **ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;**

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

O item 3 do termo de referência fornece diversos requisitos da contratação, razão pela qual, em princípio, não há apontamento jurídico a ser observado, sem prejuízo das considerações por ocasião da análise da minuta contratual.

II.X.V Forma e critérios de seleção do fornecedor:

No item 2 do modelo de termo de referência colacionado aos autos, consta a previsão de critérios de seleção do fornecedor:

O fornecedor foi selecionado por Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo menor preço praticado, a partir de pesquisa de preços no mercado local, comparando-os com contratos de objetos análogos firmados por esta instituição, conforme tabela de preços referenciais anexo. Registra-se, ademais, que a identificação dos prestadores em situação de regularidade tem se mostrado, historicamente, tarefa complexa, em razão das condições culturais locais, restringindo ainda mais a oferta de prestadores na localidade para a demanda do Ministério Público do Estado da Bahia, o que impacta tanto na composição dos preços referenciais quanto na seleção do fornecedor propriamente dita. Ante o exposto, a presente forma de contratação se mostra, atualmente, a mais adequada frente às peculiaridades locais para a prestação do serviço.

Na hipótese de contratação direta, o art. 72, VI, da Lei n.º 14.133/2021, exige, apenas, a razão da escolha do contratado, não mencionando os critérios de julgamento aceitáveis. Nesse sentido, nos parece que há margem de discricionariedade da Administração para definir o critério de julgamento que julgar pertinente, sendo que, historicamente, tem sido utilizado, para as dispensas de pequeno valor, o critério de menor preço.

Ainda quanto aos critérios de seleção do fornecedor, o art. 72, V, da Lei n.º 14.133/2021, menciona a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.

A Administração poderá exigir os documentos previstos nos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133/2021. Ou seja, existe margem de discricionariedade em relação a alguns deles, motivo pelo qual não é obrigatório que a Administração exija todos os documentos para todas as contratações. Vejamos o que dispõe o Ato Normativo n.º 004/2024:

Art. 17.....

§ 5º Sem prejuízo à inclusão de outros documentos específicos legalmente admitidos a demonstração de habilitação e qualificação do pretenso contratado deverá ser composta por, no mínimo:

I – ato constitutivo, estatuto ou contrato social da empresa, inscrição de empresário individual ou registro de microempreendedor individual (MEI), se pessoa jurídica;

II – comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/ MF;

III – prova de regularidade perante a Fazenda Federal, inclusive INSS;

IV – prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal, relativas ao seu domicílio;

V – prova de regularidade perante a Fazenda do Estado da Bahia;

VI – prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), se pessoa jurídica;

VII – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

VIII – declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

IX – declaração de adequação à Resolução Nº 37/2009 do CNMP.

A prova de regularidade com a Fazenda Pública do Estado da Bahia decorre de previsão na Lei Estadual n.º 14.634/2023:

Art. 65 - Na instrução do processo de contratação direta e de seus termos aditivos, deverá ser exigida a prova **deregularidade do interessado com a Fazenda do Estado da Bahia**, ou o compromisso de sua regularização e sua efetiva realização, como condição para celebração do contrato.

Considerando que existe margem de discricionariedade da Administração em relação à exigência de documentos de habilitação técnica e econômico-financeira, opina-se no sentido de que a Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações insira um subitem ao item 2, para que a Administração indique se exigirá ou não documentos de habilitação técnica e/ou econômico-financeira.

Ademais, não nos parece adequado que a informação referente à seleção do fornecedor conste no tempo pretérito, como consta no modelo colacionado aos autos ("*O fornecedor foi selecionado...*"). Isso porque o termo de referência é o documento necessário para a contratação e não o documento que declara que a contratação já ocorreu.

De forma análoga ao procedimento licitatório, seria como se a Administração, ao definir o menor preço no edital, já tivesse contratado a licitante, o que não é o caso. O termo de referência, assim, estabelece os elementos necessários à contratação e, em tese, em momento posterior se define o vencedor.

Essa ideia se torna problemática quando a Administração utiliza a cotação com fornecedores para fins de pesquisa de preços e, ao mesmo tempo, para apresentação de propostas. Como o termo de referência exige a estimativa do valor da contratação, as fases de pesquisa de preços e de avaliação das propostas terminar ocorrendo de forma simultânea. Entretanto, não devem ser confundidas.

Nesse sentido, opina-se no sentido de que se evite mencionar o fornecedor supostamente já selecionado no termo de referência, limitando-se à definição dos critérios de seleção.

II.X.VI Estimativa do valor da contratação:

O art. 6º, XXIII, "i", da Lei n.º 14.133/2021, exige, também, as estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado.

Nessa esteira, consta dos autos um modelo de proposta, com abas para preenchimento do item, descrição do objeto, unidade de medida, quantidade estimada, valor unitário e valor global.

Não consta dos autos, contudo, modelo de memória de cálculo, razão pela qual opina-se pela sua confecção e juntada aos autos da contratação, inclusive com a indicação dos parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os cálculos.

II.X.VII Adequação orçamentária:

O referido requisito já foi analisado no item II.VI.

II.XI Modelo de proposta:

O modelo de apresentação de propostas busca atender ao comando legal previsto no art. 23 da Lei n.º 14.133/2021, expressamente mencionado no art. 72, II, da mesma lei. Vejamos o dispositivo legal:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados **preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades** a serem contratadas, observadas a **potencial economia de escala** e as **peculiaridades do local de execução do objeto**.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados **de forma combinada ou não**:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Embora não conste expressamente na lei, são requisitos lógicos para a realização da pesquisa de mercado: 1) parametrização; 2) amplitude (ou generalidade); 3) atualidade.

O requisito da parametrização consiste no fato de que somente é possível comparar preços referentes a objetos que sejam equivalentes. Ex: se a Administração deseja adquirir um carro, não pode comparar uma Kombi com um ônibus, pois os objetos não são equivalentes. A equivalência diz respeito, inclusive, às variáveis relativas à quantidade, prazo de entrega, forma de entrega etc.

Essa é uma das razões pelas quais o objeto deve ser bem definido, não sendo possível, assim, realizar uma pesquisa de mercado antes da definição do objeto.

O requisito da amplitude ou generalidade significa que a pesquisa de mercado deve ser a mais ampla possível, com a maior diversidade de parâmetros possíveis. Isso porque há uma relação entre a qualidade da pesquisa de mercado e a quantidade de parâmetros utilizados.

Quanto mais parâmetros puderem ser utilizados pela Administração, mais qualificada será a pesquisa de mercado, mais fidedigna será a pesquisa e, consequentemente, o valor encontrado será mais próximo de realidade de mercado. Vejamos alguns entendimentos do Tribunal de Contas da União acerca do tema:

O orçamento estimativo da contratação deve ser elaborado mediante consulta a **fontes diversificadas**, a fim de conferir **maior segurança** no que diz respeito à fixação dos valores dos itens ou serviços a serem adjudicados, **mostrando-se inadequada a sua elaboração com base apenas em consulta a fornecedores**. Acórdão 1678/2015-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN

É recomendável que a pesquisa de preços para a elaboração do orçamento estimativo da licitação **não se restrinja a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores**, adotando-se, ainda, outras fontes como parâmetro, como contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades públicas, mídias e sítios eletrônicos especializados, portais oficiais de referenciamento de custos. Acórdão 2816/2014-Plenário | Relator: JOSÉ MUCIO MONTEIRO

A pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo da licitação não deve se restringir a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, devendo ser utilizadas outras fontes como parâmetro, a exemplo de **contratações públicas similares, sistemas referenciais de preços disponíveis, pesquisas na internet em sítios especializados e contratos anteriores** do próprio órgão. Acórdão 713/2019 Plenário (Representação, Relator Ministro Bruno Dantas)

No caso de **não ser possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais** para a estimativa de custos em processos licitatórios, deve ser realizada pesquisa de preços contendo o **mínimo de três cotações** de empresas/fornecedores distintos, fazendo constar do respectivo processo a documentação comprobatória pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentaram o preço estimado. **Caso não seja possível obter esse número de cotações, deve ser elaborada justificativa circunstanciada**. Acórdão 2531/2011-Plenário | Relator: JOSÉ JORGE

O requisito da atualidade estabelece que a pesquisa de preços deve ser atual, contemporânea em relação à celebração do contrato. Analisando os parâmetros indicados no art. 23 da Lei n.º 14.133/2021, é possível observar que somente houve a fixação temporal em dois casos: 1) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços; 2) pesquisa direta com, no mínimo, 03 (três) fornecedores, cujos orçamentos devem ser datados, no máximo, até 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

Nos parece salutar recomendar que a Administração exerça seu poder regulamentar nesse caso, conforme autorizado pelo próprio art. 23 da Lei n.º 14.133/2021, bem como em razão de lacunas legais e da necessidade de observar as peculiaridades regionais e locais.

Em âmbito federal (ainda que, em princípio, o regulamento não seja obrigatório para o Ministério Público do Estado da Bahia, salvo quando houver transferência de recursos federais), foi editada a Instrução Normativa SEGES n.º 65/2021. A referida Instrução Normativa prevê, por exemplo:

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - caracterização das fontes consultadas;

IV - série de preços coletados;

V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e

VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º.

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Parágrafo único. No caso de previsão de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com a metodologia estabelecida no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§ 3º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 3º Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

Considerando o histórico de dispensas de pequeno valor na Instituição, nos parece que a estimativa de preços é realizada de forma concomitante à seleção da proposta mais vantajosa.

Analisando o modelo de proposta colacionado aos autos, nos parece que atende aos parâmetros de idoneidade de uma proposta, recomendando-se, apenas, que a Administração, quando da solicitação de cotação com fornecedores, informe o prazo de resposta, de acordo com a complexidade do objeto, bem como faça constar do processo de dispensa a justificativa da escolha dos fornecedores, atentando-se para o fato de que os orçamentos deverão ter prazo máximo de 06 (seis) meses anteriores à celebração do contrato.

II.XII Outros documentos previstos no art. 72 da Lei n.º 14.133/2021:

II.XII.I Necessidade de verificação de eventual penalidade:

O art. 91, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, exige que, antes de formalizar o contrato, a Administração consulte o CEIS e o CNEP, emitindo as respectivas certidões, o que deve ser observado pela Administração.

II.XII.II Do limite valorativo:

Assim dispõe a Lei n.º 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

O art. 182 da Lei n.º 14.133/2021 estabelece que os valores serão atualizados, a cada dia 1º de janeiro, pelo IPCA-E ou por índice que venha a substituí-lo.

Atualmente, portanto, vigora o Decreto Federal n.º 11.871/2023, que, para a presente finalidade, fixou o valor de **R\$ 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos)**.

É importante salientar que o Ministério Público do Estado da Bahia, em razão da sua natureza de órgão constitucionalmente autônomo, possui competência para fixar limites distintos. O Ato Normativo n.º 004/2024 assim dispôs:

Art. 23. O MPBA adotará as atualizações de valores publicados pelo Poder Executivo federal, na forma do art. 182 da Lei Federal n.º 14.133/21.

O Ministério Público do Estado da Bahia, dessa forma, optou por seguir os limites utilizados no âmbito federal. Caso não tivesse manifestado sua opção, ainda assim seria aplicado o limite estabelecido em âmbito federal, consoante prevê o art. 24 da Lei Estadual n.º 14.634/2023:

Art. 24 - O titular de Poder ou de órgão dotado de autonomia constitucional poderá, por ato normativo, fixar limites de valor, alçada, vulto e congêneres aplicáveis às suas licitações e contratações, desde que não ultrapassem os que tenham sido estabelecidos para situação idêntica pela União.

Parágrafo único - Na ausência da expedição do ato normativo a que se refere o caput deste artigo, prevalecerão os limites previstos na Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021.

II.XII.III Do limite temporal:

O art. 75, § 1º, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021 prevê que:

Art. 75.....

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido **no exercício financeiro** pela respectiva unidade gestora;

Dessa forma, o limite valorativo deve ser analisado em conjunto com o limite temporal, que corresponde a 01 (um) exercício financeiro, nos termos do art. 34 da Lei n.º 4.320/64. Ou seja, a aferição do limite valorativo para fins de eventual fracionamento indevido do objeto ocorre no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano. É oportuno destacar o seguinte enunciado do Conselho da Justiça Federal acerca do tema:

Enunciado 50 do CJF: Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos por dispensa de licitação em função do valor, de acordo com o art. 75, incisos I e II, da Lei n. 14.133/2021, o valor limite para fins de apuração de fracionamento da despesa deve ser considerado **por exercício financeiro**, de modo que uma contratação com prazo de vigência superior a 12 meses **pode ter valor acima dos limites estabelecidos nos referidos incisos, desde que sejam respeitados os limites por exercício financeiro**.

De acordo com o referido enunciado, a Administração pode realizar uma contratação com prazo de vigência superior a 12 meses nos casos de serviços e fornecimentos contínuos, hipótese em que o limite valorativo deverá ser aferido por cada exercício financeiro, ou seja, o valor global do contrato poderá ser superior aos limites previstos no art. 75, I e II, da Lei n.º 14.133/2021, desde que o limite de valor seja obedecido em cada exercício financeiro.

II.XII.IV Do limite subjetivo:

O art. 75, § 1º, I, da Lei n.º 14.133/2021, ao tempo em que estabelece o limite temporal, também fixa o limite subjetivo, ao mencionar que o somatório deve ser observado por **cada unidade gestora**. Nesse aspecto, cumpre mencionar a doutrina de Marçal Justen Filho:

A descentralização significa que se devem considerar apenas as contratações realizadas pelas diferentes unidades administrativas, mesmo que sem autonomia jurídica em sentido próprio. Ou seja, não é o caso de considerar que todas as unidades do Ministério do Exército integram a União, o que obrigaria a promover afinal o somatório de todas as contratações da Administração direta – o que eliminaria cabimento de contratação direta em virtude de valor e conduziria à realização de concorrências em todos os casos. (JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*: Lei 8.666/1993. 18 ed., rev., ampl., e atual. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 461).

No mesmo sentido:

As entidades administrativas, por serem dotadas de personalidade jurídica própria, não devem somar os valores por elas contratados com dispensa de licitação com os valores contratados pelo Estado, ainda que em relação aos mesmos objetos. Em termos práticos, não é necessário somar os valores gastos com material de expediente por empresa pública e pelo Estado. Pode-se dizer que cada um faz a sua soma, já que são pessoas diferentes. O mesmo deve ocorrer com os órgãos administrativos, ainda que não sejam dotados de personalidade jurídica própria. Isso porque a criação de órgãos administrativos decorre do processo de desconcentração, que pressupõe a necessidade ou utilidade de certas atividades serem prestadas por unidade própria, que tenha relativa independência gerencial. Não haveria sentido dividir a Administração Pública em diversos órgãos se todos eles tivessem que ser gerenciados em conjunto, pela mesma estrutura. (NIEBUHR, Joel de Menezes. *Dispensa e inexigibilidade de licitação*. 4 ed., rev., e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 253).

Ainda de modo mais claro e específico:

Devem ser somadas, para fins de determinação da modalidade cabível, as obras e serviços que, tendo objetos semelhantes e podendo ser realizados ao mesmo tempo, estejam a cargo de “unidades de despesa” (isto é: órgãos dotados de autonomia para a gestão financeira) distintas de uma mesma pessoa jurídica? A resposta é negativa. A desconcentração administrativa é lícita e desejável, agilizando o funcionamento dos serviços. Sua eficácia pressupõe autonomia de gestão, o que leva inevitavelmente ao fracionamento das contratações do ente de que fazem parte os vários órgãos. Não há como, embora com objetos prezáveis (tal a ampliação da competitividade entre os fornecedores do Estado), condicionar a determinação das modalidades licitatórias, a serem utilizadas pelos vários órgãos em cada caso, à soma dos valores dos contratos celebrados por todos eles. Seria inviabilizar a própria desconcentração e paralisar a máquina. (SUNDFELD, Carlos Ari. *Licitação e contrato administrativo*: de acordo com as leis 8.666/93 e 8.883/94, p. 69).

O referido requisito deve ser monitorado e controlado, portanto, pela respectiva unidade gestora, com vistas a evitar fracionamento indevido do objeto.

II.XII.V Do limite objetivo:

O referido limite diz respeito ao objeto a ser contratado. Inicialmente, cumpre ressaltar que a adequada definição do objeto cabe ao setor técnico da Instituição:

Orientação Normativa nº 54, de 25 de abril de 2014-AGU: Compete ao **agente ou setor técnico** da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e **definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia**, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

O art. 75, § 1º, II, da Lei n.º 14.133/2021, estabelece que:

Art. 75.....

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverão ser observados:

[...]

II - o somatório da despesa realizada com **objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade**.

Trata-se, evidentemente, de conceito abrangente, já criticado pela doutrina:

O legislador considerou que objetos da mesma natureza são os que pertencem ao "mesmo ramo de atividade". O conceito não é bom, porque abrangente demais. O que seria um "ramo de atividade"? Engenharia, por exemplo, poderia ser entendido como um ramo de atividade. Então, se fosse assim, um tijolo e um elevador seriam da mesma natureza. Evidentemente que não são e seria mesmo absurdo considerar que fossem. Então, seguindo a jurisprudência já existente sobre o assunto, propõe-se que objetos da mesma natureza sejam compreendidos como aqueles que guardam semelhanças entre si e que visam aos mesmos propósitos. O conceito de objeto de mesma natureza é bastante subjetivo e incerto e não há, pelo menos para a doutrina, como fugir disso. A Administração, se quisesse, poderia produzir regulamento e elaborar listas indicando casuisticamente os objetos considerados da mesma natureza. A tal lista nunca seria exaustiva, mas poderia servir como norte. A título ilustrativo, imagine-se que a Administração Pública necessite adquirir quantidade de computadores, cujo valor total seja de R\$60.000,00. Tal valor não justifica a dispensa prevista no inciso II do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, cujo limite, repita-se, é de R\$50.000,00. No entanto, o agente da Administração Pública, para se ver livre dos rigores da licitação pública, em vez de proceder a ela, divide o contrato em duas parcelas, cada qual no valor de R\$ 30.000,00, realizadas com suposto fundamento na dispensa encartada no inciso II do artigo 75. Esse procedimento é incompatível com a legislação, mesmo porque, se admitido fosse, os contratos poderiam ser sucessivamente repartidos, repartindo-se, por consequência, os seus respectivos valores, tudo para subsumi-los aos limites que autorizam a dispensa, que seria multiplicada quantas vezes fosse necessário para não realizar licitação pública. Então, para aplicar os incisos I e II do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, as unidades gestoras devem somar os valores a serem despendidos com contratos que tenham objetos da mesma natureza, que são aqueles que têm identidade entre si e servem às mesmas finalidades, para todo o exercício financeiro, o que abrange o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro. A dispensa é devida se o valor resultante da soma não ultrapassar os limites dos incisos I e II do artigo 75. (NIEBUHR, Joel de Menezes. *Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 2 ed. Zênite: Curitiba, 2021, p. 57/58.

Nesse sentido, considerando que o ramo de atividade também depende de uma análise técnica, conclui-se que, tanto a definição do objeto quanto o enquadramento no mesmo ramo de atividade compete ao setor técnico da Instituição, sendo presumível, pelas informações dos autos, que o limite objetivo resta atendido.

Todos os limites ora analisados foram didaticamente previstos no Ato Normativo n.º 004/2024:

Art. 20. Para fins de aferição e controle dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, no que se refere à natureza do gasto por unidade gestora, deverá ser observado:

I – limite valorativo: os valores previstos no art. 75, incisos I e II, da Lei Federal nº. 14.133/2021, observadas as atualizações promovidas por Decreto Federal, na forma do art. 182, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

II – limite objetivo: objetos de mesma natureza, entendidos como aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade, observadas as orientações disponíveis na base de conhecimento do sistema SEI;

III – limite subjetivo: respectiva unidade gestora;

IV – limite temporal: exercício financeiro.

Nesse diapasão, é importante que a unidade gestora esteja atenta para a observância de tais limites, com o fim de evitar eventual fracionamento indevido do objeto.

II.XII.VI Da divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial de forma preferencial:

O art. 75, § 3º, da Lei n.º 14.133/2021 dispõe que:

Art. 75.....

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

A ideia do legislador é tornar a dispensa de licitação de pequeno valor mais competitiva, contribuindo, assim, para a seleção da proposta mais vantajosa. A expressão "*preferencialmente*" permite que não seja adotado o procedimento legal, o que, contudo, exige justificativa da Administração. Nesse sentido, o Ato Normativo n.º 004/2024:

Art. 21. O processo de dispensa de licitação de pequeno valor será preferencialmente eletrônico.

Ante o exposto, opina-se no sentido de que a Administração adote, preferencialmente, o procedimento previsto no art. 75, § 3º, da Lei n.º 14.133/2021 ou, alternativamente, justifique eventual impossibilidade ou inconveniência em se realizar o procedimento.

II.XII.VII Do pagamento preferencial por meio de cartão de pagamento:

O art. 75, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021 estabelece que as dispensas de pequeno valor serão pagas, preferencialmente, por meio de cartão de pagamento:

Art. 75.....

§ 4º As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente pagas por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Do mesmo modo como destacado no tópico anterior, a expressão "*preferencialmente*" permite a adoção de outra forma de pagamento, contudo, exige-se justificativa da Administração.

Ante o exposto, opina-se no sentido de que o setor responsável pelo pagamento informe se há possibilidade de pagamento por meio de

cartão de pagamento e, em caso negativo, que justifique nos autos a impossibilidade.

II.XII.VIII Publicação:

No que concerne à publicação, o Ato Normativo n.º 004/2024 dispõe que:

Art. 19. As publicações dos avisos de dispensa de licitação, os atos autorizativos da contratação direta e/ou extratos decorrentes dos contratos ocorrerão no Portal da Transparência do MPBA, no portal eletrônico do MPBA e no PNCP.

Trata-se de dar cumprimento ao princípio constitucional da publicidade, bem como ao princípio da transparência, conforme exige o art. 72, parágrafo único, e o art. 94, ambos da Lei n.º 14.133/2021, salvo impossibilidade operacional.

II.XII.IX Plano de contratações anual (PCA):

PCA: É oportuno mencionar o quanto determinado no Ato Normativo n.º 004/2024 acerca da previsão de despesas no Plano de Contratações Anual –

Art. 15. As demandas de contratações diretas das unidades gestoras deverão corresponder ao planejamento constante do plano de contratações anual para que possam ser devidamente executadas.

Já existe aba no documento de formalização de demanda prevendo a necessidade de informar se a contratação está prevista ou não no PCA.

II.XIII Da minuta contratual:

Sob o aspecto formal, a Lei n.º 14.133/2021 prevê o seguinte:

Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Esta Assessoria Técnico-Jurídica não identificou, na minuta contratual, a referida informação. **Nesse sentido, recomenda-se que seja inserida uma subcláusula dispoendo sobre o tema, preferencialmente no interior da cláusula vigésima - das disposições gerais. Segue sugestão:**

20.7 O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

O art. 89, § 1º, prevê o seguinte:

§ 1º Todo contrato deverá mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo de licitação ou da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

É possível observar na minuta contratual a indicação do nome das partes e seus representantes, da finalidade, do ato que autorizou sua lavratura, do número do processo de dispensa de licitação e da sujeição dos contratantes às normas da Lei n.º 14.133/2021 e às cláusulas contratuais.

O art. 89, § 2, dispõe que:

§ 2º Os contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta.

As cláusulas décima e décima primeira preveem as obrigações da contratada e da contratante, bem como, na cláusula segunda, a vinculação à contratação. **Recomenda-se, apenas, que a cláusula segunda inclua o termo "direta", ficando assim:**

"CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA".

O art. 91 da Lei n.º 14.133/2021 prevê que:

Art. 91. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

É possível observar na minuta contratual a forma escrita, sendo oportuno destacar que o legislador estabelece a necessidade de juntada do contrato ao processo de contratação direta.

Nos parece que, para fins de cumprimento do mandamento legal, é suficiente que a Administração colacione aos autos do processo de dispensa de licitação o instrumento contratual, bem como pode criar um novo processo no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) e relacionar ambos os processos.

O art. 92 da Lei n.º 14.133/2021 exige que conste no instrumento contratual as seguintes informações:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

Sob o **aspecto formal**, é possível observar na minuta contratual a definição do objeto, a vinculação à contratação direta e à respectiva proposta, a indicação da legislação aplicável, inclusive quanto aos casos omissos (subcláusula 20.3), o regime, a forma de fornecimento e os prazos para execução, o preço e as condições de pagamento, o reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária, o recebimento do objeto, o crédito pelo qual correrá a despesa (dotação orçamentária), o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, a ausência de garantia contratual, direitos e responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis, valores das multas e suas bases de cálculo, dever de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, a obrigação de cumprimento da reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, o modelo de gestão do contrato, os casos de extinção e o foro da sede da Administração como competente.

Ainda sob o aspecto formal, embora não haja irregularidade na ordem de disposição das cláusulas na minuta contratual, nos parece que, sendo possível, é salutar que a Administração, ao considerar a ordem das cláusulas, siga a sequência numérica dos dispositivos da Lei n.º 14.133/2021.

A título exemplificativo, na minuta contratual, a cláusula que dispõe sobre as alterações contratuais é a décima sexta, enquanto que a cláusula sobre a extinção contratual é a décima quinta, ou seja, a hipótese de alteração vem depois da hipótese de extinção.

Na Lei n.º 14.133/2021, as hipóteses de alteração contratual figuram antes dos dispositivos legais que tratam da extinção contratual. Em nosso sentir, há uma razão lógica para tal ordem, pois a alteração contratual pressupõe um contrato vigente, logo, havendo a extinção contratual, não cabe mais cogitar de eventual alteração contratual. Em síntese, a alteração contratual ocorre antes de eventual extinção contratual.

Considerando essa lógica, sugerimos que as cláusulas sejam dispostas da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME, DA FORMA DE FORNECIMENTO E DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

CLÁUSULA SEXTA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA OITAVA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Sob o **aspecto material**, a cláusula 1.4 dispõe que:

1.4. A assinatura do presente contrato indica à **CONTRATADA possuir** plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se os **mesmos** às normas das Leis Federal n.º 14.133/2021 e Estadual/Ba n.º 14.634/2023, bem como à totalidade das cláusulas

contratuais aqui estabelecidas.

Apenas no que concerne ao aspecto redacional, sugere-se o seguinte:

1.4 A assinatura do presente instrumento contratual, pela CONTRATADA, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

Em relação à cláusula segunda, sugere-se a inclusão da expressão "DIRETA", ficando assim:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA

Em relação à cláusula terceira, sugere-se alteração da denominação, ficando assim:

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS

A denominação sugerida privilegia a expressão utilizada pelo legislador, conforme previsto no art. 105 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

É oportuno tecer algumas considerações acerca da subcláusula 3.1.

A Administração pode, de antemão, estabelecer prazo de vigência de até 05 (cinco) anos, ou seja, existe margem de discricionariedade para adotar, por exemplo, o prazo inicial de 01 (um) ano, de 02 (dois) anos, de 03 (três) anos, de 04 (quatro) anos ou de 05 (cinco) anos, bem como outras opções fixadas em meses. A definição se insere na margem de discricionariedade da Administração.

Entretanto, **caso a Administração opte por definir o prazo de vigência superior a 01 (um) exercício financeiro, deverá atestar, no processo de contratação direta, a maior vantagem econômica vislumbrada em detrimento à definição que corresponda à vigência dos créditos orçamentários.** Já a exigência do inciso II do art. 106 se aplica para qualquer prazo que venha a ser definido pela Administração.

Assim dispõe a cláusula 3.1.1 da minuta contratual:

3.1.1 A prorrogação de que trata este dispositivo é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;

O art. 107 prevê as hipóteses de prorrogação dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos:

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que **a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração** permitida a **negociação** com o contratado ou a **extinção** contratual sem ônus para qualquer das partes.

É possível observar que a Lei n.º 14.133/2021 ampliou o período máximo de vigência contratual, ao permitir a vigência de até 10 (dez) anos. De acordo com a regra do art. 106, o prazo de vigência inicial tem como limite máximo o prazo de até 05 (cinco) anos, vale dizer, a Administração não pode, desde logo, fixar prazo de 10 (dez) anos. Contudo, através de termos aditivos, o contrato administrativo pode alcançar o prazo máximo de 10 (dez) anos.

A Lei n.º 14.133/2021 faz menção à necessidade de previsão em edital, o que não se aplica para a dispensa de pequeno valor. Nada obstante, considerando o quanto mencionado alhures, a definição deve constar do termo de referência, em razão do que prevê o art. 6º, XXIII, "a", da Lei n.º 14.133/2021, bem como no instrumento contratual.

A cláusula 3.1.1 atende ao comando legal.

Em relação à cláusula 3.1.2, a interessada indicou duas redações para análise jurídica:

3.1.2 A prorrogação do prazo de vigência contratual fica condicionada, ademais, ao respeito ao limite de valor autorizativo da contratação na modalidade de dispensa de licitação;

OU

3.1.2 A prorrogação do prazo de vigência contratual fica condicionada, ademais, à disponibilidade orçamentária, devidamente declarada pela Unidade Gestora do recurso nos autos do procedimento administrativo correspondente, e desde que respeitado o limite para Dispensa de Licitação que fundamentou a contratação.

Os limites da dispensa de pequeno valor já foram analisados alhures, consistindo em requisito legal e normativo, portanto, de observância obrigatória pela Administração. O mesmo se pode afirmar em relação à disponibilidade orçamentária.

É oportuno destacar, apenas, que o limite valorativo é aferido em cada exercício financeiro. Dessa forma, se o instrumento contratual tiver, por exemplo, a duração inicial de 05 (cinco) anos, a Administração só precisará obedecer ao limite valorativo em cada exercício financeiro, o que significa que, também, só precisará demonstrar a disponibilidade orçamentária para o respectivo exercício, sem prejuízo de indicação do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios subsequentes.

Nesse sentido, opina-se pela utilização da subcláusula 3.1.2.

Em relação à **cláusula quarta**, recomenda-se:

1) na subcláusula 4.1, a inclusão de vírgula após a expressão "*continua*", para melhor adequação redacional;

2) na subcláusula 4.2, a supressão da expressão "*os serviços de fornecimento*" e inclusão da expressão "*o fornecimento contínuo*", para alinhamento com a expressão utilizada pela Lei n.º 14.133/2021.

No que concerne à **cláusula quinta** da minuta contratual, que trata do recebimento do objeto, conforme assinalado anteriormente, esta Assessoria Técnico-Jurídica recomenda que seja realizada a alteração da ordem, passando a figurar, como cláusula quinta, a cláusula que trata do preço.

Nesse sentido, sugere-se o seguinte:

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

A redação acima sugerida exclui a menção às condições de pagamento e à atualização monetária. O motivo é porque o art. 141 da Lei n.º 14.133/2021 prevê um capítulo específico para dispor sobre o pagamento, com algumas regras que não constam na minuta contratual.

Dessa forma, esta Assessoria Técnico-Jurídica sugere que seja criada uma cláusula específica para tratar do pagamento, incluindo as subcláusulas que, atualmente, constam entre as subcláusulas 6.4 e 6.9.1.

Em relação à subcláusula 6.2 da minuta contratual (que figurará como cláusula quinta na minuta sugerida), consta o seguinte:

6.2. Dá-se ao presente Contrato o valor anual estimado de xxxxxx, equivalente ao fornecimento de xxxx (xxxx) garrações ao longo de 12 (doze) meses; e global estimado de R\$ xxxxxxx (xxxxxxx), equivalente ao quantitativo de xxxx (xxxx) garrações ao longo de toda a vigência contratual;

Nos parece que a menção ao valor anual e ao valor global só faz sentido lógico se o prazo inicial de duração do contrato for superior a 01 (um) ano (ou 12 meses), uma vez que, caso o prazo inicial de duração do contrato seja igual a 01 (um) ano (ou 12 meses), os valores serão iguais.

Isso porque não há direito adquirido à prorrogação contratual, tanto para a contratante quanto para a contratada. Vale dizer, a prorrogação é ato discricionário e bilateral. Logo, "*toda a vigência contratual*" significará, precisamente, o prazo de duração contratual fixado.

Ou seja, se a Administração fixar o prazo de duração do contrato em 12 (doze) meses, o valor anual será o mesmo valor concernente ao total da vigência contratual. Por outro lado, se a Administração fixar o prazo inicial de duração do contrato em 05 (cinco) anos, o valor anual será "X" e o valor global será "Y", o que justificaria a menção a ambos os valores.

Nessa esteira, recomenda-se que a interessada justifique a necessidade de menção a ambos os valores.

Na subcláusula 6.2.1, sugere-se a alteração da expressão "*a aquisição*" por "*o fornecimento*".

Na **cláusula sétima** (que figurará como cláusula sexta na minuta sugerida), há previsão do reajustamento em sentido estrito. Sugere-se, assim, a seguinte denominação:

CLÁUSULA SEXTA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Assim dispõe a minuta contratual:

7.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, xx de xxxxxx de 20xx, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

7.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 7.1;

7.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

7.2 Em atenção ao art. 75, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, não serão admitidos reajustamentos que ensejem estipulação de valor global do contrato superior ao limite estabelecido para contratação na modalidade de dispensa de licitação;

7.2.1 Em tais hipóteses, deverão as partes negociar a respectiva adequação, de modo a atender aos parâmetros dos referidos dispositivos legais, sob pena de encerramento da relação contratual.

O art. 6º, LVIII, da Lei n.º 14.133/2021 assim conceitua o instituto:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

LVIII - reajustamento em sentido estrito: forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais;

Trata-se de hipótese de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro fundada em álea ordinária, cujo objetivo é preservar o valor inicial do contrato corroído pela variação de custo dos insumos básicos utilizados na sua execução ou pela perda do poder aquisitivo da moeda, decorrente da inflação.

O art. 92, §§ 3º e 4º, a seu turno, dispõe que:

Art. 92.....

§ 3º Independentemente do prazo de duração, o contrato **deverá** conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com **data-base vinculada à data do orçamento estimado**, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 4º Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

As minutas contratuais colacionadas aos autos não preveem dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, razão pela qual não se aplica o instituto da repactuação.

Já no que diz respeito ao reajustamento em sentido estrito, em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a Lei n.º 14.133/2021 obriga a previsão contratual independentemente do seu prazo de duração, motivo pelo qual, em nosso sentir, deverá ser sepultado eventual debate doutrinário acerca da aplicação do reajuste de preços quando não previsto no edital ou no instrumento contratual.

Isso porque, a partir de agora, a previsão é obrigatória, ou seja, trata-se de norma cogente, não havendo mais discricionariedade da Administração para inserir ou não uma cláusula contratual dispondo sobre o reajustamento de preços, sob pena de questionamentos quanto a uma possível ilegalidade. Vejamos o que dispunha o TCU sobre o tema:

9.2 Determinar à Prefeitura Municipal de [...] que: 9.2.1 em licitações que envolvam recursos federais, **faça constar nos editais e respectivos contratos, mesmo quando o prazo de duração do ajuste for inferior a 12 (doze) meses**, cláusula que estabeleça o critério de reajustamento dos preços, indicando expressamente no referido instrumento o índice de reajuste contratual a ser adotado, nos termos do disposto nos arts. 40, inc. XI e 55, inc. III, da Lei n.º 8.666/93. **Acórdão n.º 73/2010-Plenário, TCU.**

Ademais, a Lei n.º 14.133/2021 define que a data-base será vinculada à data do orçamento estimado, o que difere do regramento anterior. Com efeito, no regime jurídico anterior, a Administração tinha discricionariedade para estabelecer a data-base vinculada à data-limite para apresentação das propostas ou à data do orçamento estimado. A partir de agora, a data do orçamento estimativo passa a ser cogente. Vejamos o que já dispunha o TCU sobre o tema:

Embora a Administração possa adotar, discricionariamente, dois marcos iniciais distintos para efeito de reajustamento dos contratos de obras públicas, (i) a data limite para apresentação das propostas ou (ii) a data do orçamento estimativo da licitação (art. 40, inciso XI, da Lei 8.666/1993 e art. 3º, § 1º, da Lei 10.192/2001), **o segundo critério é o mais adequado, pois reduz os problemas advindos de orçamentos desatualizados em virtude do transcurso de vários meses entre a data-base da estimativa de custos e a data de abertura das propostas. Acórdão 2265/2020 Plenário (Representação, Relator Ministro Benjamin Zymler)**

Do mesmo modo como previsto na legislação anterior, o reajustamento de preços pode ser aplicado mediante apostila, sendo desnecessária a formalização de termo aditivo, senão vejamos:

Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - empenho de dotações orçamentárias.

A Lei n.º 14.133/2021, contudo, não revogou a Lei n.º 10.192/2001, que fornece elementos importantes para a aplicação do reajustamento em sentido estrito. Por exemplo, o art. 2º, § 1º, dispõe que:

Art. 2º

§ 1º É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a **um ano**.

O dispositivo supramencionado não deve ser confundido com a previsão legal de que, mesmo nos instrumentos contratuais cujo prazo seja inferior a 01 (um) ano, deve haver a previsão de reajustamento de preços. Consoante mencionado alhures, independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço. Contudo, a aplicação do reajuste dependerá do transcurso do período de 01 (um) ano.

O art. 3º da Lei n.º 10.192/2001 estabelece:

Art. 3º Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições desta Lei, e, no que com ela não conflitarem, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º A **periodicidade anual** nos contratos de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

No art. 3º, *caput*, onde se lê "Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993", deve-se ler "Lei nº 14.133/2021", por força do art. 189 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 189. Aplica-se esta Lei às hipóteses previstas na legislação que façam referência expressa à [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), à [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), e aos [arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011](#).

De igual modo, considerando que a Lei nº 14.133/2021 trouxe novas disposições acerca do marco temporal para consideração da data-base do reajustamento em sentido estrito, o § 1º do art. 3º da Lei nº 10.192/2001 resta derogado quanto à previsão da data-limite para apresentação da proposta.

Como visto, a Lei nº 10.192/2001 menciona o prazo de 01 (um) ano (art. 2º, § 1º) e a periodicidade anual (art. 3º, § 1º). No mesmo sentido é o entendimento do TCU:

O reajuste de preços contratuais é devido **após transcorrido um ano**, contado a partir de dois possíveis termos iniciais mutuamente excludentes: a data-limite para apresentação da proposta ou a data do orçamento estimativo a que a proposta se referir (art. 40, inciso XI, da Lei 8.666/1993; art. 3º, § 1º, da Lei 10.192/2001; e art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal). Acórdão 83/2020 Plenário (Auditoria, Relator Ministro Bruno Dantas)

Nesse sentido, **opina-se pela alteração da subcláusula 7.1, para que seja substituída a expressão "12 (doze) meses" por "01 (um) ano"**, de modo a atender, precisamente, ao comando legal.

Em relação às subcláusulas 7.2 e 7.2.1, é oportuno tecer algumas considerações. Tais cláusulas preveem que a Administração não admitirá reajustamentos em sentido estrito que extrapolem o limite valorativo previsto no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, o que revela aparente conflito de normas.

De fato, o art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, prevê um limite de valor que deve ser observado pela Administração ao longo do exercício financeiro. Por outro lado, consoante já mencionado alhures, o reajustamento em sentido estrito constitui norma cogente, obrigatória, não podendo ser desconsiderada pela Administração.

A título exemplificativo, caso a Administração celebre um contrato cujo objeto se enquadre na classificação de serviço ou fornecimento contínuo (que, como visto, pode ter prazo inicial de até 05 anos, bem como ser prorrogado até o limite máximo de 10 anos) e o limite valorativo esteja dentro do parâmetro legal, porém bem próximo do limite permitido, mesmo que seja ultrapassado o período de 01 (um) ano, a Administração negaria o reajustamento em sentido estrito, o que poderia prejudicar os interesses da contratada e os interesses da Administração.

O prejuízo aos interesses da contratada restaria evidente, na medida em que não teria o direito ao reajustamento em sentido estrito, tornando a contratação, possivelmente, desinteressante sob o aspecto econômico.

O prejuízo aos interesses da Administração residiria na impossibilidade de prorrogação do contrato (salvo se a contratada aceitasse a não aplicação do reajuste), levando à extinção antecipada de um contrato que, em tese, poderia alcançar a duração máxima de 10 (dez) anos, hipótese que demandaria a realização de sucessivos procedimentos de dispensa de licitação, o que, em nosso sentir, se contrapõe ao princípio constitucional da eficiência (art. 37, *caput*, da CF/88).

Ademais, ainda que a contratada estivesse prestando um serviço de excelência, caso a contratada não aceitasse a impossibilidade de aplicação do reajuste, a Administração perderia tal serviço, admitindo o risco de realizar nova contratação com uma contratada cujos serviços sejam de qualidade inferior.

Analisando o tema sob outro prisma, nos parece, também, que eventual atualização do valor contrato mediante aplicação do reajustamento em sentido estrito não se confunde com o acréscimo do valor do contrato. Por dois motivos.

O primeiro deles é que, nas alterações unilaterais quantitativas (art. 125), o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) incide sobre o valor inicial atualizado do contrato, o que significa afirmar que o percentual de 25% é sempre preservado ao longo do contrato, não sendo corroído pelas atualizações. Do mesmo modo, o reajustamento em sentido estrito não deve ser incluído no limite valorativo a que menciona o art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

O segundo motivo é que a finalidade principal da obediência ao limite valorativo é evitar o fracionamento indevido do objeto. Esse fracionamento indevido depende de uma conduta comissiva ou omissiva que possa ser imputada à Administração, seja por dolo ou culpa grave (erro grosseiro). Não nos parece possível imputar responsabilidade à Administração por ter aplicado um instituto que a própria lei definiu como obrigatório, cogente, sem que tivesse estabelecido restrições.

Por fim, também é aplicável ao caso a técnica hermenêutica segundo a qual "*ubi lex non distinguit, nec nos distinguere debemus*", ou seja, onde a lei não distinguiu, não cabe ao intérprete fazê-lo.

Nos parece, assim, que, por dever de cautela, **cabe à Administração, durante o processo de contratação direta, realizar juízo crítico acerca da conveniência e oportunidade de realizar uma dispensa de licitação de pequeno valor cujo montante esteja próximo do limite legal**, em especial nos contratos de serviços e fornecimentos contínuos, cuja duração pode alcançar o período máximo de 10 (dez) anos.

Ademais, a imposição do dever de negociar também nos parece inadequada. A subcláusula 7.2.1 dispõe que as partes "*deverão*" negociar. Ora, a negociação depende, justamente, do interesse de ambas as partes, não havendo lógica na imposição, máxime quando não há previsão legal cogente. Isso não significa, evidentemente, que as partes não possam negociar. O que se está a afirmar é que a negociação não pode ser imposta pela Administração.

Em assim sendo, opina-se pela exclusão das subcláusulas 7.2 e 7.2.1.

Ainda na cláusula sétima, recomenda-se inclusão da hipótese de revisão de preços. A título de sugestão, segue cópia da cláusula elaborada pela Procuradoria Geral do Estado da Bahia, podendo ser adequada para o Ministério Público do Estado da Bahia:

- 7.8. O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 7.8.1. O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, II, "d", ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
- 7.8.2. Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do [art. 131, parágrafo único](#), da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão.
- 7.8.2.1. Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 7.8.1.
- 7.9. O Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021).
- 7.10 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

Não há apontamentos em relação à **cláusula oitava** (que figurará como cláusula sétima na sugestão desta Assessoria Técnico-Jurídica).

A **cláusula nona** (que figurará como cláusula oitava na sugestão desta Assessoria Técnico-Jurídica) prevê o seguinte:

CLÁUSULA NONA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 9.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o CONTRATANTE designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.
- 9.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:
- 9.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda **suspender-lhes a execução**, sem prejuízos das sanções contratuais legais;
- 9.2.2 Transmitir à CONTRATADA as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;
- 9.2.3 Promover, com a presença da CONTRATADA, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- 9.2.4 Esclarecer as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente do CONTRATANTE, se necessário, parecer de especialistas;
- 9.2.5 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 9.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 9.2.7 Promover a verificação dos bens (garrações com água mineral) já fornecidos, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- 9.3 A fiscalização, pelo CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.
- 9.3.1 A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, sobre irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.
- 9.4 O CONTRATANTE poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.
- 9.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela CONTRATADA, às suas expensas;
- 9.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.
- 9.5 Para fins de fiscalização, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.
- 9.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

Em relação à subcláusula 9.2.1, esta Assessoria Técnico-Jurídica não identificou na Lei n.º 14.133/2021 a competência do fiscal para determinar a suspensão da execução, **razão pela qual opina-se pela apresentação de justificativa pela interessada ou exclusão da expressão "suspender-lhes a execução"**.

Em relação às subcláusulas 9.2.5 e 9.2.6, opina-se pela revisão da redação, uma vez que, por estarem incluídas na subcláusula 9.2, devem iniciar com um verbo no infinitivo, conforme as demais subcláusulas.

Por fim, em relação à subcláusula 9.6, não ficou claro para esta Assessoria Técnico-Jurídica se as normas e regulamentos internos mencionados são aqueles já existentes antes da Lei n.º 14.133/2021 (o que, em princípio, demandaria uma avaliação de conformidade) ou os que, porventura, venham a ser editados pela Administração (quando não faria sentido a subcláusula antes da publicação dos referidos regulamentos). **Nesse sentido, opina-se pela apresentação de justificativa pela interessada.**

Na **cláusulas décima** (que figurará como cláusula nona na sugestão desta Assessoria Técnico-Jurídica), **sugere-se a seguinte nomenclatura:**

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Assim dispõe a minuta:

10 Além das determinações contidas na Cláusula QUARTA - do Regime e da forma de fornecimento deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a CONTRATADA, obriga-se a:

10.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do CONTRATANTE, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

10.1.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, sendo vedada a subcontratação, ainda que parcial, do objeto contratado;

10.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução e aos fornecimentos objeto deste instrumento;

10.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

10.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

10.6 Assegurar que os fornecimentos objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

10.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

10.8.1 A eventual retenção de tributos pelo CONTRATANTE não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela CONTRATADA;

10.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos itens, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nas cláusulas quinta e sexta deste instrumento;

10.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

10.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo CONTRATANTE, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o CONTRATANTE;

10.12 Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação

10.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

10.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

10.14 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

10.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

10.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.21 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

Opina-se pela revisão da numeração (ex: 10.8 e 10.13 em duplicidade), da pontuação (ex: 10.12 sem ";" e 10.14 com ponto final) e da numeração inicial (10, enquanto que outras cláusulas se iniciam com 9.1, 7.1 etc).

Na **cláusulas décima primeira** (que figurará como cláusula décima na sugestão desta Assessoria Técnico-Jurídica), **sugere-se a seguinte nomenclatura:**

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Assim dispõe a minuta:

11 O CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

11.1 Fornecer as informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar plenamente o objeto contratado;

11.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos na cláusula sexta;

11.3 Permitir o acesso da CONTRATADA às instalações físicas do CONTRATANTE, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

11.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.5 Fornecer à CONTRATADA, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

11.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

11.6.1 A administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

11.6.2 A administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

Opina-se pela revisão da numeração inicial (11, enquanto que outras cláusulas se iniciam com 9.1, 7.1 etc) e da redação (ex: 11.5 com ponto final), bem como alteração, na subcláusula 11.2, da menção à cláusula sexta, diante das sugestões de mudança de ordem das cláusulas por esta Assessoria Técnico-Jurídica.

Ademais, em relação aos prazos previstos nas subcláusulas 11.6.1 e 11.6.2, recomenda-se a substituição do prazo de 30 (trinta) dias pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Inclusive, recomenda-se a inclusão de menção à conclusão da instrução do requerimento, fato que altera a contagem do prazo.

Com efeito, assim dispõe o art. 123, parágrafo único:

Art. 123.....

Parágrafo único. **Salvo disposição legal ou cláusula contratual** que estabeleça prazo específico, **concluída a instrução do requerimento**, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

Equivale dizer, o prazo pode ser definido mediante cláusula contratual, motivo pelo qual, considerando a experiência desta Assessoria Técnico-Jurídica em relação à tramitação de interna de requerimentos das contratadas, o prazo de 60 (sessenta) dias se apresenta como mais adequado (admitida a prorrogação motivada por igual período).

Inclusive, o prazo deve ser contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, ou seja, enquanto houver pendência na instrução, o prazo não corre.

Em relação à **cláusula décima segunda** (que figurará como cláusula décima primeira na sugestão desta Assessoria Técnico-Jurídica), **sugere-se a alteração da ordem e da nomenclatura, ficando assim:**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A cláusula que trata das alterações contratuais na minuta é a seguinte:

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

16.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.4 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136, da Lei 14.133, de 2021 e conforme o disposto na Lei Estadual de nº 14.634/23.

Em relação à subcláusula 16.3, é oportuno destacar, novamente, que a Assessoria Técnico-Jurídica não possui mais poder de decisão, ou seja, não tem competência para aprovar termos aditivos, cabendo-lhe, apenas, emitir parecer jurídico, de caráter opinativo, para que seja submetido à aprovação (ou não) da autoridade competente. **Dessa forma, recomenda-se a alteração da expressão "aprovação" por "análise".**

Em relação à subcláusula 16.4, não ficou claro para esta Assessoria Técnico-Jurídica a menção ao disposto na Lei Estadual nº 14.634/2023 para fins de apostilamento, uma vez que, em princípio, a referida lei estadual não trata do tema. **Nesse sentido, recomenda-se a justificativa pela interessada ou a exclusão da expressão.**

No que concerne à cláusula décima terceira (que figurará como cláusula décima segunda na sugestão desta Assessoria Técnico-Jurídica), **sugere-se a alteração da ordem e da nomenclatura, ficando assim:**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Na minuta contratual, a cláusula que trata do recebimento do objeto é a seguinte:

5.1 O recebimento provisório dos bens ficará sob a incumbência do fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, e se dará de forma sumária, no ato da efetiva entrega, para fins de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste instrumento;

5.2 O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.2.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a CONTRATADA obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, no prazo de até 01 (um) dia útil, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo CONTRATANTE, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório;

5.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

Sem apontamentos, salvo quanto à necessidade de renumeração.

Na cláusula **décima quarta** (que figurará como cláusula décima terceira na sugestão desta Assessoria Técnico-Jurídica), **sugere-se a alteração da ordem e da nomenclatura, ficando assim:**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Na minuta contratual, a cláusula que trata do tema é a seguinte:

6.4 O pagamento será processado mediante múltiplos faturamento, sendo cada um realizado após a entrega de cada pedido/empenho, e apresentação, pela CONTRATADA, de fatura, Nota e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo CONTRATANTE;

6.5 Os pagamentos serão processados no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 6.4, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.5.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.6 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na Cláusula Primeira;

6.7 O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.8 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.9 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 6.5 e 6.5.1.

6.9.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.

A Lei n.º 14.133/2021 reservou um capítulo para tratar do pagamento:

Art. 141. No dever de pagamento pela Administração, **será** observada a **ordem cronológica** para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos:

I - fornecimento de bens;

II - locações;

III - prestação de serviços;

IV - realização de obras.

§ 1º A ordem cronológica referida no **caput** deste artigo poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II - pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III - pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

V - pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

§ 2º A inobservância imotivada da ordem cronológica referida no caput deste artigo ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.

§ 3º O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

Art. 142. Disposição expressa no edital ou no contrato poderá prever pagamento em conta vinculada ou pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 143. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa **deverá** ser liberada no prazo previsto para pagamento.

Art. 144. Na contratação de obras, fornecimentos e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no edital de licitação e no contrato.

§ 1º O pagamento poderá ser ajustado em base percentual sobre o valor economizado em determinada despesa, quando o objeto do contrato visar à implantação de processo de racionalização, hipótese em que as despesas correrão à conta dos mesmos créditos orçamentários, na forma de regulamentação específica.

§ 2º A utilização de remuneração variável será motivada e respeitará o limite orçamentário fixado pela Administração para a contratação.

Art. 145. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

§ 1º A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.

§ 2º A Administração poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.

§ 3º Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido.

Art. 146. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#).

Inicialmente, além da recomendação de renumeração das cláusulas, sugere-se alteração da expressão "faturamento" por "faturamentos" na subcláusula 6.4.

Considerando o quanto previsto no art. 141 da Lei n.º 14.133/2021, recomenda-se a inserção de cláusulas que tratem da ordem cronológica de pagamento.

Considerando o quanto previsto no art. 143 da Lei n.º 14.133/2021, recomenda-se a inserção de cláusula que trate do pagamento de parcela incontroversa, quando houver discussão acerca da dimensão, qualidade e quantidade do objeto.

Considerando o quanto previsto no art. 146 da Lei n.º 14.133/2021, recomenda-se a inserção de cláusula que trate do dever de comunicar aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos.

Na cláusula **décima quinta** (que figurará como cláusula décima quarta na sugestão desta Assessoria Técnico-Jurídica), **sugere-se a alteração da ordem, ficando assim:**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Na minuta contratual, a cláusula que trata do tema é a seguinte:

- 15.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;
- 15.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;
- 15.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;
- 15.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 15.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- 15.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 Lei Federal nº 14.133/2021;
- 15.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;
- 15.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;
- 15.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 15.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 15.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 15.3.3 Indenizações e multas.
- 15.4 O contrato poderá ser extinto, ainda:
- 15.4.1 Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 15.4.2 Caso se constate que a pessoa jurídica CONTRATADA possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão CONTRATANTE.

A Lei n.º 14.133/2021 prevê o seguinte:

- Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
 - V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
 - VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
 - VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
 - VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
 - IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- § 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no **caput** deste artigo.
- § 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:**
- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);
 - II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
 - III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
 - IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
 - V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
- § 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 desta Lei](#) deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

Art. 139. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

Na subcláusula 15.2, recomenda-se a alteração da expressão "amigavelmente" por "de forma consensual" ou "consensualmente", em tributo às hipóteses previstas no art. 138 da Lei n.º 14.133/2021. A expressão "amigável" constava na Lei n.º 8.666/93, porém foi suprimida na Lei n.º 14.133/2021.

Na subcláusula 15.2.1, recomenda-se substituição da redação e inclusão da menção às hipóteses de extinção previstas no art. 138 da Lei n.º 14.133/2021. Segue modelo firmado na minuta contratual da Procuradoria Geral do Estado da Bahia a título de sugestão:

12.2.1. A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta ([arts. 138, inciso I, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração ([art. 138, inciso II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial ([art. 138, inciso III, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

Na subcláusula 15.3, recomenda-se a inclusão da expressão "de" após "precedido".

Na cláusula **décima sexta** (que figurará como cláusula décima quinta na sugestão desta Assessoria Técnico-Jurídica), **sugere-se a alteração da ordem, ficando assim:**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Na minuta contratual, a cláusula que trata do tema é a seguinte:

14.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal n.º 14.133/2021 e Estadual n.º 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

14.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

14.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

14.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

14.2.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

14.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

14.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

14.3.1 Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

14.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 14.2.2, a 14.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

14.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 14.2.5 a 14.2.9, acima, bem como nas alíneas 14.2.2 a 14.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

14.3.4 Multa: 14.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; 14.3.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 14.2.5 a 14.2.9;

14.3.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 14.2.2 e 14.2.3;

14.3.4.4 Para a infração constante da alínea 14.2.1, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

14.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

14.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

14.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

14.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso;

14.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

14.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.7.4 Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

14.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

14.9 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.10 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

14.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23.

14.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

O tema é disciplinado tanto na Lei n.º 14.133/2021 quanto na Lei Estadual n.º 14.634/2023.

Recomenda-se a inclusão de uma subcláusula na subcláusula 14.2 para inserir a infração prevista no art. 155, V, da Lei n.º

14.133/2021 (não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado). Tal recomendação impacta nos itens seguintes da minuta, devendo haver a revisão pela DCCL.

Na subcláusula 14.3.4.1, não ficou claro para esta Assessoria Técnico-Jurídica o limite de 30 (trinta) dias. Na subcláusula 14.3.4.4, não ficou claro o motivo do percentual de 20%. Nesse sentido, opina-se pela justificativa pela área interessada.

Recomenda-se, ainda, inclusão de subcláusula que preveja multa compensatória no caso de recusa injustificada da contratada em assinar o termo de contrato (art. 90, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021).

Recomenda-se, de igual modo, a inclusão de subcláusula que disponha sobre medida cautelar e retenção provisória. Segue modelo constante da minuta da PGE/BA como sugestão:

11.11.1 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa.

11.11.2 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Em relação à subcláusula 14.5.3, opina-se no sentido de que a interessada justifique o prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Na cláusula **décima sétima** (que figurará como cláusula décima sexta na sugestão desta Assessoria Técnico-Jurídica), **sugere-se a alteração da ordem, ficando assim:**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Não há apontamentos em relação ao que consta na minuta, à **exceção do fato de que a LGPD possui a numeração 13.709/2018 (e não 15.709/2018, como consta na minuta).**

Na cláusula **décima oitava** (que figurará como cláusula décima sétima na sugestão desta Assessoria Técnico-Jurídica), **sugere-se a alteração da ordem, ficando assim:**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Não há apontamentos em relação ao que consta na minuta.

Na cláusula **décima nona** (que figurará como cláusula décima oitava na sugestão desta Assessoria Técnico-Jurídica), **sugere-se a alteração da ordem, ficando assim:**

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICIDADE

Não há apontamentos em relação ao que consta na minuta.

Na cláusula **vigésima** (que figurará como cláusula décima sexta na sugestão desta Assessoria Técnico-Jurídica), **sugere-se a alteração da ordem, ficando assim:**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Não há apontamentos em relação ao que consta na minuta.

Na cláusula vigésima, sugere-se:

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Não há apontamentos em relação ao que consta na minuta.

Por fim, verifica-se que, na minuta contratual, por vezes, há menção à expressão "A CONTRATANTE" e, em outras, "O CONTRATANTE". Nesse sentido, sugere-se que seja dada uniformidade à denominação.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Assessoria Técnico-Jurídica recomenda o seguinte:

1) na base de conhecimento, a alteração do item 3.3 e seus subitens, de modo a contemplar todas as possibilidades previstas no art. 23 da Lei n.º 14.133/2021;

2) na base de conhecimento, pela justificativa da exigência de certificado de antecedentes criminais ou, alternativamente, pela sua exclusão;

3) retificação do texto da declaração referente ao cumprimento do art. 7º, XXXIII, da CF/88, para que seja excluída a possibilidade de aprendiz menor de 14 anos, alinhando o texto à disposição constitucional;

4) no documento de formalização de demanda, no sentido de que na aba "objeto da contratação" conste a expressão "fornecimento contínuo" em vez de "aquisição contínua" (para o fornecimento de água mineral);

5) no documento de formalização de demanda, no sentido de que, na aba "tipo de objeto" a DCCL justifique a não inclusão da hipótese de "fornecimento contínuo" ou inclua tal opção;

6) no termo de referência, a menção aos quantitativos (consta a aba para justificativa do quantitativo, mas não consta a definição do quantitativo);

7) no termo de referência, a inserção de um subitem ao item 2, para que a Administração indique se exigirá ou não documentos de habilitação técnica e/ou econômico-financeira;

8) no termo de referência, que se evite mencionar o fornecedor supostamente já selecionado, limitando-se à definição dos critérios de seleção;

9) no processo de contratação direta, a inserção de modelo de memória de cálculo, inclusive com a previsão de indicação dos parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os cálculos;

10) no processo de contratação direta, quando da solicitação de cotação com fornecedores, que a Administração informe o prazo de resposta, de acordo com a complexidade do objeto, bem como faça constar do processo de dispensa a justificativa da escolha dos fornecedores, atentando-se para o fato de que os orçamentos deverão ter prazo máximo de 06 (seis) meses anteriores à celebração do contrato;

11) no processo de contratação direta, que a Administração observe o cumprimento do art. 91, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021;

12) no processo de contratação direta (ou DFD ou TR), que a Administração adote, preferencialmente, o procedimento previsto no art. 75, § 3º, da Lei n.º 14.133/2021 ou, alternativamente, justifique nos autos eventual impossibilidade ou inconveniência em se realizar o procedimento. Caso a justificativa seja a mesma para todos os processos, ela poderá ser colacionada em todos os processos, sendo desnecessário apresentar uma nova justificativa em cada caso;

13) no processo de contratação direta, que o setor responsável pelo pagamento informe se há possibilidade de pagamento por meio de cartão de pagamento e, em caso negativo, que justifique nos autos a impossibilidade. Caso a justificativa seja a mesma para todos os processos, ela poderá ser colacionada em todos os processos, sendo desnecessário apresentar uma nova justificativa em cada caso;

14) na minuta contratual, pela inserção de subcláusula mencionando o quanto disposto no art. 89 da Lei n.º 14.133/2021 (há sugestão de cláusula no presente opinativo);

15) na minuta contratual, que a cláusula segunda seja acrescida do termo "direta" (há sugestão de cláusula no presente opinativo);

16) na minuta contratual, que a ordem das cláusulas sejam alteradas, conforme sugestão mencionada no tópico II.XIII deste opinativo;

17) na minuta contratual, cláusula 1.4, sugere-se a seguinte redação:

1.4 A assinatura do presente instrumento contratual, pela CONTRATADA, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

18) na minuta contratual, pela confirmação da cláusula 3.1.2 mencionada no opinativo, ficando assim:

3.1.2 A prorrogação do prazo de vigência contratual fica condicionada, ademais, à disponibilidade orçamentária, devidamente declarada pela Unidade Gestora do recurso nos autos do procedimento administrativo correspondente, e desde que respeitado o limite para Dispensa de Licitação que fundamentou a contratação.

19) na minuta contratual, cláusula quarta, subcláusula 4.1, a inclusão de vírgula após a expressão "contínua";

20) na minuta contratual, cláusula quarta, subcláusula 4.2, a supressão da expressão "os serviços de fornecimento" e inclusão da expressão "o fornecimento contínuo";

21) na minuta contratual, cláusula 6.2, a justificativa da necessidade de menção a ambos os valores;

- 22) na minuta contratual, subcláusula 6.2.1, a alteração da expressão "*a aquisição*" por "*o fornecimento*";
- 23) na minuta contratual, subcláusula 7.1, que seja substituída a expressão "*12 (doze) meses*" por "*01 (um) ano*";
- 24) na minuta contratual, pela exclusão das subcláusulas 7.2 e 7.2.1;
- 25) na minuta contratual, pela inclusão da hipótese de revisão de preços (há sugestão de cláusula no presente opinativo);
- 26) na minuta contratual, subcláusula 9.2.1, pela apresentação de justificativa acerca da competência do fiscal para suspender a execução do contrato ou, alternativamente, exclusão da expressão "*suspender-lhes a execução*";
- 27) na minuta contratual, subcláusulas 9.2.5 e 9.2.6, pela revisão da redação (considerar os verbos no infinitivo);
- 28) na minuta contratual, subcláusula 9.6, pela apresentação de justificativa acerca dos regulamentos mencionados (verificar no opinativo);
- 29) na minuta contratual, cláusula décima, pela revisão da numeração (ex: 10.8 e 10.13 em duplicidade), da pontuação (ex: 10.12 sem ";" e 10.14 com ponto final) e da numeração inicial (10, enquanto que outras cláusulas se iniciam com 9.1, 7.1 etc);
- 30) na minuta contratual, cláusula décima primeira, pela revisão da numeração inicial (11, enquanto que outras cláusulas se iniciam com 9.1, 7.1 etc) e da redação (ex: 11.5 com ponto final);
- 31) na minuta contratual, subcláusula 11.2, pela alteração da menção à cláusula sexta, diante das sugestões de mudança de ordem das cláusulas;
- 32) na minuta contratual, subcláusula 11.6.1, pela substituição do prazo de 30 (trinta) dias pelo prazo de 60 (sessenta) dias, inclusive com a inclusão de menção à conclusão da instrução do requerimento, fato que altera a contagem do prazo;
- 33) na minuta contratual, subcláusula 16.3, pela exclusão da expressão "*aprovação*" por "*análise*";
- 34) na minuta contratual, subcláusula 16.4, pela apresentação da justificativa acerca da menção ao disposto na Lei Estadual n.º 14.634/2023 ou, alternativamente, pela exclusão da menção;
- 35) na minuta contratual, subcláusula 6.4 (que, pelas sugestões, passaria a figurar em nova cláusula contratual específica sobre o pagamento), pela alteração da expressão "*faturamento*" por "*faturamentos*";
- 36) na minuta contratual, pela inserção de cláusulas que tratem da ordem cronológica de pagamento;
- 37) na minuta contratual, pela inserção de cláusula que trate do pagamento de parcela incontroversa, quando houver discussão acerca da dimensão, qualidade e quantidade do objeto;
- 38) na minuta contratual, pela inserção de cláusula que trate do dever de comunicar aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos;
- 39) na minuta contratual, subcláusula 15.2, pela alteração da expressão "*amigavelmente*" por "*de forma consensual*" ou "*consensualmente*";
- 40) na minuta contratual, subcláusula 15.2.1, pela substituição da redação e inclusão da menção às hipóteses de extinção previstas no art. 138 da Lei n.º 14.133/2021 (há sugestão de cláusula no presente opinativo);
- 41) na minuta contratual, subcláusula 15.3, pela inclusão da expressão "*de*" após "*precedido*";
- 42) na minuta contratual, pela inserção de uma subcláusula na subcláusula 14.2 para inserir a infração prevista no art. 155, V, da Lei n.º 14.133/2021 (não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado), o que impacta nos itens seguintes da minuta, devendo haver a revisão pela DCCL;
- 43) na minuta contratual, subcláusula 14.3.4.1, pela justificativa do limite de 30 (trinta) dias;
- 44) na minuta contratual, subcláusula 14.3.4.4, pela justificativa do motivo do percentual de 20%;
- 45) na minuta contratual, pela inclusão subcláusula que preveja multa compensatória no caso de recusa injustificada da contratada em assinar o termo de contrato (art. 90, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021).

46) na minuta contratual, pela inclusão de subcláusula que disponha sobre medida cautelar e retenção provisória (há sugestão de cláusula no presente opinativo);

47) na minuta contratual, subcláusula 14.5.3, pela justificativa do prazo máximo de 05 (cinco) dias;

48) na minuta contratual, que seja dada uniformidade à denominação do Ministério Público, já que, por vezes, consta "A CONTRATANTE" e, em outras, "O CONTRATANTE".

É o parecer, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

Belª. Maria Paula Simões Silva

Assessora de Gabinete/SGA

Matrícula nº. 355.047

Bel. Eduardo Loula Novais de Paula

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Matrícula nº. 353.707



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 29/01/2024, às 17:38, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 30/01/2024, às 13:20, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0932460** e o código CRC **AC9E72F8**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se este expediente à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitação para análise e manifestação acerca dos apontamentos realizados pela Assessoria Técnico Jurídica no doc. [0932460](#), com posterior retorno.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** em 02/02/2024, às 10:15, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0949054** e o código CRC **866A2AA8**.



DESPACHO

Em detida análise do parecer jurídico de nº 43/2023, exarado pela Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa, esta Coordenação adotou as seguintes providências:

1. Hipóteses legais para realização de pesquisa de preços: Incluímos na Base de Conhecimento as outras alternativas de cotação dispostas no art.23, da Lei Federal nº 14.133/2021;

2. Exigência de antecedentes criminais: O item 3.46 da Base de Conhecimento foi renumerado para 3.5.7, mantida sua redação, restringindo-se a exigência de antecedentes criminais apenas para prestação de serviços de coleta e entrega de documentos e encomendas urgentes, face à natureza da atividade a ser exercida e do amplo acesso da pessoa contratada a informações sensíveis.

Ademais, é cediço que o Tribunal Superior do Trabalho (incidente de Recurso de Revista Repetitivo – Tema nº0001) permite a exigência do referido documento na hora da contratação quando está se der de maneira indiscriminada, bem como quando o profissional atuar com informações sigilosas. Noutro giro, destaca-se que a referida certidão pode ser extraída em sítio eletrônico e de forma gratuita

3. Declaração de cumprimento ao art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988: Foi corrigido o modelo de Declaração de não empregabilidade do menor de 18 anos;

4. Documento de Formalização da demanda: foi ajustado de modo que:

- Todas as abas foram numeradas, para facilitar a indicação das mesmas;
- Corrigida a aba objeto da contratação do DFD de água mineral para fazer constar "fornecimento contínuo";
- Corrigida a aba "tipo de objeto" do DFD de fornecimento de água mineral para incluir o "fornecimento contínuo";

5. Menção aos quantitativos no Termo de Referência de Água mineral: No Item 1.1 foi incluído campo para indicar a quantidade de garrações a serem fornecidos;

6. Da previsão acerca da habilitação econômico-financeira: Em todos os modelos de Termo de Referência foram ajustadas as previsões de habilitação técnica e econômico-financeira;

7. Ajuste da redação do Termo de Referência a fim de evitar menção a fornecedor já selecionado: Foi ajustada a redação de modo a indicar que o fornecedor será selecionado;

8. Memória de cálculo: Incluímos, para análise desta Assessoria Jurídica, modelo de tabela de preços orçados, a fim de que seja possível incluir nos autos a memória de cálculo;

9. Necessidade de delimitação de prazo para resposta dos fornecedores: Incluímos modelo de e-mail para cotação direta com fornecedor, a fim de auxiliar as unidades demandantes que realizem a cotação direta, orientando-as no sentido de evidenciar necessidade de delimitar prazo de resposta aos fornecedores;

10. No processo de contratação direta, que a Administração observe o cumprimento do art. 91, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021: previsão da adoção de tais cautelas nos itens 3.5 e 9 da Base de Conhecimento;

11. No processo de contratação direta (ou DFD ou TR), que a Administração adote, preferencialmente, o procedimento previsto no art. 75, § 3º, da Lei n.º 14.133/2021 ou, alternativamente, justifique nos autos eventual impossibilidade ou inconveniência em se realizar o procedimento: Foi inserido, no tópico 2.1 do Termo de Referência, campo para justificativa da impossibilidade ou inconveniência da adoção do referido procedimento, quando assim deliberar a unidade demandante/gestora;

12. Do pagamento por intermédio de Cartão de Pagamento: A lei 14.133/21, em seu art.75, §4º indica como forma de pagamento preferencial, para as dispensas atinentes a valor, a modalidade de cartão de pagamento. Entretanto, conforme manifestação do Diretor da Diretoria de Finanças deste Ministério Público (doc 0938722 do processo 19.09.02335.0000379/2024-63), a referida modalidade ainda não pode ser regularmente implementada ante a ausência de normatização na esfera estadual, bem como internamente vez que se encontra em processo de elaboração dentro do processo SEI de nº 19.09.02324.0023001/2023-81. Nessa senda, importa salientar ainda, que o cartão de pagamento, atualmente no Estado da Bahia, encontra-se instituído apenas para o regime de adiantamento mediante a utilização em hipóteses taxativamente previstas no art.5º da Instrução Normativa SAF de nº21/2017. Assim, em face da fragilidade de regulamentação da matéria esta diretoria optou por não incentivar o uso da ferramenta até que as orientações estejam devidamente publicadas.

13. Inserção de cláusula sobre utilização da teoria geral dos contratos: Em todas as minutas de contrato foi inserida a redação proposta, como último tópico da última cláusula dos instrumentos.

14. Ajuste do título da cláusula segunda (da vinculação à contratação): Em todas as minutas de contrato foi inserido o termo "direta", passando a constar a seguinte redação: **CLÁUSULA SEGUNDA- DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA.**

15. Ajuste acerca da ordem das cláusulas das minutas contratuais, conforme item ILXIII do parecer: Os ajustes sugeridos acerca da ordem da disposição das cláusulas contratuais foram parcialmente acolhidos por esta Diretoria. Respeitosamente, acreditamos que em que pese a ordem das cláusulas contratuais não siga os ditames do art.92 da Lei Federal de nº 14.133/21, a ordem disposta, atualmente, busca refletir a sequência cronológica da relação contratual perpassando por todas as fases (definição do objeto, execução, recebimento, preços, condições da manutenção do preço, pagamento, etc.), o que visa a melhor compreensão dos pretensos contratados que, em sua maioria, são pessoas de pouca instrução jurídica. Deste modo, alteramos a ordem da cláusula das "alterações" de modo a fazê-la constar antes da cláusula "da extinção". De outro modo, em que pese não tenha sido mencionado no parecer o local onde inserir a cláusula de garantia da execução, mantivemos a mesma no local inicialmente indicado.

16. Substituição da redação da cláusula indicada no tópico dezessete do parecer (item 1.4 na minuta de água mineral e jardinagem; 1.3 no contrato de mensageiro motorizado e 1.5 no contrato de monitoramento eletrônico): a redação sugerida fora integralmente acolhida e replicada em todos os contratos acostados ao presente processo.

17. Ajuste do título da cláusula terceira: é sugerida a alteração da redação da mencionada cláusula para o plural, entretanto, respeitosamente, não fora possível vislumbrar justificativas para o disposto. Nestes termos, frente as relações jurídicas únicas firmadas optamos por não acolher a redação ora sugerida.

18. Definição da redação da cláusula 3.1.2: a redação indicada fora integralmente acolhida em todos os contratos sem nenhum ajuste.

19. Ajuste da pontuação da subcláusula 4.1: foi incluída a "vírgula", conforme indicado no parecer;

20. Ajuste da redação da subcláusula 4.2: a expressão “os serviços de fornecimento” fora devidamente substituída por “fornecimento contínuo” na hipótese pertinente.

21. Menção aos valores estimado e global na subcláusula 6.2: A menção conjunta dos valores na subcláusula 6.2 justifica-se frente a possibilidade de vigência contratual superior ao período de um ano. Nessa esteira, entendemos oportuna a manutenção do texto original, podendo sofrer ajustes conforme a vigência deseje pela demanda em tela, razão pela qual, mantivemos a redação relativa ao “valor global” em vermelho, de modo a indicar se tratar de dispositivo editável, conforme o caso concreto. Foi procedido ajuste também nos termos de referência, de modo a incluir a justificativa para os contratos com duração inicial superior a 12 meses;

22. Ajuste da redação da subcláusula 6.2.1: a expressão “a aquisição” fora devidamente substituída por “o fornecimento” na hipótese pertinente.

23. Ajuste de prazo na subcláusula 7.1 (atual 8.1): o prazo contante da redação da subcláusula 7.1 foi devidamente ajustado, em todos os contratos e instrumentos congêneres, para a contagem anual, conforme sugerido.

24. Supressão das subcláusulas 7.2 e 7.2.1: as redações foram devidamente suprimidas em todas as minutas contratuais e congêneres em virtude da pertinência da ponderação exarada.

25. Inclusão de subcláusulas para tratar de revisão de preços na cláusula sétima: a sugestão da redação foi integralmente acolhida e replicada em todas as minutas contratuais e congêneres em virtude da sua absoluta pertinência à preservação do interesse público.

26. Da separação da cláusula de preço e pagamento: a redação fora inicialmente apresentada em conjunto, todavia a ilustre sugestão, constante do parecer exarado, é absolutamente pertinente. Isto posto, seguem as minutas contratuais devidamente ajustadas para análise e deliberação.

27. Ajuste do título da cláusula de reajuste (Atual cláusula oitava): Em todas as minutas de contrato foi devidamente ajustada a redação da referida cláusula para **DA MANUTENÇÃO DO EQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**, com a inclusão das hipóteses referidas no parecer jurídico, conforme sugerido.

28. Ajuste da redação da subcláusula 9.2.1 (atual 10.2.1): a redação da subcláusula foi devidamente ajustada em todas as minutas contratuais, conforme indicado no parecer, excluindo-se a atribuição do fiscal em suspender a execução dos serviços;

29. Ajuste das cláusulas 9.2.5 e 9.2.6 (atuais 10.2.5 e 10.2.6): as redações foram devidamente ajustadas em todas as minutas contratuais, conforme indicado no parecer.

30. Esclarecimento acerca da redação da subcláusula 9.6 (atual 10.6): a redação indicada, refere-se à regulamentação institucional em processo de publicação, conforme exigências da Lei Federal de nº 14.133/21. Nesse diapasão, visando a melhor compreensão do texto foram promovidos ajustes, de modo que a redação possa indicar regulamentos que venham a ser editados.

31. Revisão de numeração de cláusulas e subcláusulas: todas as numerações foram devidamente revisadas e ajustadas, conforme orientações dispostas no parecer jurídico.

32. Ajuste do título das cláusulas nona e décima: as redações foram devidamente ajustadas em todas as minutas e demais instrumentos, nos termos do parecer jurídico.

33. Na minuta contratual, subcláusula 11.2 (atual 12.2), pela alteração da menção à cláusula sexta, diante das sugestões de mudança de ordem das cláusulas: alterada a redação para mencionar a cláusula sétima, em substituição à cláusula sexta;

34. Substituição do prazo nas subcláusulas 11.6.1 e 11.6.2 (atuais 12.7.1 e 12.7.2): os prazos foram devidamente substituídos de 30 (trinta) para 60 (sessenta) dias, conforme indicado no parecer jurídico. As correspondentes alterações nos Termos de Referência também foram atualizadas;

35. Ajuste na redação da subcláusula 16.3: a redação da subcláusula foi devidamente ajustada em toda as minutas de contrato e congêneres em virtude da melhor técnica. Deste modo, se faz constar a expressão “análise” na redação atual.

36. Exclusão da menção à Lei Estadual na redação do item 16.4: considerando a ausência de regulamentação da matéria no mencionado texto de lei optou-se por sua exclusão.

37. Ajustes item 6.4 (atual 7.2): a expressão “faturamento” foi devidamente ajustada para o plural, conforme indicação, apenas na minuta de fornecimento contínuo de água mineral, não havendo necessidade do referido ajuste nas outras minutas;

38. Inclusão de cláusula que trate da ordem cronológica de pagamento: Foi incluída a previsão no subitem 7.1 de todas as minutas;

39. Inclusão de cláusula que trate do pagamento de parcela incontroversa: Foi incluída a previsão no subitem 7.3.2 de todas as minutas;

40. Inclusão de cláusula que trate do dever de comunicar aos órgãos da administração tributária: Foi incluída a previsão no subitem 7.8 de todas as minutas;

41. Ajustes e inclusões na no item 15.2 (atual 17.2): foi realizada a substituição da expressão “amigavelmente” por “de forma consensual”, bem como as inclusões baseadas na minuta da PGE indicadas.

42. Exclusão de preposição na subcláusula 15.3 (atual 17.3): foi promovida a exclusão do vocábulo em virtude da indicação do parecer.

43. Inclusão de subcláusula na cláusula décima quarta (atual décima quinta) para prever a infração do artigo 155, V da Lei 14.133/2021: a previsão do art.155, V da Lei federal de nº 14.133/21 foi devidamente incluída na minuta contratual (subcláusula 15.2.4), com a renumeração das subsequentes;

44. Justificativa para o prazo de 30 (trinta) dias no subitem 14.3.4.1 (atual 15.3.4.1): Ante a ausência de parâmetros legais, bem como de qualquer outro balizador o marco temporal indicado se deu pautado em face do que vinha sendo utilizado por este Órgão.

45. Justificativa para o percentual de multa indicado na subcláusula 14.3.4.4 (atual 15.3.4.4): Acerca dos percentuais de multa indicados (todos os constantes da cláusula de multas), em virtude de não haver balizadores legais precisos, bem como ante a necessidade de padronização institucional foram os percentuais sugeridos com base nos critérios de razoabilidade e proporcionalidade. Registra-se, ademais, que foi realizada uma alteração da redação original da cláusula, com revisão das hipóteses e percentuais de aplicação das multas, em especial a que consta do item 15.3.4.4;

46. Inclusão da previsão de multa compensatória para a recusa injustificada da contratada em assinar o contrato: Está já se encontra prevista na subcláusula 14.3.4.2 (atual 15.3.4.2) motivo pelo qual não fora promovido ajuste.

47. Inclusão de previsão de medida cautelar e retenção provisória, conforme redação indicada no parecer: Incluída previsão nos itens, na forma recomendada (15.3.4.5 e 15.3.4.5.1).

48. Justificativa de prazo na subcláusula 14.5.3 (atual 15.5.3): face a ausência de balizadores legais, fora adotado o prazo institucional já praticado nas contratações realizadas sob o regime jurídico anterior, por ser entendido com razoável e suficiente para a hipótese.

49. Ajuste do número do diploma legal da cláusula décima quinta (atual décima terceira): fora devidamente corrigido o equívoco quanto ao número do diploma indicado.

50. Ajuste quanto a referência ao contratante: as minutas contratuais e instrumentos correlatos foram devidamente revistos e ajustados, uniformizando-se a denominação para “o CONTRATANTE” e “A CONTRATADA”;

Para além das providências elencadas acima, decorrentes de manifestação expressa da Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa, realizamos a substituição do formulário de manifestação do gestor, de modo a contemplar a indicação dos fiscais, gestores e suplentes, além de indicar o saldo já usado para aquele ramo de atividade.

Paula Souza de Paula Marques
Coordenadora-Administrativa
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.433

Carlos Bastos Stucki
Diretor
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.936



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 16/02/2024, às 09:56, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Bastos Stucki** em 16/02/2024, às 10:59, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0959377** e o código CRC **45B26D80**.

**CONTRATO PADRÃO – PROCEDIMENTO DE
PADRONIZAÇÃO SEI Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX-
FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO CONTÍNUO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:**

CONTRATO Nº XXX/20Xx - SGA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa André Luis Sant´Ana Ribeiro, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA XXXXX**, CNPJ nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, estabelecida à xxxxxxxxxx, representada por xxxxxxxx, CPF/MF nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/Ba nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no Processo de Dispensa de Licitação nº xxx/201X-PJR/xxxx, protocolado sob o nº xxx.0.xxxxxx/20xx-XX, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o **fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações devidamente higienizados, fabricados em embalagem de polipropileno transparente, com tampa de pressão e lacre, e capacidade para 20 (vinte) litros**, para atender à Promotoria de Justiça _____ de xxxxxxxxxx, situada à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – BA;

1.2 Incluem-se no objeto contratada os custos relativos à entrega de garrações cheios, bem como à retirada de garrações vazios das dependências do **CONTRATANTE**.

1.3. A **CONTRATADA** se declara em condições de prestar o serviço objeto deste instrumento em estrita observância com o disposto neste contrato;

1.4 A assinatura do presente instrumento contratual, pela **CONTRATADA**, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA

Integram o presente contrato, vinculando esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, a proposta da contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados, além das cláusulas e condições estabelecidas no ato de autorização da Dispensa de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de **xx (xxxx)** meses/anos, a começar em **xx** de **xxxxxx** de **20xx** e a terminar em **xx de xxxxxx de 20xx**, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021, e será formalizada por termo aditivo;

3.1.1 A prorrogação de que trata este dispositivo é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**;

3.1.2 A prorrogação do prazo de vigência contratual fica condicionada, ademais, à disponibilidade orçamentária, devidamente declarada pela Unidade Gestora do recurso nos autos do procedimento administrativo correspondente, e desde que respeitado o limite para Dispensa de Licitação que fundamentou a contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME, DA FORMA DE FORNECIMENTO E DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

4.1 O contrato será executado de forma contínua, de acordo com a demanda formalizada nas solicitações realizadas pelo **CONTRATANTE**;

4.2 O objeto contratual engloba o fornecimento contínuo de unidades de garrações de 20 litros, cheios, e a conseqüente retirada proporcional de garrações vazios, sob responsabilidade da **CONTRATADA**, a qual deverá possuir meios de transporte adequados à execução, e obedecer aos seguintes parâmetros mínimos:

4.2.1 A entrega deverá ser procedida no mesmo dia em que se der a respectiva solicitação;

4.2.2 Os garrações vazios deverão ser substituídos por garrações cheios, no endereço consignado na **Cláusula Primeira**;

4.2.3 A água deverá ser obtida diretamente de fontes naturais e se apresentar límpida, sem flocos em depósito ou corpos estranhos, observadas todas as normas vigentes da ANVISA;

4.2.4 Cada vasilhame (garração) deverá ser de polipropileno, retornável, com capacidade para 20 litros, fabricado com substâncias resinosas e/ou poliméricas, lacrado com tampa e lacre plástico descartáveis, com rótulo intacto, sem vazamentos, manchas, odores, furos, fissuras ou amassos, devendo ainda:

4.2.4.1 Conter informações sobre a identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade respectivos;

4.2.4.2 Estar em conformidade com as normas vigentes da ABNT;

4.2.4.3 Possuir rótulo com carimbo de aprovação ou número do processo do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNMP, contendo, no mínimo: nome da fonte e da empresa envasadora; indicação do CNPJ, Município e Estado; composição química; características

físico-químicas; nome do laboratório; número e data da análise da água; volume; data de engarrafamento e validade com impressão indelével/inapagável;

4.2.5 Na data da entrega, os itens fornecidos deverão possuir validade para consumo da água igual ou superior 90 (noventa) dias, e 12 (doze) meses para o vasilhame;

4.3 A execução do objeto contratual deverá ocorrer em conformidade com as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente que regulamentam/permeiam a atividade;

4.4 Não haverá empregados da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, nas suas instalações.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 O recebimento provisório dos bens ficará sob a incumbência do fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, e se dará de forma sumária, no ato da efetiva entrega, para fins de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste instrumento;

5.2 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.2.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratada, fica a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, no prazo de até 01 (um) dia útil, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório;

5.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1 O preço unitário para o fornecimento de cada garrafão de 20 (vinte) litros de água mineral é de R\$ x,xx (xxx reais);

6.2. Dá-se ao presente Contrato o valor anual estimado de xxxxxx, equivalente ao fornecimento de xxxx (xxxx) garrafões ao longo de 01 (um) ano; e global estimado de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxx), equivalente ao quantitativo de xxxx (xxxx) garrafões ao longo de toda a vigência contratual;

6.2.1 Considerando a imprevisibilidade que permeia a demanda objeto deste contrato, as quantidades estimadas e/ou fornecidas poderão sofrer variações ao longo da execução contratual, não se admitindo, entretanto, a aquisição total em montante superior àquele equivalente ao valor global estimado, resguardado o quanto disposto no **item 6.2** deste instrumento;

6.2.2 O valor global é meramente estimativo, não cabendo à **CONTRATADA**, portanto, quaisquer direitos de cobrança caso o montante estipulado neste item não seja atingido durante a vigência do contrato, porquanto o pagamento ocorrerá em razão da quantidade de garrafões efetivamente adquiridos;

6.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA** envolvido na execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos;

CLÁUSULA SÉTIMA– DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº14.133/21;

7.2 O pagamento será processado mediante múltiplos faturamentos, sendo cada um realizado após a entrega de cada pedido/empenho, e apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da **CONTRATADA**, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo **CONTRATANTE**;

7.3 Os pagamentos serão processados no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no **item 7.2**, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.3.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.3.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

7.5 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

7.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo

com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 7.3 e 7.3.1**;

7.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**;

7.8 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO- ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, xx de xxxxxx de 201x, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

8.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o **item 8.1**;

8.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

8.2. O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da **CONTRATADA** quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

8.2.1. O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, II, "d", ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

8.2.2. Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

8.2.2.1. Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 8.2.1;

8.3 O **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do

Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

8.4 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

CLÁUSULA NONA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/XXXX		xxxx	xxx	xxxx	xxxxx

CLÁUSULA DÉCIMA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

10.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

10.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

10.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a

situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

10.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

10.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

10.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

10.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

10.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato;

10.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia que venham a ser publicados para disciplina da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Além das determinações contidas na Cláusula **QUARTA** - do Regime e da forma de fornecimento deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

11.2 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

11.2.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.3 Prestar diretamente o objeto contratada, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, sendo vedada a subcontratação, ainda que parcial, do mesmo;

11.4 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução e aos fornecimentos objeto deste instrumento;

11.5 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

11.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

11.7 Assegurar que os fornecimentos objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

11.8 Reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

11.9.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

11.10 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos itens, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nas **cláusulas sexta e sétima** deste instrumento;

11.11 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.12 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

11.13 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

11.14 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.15 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

11.16 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

11.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.18 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

11.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

11.21 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

11.22 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

11.23 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

12.2 Fornecer as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratada;

12.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos na **cláusula sétima**;

12.4 Permitir o acesso da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

12.5 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.6 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato;

12.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

12.7.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data a contar da data da conclusão da instrução do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

12.7.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da conclusão da instrução do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

13.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

13.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**;

13.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **Ministério Público do Estado da Bahia**, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD;

13.4 A **CONTRATADA** cooperará com o **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

13.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não será exigida garantia da execução contratual, em razão de se tratar de demanda ordinária, contratada com habitualidade pelo Ministério Público do Estado da Bahia, sem que tenha havido registros de circunstâncias que demandem a necessidade de resguardo financeiro para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

15.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

15.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

15.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

15.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

15.3.1 **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

15.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.2, a 15.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

15.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.5 a 15.2.9, acima, bem como nas alíneas 15.2.2 a 15.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

15.3.4 Multa:

15.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.3.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 15.2.6 a 15.2.10;

15.3.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas na alínea 15.2.3 e 15.2.4;

15.3.4.4 Para as infrações constantes das alíneas 15.2.1, 15.2.2 e 15.2.5, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

15.3.4.5 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa;

15.3.4.5.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**;

15.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

15.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação;

15.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso;

15.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa aa contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.7.4 Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

15.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

orientações dos órgãos de controle;

15.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

15.9 A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

15.10 O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

15.12 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA -- DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

16.2 A **CONTRATADA** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia análise da Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês;

16.4 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136, da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

17.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

17.1.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

17.1.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação;

17.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como de forma consensual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

17.2.1 A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

17.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

17.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3 Indenizações e multas;

17.4 O contrato poderá ser extinto, ainda:

17.4.1 Caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro

ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

17.4.2 Caso se constate que a pessoa jurídica **CONTRATADA** possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

18.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

18.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento;

18.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do **Salvador-Bahia**, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

21.3 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Estadual nº 14.634 de 2023 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

21.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/21 e na forma de Lei Estadual de

nº 14.634/23 para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

21.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

21.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

21.7 O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 20xx.

CONTRATADA
Representante Legal
Cargo

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Assinado e datado eletronicamente/digitalmente)

**CONTRATO PADRÃO – PROCEDIMENTO DE
PADRONIZAÇÃO SEI Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX-
JARDINAGEM**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/20XX - SGA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant’Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA XXXXX**, CNPJ nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, estabelecida à xxxxxxxxxxxx, representada por xxxxxxxx, CPF/MF nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/Ba nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no Processo de Dispensa de Licitação nº xxx/201X, protocolado sob o nº xxx.0.xxxxxx/20xx-XX, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de jardinagem para a Promotoria de Justiça _____ de xxxxxxxxxxxx, situada à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – BA;

1.2 Inclui-se no objeto contratada a disponibilização, pela **CONTRATADA**, de mão de obra capacitada e de todas as ferramentas, equipamentos e insumos necessários à plena execução dos serviços contratados;

1.3. A **CONTRATADA** se declara em condições de prestar o serviço objeto deste instrumento em estrita observância com o disposto neste contrato;

1.4. A assinatura do presente instrumento contratual, pela **CONTRATADA**, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA

Integram o presente contrato, vinculando esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, a proposta da contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados, além das cláusulas e condições estabelecidas no ato de autorização da Dispensa de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de **xx (xxxx) meses/anos**, a começar em **xx de xxxxxx de 20xx** e a terminar em **xx de xxxxxx de 20xx**, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021, e será formalizada por termo aditivo;

3.1.1 A prorrogação de que trata este dispositivo é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**;

3.1.2 A prorrogação do prazo de vigência contratual fica condicionada, ademais, à disponibilidade orçamentária, devidamente declarada pela Unidade Gestora do recurso nos autos do procedimento administrativo correspondente, e desde que respeitado o limite para Dispensa de Licitação que fundamentou a contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

4.1 O Regime de execução do presente contrato é de Execução Indireta, na modalidade empreitada por preço global;

4.2 O objeto contratual engloba a execução **semanal/quinzenal/mensal** das seguintes atividades, nas dependências do **CONTRATANTE**:

4.2.1 Tratos culturais aos jardins, renovando-lhes as partes danificadas, transplantando mudas, erradicando ervas daninhas e procedendo à limpeza dos mesmos para mantê-los em bom estado de conservação;

4.2.2 Corte de grama e poda de árvores e arbustos, aparando-as em épocas determinadas, com tesouras apropriadas, para assegurar o desenvolvimento adequado das mesmas;

4.2.3 Tratos fitossanitários às plantas, aplicando inseticidas por pulverização ou por outro processo, para evitar ou erradicar pragas, moléstias e ervas rasteiras;

4.2.4 Operação de equipamentos e máquinas de pequeno porte específicas de jardinagem;

4.2.5 Coleta e transporte de folhas, papéis, plásticos diversos, vegetação cortada e outros detritos para o depósito de lixo da Administração;

4.2.6 Irrigação ou regação dos jardins e áreas verdes;

4.2.7 Aplicação de terra vegetal ou adubos orgânicos, sempre que necessário;

4.2.8 Desenvolvimento de outras atividades correlatas.

4.3 A **CONTRATADA** deverá proceder à limpeza e retirada de todos os entulhos/resíduos eventualmente resultantes da execução dos serviços objeto deste instrumento;

4.4 A prestação dos serviços pela **CONTRATADA** deverá ser executada, **pelo menos, uma vez por**

semana/a cada quinze dias/mensalmente, de modo a garantir a manutenção da limpeza e da integridade das plantas existentes, bem assim a harmonia estética dos jardins e/ou canteiros porventura existentes na Promotoria de Justiça;

4.5 O objeto contratual deverá ser executado por profissional(s) que possua(m) capacitação técnica compatíveis com as atividades que lhe(s) forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar o(s) mesmo(s) quanto às suas obrigações e afazeres;

4.6 A execução contratual deverá ocorrer em conformidade com as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente que regulamentam/permeiam a atividade;

4.7 Não haverá empregados da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

4.8 A **CONTRATADA** deverá fornecer todo o equipamento e insumos necessários para a prestação dos serviços incluindo eventual utilização de inseticidas;

4.9 Os serviços devem ser executados em conformidade com as normas de segurança, qualidade e proteção ao meio ambiente que regulamentam a atividade.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

5.1 O recebimento provisório dos serviços realizados ficará sob a incumbência do fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, e se dará mediante termo, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da entrega da fatura, com a discriminação dos serviços efetivamente realizados;

5.2 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.2.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.2.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratada, fica a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório;

5.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao

CONTRATANTE, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1 O preço mensal estabelecido para plena execução do objeto contratual é de R\$ **xx,xx** (**xxx** reais);

6.2 Dá-se ao presente Contrato o valor anual de R\$ **xxxxx** (**xxxxx** reais) equivalente à prestação de serviços pelo período de 12 (doze) meses, e global de R\$ **xxxxx** (**xxxxx** reais), equivalente ao período total de vigência da contratação;

6.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA** envolvido na execução do objeto, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, combustíveis, lubrificantes, manutenção, lavagens, estacionamento, depreciação, aluguéis, seguros, franquias, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº14.133/21;

7.2 O pagamento será processado mediante **mensalmente/bimestralmente/outro**, mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da **CONTRATADA**, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo **CONTRATANTE**;

7.3 Os pagamentos serão processados no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no **item 7.2**, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.3.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.3.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

7.5 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

7.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 7.3 e 7.3.1**;

7.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**;

7.8 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, **xx de xxxxxx de 20xx**, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

8.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 8.1;

8.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

8.2. O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

8.2.1. O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, II, "d", ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

8.2.2. Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

8.2.2.1. Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 8.2.1;

8.3 O **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

8.4 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/XXXX	XXXX	XXX	XXXX	XXXXX

CLÁUSULA DÉCIMA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

10.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

10.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

10.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do

contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

10.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

10.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

10.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

10.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

10.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato;

10.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia que venham a ser publicados para disciplina da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Além das determinações contidas na Cláusula **QUARTA** - do Regime e da forma de execução deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

11.2 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

11.2.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.3 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, sendo vedada a subcontratação, ainda que parcial, do objeto contratada;

11.4 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução e aos fornecimentos objeto deste instrumento;

11.5 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

11.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

11.7 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

11.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

11.8.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

11.9 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nas **cláusulas sexta e sétima deste instrumento**;

11.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.11 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

11.12 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

11.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.14 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

11.15 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

11.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

11.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

11.20 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

11.21 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

11.22 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

12.2 Fornecer as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratada;

12.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos na **cláusula sétima**;

12.4 Permitir o acesso da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

12.5 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.6 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato;

12.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

12.7.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data a contar da data da conclusão da instrução do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

12.7.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da conclusão da instrução do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

13.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

13.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**;

13.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **Ministério Público do Estado da Bahia**, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD;

13.4 A **CONTRATADA** cooperará com o **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

13.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não será exigida garantia da execução contratual, em razão de se tratar de demanda ordinária, contratada com habitualidade pelo Ministério Público do Estado da Bahia, sem que tenha havido registros de circunstâncias que demandem a necessidade de resguardo financeiro para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

15.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

15.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

15.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

15.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

15.3.1 **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

15.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.2, a 15.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

15.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.5 a 15.2.9, acima, bem como nas alíneas 15.2.2 a 15.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

15.3.4 Multa:

15.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.3.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 15.2.6 a 15.2.10;

15.3.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas na alínea 15.2.3 e 15.2.4;

15.3.4.4 Para as infrações constantes das alíneas 15.2.1, 15.2.2 e 15.2.5, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

15.3.4.5 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa;

15.3.4.5.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**;

15.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

15.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação;

15.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso;

15.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa aa contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.7.4 Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

15.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

15.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

15.9 A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

15.10 **O CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

15.12 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

16.2 **A CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia análise da Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês;

16.4 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136, da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

17.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

17.1.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

17.1.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação;

17.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como de forma consensual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

17.2.1 A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

17.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

17.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3 Indenizações e multas;

17.4 O contrato poderá ser extinto, ainda:

17.4.1 Caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro

ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

17.4.2 Caso se constate que a pessoa jurídica **CONTRATADA** possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

18.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

18.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento;

18.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

21.3 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e estadual nº 14.634 de 2023 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

21.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/21 e na forma de Lei Estadual de

nº 14.634/23 para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

21.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

21.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

21.7 O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 20xx.

CONTRATADA
Representante Legal
Cargo

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Assinado e datado eletronicamente/digitalmente)



**CONTRATO PADRÃO – PROCEDIMENTO
DE PADRONIZAÇÃO SEI Nº
XXXXXXXXXXXXXXXXXX – MENSAGEIRO
MOTORIZADO**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/20XX - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA XXXXX**, CNPJ nº. **xx.xxx.xxx/xxxx-xx**, estabelecida à **xxxxxxxxxx**, representada por **xxxxxxx**, CPF/MF nº **xxx.xxx.xxx-xx**, doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/Ba nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no Processo de Dispensa de Licitação nº **xxx/201X**, protocolado sob o nº **xxx.0.xxxxxx/201x-XX**, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça _____ de **xxxxxxxxxxxx**, situada à **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx** – BA;

1.2 Os serviços objeto deste contrato englobam todos os custos com mão de obra habilitada, combustíveis, equipamentos, tributos, taxas, seguros, multas, alvarás, licenciamentos, lubrificantes, manutenções, reparos, lavagens, estacionamento e demais itens inerentes à plena execução dos trabalhos;

1.3 A prestação dos serviços atenderá às normas do ordenamento jurídico vigente, especialmente a Lei Federal nº 6.538/1978, de modo a não violar as atividades desenvolvidas exclusivamente pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo – ECT;

1.4 A **CONTRATADA** se declara em condições de prestar o serviço objeto deste instrumento em estrita observância com o disposto neste contrato;

1.5 A assinatura do presente instrumento contratual, pela **CONTRATADA**, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA

Integram o presente contrato, vinculando esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, a proposta da contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados, além das condições estabelecidas no ato de autorização da Dispensa de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de **xx (xxxx) meses/anos**, a começar em **xx de xxxxxx de 201x** e a terminar em **xx de xxxxxx de 201x**, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021, e será formalizada por termo aditivo;

3.1.1 A prorrogação de que trata este dispositivo é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**;

3.1.2 A prorrogação do prazo de vigência contratual fica condicionada, ademais, à disponibilidade orçamentária, devidamente declarada pela Unidade Gestora do recurso nos autos do procedimento administrativo correspondente, e desde que respeitado o limite para Dispensa de Licitação que fundamentou a contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME, DA FORMA DE EXECUÇÃO, DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

4.1 O Regime de execução do presente contrato é de Execução Indireta, na modalidade Empreitada por Preço Global;

4.2 Os serviços objeto deste contrato serão executados de segunda-feira a sexta-feira, nos dias úteis, em horário a ser estipulado pelo **CONTRATANTE**, ficando a **CONTRATADA** obrigada a efetuar o quantitativo de viagens necessário ao cumprimento da demanda, semanalmente, respeitando-se, ainda, o seguinte:

4.2.1 Cada viagem deverá contemplar um roteiro com ida e volta;

4.2.2 O **CONTRATANTE** informará à **CONTRATADA** o roteiro de cada viagem;

4.2.3 Os serviços deverão ser realizados com a utilização de **motocicleta com baú/carro de passeio**, em perfeito estado de conservação e funcionamento, e obedecerão aos seguintes parâmetros mínimos:

4.2.3.1 Realizar todas as coletas e entregas diárias designadas pelo **CONTRATANTE**, na área urbana e **distritos** do município indicado na **Cláusula Primeira** deste contrato, organizando e otimizando cada roteiro de modo que a execução dos serviços ocorra no menor interstício de tempo diário possível;

4.2.3.2 Proceder ao manuseio dos documentos e encomendas de forma adequada, garantindo sempre a integridade física dos mesmos;

4.2.3.3 Devolver ao **CONTRATANTE**, no mesmo dia, os documentos ou encomendas que

não forem entregues no destino, justificando a impossibilidade de entrega;

4.2.3.3.1 A ausência de cumprimento em sua integralidade do roteiro designado somente será admitida em caráter excepcional, devidamente justificada e aceita pelo **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis;

4.3 Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados por profissional(s) que possua(m) habilitação e capacitação técnica compatíveis com as atividades que lhe(s) forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar o(s) mesmo(s) quanto às suas obrigações e afazeres;

4.3.1 A **CONTRATADA** deverá indicar o contato telefônico (celular) utilizado pelo profissional designado para a execução do objeto contratual, informando de imediato qualquer alteração do mesmo;

4.4 Os serviços objeto deste contrato não poderão sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

4.4.1 A **CONTRATADA** deverá assegurar o cumprimento de cada roteiro no mesmo dia em que lhe for designado, independentemente da existência de defeitos ou irregularidades de qualquer natureza no veículo, inclusive sinistros, observada disposição do **item 4.2.3.1**;

4.5 Os serviços devem ser executados em conformidade com as normas de trânsito, segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente que regulamentam a atividade;

4.6 Não haverá empregados da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, nas suas instalações;

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

5.1 O recebimento provisório dos serviços realizados ficará sob a responsabilidade do fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, e se dará mediante termo, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da entrega da fatura, com a discriminação dos serviços efetivamente realizados;

5.2 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.2.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.2.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos

serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório;

5.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1 O preço mensal estabelecido para plena execução do objeto contratual é de R\$ xx,xx (xxx reais);

6.2 Dá-se ao presente Contrato o valor anual de R\$ xxxxx (xxxxx reais) equivalente à prestação de serviços pelo período de 01 (um) ano, e global de R\$ xxxxx (xxxxx reais), equivalente ao período total de vigência da contratação;

6.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA** envolvido na execução do objeto, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, combustíveis, lubrificantes, manutenção, lavagens, estacionamento, depreciação, aluguéis, seguros, franquias, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA SÉTIMA– DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº14.133/21.

7.2 O pagamento será processado mensalmente, mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da **CONTRATADA**, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo **CONTRATANTE**;

7.3 Os pagamentos serão processados no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no **item 7.2**, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.3.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.3.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

7.5 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

7.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 7.3 e 7.3.1**;

7.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**;

7.8 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CLÁUSULA OITAVA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO-ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, **xx de xxxxxx de 201x**, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

8.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o **item 8.1**;

8.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

8.2. O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

8.2.1. O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, II, “d”, ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou,

sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

8.2.2. Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

8.8.2.1. Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 8.2.1;

8.3 O **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

8.4 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/xxxx	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx

CLÁUSULA DÉCIMA- DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos,

sem prejuízos das sanções contratuais legais;

10.2.2 Transmitir à **CONTRATADAS instruções**, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

10.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

10.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

10.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

10.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

10.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser feito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

10.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

10.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato;

10.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia que venham a ser publicados para disciplina da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Além das determinações contidas na **Cláusula QUARTA - do Regime e da forma de execução** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

11.2 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

11.2.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.3 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, sendo vedada a subcontratação, ainda que parcial, do objeto contratado;

11.4 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos fornecimentos objeto deste instrumento;

11.5 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

11.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

11.7 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

11.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

11.8.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

11.9 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nas **cláusulas quinta e sexta deste instrumento**;

11.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.11 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

11.12 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste

contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

11.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.14 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

11.15 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

11.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

11.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

11.20 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

11.21 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

11.22 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

11.23 Manter rigorosamente em dia a documentação obrigatória do(s) veículo(s) a ser(em) empregado(s) na execução dos serviços contratados, conforme legislação aplicada a cada caso;

11.24 Responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas ao(s) veículo(s) utilizado(s) na execução contratual, tais como combustíveis, lubrificantes, manutenção, lavagens, estacionamento, seguros e impostos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

12.2 Fornecer as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

12.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos na **cláusula sétima**;

12.4 Permitir o acesso da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

12.5 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.6 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato;

12.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

12.7.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data a contar da data da conclusão da instrução do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

12.7.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da conclusão da instrução do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

13.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

13.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**;

13.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **Ministério Público do Estado da Bahia**, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação

ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD;

13.4 A **CONTRATADA** cooperará com o **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

13.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não será exigida garantia da execução contratual, em razão de se tratar de demanda ordinária, contratada com habitualidade pelo Ministério Público do Estado da Bahia, sem que tenha havido registros de circunstâncias que demandem a necessidade de resguardo financeiro para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

15.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

15.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

15.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

15.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

15.3.1 **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

15.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.2, a 15.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

15.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.5 a 15.2.9, acima, bem como nas alíneas 15.2.2 a 15.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

15.3.4 Multa:

15.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.3.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 15.2.6 a 15.2.10;

15.3.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas na alínea 15.2.3 e 15.2.4;

15.3.4.4 Para as infrações constantes das alíneas 15.2.1, 15.2.2 e 15.2.5, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

15.3.4.5 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa;

15.3.4.5.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**;

15.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

15.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação;

15.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso;

15.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.7.4 Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

15.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

15.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

15.9 A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

15.10 O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

15.12 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

16.2 **A CONTRATADA** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia análise da Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês;

16.4 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136, da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

17.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

17.1.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

17.1.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação;

17.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como de forma consensual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

17.2.1 A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de

descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

17.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

17.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3 Indenizações e multas;

17.4 O contrato poderá ser extinto, ainda:

17.4.1 Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

17.4.2 Caso se constate que a pessoa jurídica **CONTRATADA** possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

18.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

18.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento;

18.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer



empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

21.3 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

21.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

21.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

21.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

21.7 O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 20xx.

CONTRATADA
Representante Legal
Cargo

Ministério Público do Estado da Bahia
André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Assinado e datado eletronicamente/digitalmente)



**CONTRATO PADRÃO – PROCEDIMENTO DE
PADRONIZAÇÃO SEI Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX-
VIGILÂNCIA POR MONITORAMENTO**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/20Xx - SGA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant’Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA XXXXX**, CNPJ nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, estabelecida à xxxxxxxxxxxx, representada por xxxxxxxx, CPF/MF nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/Ba nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no Processo de Dispensa de Licitação nº xxx/201X, protocolado sob o nº xxx.0.xxxxxx/20xx-XX, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça **Regional** de xxxxxx, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, conforme condições estabelecidas neste instrumento, observando-se ainda:

1.2 Os equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços serão disponibilizados pela Contratada, em regime de comodato, conforme abaixo listado:

DESCRIÇÃO (Obs: adequar ao caso concreto)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
XXXXXXXXXXXXXXXX	Unidade	xx
XXXXXXXXXXXXXXXX	Unidade	xx
XXXXXXXXXXXXXXXX	Unidade	xx
XXXXXXXXXXXXXXXX	Unidade	xx
XXXXXXXXXXXXXXXX	Unidade	xx

DESCRIÇÃO (Obs: adequar ao caso concreto)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
XXXXXXXXXXXXXXXXXX	Unidade	xx
XXXXXXXXXXXXXXXXXX	Unidade	xx

1.3 Os serviços objeto do presente contrato compreendem, ainda, a completa e perfeita instalação e manutenção do sistema de monitoramento eletrônico fornecido.

1.4 A **CONTRATADA** se declara em condições de prestar o serviço objeto deste instrumento em estrita observância com o disposto neste contrato

1.5 A assinatura do presente instrumento contratual, pela **CONTRATADA**, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA

Integram o presente contrato, vinculando esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, a proposta da contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados, além das condições estabelecidas no ato de autorização da Dispensa de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de **xx (xxxx) meses/anos**, a começar em **xx de xxxxxx de 20xx** e a terminar em **xx de xxxxxx de 20xx**, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021, e será formalizada por termo aditivo;

3.1.1 A prorrogação de que trata este dispositivo é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**;

3.1.2 A prorrogação do prazo de vigência contratual fica condicionada, ademais, à disponibilidade orçamentária, devidamente declarada pela Unidade Gestora do recurso nos autos do procedimento administrativo correspondente, e desde que respeitado o limite para Dispensa de Licitação que fundamentou a contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

4.1 O Regime de execução do presente contrato é de Execução Indireta, na modalidade empreitada por preço global;

4.2 Os serviços objeto deste Contrato serão prestados com a utilização de sistema de monitoramento eletrônico, que possibilite o recebimento pela **CONTRATADA**, via linha telefônica ou via internet, de

sinal de alarme proveniente dos equipamentos instalados na Promotoria de Justiça indicada na **Cláusula Primeira**;

4.3 A **CONTRATADA** deverá providenciar a implantação de todo o sistema de segurança com a instalação dos equipamentos próprios em comodato, em condições de uso e segurança, bem como a disponibilização dos serviços objeto do presente processo, de modo a garantir a plena execução dos serviços quando do início da vigência contratual;

4.4 A **CONTRATADA** deverá fornecer todo o equipamento necessário para a prestação do serviço contratada em regime de comodato à exemplo de sensores, centrais, expansores, teclados, sirenes, baterias, fios, suportes para sensor e demais equipamentos e materiais necessários para a execução do objeto;

4.4.1 Os equipamentos instalados nas dependências do **CONTRATANTE** deverão ser novos e atender aos padrões técnicos das normas vigentes;

4.4.2 Substituições eventuais de equipamentos e/ou componentes (de forma corretiva ou preventiva) serão de responsabilidade da empresa **CONTRATADA**, sem ônus adicional ao **CONTRATANTE**;

4.5 O **CONTRATANTE** deverá designar as pessoas que terão acesso aos equipamentos, para que a **CONTRATADA** possa orientá-las e treiná-las, a fim de que estejam habilitadas à correta utilização do sistema eletrônico de segurança objeto desta contratação;

4.5.1 O treinamento deverá ocorrer após a entrega formal do sistema eletrônico de alarme, em data previamente designada e devidamente ajustada com o **CONTRATANTE**;

4.6 A execução contratual não poderá sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, operando-se 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana;

4.7 Quando do início da execução contratual, as partes deverão indicar os contatos telefônicos (fixo e celular) utilizados na execução deste contrato, incumbindo-lhes informar de imediato quaisquer alterações dos mesmos;

4.8 Diante do recebimento do sinal de alarme, deverá a **CONTRATADA**, imediatamente, adotar as seguintes providências, independentes entre si:

4.8.1 Contatar, via telefone, preposto(s) do **CONTRATANTE** previamente indicado(s) para tal finalidade;

4.8.2 Dar aviso à autoridade policial, mediante contato telefônico, acusando o recebimento de um sinal de alarme remoto;

4.9 No caso de ocorrer acionamento acidental de alarme, o **CONTRATANTE** deverá comunicar o fato imediatamente à **CONTRATADA**, por telefone, declinando a sua senha;

4.10 A **CONTRATADA** deverá fornecer relatórios a respeito do funcionamento do sistema do alarme, compreendendo todas as informações de registro de acionamento e desativação de alarme bem como de violações no local, o qual deverá ser enviado via e-mail à Promotoria de Justiça indicada na **cláusula primeira**, sempre que reputar necessário ou quando houver solicitação do **CONTRATANTE**;

4.11 É responsabilidade do **CONTRATANTE**:

4.11.1 Providenciar a perfeita manutenção da sua linha telefônica ou do recurso de internet, para garantir a transmissão adequada dos sinais para a estação monitora a **CONTRATADA**;

4.11.2 Armar e desarmar o seu sistema de segurança eletrônica;

4.11.3 Comunicar previamente à **CONTRATADA** sobre a realização de testes nos dispositivos de segurança (ou outras atitudes semelhantes) que possam gerar a recepção de alarme;

4.11.4 Manter os sensores e equipamentos instalados pela **CONTRATADA** nas mesmas posições e locais, a fim de evitar comprometimento da área protegida pelo sistema;

4.12 Os equipamentos cedidos em regime de comodato deverão ser retirados pela **CONTRATADA** imediatamente após o encerramento contratual, independentemente de notificação pelo **CONTRATANTE**;

4.12.1 A inércia da **CONTRATADA** na retirada dos equipamentos dentro do prazo não caracterizará, em nenhuma hipótese, responsabilidade do **CONTRATANTE** sobre os mesmos, nem ensejará qualquer tipo de indenização ou pagamento adicional;

4.13 Quaisquer serviços abrangidos na execução contratual deverão ser realizados por profissional(s) que possua(m) capacitação técnica compatível com as atividades que lhe(s) forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar o(s) mesmo(s) quanto às suas obrigações e afazeres;

4.14 Os serviços devem ser executados em conformidade com as normas de segurança, qualidade e proteção ao meio ambiente que regulamentam a atividade;

4.15 Não haverá empregados da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 O recebimento provisório dos serviços realizados ficará sob a incumbência do fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, e se dará mediante termo, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da entrega da fatura, com a discriminação dos serviços efetivamente realizados;

5.2 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.2.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.2.2 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 5.2.1, assegurado à **CONTRATADA** a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço;

5.2.3 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratada, fica a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório;

5.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1 O preço mensal estabelecido para plena execução do objeto contratual é de R\$ xx,xx (xxx reais);

6.2 Dá-se ao presente Contrato o valor anual de R\$ xxxxx (xxxxx reais) equivalente à prestação de serviços pelo período de 12 (doze) meses, e global de R\$ xxxxx (xxxxx reais), equivalente ao período total de vigência da contratação;

6.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA** envolvido na execução do objeto, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, combustíveis, lubrificantes, manutenção, lavagens, estacionamento, depreciação, aluguéis, seguros, franquias, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA SÉTIMA– DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº14.133/21;

7.2 O pagamento será processado mensalmente, mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da **CONTRATADA**, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo **CONTRATANTE**;

7.3 Os pagamentos serão processados no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no **item 7.2**, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.3.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da

apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.3.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

7.5 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

7.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 7.3 e 7.3.1**;

7.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**;

7.8 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, **xx de xxxxxx de 20xx**, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

8.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o **item 8.1**;

8.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

8.2 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

8.2.1. O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, II, “d”, ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

8.2.2. Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

8.2.2.1. Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do **subitem 8.2.1**;

8.3 O **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

8.4 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/XXXX	XXXX	XXX	XXXX	XXXXX

CLÁUSULA DÉCIMA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem

prejuízos das sanções contratuais legais;

10.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

10.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

10.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

10.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

10.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

10.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

10.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

10.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato;

10.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia que venham a ser publicados para disciplina da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Além das determinações contidas na Cláusula **QUARTA - do Regime e da forma de execução** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

11.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.14 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

11.15 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

11.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

11.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

11.20 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

11.21 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

11.22 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

11.24 Fornecer os contatos telefônicos de todo o pessoal de apoio designado para execução do objeto contratual, especialmente para atendimento a situações de emergência, inclusive aos finais de semana e feriados;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 **O CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

12.2 Fornecer as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

12.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos na **cláusula sétima**;

12.4 Permitir o acesso da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

12.5 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.6 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato;

12.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

12.7.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data a contar da data da conclusão da instrução do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

12.7.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da conclusão da instrução do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

12.8 Não trocar ou alterar peças e/ou locais de instalação dos equipamentos disponibilizados pela **CONTRATADA**;

12.9 Comunicar à **CONTRATADA** o(s) nome(s) e telefone(s) de contato de seu(s) preposto(s) a ser(em) acionado(s) em caso de recebimento de sinal de alarme, informando no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações dos referidos dados;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

13.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

13.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**;

13.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **Ministério Público do Estado da Bahia**, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados

personais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD;

13.4 A **CONTRATADA** cooperará com o **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

13.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não será exigida garantia da execução contratual, em razão de se tratar de demanda ordinária, contratada com habitualidade pelo Ministério Público do Estado da Bahia, sem que tenha havido registros de circunstâncias que demandem a necessidade de resguardo financeiro para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

15.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

15.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

15.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso;

15.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.7.4 Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

15.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

15.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

15.9 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

15.10 O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

15.12 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

16.2 A **CONTRATADA** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia análise da Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês;

16.4 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136, da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

17.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

17.1.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

17.1.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação;

17.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como de forma consensual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

17.2.1 A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inciso II, da Lei nº

14.133, de 2021);

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

17.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

17.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3 Indenizações e multas.

17.4 O contrato poderá ser extinto, ainda:

17.4.1 Caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

17.4.2 Caso se constate que a pessoa jurídica **CONTRATADA** possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

18.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

18.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento;

18.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA– DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do **Salvador-Bahia**, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

21.3 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e estadual nº 14.634 de 2023 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

21.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/21 e na forma de Lei Estadual de nº 14.634/23 para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

21.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

21.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

21.7 O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 20xx.

CONTRATADA
Representante Legal
Cargo

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

André Luis Sant´Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Assinado e datado eletronicamente/digitalmente)



MANIFESTAÇÃO

Procedimento n.º:	19.09.02328.0001130/2024-44
Interessado(a):	Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações (DCCL)
Espécie:	Padronização de minutas contratuais

Considerando o cumprimento das recomendações sugeridas por esta Assessoria Técnico-Jurídica no parecer jurídico n.º 43/2024, bem como, naquilo que é pertinente, o acolhimento das ponderações realizadas pela DCCL, esta Assessoria Técnico-Jurídica opina pela regularidade jurídica do processo de padronização das dispensas de pequeno valor relacionadas ao fornecimento de água mineral, serviço de jardinagem, serviço de coleta e entrega de documentos e encomendas urgentes e serviço de vigilância mediante monitoramento eletrônico, inclusive as respectivas minutas contratuais, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração.

É a manifestação. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

Bel.ª. Maria Paula Simões Silva

Assessora de Gabinete/SGA

Matrícula n.º. 355.047

Bel. Eduardo Loula Novais de Paula

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Matrícula n.º. 353.707



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 16/02/2024, às 16:50, conforme Ato Normativo n.º 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 16/02/2024, às 16:53, conforme Ato Normativo n.º 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0960184** e o código CRC **F7AB4636**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho a manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos seus fundamentos relativo às padronização de minutas contratuais das dispensas de pequeno valor relacionadas ao fornecimento de água mineral, serviço de jardinagem, serviço de coleta e entrega de documentos e encomendas urgentes e serviço de vigilância mediante monitoramento eletrônico, inclusive as respectivas minutas contratuais.

À Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações para conhecimento e providências pertinentes.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** em 19/02/2024, às 16:01, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0961221** e o código CRC **14FE9470**.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.452.852/0001-33 DUNS®: 910038520
Razão Social: SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA
Nome Fantasia: SEGMAX
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 25/03/2026
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui pendências em um ou mais níveis de cadastramento. Para mais informações, utilize as funcionalidades de consulta disponíveis.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	06/10/2025	Automática
FGTS	Validade:	07/07/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	28/07/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	16/05/2024 (*)
Receita Municipal	Validade:	20/06/2024 (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade:	31/05/2024 (*)
-----------	----------------

Emitido em: 26/06/2025 11:40

1 de 1

Nome: ALINE PORTO RAMOS

Ass: _____



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE JESUS

AV. GOVERNADOR ROBERTO SANTOS

CENTRO

SANTO ANTONIO DE JESUS BA

CNPJ: 13.825.476/0001-03

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Certidão emitida em 14/04/2025 sobre número: 5302/2025.

Certifico que a empresa encontra-se inscrita neste município sobre inscrição **631200179**, em nome de (a):

Empresa: SEGMAX-SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA

Fantasia: SEGMAX

C.N.P.J/CPF: 05.452.852/0001-33

Endereço: LARGO SAO BENEDITO, nº: 138

Complemento:

Bairro: SÃO BENEDITO

Cep: 44573150

A Prefeitura do Município de Santo Antônio de Jesus, conforme disposto nos artigos 287, 288, 289, 290 e 291 da Lei Complementar 28 de 31 de outubro de 2007 – Códigos Tributário Municipal (CTM), combinado com o disposto no artigo 205 da Lei Federal Nº 5.172, de 25/10/1966 – Código Tributário Nacional (CTN), **CERTIFICA: 1.** Considerando o parcelamento em nome do sujeito passivo no Simples Nacional, a exigibilidade da cobrança se encontra suspensa, nos termos do artigo 151 do CTN. Conforme disposto nos artigos 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa. Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se, exclusivamente, à situação do sujeito passivo no âmbito da Secretaria da Fazenda do Município de Santo Antônio de Jesus. A presente Certidão não servirá de prova contra de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pela Secretaria da Fazenda do Município de Santo Antônio de Jesus, conforme prerrogativa legal prevista nos Incisos de I a IX, do Artigo 149 do CTN.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na **SECRETARIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE JESUS** Departamento de Administração Tributária, localizada na Avenida Governador Roberto Santos, 110, 1º. Andar – Centro - Santo Antônio de Jesus – BA.

OBS: As certidões fornecidas não excluem o direito da Fazenda Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser posteriormente apurados pela autoridade administrativa competente.

Qualquer rasura tornará nulo este documento.

SANTO ANTONIO DE JESUS - BA, 14 de Abril de 2025

Validade da Certidão de Noventa dias a contar da data de sua emissão.



Identificador Web: 169137.5302.20250414.N.148.2537656
<http://contribuintes.prefeiturasaj.ba.gov.br>



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20252041923**

RAZÃO SOCIAL	
SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONI	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
058.898.949	05.452.852/0001-33

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 14/04/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.452.852/0001-33

Certidão nº: 23611534/2025

Expedição: 29/04/2025, às 10:11:19

Validade: 26/10/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.452.852/0001-33**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.452.852/0001-33
Razão Social: SEGMAX SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA
Endereço: LRG SAO BENEDITO 146 / SAO BENEDITO / SANTO ANTONIO DE JESUS / BA / 44573-150

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/06/2025 a 07/07/2025

Certificação Número: 2025060801541221297548

Informação obtida em 25/06/2025 17:05:12

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA
CNPJ: 05.452.852/0001-33

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:52:59 do dia 09/04/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/10/2025.

Código de controle da certidão: **B936.1BC3.76D7.D0C5**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE
SEGMAX SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRONICA MONITORADA LTDA ME
CNPJ nº 05.452.852/0001-33

ANA CRISTINA LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA, [REDACTED]

[REDACTED] Brasil; LEANDRO
LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA, [REDACTED]

[REDACTED] LUCIANO LORDELO TEIXEIRA DE
SOUZA, [REDACTED]

limitada de nome empresarial SEGMAX SISTEMA DE
SEGURANÇA ELETRONICA MONITORADA LTDA - ME,
registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado na
Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29202542585,
com sede Largo do São Benedito, 138, São Benedito - Santo
Antônio de Jesus, BA, CEP 44.573-150, devidamente inscrita no
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 05.452.852/0001-
33, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente
alteração e consolidação contratual, nos termos da Lei nº 10.406/
2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. O capital anterior totalmente integralizado passa a ser de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 10.000 (dez mil) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma, cuja aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios. Em decorrência da aumento do capital social este fica assim distribuído:

SÓCIOS	PERC.	QUOTAS	VALOR RS
ANA CRISTINA LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA	80%	8.000	80.000,00
LEANDRO LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA	10%	1.000	10.000,00
LUCIANO LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA	10%	1.000	10.000,00
TOTAL	100%	10.000	100.000,00

Ana Cristina Lordelo Teixeira de Souza



Req: 81500000193643

Luciano Lordelo Teixeira de Souza

Página 1

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE
SEGMAX SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRONICA MONITORADA LTDA ME
CNPJ nº 05.452.852/0001-33**

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA. A administração da empresa caberá isoladamente a sócia ANA CRISTINA LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA, já qualificada no preâmbulo deste instrumento e ao sócio LUCIANO LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA, já qualificado no preâmbulo deste instrumento somente assinando conjuntamente com a sócia ANA CRISTINA LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA CONSOLIDAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. Pelo presente instrumento resolvem os sócios, consolidar o contrato social, em cumprimento ao comando legal emanado do Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, conferindo assim nova redação as cláusulas contratuais, passando o Contrato Social Consolidado a vigorar com seguinte redação:

ANA CRISTINA LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA, brasileira,

LEANDRO LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA,

LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA,

de nome empresarial **SEGMAX SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRONICA MONITORADA LTDA ME**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29202542585, com sede Largo do São Benedito, 138, São Benedito - Santo Antônio de Jesus, BA, CEP 44.573-150, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 05.452.852/0001-33, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente consolidação contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE
SEGMAX SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRONICA MONITORADA LTDA ME
CNPJ nº 05.452.852/0001-33**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DENOMINAÇÃO SOCIAL

A Sociedade Limitada gira sob o nome empresarial **SEGMAX SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRONICA MONITORADA LTDA ME**, sendo regida de conformidade com a Lei nº 10.406/2002 e supletivamente pela Lei 6.404/76.

CLÁUSULA SEGUNDA - SEDE

A sociedade tem sua sede e foro sede no Largo do São Benedito, 138, São Benedito - Santo Antônio de Jesus, BA., CEP 44.573-150.

PARÁGRAFO ÚNICO: É facultada a sociedade a qualquer tempo, ao arbítrio exclusivo de sua administração, abrir, manter ou encerrar filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo, se necessário, observada a legislação vigente sobre a matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL

Constitui objeto da sociedade:

- ✓ Atividades de monitoramento de sistemas de segurança com a venda, instalação e manutenção associadas – 8020-0/00
- ✓ Manutenção e reparação de sistemas de circuitos internos de segurança – 9512-6/00
- ✓ Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática – 4751-2/01

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades em 27 de dezembro de 2002 e o seu prazo de duração é indeterminado.

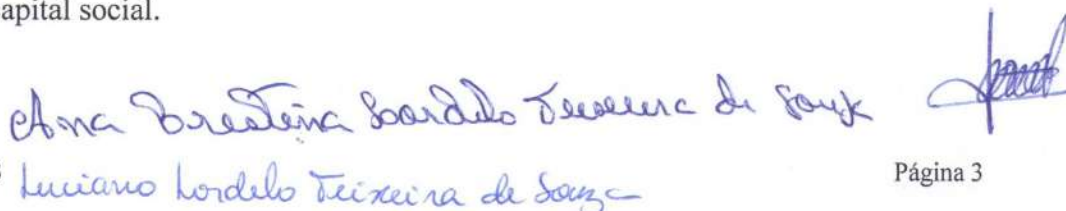
CLÁUSULA QUINTA – CAPITAL SOCIAL

O capital social totalmente integralizado na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 10.000 (dez mil) quotas, todos com direito a voto, no valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais), que estão assim distribuídas entre os sócios:

SÓCIOS	PERC.	QUOTAS	VALOR R\$
ANA CRISTINA LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA	80%	8.000	80.000,00
LEANDRO LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA	10%	1.000	10.000,00
LUCIANO LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA	10%	1.000	10.000,00
TOTAL	100%	10.000	100.000,00

CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADE

A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



Req: 81500000193643

Página 3

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE
SEGMAX SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRONICA MONITORADA LTDA ME
CNPJ nº 05.452.852/0001-33**

CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA. A administração da empresa caberá isoladamente a sócia ANA CRISTINA LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA, já qualificada no preâmbulo deste instrumento e ao sócio LUCIANO LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA, já qualificado no preâmbulo deste instrumento somente assinando conjuntamente com a sócia ANA CRISTINA LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA – IMPEDIMENTO DE USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

Os Administradores são investidos de todos os poderes necessários para prática dos atos de gestão, ficando vedado os avais, fianças ou outras garantias de favor, bem como, o uso ou emprego da denominação social em negócios ou transações estranhos aos objetivos sociais.

CLÁUSULA NONA – REUNIÕES E DELIBERAÇÕES SOCIAIS

As deliberações sociais serão tomadas em reuniões de sócios, presididas e secretariada pelos sócios presentes, que lavrarão uma Ata de reunião levada posteriormente a registro em órgão competente, ficando dispensada da manutenção e lavratura do Livro de ATA.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A convocação para a reunião dos sócios se dará por escrito, com obtenção individual de ciência, dispensando-se as formalidades da publicação do anúncio, conforme § 6º, do artigo 1.072, da Lei nº 10.406/02.

PARAGRAFO SEGUNDO: A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, em seguida, qualquer número.

PARAGRAFO TERCEIRO: Fica dispensada a reunião dos sócios, quando estes decidirem por escrito sobre matérias objeto de deliberação, nos termos do § 3º, do art. 1.072 da Lei 10.406/2002.

PARAGRAFO QUARTO: A reunião dos sócios ocorrerá nos termos previstos em lei, ordinariamente, nos quatro meses depois do findo exercício social, de acordo com o artigo 1.078 da Lei 10.406/2002 e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos sócios, salvo se todos os sócios estiverem presente e decidirem por escrito acerca da matéria em pauta.


PARAGRAFO QUINTO: Nas reuniões, o sócio poderá ser representado por outro sócio ou procurador devidamente constituído para este fim específico.

PARAGRAFO SEXTO: Os sócios deliberarão em reuniões sobre as seguintes matérias, ressalvado o disposto no parágrafo terceiro do presente artigo.

I – a aprovação das contas da administração;

Req: 81500000193643

Ana Cristina Lordelo Teixeira de Souza
Luciano Lordelo Teixeira de Souza


Página 4

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE
SEGMAX SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRONICA MONITORADA LTDA ME
CNPJ nº 05.452.852/0001-33**

- II- a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- III- a destituição dos administradores;
- IV- modificação do contrato social;
- V- a incorporação, a fusão e a dissolução ou cessação do estado de liquidação;
- VI- a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- VII- o pedido de concordata.

PARAGRAFO SÉTIMO: As deliberações dos sócios serão tomadas, observado os quóruns mínimos a seguir:

- I – pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nos incisos V e VI do artigo 1.071;
- II- pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos previstos nos incisos II, III, IV e VII do artigo 1.071;
- III- pela maioria de votos dos presentes, nos demais casos previstos na lei ou no contrato, se este não exigir maioria mais elevada.

CLÁUSULA DÉCIMA – RETIRADAS DE PRÓ-LABORE

Pelo exercício da administração, os administradores **ANA CRISTINA LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA** e **LUCIANO LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA**, terão direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESULTADO E SUA DISTRIBUIÇÃO

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, elaborando as demonstrações financeiras exigidas legalmente.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A sociedade deliberará em reunião dos sócios, devidamente convocada, a respeito da distribuição dos resultados, desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei 10.406/2002.

PARAGRAFO SEGUNDO: Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CESSÃO DE QUOTAS

As quotas da Sociedade são indivisíveis e não podem ser cedidas ou transferidas sem o expreso consentimento dos demais sócios, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferência para os sócios que queiram adquiri-las.

Ana Cristina Lordelo Teixeira de Souza



Req: 81500000193643

Luciano Lordelo Teixeira de Souza

Página 5

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE
SEGMAX SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRONICA MONITORADA LTDA ME
CNPJ nº 05.452.852/0001-33**

PARAGRAFO UNICO: O sócio que desejar retirar-se da Sociedade deverá comunicar aos demais, por intermédio de carta registrada, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a sua intenção de não mais continuar na Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FALECIMENTO DE SÓCIO

O falecimento, a falência ou afastamento de qualquer sócio não se constituirá causa para dissolução da Sociedade, que continuará com seus sócios remanescentes;

PARAGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo o falecimento ou impedimento legal de qualquer um dos sócios, caberá aos sócios remanescentes, juntamente com os herdeiros, ou representante legal, proceder ao imediato levantamento de Balanço Patrimonial, fixativo dos haveres de cada uma das partes, na proporção das quotas sociais.

PARAGRAFO SEGUNDO: O Balanço Patrimonial será levantado com data do último dia do mês anterior ao evento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade será dissolvida apenas por deliberação dos sócios-quotistas, para este fim convocados, respeitando o quorum deliberativo previsto no § 7º, da cláusula nona.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

De conformidade com dispõe o artigo 1.053, parágrafo único, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), observar-se-ão na omissão do diploma legal nominado e deste contrato, as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas, aplicável supletivamente à Sociedade limitada, bem como pela legislação advinha posteriormente e aplicável à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DESIMPEDIMENTO

O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

Para eventual propositura de qualquer ação ou procedimento entre os sócios ou deles contra a sociedade, fundada de sua existência, administração ou neste instrumento, fica eleito o foro da cidade de Santo Antonio de Jesus, Estado da Bahia, com renuncia expressa de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja, ainda que venha ocorrer mudança de domicilio de qualquer quotistas.

Req: 81500000193643

at me do resumo do artigo 1.053 do código de civil de 2002
Luciano Haroldo Teixeira de Souza

Página 6

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE
SEGMAX SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRONICA MONITORADA LTDA ME
CNPJ nº 05.452.852/0001-33

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de alteração contratual, em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Santo Antônio de Jesus(Ba), 01 de março de 2015.


ANA CRISTINA LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA
[REDACTED]



LEANDRO LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA
[REDACTED]


LUCIANO LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA
[REDACTED]

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/03/2015 SOB Nº: 97451727
Protocolo: 15/864207-4, DE 10/03/2015
Empresa: 29 2 0254258 5
SEGMAX SISTEMA DE SEGURANÇA
ELETRONICA MONITORADA LTDA ME

HÉLIO PORTELA RAMOS
SECRETARIO-GERAL

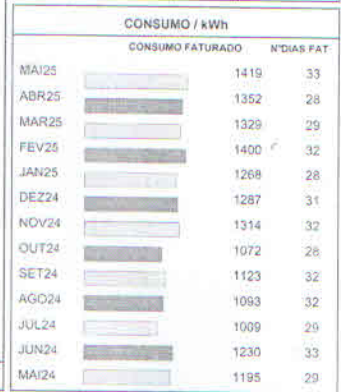
 <p style="text-align: center;">REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p style="text-align: center;">CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</p>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.452.852/0001-33 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/12/2002
NOME EMPRESARIAL SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SEGMAX		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO LRG SAO BENEDITO	NÚMERO 138	COMPLEMENTO *****
CEP 44.573-150	BAIRRO/DISTRITO SAO BENEDITO	MUNICÍPIO SANTO ANTONIO DE JESUS
UF BA	ENDEREÇO ELETRÔNICO clcontab@mma.com.br	
TELEFONE (75) 3631-2155		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **25/06/2025** às **17:06:47** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

DATAS DE LEITURAS		LEITURA ANTERIOR 09/04/2025		LEITURA ATUAL 12/05/2025		N° DE DIAS 33		PRÓXIMA LEITURA 10/06/2025					
ITENS DA FATURA	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT. COM TRIB. (R\$)	VALOR (R\$)	PIS/ COPINS (R\$)	BASE CALC. ICMS (R\$)	ALÍQUOTA ICMS (%)	ICMS (R\$)	TARIFA UNIT (R\$)	TRIBUTOS	BASE DE CÁLCULO (R\$)	ALÍQUOTA (%)	VALOR (R\$)
Consumo-TUSD	kWh	1.419,00	0,74100859	1.051,49	57,82	1.051,49	20,50	215,55	0,54851272	PIS	1.277,69	1,21	15,46
Consumo-TE	kWh	1.419,00	0,38234100	542,54	29,70	542,54	20,50	111,22	0,29301818	COFINS	1.277,69	5,68	72,57
Acres. Band: AMARELA				13,13	0,71	13,13	20,50	2,69		ICMS	1.607,16	20,50	329,46
Ilum. Púb. Municipal				56,00									
Multa-NF 861368756				29,60									
Juros-NF 861368756				7,39									
TOTAL				1.700,15									



MEDIDOR	GRANDEZAS	POSTOS HORÁRIOS	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONST. MEDIDOR	CONSUMO kWh	RESERVADO AO FISCO
1161470747	Energia Ativa	Único	75.945,00	77.364,00	1,00000	1.419,00	

Até a emissão desta fatura você não possui débitos para esse código de cliente. Parabéns por manter suas contas em dia! Conte sempre com a gente. Este comunicado não contempla débitos em discussão judicial. A compensação do pagamento ocorrerá em até 3 dias úteis, após data do pagamento.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
Na data da leitura a bandeira em vigor é a Amarela. Mais informações em www.aneel.gov.br.
A partir de 22/04, tarifas com reajuste médio de 1,88% para Baixa Tensão e de 2,53% para a Alta Tensão. Res. ANEEL 3.443/25. Na tarifa aplicada consta encargo CDE-Escassez Hídrica REN1008/22.
A fatura pode ser emitida com base na leitura informada pelo cliente.
A iluminação Pública é de responsabilidade da Prefeitura.

05/2025	CÓDIGO DO CLIENTE 28915969	VENCIMENTO 22/05/2025	TOTAL A PAGAR R\$ 1.700,15
PARA CADASTRAR SUA CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO, UTILIZE O CÓDIGO DO CLIENTE.			

BANCO DO BRASIL S/A PAGAVEL EM QUALQUER REDE BANCARIA

00100.00009 02809.289024 @0872.759173 1 1609000170915

PAGADOR (CPF-CNPJ) ENDEREÇO
ANA CRISTINA LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA 448.311.111-11
PC SAO BENEDITO 146 SAO BENEDITO SANTO ANTONIO DE JESUS 44573-130 SANTO ANTONIO DE JESUS BA

NOSSO NUMERO 28915969	Nº DO DOCUMENTO 358473270	CODIGO DO CLIENTE 28915969	DATA DE VENCIMENTO 22/05/2025	VALOR DO DOCUMENTO 1.700,15
--------------------------	------------------------------	-------------------------------	----------------------------------	--------------------------------

BENEFICIÁRIO
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA CNPJ 15.139.629/0001-94
AV. EDGARD SANTOS, 300, CABULA VI, SALVADOR, BAHIA CEP 41181-900
AGÊNCIA/CODIGO CEDENTE 3084-3/150321-8





Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **05.452.852/0001-33**
Razão Social: **SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA
LTDA**

Atividade Econômica Principal:

**8020-0/01 - ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA
ELETRÔNICO**

Endereço:

**LARGO SAO BENEDITO, 138 - SAO BENEDITO - 44.573-150 - Santo Antônio de Jesus /
Bahia**

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço <https://comprasnet.gov.br>.
Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

Emitido em: 26/06/2025 11:40

1 de 1

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **05.452.852/0001-33**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 01/07/2007**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

[+ Mais informações](#)

[Voltar](#)

[Gerar PDF](#)



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE JESUS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

AV. GOVERNADOR ROBERTO SANTOS - Nº 96 2 PISO CENTRO - SANTO ANTONIO DE JESUS - BA CEP:
44430-082

ALVARÁ PROVISÓRIO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 631200179

Nº ALVARÁ: 424/2025

CONCEDIDO A

NOME / RAZÃO SOCIAL: **SEGMAX-SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA**

NOME COMERCIAL / FANTASIA: **SEGMAX**

NATUREZA: **Pessoa Jurídica**

DATA ABERTURA : 27/12/2002

C.N.P.J / C.P.F	R.G	INSCRIÇÃO ESTADUAL
05.452.852/0001-33		058.898.949-ME

ENDEREÇO

RUA / AVN / TRV: **LARGO SAO BENEDITO, 138**

COMPLEMENTO:	BAIRRO: SÃO BENEDITO
CIDADE: SANTO ANTONIO DE JESUS - BA	CEP: 44573-150

ATIVIDADES

ATIVIDADES	
OUTRAS ATIVIDADES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	19
ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA	80.20-0/00

ATIVIDADES SECUNDÁRIAS

COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA	47.51-2/01
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	95.12-6/00

HORÁRIO NORMAL: ÚNICO de 08:00 às 18:00

RESTRICÇÕES

É PROIBIDA a carga e descarga de veículos no centro comercial da cidade no horário compreendido entre as 08h00 às 14h00 nos dias úteis.

NÃO há RESTRIÇÃO de horário às operações de carga e descarga realizadas com motos, automóveis e camionetes.

É PERMITIDA a carga e descarga realizada por veículos de grande porte (exceto carretas) no centro comercial da cidade no horário compreendido entre as 20h00 e às 06h00.

É VEDADA aos empresários e particulares (exceto Escolas autorizadas pela Lei Municipal 872/2007) a utilização de "cones", "cavaletes", faixas, sinalizadores ou qualquer outro meio que obstrua o estacionamento regular de veículos ou circulação de pedestres nas calçadas, ruas e vias públicas do Município de Santo Antônio de Jesus.

DATA DE EMISSÃO: **03/02/2025**

VALIDADE: **05/03/2025**

AVISO

Manter este documento em local visível em sua empresa

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE JESUS

<http://contribuintes.prefeituraj.ba.gov.br>



66625 424 25 03022025 05032025



Table 2. Mean values of the dependent variables for the three groups of subjects and the corresponding error standard deviations (SD) and the range of values

Variable	Group	Mean (SD)	Range
Time to complete the test (s)	Control	11.9 (1.2)	9.3–14.5
	Low	12.8 (1.1)	10.0–15.5
	High	13.3 (1.2)	10.5–16.0
Time to complete the test (min)	Control	19.8 (1.5)	15.5–24.0
	Low	21.3 (1.4)	16.5–25.5
	High	22.0 (1.5)	17.0–26.5
Time to complete the test (h)	Control	0.33 (0.02)	0.25–0.40
	Low	0.35 (0.02)	0.27–0.43
	High	0.36 (0.02)	0.28–0.44
Time to complete the test (d)	Control	8.0 (0.5)	6.5–9.5
	Low	8.5 (0.5)	7.0–10.0
	High	9.0 (0.6)	7.5–10.5
Time to complete the test (w)	Control	1.73 (0.08)	1.42–2.04
	Low	1.82 (0.08)	1.51–2.13
	High	1.87 (0.08)	1.56–2.18
Time to complete the test (m)	Control	13.9 (1.0)	11.5–16.3
	Low	14.6 (1.0)	12.2–17.0
	High	15.0 (1.1)	12.6–17.4
Time to complete the test (y)	Control	0.33 (0.02)	0.27–0.39
	Low	0.35 (0.02)	0.29–0.41
	High	0.36 (0.02)	0.30–0.42
Time to complete the test (mo)	Control	3.99 (0.26)	3.27–4.71
	Low	4.25 (0.26)	3.53–4.97
	High	4.50 (0.27)	3.78–5.22

control group. The mean values for the dependent variables for the three groups are given in Table 2. The mean values for the dependent variables for the control group were significantly lower than those for the low and high groups.

The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group. The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group.

The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group. The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group.

The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group. The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group.

The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group. The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group.

The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group. The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group.

The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group. The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group.

The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group. The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group.

The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group. The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group.

The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group. The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group.

The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group. The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group.

The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group. The mean values for the dependent variables for the low and high groups were significantly higher than those for the control group.

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

Segmax Sistema de Segurança Eletrônica Monitorada, inscrita no CNPJ sob nº 05.452.852/001-33 CNPJ sob nº 05.452.852/0001-33, por intermédio de seu representante legal, Sr. Ana Cristina Lordelo Teixeira de Souza , [REDACTED]

[REDACTED] **DECLARA**, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo maior de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz.

Santo Antonio de Jesus, 25 de junho de 2025.


Luciano Lordelo Teixeira de Souza
[REDACTED]

05.452.852/0001-33

SEGMAX- SISTEMA DE SEGURANÇA
ELETRONICA MONITORADA LTDA-ME
CPF: 448.301.905-82

Largo do São Benedito, nº 138

São Benedito - CEP: 44.573-150

Santo Antônio de Jesus- BA

Monitoramento: 75 3631-0494 / 99148-0237
Administrativo: 75 99928-0237

Largo São Benedito, 146 - São Benedito - CEP 44.473-150
Santo Antônio de Jesus/BA


Prêmio
Melhores
do Ano
2022
2024 - 2025 - 2026 - 2027 - 2028 - 2029
2010 - 2011 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015
2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020 - 2021


20 ANOS
SEGMAX

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

SEGMAX – Sistema de Segurança Eletrônica Monitorada LTDA ME sediada à Largo São Benedito, CEP 44.441-310, Santo Antonio de Jesus/Ba inscrita no CNPJ/CPF sob o número 05.452.852/0001-33, declara, nos termos da Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação para , decorrente de Dispensa de Licitação, que não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público do Estado da Bahia, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. Declara também estar ciente de que a referida vedação compreende o interregno entre a deflagração do procedimento de contratação e o período até 6 (seis) meses após a desincompatibilização do exercício dos respectivos cargos e funções, consoante Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP.

Santo Antonio de Jesus/BA, 25 de junho de 2025



Luciano Lordelo Teixeira de Souza

05.452.852/0001-33

SEGMAX- SISTEMA DE SEGURANÇA
ELETRONICA MONITORADA LTDA-ME

CPF: 448.301.905-82

Largo do São Benedito, nº 138

São Benedito - CEP: 44.573-150

Santo Antônio de Jesus- BA

Monitoramento: 75 3631-0494 / 99148-0237

Administrativo: 75 99928-0237

Largo São Benedito, 146 - São Benedito - CEP 44.473-150
Santo Antônio de Jesus/BA

Prêmio
Melhores
do Ano

2022

20 ANOS
SEGMAX



Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Exercício igual a 2025
Código da Unidade Gestora igual a 0054

Exercício:	2025
Esfera:	F - Fiscal
Órgão:	40 - Ministério Público - MPE
Unidade Orçamentária:	40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência
Unidade Gestora:	0054 - Promotoria de Justiça Regional de Valença
Função:	03 - Essencial à Justiça
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa de Governo:	464 - Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania
PAOE:	4058 - Funcionamento de Promotoria Regional do Ministério Público
Região:	5800 - Baixo Sul
Objetivo do PAOE:	Assegurar o funcionamento das promotorias regionais do Ministério Público, possibilitando aprimorar a rede de integração da gestão administrativa
Produto:	2518 - Promotoria regional em funcionamento
Quantidade Prevista:	1,00 unidade
Quantidade Atual:	1,00 unidade

Natureza da Despesa	Destinação de Recursos	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
3.3.90.30.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	6.249,30	0,00	0,00	0,00	2.314,00	2.314,00	2.292,00	2.270,00	3.935,30
3.3.90.36.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	48.000,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.760,00	47.760,00	19.900,00	19.900,00	240,00
3.3.90.39.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	112.000,00	0,00	0,00	112.000,00	0,00	6.249,30	0,00	0,00	73.310,00	73.310,00	34.410,72	32.670,00	32.440,70
Região	Total do Tesouro		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	56.602,72	54.840,00	36.616,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Região		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	56.602,72	54.840,00	36.616,00
PAOE	Total do Tesouro		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	56.602,72	54.840,00	36.616,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal PAOE		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	56.602,72	54.840,00	36.616,00



Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Natureza da Despesa	Destinação de Recursos	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
Programa	Total do Tesouro		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	56.602,72	54.840,00	36.616,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Programa		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	56.602,72	54.840,00	36.616,00
UO	Total do Tesouro		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	56.602,72	54.840,00	36.616,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal UO		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	56.602,72	54.840,00	36.616,00
Órgão	Total do Tesouro		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	56.602,72	54.840,00	36.616,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Órgão		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	56.602,72	54.840,00	36.616,00
Geral	Total do Tesouro		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	56.602,72	54.840,00	36.616,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral		160.000,00	0,00	0,00	160.000,00	6.249,30	6.249,30	0,00	0,00	123.384,00	123.384,00	56.602,72	54.840,00	36.616,00



CONTRATAÇÃO - DECLARAÇÃO EXECUTOR(A) ORÇAMENTÁRIO(A)

DECLARO, para os devidos fins, que existem recursos orçamentários e financeiros disponíveis para dar suporte à despesa com a contratação em curso, bem como informo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício financeiro vigente e subsequentes, conforme dados abaixo discriminados:

I. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA):

DOTAÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/GESTORA*	AÇÃO (P/A/OE)	REGIÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA**	
1	PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA	40101/0054	4058	5800	100	33.90.39

II. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:

1) VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 11.400,00
(ONZE MIL E QUATROCENTOS REAIS)

2) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NO EXERCÍCIO VIGENTE:

DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA *	SALDO DE DOTAÇÃO (R\$)	PREVISÃO DE GASTO COM A CONTRATAÇÃO NO ANO (R\$)	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO ***
1	33.90.39	R\$ 32.440,70	R\$ 4.750,00	14,6%

* Ex: xx.xx.xx

** Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

*** Percentual da despesa sobre o saldo orçamentário

3) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES:

() A despesa será realizada integralmente neste exercício, não havendo impacto orçamentário financeiro em qualquer dos exercícios orçamentários-financeiros seguintes.

(X) O impacto orçamentário-financeiro estimado para os 02 (exercícios) próximos será de:

EXERCÍCIO (ANO)	IMPACTO(R\$)
2026	R\$ 6.650,00

4) ORIGEM DO RECURSO:

(X) Recursos Próprios – Orçamento próprio do MPBA.

() Recursos Oriundos de Convênio Estadual.

() Recursos Oriundos de Convênio Federal.

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Matrícula: 351.718	Nome Completo: LUCIVANE LOPES DA SILVA MARQUES	Cargo/Função: GESTORA ADMINISTRATIVA CMP IV
Unidade Administrativa: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA		





A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1583215** e o código CRC **E37B17AE**.

19.09.01158.0016964/2025-20

1583215v1

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - www.mpba.mp.br



MANIFESTAÇÃO - GESTOR ORÇAMENTÁRIO

AUTORIZO a realização da despesa, mediante contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO ELETRÔNICA**

DECLARO, para os devidos fins, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa com a contratação em curso, no(s) valor(es) abaixo descrito(s), tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

INFORMO, ademais, que o valor dispendido se encontra dentro do limite por ramo de atividade no exercício financeiro, em respeito aos ditames do art.75 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme quadro a seguir.

Descrição do item Descrever o item objeto da contratação.	Código PDM/Código do serviço Inserir código PDM do item OU o código do serviço	Saldo disponível para uso (R\$)* Fazer a subtração entre o limite de valor para dispensa de licitação e o valor já contratado. Neste sentido, esclareceremos conforme segue abaixo ("a" e "b")	Valor previsto nesta dispensa (R\$) Informar o valor previsto na contratação
SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO PARA A PROMOTORIA DE JUSTIÇA, AMBIENTAL DE VALENÇA, ACORDO COM O ORÇAMENTO	23795	R\$ 55.525,59	R\$ 11.400,00

a) Limite de valor:

- Obras e serviços de engenharia: R\$ 125.451,15 (2025)
- Outros serviços e compras: R\$ 62.725,59 (2025)

b) Valor contratado = Informação prestada na coluna "Código PDM / Código do Serviço".

INDICO os seguintes servidores para exercerem, respectivamente, as atribuições de gestão e fiscalização da contratação:

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	LUCIVANE LOPES DA SILVA MARQUES	
FISCAL ADMINISTRATIVO	MILLENA FONSECA DO NASCIMENTO	
SUPLENTE	ARMANDO JACKSON NOVAIS	
FISCAL TÉCNICO	MILLENA FONSECA DO NASCIMENTO	
SUPLENTE	ARMANDO JACKSON NOVAIS	

Havendo designação de fiscais setoriais e/ou auxiliares de fiscalização, indicar por meio de anexo ao presente formulário

Obs: Registra-se que o(a) servidor(a) indicado(a) como fiscal administrativo pode também exercer a função de fiscal técnico da mesma forma que seus suplentes.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente procedimento aos servidores supra relacionados, para manifestação formal sobre a indicação, no prazo de 01 (um) dia útil.

DADOS DO GESTOR ORÇAMENTÁRIO	
Nome Completo: CLÁUDIA DIDIER DE MORAIS PEREIRA SANTOS	Matrícula: 351930
Unidade Administrativa: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA	Cargo/Função: PROMOTORA DE JUSTIÇA COORDENADORA REGIONAL



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Didier de Moraes Pereira** - Promotora de Justiça, em 03/07/2025, às 12:26, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1583539** e o código CRC **96646102**.



MANIFESTAÇÃO

MEMÓRIA DE CÁLCULO - SALDO DISPONÍVEL PARA USO				
UNIDADE GESTORA:	0054 - NOME DA UNIDADE GESTORA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA			
CÓD PDM / CÓD SERVIÇO:	23795- SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO PARA A SEDE DA PJ ESPEC; MEIO AMBIENTE/ VALENÇA			
https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca				
LIMITE CONTRATAÇÃO 2025		RS 62.725,59		
PROCESSO SEI CONTRATAÇÃO	UNIDADE	VALOR CONTRATADO	VALOR EXECUTADO EM 2024	VALOR A SER EXECUTADO EM 2025
19.09.01158.0000176/2025-68	PJR/ VALENÇA- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GANDU	5.280,00	XXXXXXX	3.080,00
19.09.02658.0015502/2024-49	PJR/ VALENÇA- PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE/ VALENÇA	9.600,00	4.000,00	1.600,00
19.09.01158.0028154/2024-71	PJR/ VALENÇA- PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA (SEDE)	5.040,00	420,00	2.520,00
TOTAL 03		19.920,00	4.420,00	7.200,00
PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES 2025 - SOMENTE PREENCHER A PARTIR DA 2ª CONTRATAÇÃO DE 2025				
PROCESSO SEI CONTRATAÇÃO	UNIDADE	VALOR CONTRATADO	VALOR EXECUTADO + A SER EXECUTADO EM 2025	VALOR A SER EXECUTADO EM 2026
19.09.01158.0000176/2025-68	PJR/ VALENÇA- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GANDU	5.280,00	1.320,00 + 3.080,00	880,00
19.09.02658.0015502/2024-49	PJR/ VALENÇA- PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE/ VALENÇA	9.600,00	4.000,00+1.600,00	000000
19.09.01158.0028154/2024-71	PJR/ VALENÇA- PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA (SEDE)	5.040,00	2.100,00+ 2.520,00	000000
TOTAL 03		RS 19.920,00	RS + 7.200,00	RS 880,00
SALDO DISPONÍVEL PARA USO ATUALIZADO - 2025	=	RS 62.725,59	RS 0,00	RS 62.725,59



Documento assinado eletronicamente por **Lucivane Lopes da Silva Marques** - Gestora Administrativa IV, em 27/06/2025, às 10:01, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1583598** e o código CRC **9C9F9E8A**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Eu, Lucivane Lopes da Silva Marques, Gestora administrativa CMP IV, Matrícula 351718, Declaro que estou ciente e de acordo com a minha designação como **GESTORA DE CONTRATO** de acordo com com a manifestação do Gestor Orçamentário. (1583539)



Documento assinado eletronicamente por **Lucivane Lopes da Silva Marques** - Gestora Administrativa IV, em 26/06/2025, às 15:38, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1583859** e o código CRC **4DF63C7C**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Eu, ARMANDO JACKSON NOVAIS, Assistente Técnico Administrativo, Matrícula 352819, declaro que estou ciente e de acordo com a minha designação como Fiscal Administrativo do contrato, de acordo com a manifestação do Gestor Orçamentário. (1583539)



Documento assinado eletronicamente por **Armando Jackson Novais** - Assistente Técnico Administrativo, em 26/06/2025, às 16:38, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1583877** e o código CRC **AF7172FE**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Eu, Millena Fonseca do Nascimento, Assistente Técnico Administrativo, Matrícula 354103, declaro que estou ciente e de acordo com a minha designação como Fiscal Administrativo do contrato, de acordo com a manifestação do Gestor Orçamentário. (1583539)



Documento assinado eletronicamente por **Millena Fonseca Do Nascimento** - Assistente Técnico Administrativa, em 26/06/2025, às 16:53, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1584033** e o código CRC **5EB95F9D**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

À DCCL,

Encaminho expediente referente DL NÃO ELETRÔNICA DE CONTRATO PADRONIZADO, de **Segurança Eletrônica Monitorada, para a Sede da Promotoria Especializada em Meio Ambiente/ Valença, para fins de análise.**

OBS: Pendente de assinatura, a manifestação de Gestor orçamentário, tendo essa ciência da necessidade de assinatura com a maior brevidade possível.



Documento assinado eletronicamente por **Lucivane Lopes da Silva Marques** - Gestora Administrativa IV, em 01/07/2025, às 11:15, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1584743** e o código CRC **F0D8EC58**.

DESPACHO

Trata-se de procedimento de **dispensa de licitação não eletrônica**, instruído com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023, catalogada nesta unidade sob o nº **141/2025**, encaminhado pela **Promotoria de Justiça Regional de Valença**, para **prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença/BA, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses.**

Retornamos o presente expediente à **Unidade Demandante** informando que, após análise da instrução do processo em epígrafe, identificamos o que segue:

Na Minuta do Contrato:

01. No **preâmbulo**: solicitamos "mascarar" o nº do CPF do representante legal, conforme exemplo: 10*****83;

Na instrução do procedimento em geral:

02. A **certidão de regularidade Municipal** 1583193 vence em 14/07/2025. Recomendamos inclusão de certidão com novo período de validade;
03. A **certidão de regularidade Estadual** 1583193 venceu em 14/06/2025. Solicitamos inclusão de certidão com novo período de validade;
04. A **certidão de regularidade FGTS 1583226** vence em 07/07/2025. Recomendamos inclusão de certidão com novo período de validade;
05. O documento "Alvará de licença" 1583268 venceu em 05/03/2025, solicitamos a juntada do documento com nova data de validade;
06. As declarações de conformidade com a resolução 037/2009 do CNMP e de não emprego do menor estão assinadas por sócio não administrador. Solicita-se que as declarações sejam assinadas pelo representante da empresa;

Na "Manifestação -Gestor Orçamentário":

- 05.No documento "**Memória de cálculo - Saldo disponível para uso.ods**" (**1583598**): observamos divergência acerca dos valores indicados (onde constam informações "zeradas 000000" e com "XXX") que resultaram no valor de R\$ 62.725,59 (limite legal), em comparação a informação contida na "Manifestação -Gestor Orçamentário" no total de **R\$ 55.525,59** (doc 1583539)

Esclarecemos que o valor a ser informado é igual a **subtração entre o limite de valor para dispensa de licitação (R\$ 62.725,59) e o valor já contratado** (caso tenha sido contratado **anteriormente através da Lei Federal nº 14.133/2021**) com o mesmo ramo de atividade (código do serviço 23795). Neste sentido, solicitamos adequação das informações.

Chamamos atenção, ainda, que os processos estão informados em duplicidade. O Preenchimento da planilha deve contemplar os processos organizados por ano (na primeira parte, os do ano de 2024, sendo informados nas colunas respectivas os valores executados nos exercícios 2024 e 2025. Exemplificativamente:

Os processos 1909026580015502/2024-49 e 1909011580028154/2024-71 somente devem constar na primeira tabela. E o processo 190901158000176/2025-68 apenas na tabela relativa aos "PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES 2025".

Por fim, registramos que a utilização de caracteres que não sejam números ("XXX" - na primeira tabela e as "fórmulas" - 1.320,00 + 3080,00 - 4.000+1600) vão comprometer a fórmula criada por esta Coordenação (razão pela qual o valor indicado no campo "saldo disponível para uso atualizado -2025" não está compatível com as informações prestadas no documento "manifestação do Gestor".

06. A manifestação do servidor "Armando Jackson Novais" se refere à atuação como fiscal administrativo, entretanto o mesmo foi designado como suplente de fiscal administrativo e técnico;

07. A manifestação do servidor "Millena Fonseca do Nascimento" se refere à atuação como fiscal administrativo, entretanto a mesmo foi designada também como fiscal técnico;

Registramos, oportunamente, que é de suma importância acessar os documentos de instrução do processo via Base de Conhecimento do SEI, haja vista que os mesmos vem sofrendo atualizações face à novos entendimentos dos órgãos de assessoramento e controle, além da identificação de melhorias para o fluxo processual.

Orientamos, ainda, que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade.

Thalita Brito Caldas
Assistente técnico-administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 354.181

Paula Souza de Paula Marques
Assistente de Gestão III
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** - Assistente Técnico Administrativa, em 04/07/2025, às 15:43, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente de Gestão III, em 04/07/2025, às 15:45, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1592811** e o código CRC **DB645969**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Eu, ARMANDO JACKSON NOVAIS, Assistente Técnico Administrativo, Matrícula 352819, declaro que estou ciente e de acordo com a minha designação como suplente de fiscal administrativo e técnico do contrato, de acordo com a manifestação do Gestor Orçamentário. (1583539)



Documento assinado eletronicamente por **Armando Jackson Novais** - Assistente Técnico Administrativo, em 07/07/2025, às 09:21, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1594555** e o código CRC **405FA21B**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Eu, Millena Fonseca do Nascimento, Assistente Técnico Administrativo, Matrícula 354103, declaro que estou ciente e de acordo com a minha designação como **Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico**, do contrato, de acordo com com a manifestação do Gestor Orçamentário. (1583539)



Documento assinado eletronicamente por **Millena Fonseca Do Nascimento** - Assistente Técnico Administrativa, em 07/07/2025, às 09:42, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1594563** e o código CRC **06119E8E**.



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20253557759**

RAZÃO SOCIAL	
SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONI	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
058.898.949	05.452.852/0001-33

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 07/07/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.452.852/0001-33
Razão Social: SEGMAX SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA
Endereço: LRG SAO BENEDITO 146 / SAO BENEDITO / SANTO ANTONIO DE JESUS / BA / 44573-150

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/06/2025 a 26/07/2025

Certificação Número: 2025062707151221297544

Informação obtida em 30/06/2025 10:55:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticidade

ALVARÁ

FISCALIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO

2025

VALIDADE: 31/12/2025



Abrir Alvará

NOME: SEGMAX-SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA

CGA: 000.005.178/001-22

CGA Anterior: 631200179

CNPJ/CPF: 05.452.852/0001-33

FANTASIA: SEGMAX

ENDEREÇO: LRG SAO BENEDITO,138 - SÃO BENEDITO

44441314 - SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA

CNAE PRINCIPAL: 147 80.20-0/00 - ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA

CNAE TRIBUTÁRIO: 147 80.20-0/00 - ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA

DEMAIS CNAES:

1615 95.12-6/00 - SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

522 47.51-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

Sujeito a Fiscalização Sanitária: NÃO

Sujeito a Fiscalização Ambiental: NÃO

Data de Inscrição no Cadastro Municipal: 27/12/2002

Horário de Funcionamento: 08:00 às 18:00

Observações (Até 500 Caracteres):

A V I S O

Este Alvará de Funcionamento tem sua validade condicionada à apresentação, dentro dos prazos legais, dos seguintes documentos:
•Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) vigente, quando aplicável; •Licença Ambiental, quando aplicável;
•Licença Sanitária, quando exigida para a atividade; •Outros documentos complementares, conforme legislação municipal, estadual ou federal pertinente.

A não apresentação dos documentos mencionados no prazo estabelecido implicará na suspensão ou cassação deste Alvará, nos termos da legislação vigente. É de inteira responsabilidade do titular manter atualizada toda a documentação necessária ao exercício legal da atividade.

* Manter em lugar visível.



222d22d6ead5e5605a37d0af5cf4c868

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

Segmax Sistema de Segurança Eletrônica Monitorada, inscrita no CNPJ sob nº 05.452.852/001-33 por intermédio de seu representante legal, Sr. Ana Cristina Lordelo Teixeira de Souza,

DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo maior de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz.

Santo Antonio de Jesus, 07 de julho de 2025.

Ana Cristina Lordelo Teixeira de Souza
Ana Cristina Lordelo Teixeira de Souza

Monitoramento: 75 3631-0494 / 99148-0237
Administrativo: 75 99928-0237

Largo São Benedito, 146 - São Benedito - CEP 44.473-150
Santo Antônio de Jesus/BA

 Prêmio
Melhores
do Ano
2022

 20 ANOS
SEGMAX



MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO

MEMÓRIA DE CÁLCULO - SALDO DISPONÍVEL PARA USO				
UNIDADE GESTORA:	0054 - NOME DA UNIDADE GESTORA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA			
CÓD PDM / CÓD SERVIÇO:	23795- SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO PARA A SEDE DA PJ ESPEC; MEIO AMBIENTE/ VALENÇA			
https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca				
LIMITE CONTRATAÇÃO 2025	R\$ 62.725,59			
PROCESSO SEI CONTRATAÇÃO	UNIDADE	VALOR CONTRATADO	VALOR EXECUTADO EM 2024	VALOR A SER EXECUTADO EM 2025
19.09.02658.0015502/2024-49	PJR/ VALENÇA- PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE/ VALENÇA	9.600,00	4.000,00	1.600,00
19.09.01158.0028154/2024-71	PJR/ VALENÇA- PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA (SEDE)	5.040,00	420,00	2.520,00
TOTAL 02		14.640,00	4.420,00	4.125,00
PROCESSO SEI CONTRATAÇÃO	UNIDADE	VALOR CONTRATADO	VALOR EXECUTADO + A SER EXECUTADO EM 2025	VALOR A SER EXECUTADO EM 2026
19.09.01158.0000176/2025-68	PJR/ VALENÇA- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GANDU	5.280,00	1.320,00 3.080,00	880,00
TOTAL 01		R\$	R\$ 4.400,00	R\$ 880,00
SALDO DISPONÍVEL PARA USO ATUALIZADO - 2025		R\$ 62.725,59	R\$ 55.525,59	R\$ 880,00



Documento assinado eletronicamente por **Lucivane Lopes da Silva Marques** - Gestora Administrativa IV, em 07/07/2025, às 11:06, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1594819** e o código CRC **EAA86B78**.



MANIFESTAÇÃO - GESTOR ORÇAMENTÁRIO

AUTORIZO a realização da despesa, mediante contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** **DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO ELETRÔNICA**

Obs: Informar se é Eletrônica ou Não Eletrônica

DECLARO, para os devidos fins, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa com a contratação em curso, no(s) valor(es) abaixo descrito(s), tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

INFORMO, ademais, que o valor dispendido se encontra dentro do limite por ramo de atividade no exercício financeiro, em respeito aos ditames do art.75 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme quadro a seguir.

Descrição do item Descrever o item objeto da contratação.	Código PDM/Código do serviço Inserir código PDM do item OU o código do serviço	Saldo disponível para uso (R\$)* Fazer a subtração entre o limite de valor para dispensa de licitação e o valor já contratado. Neste sentido, esclareceremos conforme segue abaixo ("a" e "b")	Valor previsto nesta dispensa (R\$) Informar o valor previsto na contratação
SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO PARA A PROMOTORIA DE JUSTIÇA, AMBIENTAL DE VALENÇA, ACORDO COM O ORÇAMENTO	23795	R\$ 57.445,00	R\$ 11.400,00

a) Limite de valor:

- Obras e serviços de engenharia: R\$ 125.451,15 (2025)
- Outros serviços e compras: R\$ 62.725,59 (2025)

b) Valor contratado = Informação prestada na coluna "Código PDM / Código do Serviço".

INDICO os seguintes servidores para exercerem, respectivamente, as atribuições de gestão e fiscalização da contratação:

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	LUCIVANE LOPES DA SILVA MARQUES	
FISCAL ADMINISTRATIVO	MILLENA FONSECA DO NASCIMENTO	
SUPLENTE	ARMANDO JACKSON NOVAIS	
FISCAL TÉCNICO	MILLENA FONSECA DO NASCIMENTO	
SUPLENTE	ARMANDO JACKSON NOVAIS	

Havendo designação de fiscais setoriais e/ou auxiliares de fiscalização, indicar por meio de anexo ao presente formulário

Obs: Registra-se que o(a) servidor(a) indicado(a) como fiscal administrativo pode também exercer a função de fiscal técnico da mesma forma que seus suplentes.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente procedimento aos servidores supra relacionados, para manifestação formal sobre a indicação, no prazo de 01 (um) dia útil.

DADOS DO GESTOR ORÇAMENTÁRIO	
Nome Completo: CLÁUDIA DIDIER DE MORAIS PEREIRA SANTOS	Matrícula: 351930
Unidade Administrativa: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA	Cargo/Função: PROMOTORA DE JUSTIÇA COORDENADORA REGIONAL



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Didier de Moraes Pereira** - Promotora de Justiça, em 07/07/2025, às 13:25, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1594957** e o código CRC **9C4BC791**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Em atenção à manifestação (1592811), estando cumpridas as diligências solicitadas, ficando pendentes apenas a Certidão Municipal, uqe já foi solicitda, mas a Prefeitura ainda não liberou, ressaltando que a certidão que já consta no Processo ainda tem validade até 14/07/2025, e o Alvará Municipal 2025, também ja foi solicitado, conforme doc (1597475), aguardando a liberação da Prefeitura Municipal.



Documento assinado eletronicamente por **Lucivane Lopes da Silva Marques** - Gestora Administrativa IV, em 08/07/2025, às 11:20, conforme Ato Normativo n° 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1597488** e o código CRC **F86E008B**.



DESPACHO

Trata-se de procedimento de **dispensa de licitação não eletrônica**, instruído com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023, catalogada nesta unidade sob o nº **141/2025**, encaminhado pela **Promotoria de Justiça Regional de Valença**, para **prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença/BA, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses.**

Retornamos o presente expediente à **Unidade Demandante** informando que, após análise dos ajustes solicitados por esta Coordenação de nº 1592811, identificamos o que segue:

01. Considerando a informação contida na manifestação nº 1597488, **solicitamos a devolução do expediente apenas quando todas as diligências solicitadas tenham sido cumpridas**, ficamos no aguardo da:

- **Certidão de regularidade Municipal atualizada**, caso a necessidade de espera se estenda até 7 dias da sua validade, considerando o trâmite administrativo necessário até a autorização da contratação e coleta de assinatura das partes no contrato;
- Do documento "Alvará de licença" com nova data de validade;

02. A declaração de conformidade com a resolução 037/2009 do CNMP assinada pela sócia-administradora. Solicita-se que a declaração seja assinada pela representante da empresa;

03. No documento "**Memória de cálculo - Saldo disponível para uso**" (1594819): observamos divergência acerca dos valores indicados (onde constam informações "zeradas 000000" e com "XXX") que resultaram no valor de **R\$ 55.525,59**, em comparação a informação contida na "Manifestação -Gestor Orçamentário" no total de **R\$ 57.445,00** (doc 1594957)

Esclarecemos que o valor a ser informado é igual a **subtração entre o limite de valor para dispensa de licitação (R\$ 62.725,59) e o valor já contratado** (caso tenha sido contratado anteriormente através da Lei Federal nº 14.133/2021) com o mesmo ramo de atividade (código do serviço 23795). Neste sentido, solicitamos adequação das informações.

Por fim, registramos que a coluna "Valor executado + a ser utilizado executado em 2025" deve ser preenchida com o resultado total (sem colocar duas linhas de números), haja vista que esta forma de prestar a informação vai comprometer a fórmula criada por esta Coordenação. Esclarecemos que não devem ser informados dois números, mas o resultado desta soma (ao invés de informar "1.320,00 e 3.080,00" deve ser informado o resultado desta soma = R\$ 4.400,00). Registramos, ainda, que a planilha está configurada de modo que não devem ser incluídos caracteres que não sejam números. Assim, por exemplo, para incluir a informação do valor de R\$ 4.400,00, a unidade deve inserir os seguintes caracteres: 4400,00 (sem pontos ou símbolos).

Reiteramos, ainda, que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade.

Thalita Brito Caldas

Assistente técnico-administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 354.181

Paula Souza de Paula Marques

Assistente de Gestão III
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** - Assistente Técnico Administrativa, em 08/07/2025, às 16:38, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente de Gestão III, em 08/07/2025, às 16:38, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1598654** e o código CRC **35B98E85**.



MANIFESTAÇÃO

MEMÓRIA DE CÁLCULO - SALDO DISPONÍVEL PARA USO				
UNIDADE GESTORA:	0054 - NOME DA UNIDADE GESTORA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA			
CÓD PDM / CÓD SERVIÇO:	23795- SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO PARA A SEDE DA PJ ESPEC; MEIO AMBIENTE/ VALENÇA			
https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca				
LIMITE CONTRATAÇÃO 2025	R\$ 62.725,59			
PROCESSO SEI CONTRATAÇÃO	UNIDADE	VALOR CONTRATADO	VALOR EXECUTADO EM 2024	VALOR A SER EXECUTADO EM 2025
19.09.02658.0015502/2024-49	PJR/ VALENÇA- PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE/ VALENÇA	9600,00	4000,00	1600,00
19.09.01158.0028154/2024-71	PJR/ VALENÇA- PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA (SEDE)	5040,00	420,00	2520,00
TOTAL 02		14640,00	4420,00	4125,00
PROCESSO SEI CONTRATAÇÃO	UNIDADE	VALOR CONTRATADO	VALOR EXECUTADO + A SER EXECUTADO EM 2025	VALOR A SER EXECUTADO EM 2026
19.09.01158.0000176/2025-68	PJR/ VALENÇA- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GANDU	5280,00	1320,00 3080,00	880,00
TOTAL 01		R\$	R\$ 4400,00	R\$ 880,00
SALDO DISPONÍVEL PARA USO ATUALIZADO - 2025		R\$ 62725,59	R\$ 57445,59	R\$ 880,00



Documento assinado eletronicamente por **Lucivane Lopes da Silva Marques** - Gestora Administrativa IV, em 10/07/2025, às 11:02, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1599334** e o código CRC **40371CC9**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Em atenção à manifestação (1598654), informamos que a Certidão Municipal, já foi solicitada à Prefeitura, e antes do vencimento da que já consta no Processo, que tem validade até 14/07/2025., juntaremos uma nova Certidão atualizada, já em relação ao Alvará Municipal 2025, o documento já anexada, conforme doc (1597475), conforme contato com a Receita Fazendária Municipal, é um Alvará válido, de acordo com o novo layout da Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Jesus.



Documento assinado eletronicamente por **Lucivane Lopes da Silva Marques** - Gestora Administrativa IV, em 10/07/2025, às 11:13, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1601636** e o código CRC **C2FCFE8C**.

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

SEGMAX – Sistema de Segurança Eletrônica Monitorada LTDA ME sediada à Largo São Benedito, CEP 44.441-310, Santo Antonio de Jesus/Ba inscrita no CNPJ/CPF sob o número 05.452.852/0001-33, declara, nos termos da Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação para , decorrente de Dispensa de Licitação, que não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público do Estado da Bahia, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. Declara também estar ciente de que a referida vedação compreende o interregno entre a deflagração do procedimento de contratação e o período até 6 (seis) meses após a desincompatibilização do exercício dos respectivos cargos e funções, consoante Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP.

Santo Antonio de Jesus/BA, 25 de junho de 2025



Luciano Lordelo Teixeira de Souza

05.452.852/0001-33

SEGMAX- SISTEMA DE SEGURANÇA
ELETRONICA MONITORADA LTDA-ME

CPF: 448.301.905-82

Largo do São Benedito, nº 138

São Benedito - CEP: 44.573-150

Santo Antônio de Jesus- BA

Monitoramento: 75 3631-0494 / 99148-0237

Administrativo: 75 99928-0237

Largo São Benedito, 146 - São Benedito - CEP 44.473-150
Santo Antônio de Jesus/BA

Prêmio
Melhores
do Ano

2004 - 2005 - 2006 - 2007 - 2008 - 2009
2010 - 2011 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015
2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020 - 2021

2022

20 ANOS
SEGMAX



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: 05.452.852/0001-33
Razão Social: SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA
LTDA

Atividade Econômica Principal:

**8020-0/01 - ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA
ELETRÔNICO**

Endereço:

**LARGO SAO BENEDITO, 138 - SAO BENEDITO - 44.573-150 - Santo Antônio de Jesus /
Bahia**

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço <https://comprasnet.gov.br>.
Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

Emitido em: 11/07/2025 07:41

1 de 1



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.452.852/0001-33 DUNS®: 910038520
Razão Social: SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA
Nome Fantasia: SEGMAX
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 25/03/2026
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui pendências em um ou mais níveis de cadastramento. Para mais informações, utilize as funcionalidades de consulta disponíveis.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	06/10/2025	Automática
FGTS	Validade:	26/07/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	28/07/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	16/05/2024 (*)
Receita Municipal	Validade:	20/06/2024 (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade:	31/05/2024 (*)
-----------	----------------

Emitido em: 11/07/2025 07:41

1 de 1

Nome: THALITA BRITO CALDAS

Ass: _____



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.452.852/0001-33 DUNS®: 910038520
Razão Social: SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA
Nome Fantasia: SEGMAX
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: [REDAZIDO] Participação Societária: 80,00%
Nome: ANA CRISTINA LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: [REDAZIDO] Participação Societária: 10,00%
Nome: LUCIANO LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Sócio/Administrador 3

CPF:

[REDACTED]

Participação Societária: 10,00%

Nome:

LEANDRO LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 11/07/2025 07:42:40

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA**
CNPJ: **05.452.852/0001-33**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ANA CRISTINA LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA**

CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 07:43:18 do dia 11/07/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: EK68110725074318

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LUCIANO LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA**

CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 07:46:26 do dia 11/07/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: UUII110725074626

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LEANDRO LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA**

CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 07:47:57 do dia 11/07/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: Y9GE110725074757

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (11/07/2025 às 07:48) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6870.EC01.0E85.1913 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (11/07/2025 às 07:48) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6870.EC14.B9A6.7932 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (11/07/2025 às 07:49) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>




Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6870.EC28.B923.F952 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 07/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 07/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 07/2025 (Diário Oficial da União - CEAF) , 07/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 07/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS)

Dados da consulta: 11/07/2025 07:49:32

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado:   

Consulta

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
----------	----------	---------------------	-----------------	---------------	-----------------------------	------------------	------------------------------	----------------	------------

Nenhum registro encontrado

Comprasnet.Ba**Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar**

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica

CPF/CNPJ: 05452852000133

Tipo de Suspensão: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

[Voltar](#)

Governo do Estado da Bahia

Comprasnet.Ba**Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar**

Natureza Jurídica: Pessoa Física

CPF/CNPJ: ██████████

Tipo de Suspensão: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

[Voltar](#)

Governo do Estado da Bahia

Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física

CPF/CNPJ: ██████████

Tipo de Suspensão: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

[Voltar](#)



Governo do Estado da Bahia

Comprasnet.Ba**Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar**

Natureza Jurídica: Pessoa Física

CPF/CNPJ: ██████████

Tipo de Suspensão: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

[Voltar](#)

Governo do Estado da Bahia



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que as certidões de regularidade fiscal federal, estadual, municipal, do FGTS e trabalhista da empresa pretendida contratada, **SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA**, CNPJ nº 05.452.852/0001-33, **encontram-se válidas**, bem assim que inexistem registros de aplicação de sanções administrativas de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública da referida empresa, ou de seus sócios, conforme documento anexo (doc 1602695).

Ressaltamos, ademais, que, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Thalita Brito Caldas
Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Mat.354.181



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** - Assistente Técnico Administrativa, em 11/07/2025, às 08:08, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1602703** e o código CRC **B0F3523E**.



DESPACHO

Trata-se de procedimento de **dispensa de licitação não eletrônica**, instruído com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023, catalogada nesta unidade sob o nº **141/2025**, encaminhado pela **Promotoria de Justiça Regional de Valença**, para **prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença/BA, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses.**

Retornamos o presente expediente à **Unidade Demandante** informando que, após análise dos ajustes solicitados por esta Coordenação de nº 1598654, identificamos o que segue:

01. Considerando a informação contida na manifestação nº 1601636, **solicitamos a devolução do expediente apenas quando todas as diligências solicitadas tenham sido cumpridas**, ficamos no aguardo da:

- **Certidão de regularidade Municipal atualizada**, ainda que conste certidão válida, considerando que a unidade já realizou a solicitação de uma nova certidão;

02. A declaração de conformidade com a resolução 037/2009 do CNMP foi nomeada como "Alvará de funcionamento", solicitamos a correção na menção do documento na árvore do processo;

03.No documento "**Memória de cálculo - Saldo disponível para uso**" (1599334): **visando facilitar a compreensão, realizamos o preenchimento do documento modelo com as informações prestadas pela unidade solicitante e a própria planilha (que possui fórmulas para facilitar o cálculo final) nos forneceu o seguinte resultado:**

LIMITE CONTRATAÇÃO 2025		RS 62.725,59			
PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES 2024					
PROCESSO SEI CONTRATAÇÃO	UNIDADE	VALOR CONTRATADO	VALOR EXECUTADO EM 2024	VALOR A SER EXECUTADO EM 2025	
18.09.02858.0015502/2024-49	PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA	R\$ 3.600,00	R\$ 4.000,00	R\$ 5.600,00	
18.09.01158.0028154/2024-71	PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA	R\$ 5.040,00	R\$ 420,00	R\$ 4.620,00	
TOTAL		R\$ 14.640,00	R\$ 4.420,00	R\$ 10.220,00	
SALDO DISPONÍVEL PARA USO EM 2025		RS 62.725,59	-	RS 10.220,00	RS 52.505,59
PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES 2025 - SOMENTE PREENCHER A PARTIR DA 2ª CONTRATAÇÃO DE 2025					
PROCESSO SEI CONTRATAÇÃO	UNIDADE	VALOR CONTRATADO	VALOR EXECUTADO + A SER EXECUTADO EM 2025	VALOR A SER EXECUTADO EM 2026	
19.09.01158.0000178/2025-88	PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA	R\$ 5.280,00	R\$ 4.400,00	R\$ 880,00	
TOTAL		R\$ 5.280,00	R\$ 4.400,00	R\$ 880,00	
SALDO DISPONÍVEL PARA USO ATUALIZADO - 2025		=	RS 52.505,59	RS 4.400,00	RS 48.105,59

Com isto, observamos divergência acerca do valor obtido de **RS 48.105,59**, em comparação a informação contida na "Manifestação - Gestor Orçamentário" no total de **RS 55.525,59** (doc 1583539). Solicitamos que a unidade proceda com a juntada do documento "memória de cálculo" devidamente corrigida, bem como, que seja acostada ao procedimento nova "Manifestação -Gestor Orçamentário", contendo, a correção na indicação do "saldo disponível para uso (R\$)".

Reiteramos, ainda, que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade.

Thalita Brito Caldas
Assistente técnico-administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 354.181

Paula Souza de Paula Marques
Assistente de Gestão III
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** - Assistente Técnico Administrativa, em 11/07/2025, às 11:46, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente de Gestão III, em 11/07/2025, às 11:46, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1602706** e o código CRC **CE3B5E50**.



CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Nº 00000100/2025

Emissão: 09/07/2025

Validade: 07/10/2025

SEGMAX-SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA L

CGA: 000.005.178/001-22

CPF/CNPJ: 05.452.852/0001-33

CNAE: 8020-0/00

LRG SAO BENEDITO,138

SÃO BENEDITO

44441314 - SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO EM PETIÇÃO PROTOCOLADA NESTE ÓRGÃO E, RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE INSCREVER E COBRAR DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA OS DEVIDOS FINS DE DIREITO, QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA INSCRITA NESTA REPARTIÇÃO, VERIFICOU-SE A INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS RELATIVOS À INSCRIÇÃO ACIMA, E PARA CONSTAR, DETERMINEI QUE FOSSE EXTRAÍDA ESTA CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

OBS:QUALQUER RASURA OU EMENDA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO.

Validação Web:

Emissor: VIA WEB



00220250000010000002330792



MANIFESTAÇÃO

MEMÓRIA DE CÁLCULO - SALDO DISPONÍVEL PARA USO				
UNIDADE GESTORA:	0054 - NOME DA UNIDADE GESTORA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA			
CÓD PDM / CÓD SERVIÇO:	23795- SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO PARA A SEDE DA PJ ESPEC; MEIO AMBIENTE/ VALENÇA			
LIMITE CONTRATAÇÃO 2025		R\$ 62.725,59		
PROCESSO SEI CONTRATAÇÃO	UNIDADE	VALOR CONTRATADO	VALOR EXECUTADO EM 2024	VALOR A SER EXECUTADO EM 2025
19.09.02658.0015502/2024-49	PJR/ VALENÇA- PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE/ VALENÇA	R\$ 9.600,00	R\$ 4.000,00	R\$ 5.600,00
19.09.01158.0028154/2024-71	PJR/ VALENÇA- PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA (SEDE)	R\$ 5.040,00	R\$ 420,00	R\$ 4.620,00
TOTAL		R\$ 14.640,00	R\$ 4.420,00	R\$ 10.220,00
SALDO DISPONÍVEL PARA USO EM 2025	R\$ 62.725,59	-	R\$ 10.220,00	R\$ 52.505,59
PROCESSO SEI CONTRATAÇÃO	UNIDADE	VALOR CONTRATADO	VALOR EXECUTADO + A SER EXECUTADO EM 2025	VALOR A SER EXECUTADO EM 2026
19.09.01158.0000176/2025-68	PJR/ VALENÇA- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GANDU			
TOTAL		R\$ 5.280,00	R\$ 4.420,00	R\$ 880,00
SALDO DISPONÍVEL PARA USO ATUALIZADO - 2025	R\$ 52,505,59		R\$ 4.420,00	R\$ 48.105,59



Documento assinado eletronicamente por **Lucivane Lopes da Silva Marques** - Gestora Administrativa IV, em 14/07/2025, às 15:43, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.systems.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1605873** e o código CRC **02077365**.



MANIFESTAÇÃO - GESTOR ORÇAMENTÁRIO

AUTORIZO a realização da despesa, mediante contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** **DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO ELETRÔNICA**

Obs: Informar se é Eletrônica ou Não Eletrônica

DECLARO, para os devidos fins, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa com a contratação em curso, no(s) valor(es) abaixo descrito(s), tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

INFORMO, ademais, que o valor dispendido se encontra dentro do limite por ramo de atividade no exercício financeiro, em respeito aos ditames do art.75 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme quadro a seguir.

Descrição do item Descrever o item objeto da contratação.	Código PDM/Código do serviço Inserir código PDM do item OU o código do serviço	Saldo disponível para uso (R\$)* Fazer a subtração entre o limite de valor para dispensa de licitação e o valor já contratado. Neste sentido, esclareceremos conforme segue abaixo ("a" e "b")	Valor previsto nesta dispensa (R\$) Informar o valor previsto na contratação
Descrição do item Descrever o item objeto da contratação.	Código PDM/Código do serviço Inserir código PDM do item OU o código do serviço	Saldo disponível para uso (R\$)* Fazer a subtração entre o limite de valor para dispensa de licitação e o valor já contratado. Neste sentido, esclareceremos conforme segue abaixo ("a" e "b")	Valor previsto nesta dispensa (R\$) Informar o valor previsto na contratação
SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO PARA A PROMOTORIA DE JUSTIÇA, AMBIENTAL DE VALENÇA, ACORDO COM O ORÇAMENTO	23795	R\$ 52.505,59	R\$ 11.400,00

Obs: Incluir quantas linhas forem necessárias, a fim de constarem todos os itens da dispensa

a) Limite de valor:

- Obras e serviços de engenharia: R\$ 125.451,15 (2025)
- Outros serviços e compras: R\$ 62.725,59 (2025)

b) Valor contratado = Informação prestada na coluna "Código PDM / Código do Serviço".

INDICO os seguintes servidores para exercerem, respectivamente, as atribuições de gestão e fiscalização da contratação:

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	LUCIVANE LOPES DA SILVA MARQUES	351718
FISCAL ADMINISTRATIVO	MILLENA FONSECA DO NASCIMENTO	354103
SUPLENTE	ARMANDO JACKSON NOVAIS	352819
FISCAL TÉCNICO	MILLENA FONSECA DO NASCIMENTO	354103
SUPLENTE	ARMANDO JACKSON NOVAIS	352819

Havendo designação de fiscais setoriais e/ou auxiliares de fiscalização, indicar por meio de anexo ao presente formulário

Obs: Registra-se que o(a) servidor(a) indicado(a) como fiscal administrativo pode também exercer a função de fiscal técnico da mesma forma que seus suplentes.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente procedimento aos servidores supra relacionados, para manifestação formal sobre a indicação, no prazo de 01 (um) dia útil.

DADOS DO GESTOR ORÇAMENTÁRIO	
Nome Completo: CLÁUDIA DIDIER DE MORAIS PEREIRA SANTOS	Matrícula: 351930
Unidade Administrativa: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA	Cargo/Função: PROMOTORA DE JUSTIÇA COORDENADORA REGIONAL



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Didier de Moraes Pereira** - Promotora de Justiça, em 15/07/2025, às 19:51, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1605636** e o código CRC **85F297AC**.

19.09.01158.0016964/2025-20

1605636v1

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - www.mpba.mp.br



DESPACHO

Trata-se de procedimento de **dispensa de licitação não eletrônica**, instruído com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023, catalogada nesta unidade sob o nº **141/2025**, encaminhado pela **Promotoria de Justiça Regional de Valença**, para **prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença/BA, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses.**

Retornamos o presente expediente à **Unidade Demandante** informando que, após análise dos ajustes solicitados por esta Coordenação no despacho de saneamento de nº 1602706, identificamos o que segue:

01. Considerando a divergência acerca do valor obtido de **R\$ 48.105,59 (1605873)**, em comparação a informação contida na "Manifestação -Gestor Orçamentário" (1605636) no total de **R\$ 52.505,59** (doc 1583539). Solicitamos que a unidade proceda com a juntada do documento "memória de cálculo" devidamente corrigida, bem como, que seja acostada ao procedimento nova "Manifestação -Gestor Orçamentário", contendo, a correção na indicação do "saldo disponível para uso (R\$)".

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade.

Thalita Brito Caldas

Assistente técnico- administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 354.181

Paula Souza de Paula Marques

Assistente de Gestão III
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** - Assistente Técnico Administrativa, em 18/07/2025, às 09:54, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente de Gestão III, em 18/07/2025, às 09:56, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1613002** e o código CRC **36116479**.



MANIFESTAÇÃO - GESTOR ORÇAMENTÁRIO

AUTORIZO a realização da despesa, mediante contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** **DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO ELETRÔNICA**

DECLARO, para os devidos fins, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa com a contratação em curso, no(s) valor(es) abaixo descrito(s), tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

INFORMO, ademais, que o valor dispendido se encontra dentro do limite por ramo de atividade no exercício financeiro, em respeito aos ditames do art.75 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme quadro a seguir.

Descrição do item Descrever o item objeto da contratação.	Código PDM/Código do serviço Inserir código PDM do item OU o código do serviço	Saldo disponível para uso (R\$)* Fazer a subtração entre o limite de valor para dispensa de licitação e o valor já contratado. Neste sentido, esclareceremos conforme segue abaixo ("a" e "b")	Valor previsto nesta dispensa (R\$) Informar o valor previsto na contratação
SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO PARA A PROMOTORIA DE JUSTIÇA, AMBIENTAL DE VALENÇA, ACORDO COM O ORÇAMENTO	23795	R\$ 48.105,59	R\$ 11.400,00

a) Limite de valor:

- Obras e serviços de engenharia: R\$ 125.451,15 (2025)
- Outros serviços e compras: R\$ 62.725,59 (2025)

b) Valor contratado = Informação prestada na coluna "Código PDM / Código do Serviço".

INDICO os seguintes servidores para exercerem, respectivamente, as atribuições de gestão e fiscalização da contratação:

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	LUCIVANE LOPES DA SILVA MARQUES	[REDACTED]
FISCAL ADMINISTRATIVO	MILLENA FONSECA DO NASCIMENTO	
SUPLENTE	ARMANDO JACKSON NOVAIS	
FISCAL TÉCNICO	MILLENA FONSECA DO NASCIMENTO	
SUPLENTE	ARMANDO JACKSON NOVAIS	

Havendo designação de fiscais setoriais e/ou auxiliares de fiscalização, indicar por meio de anexo ao presente formulário

Obs: Registra-se que o(a) servidor(a) indicado(a) como fiscal administrativo pode também exercer a função de fiscal técnico da mesma forma que seus suplentes.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente procedimento aos servidores supra relacionados, para manifestação formal sobre a indicação, no prazo de 01 (um) dia útil.

DADOS DO GESTOR ORÇAMENTÁRIO	
Nome Completo: CLÁUDIA DIDIER DE MORAIS PEREIRA SANTOS	Matrícula: [REDACTED]
Unidade Administrativa: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA	Cargo/Função: PROMOTORA DE JUSTIÇA COORDENADORA REGIONAL



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Didier de Moraes Pereira** - Promotora de Justiça, em 18/07/2025, às 17:30, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1613406** e o código CRC **BC4FFD7E**.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.452.852/0001-33
Razão Social: SEGMAX SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA
Endereço: LRG SAO BENEDITO 146 / SAO BENEDITO / SANTO ANTONIO DE JESUS / BA / 44573-150

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/07/2025 a 14/08/2025

Certificação Número: 2025071609121221297573

Informação obtida em 31/07/2025 07:54:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

DESPACHO

Trata-se de procedimento de **dispensa de licitação não eletrônica**, instruído com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023, catalogada nesta unidade sob o nº **141/2025**, encaminhado pela **Promotoria de Justiça Regional de Valença**, para **prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença/BA, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses.**, conforme informações contidas no Documento de Formalização da Demanda (doc 1567854) e no Termo de Referência (doc 1567036).

De acordo com os documentos constantes nos autos, fora realizada pesquisa de preço, sendo obtida apenas 01 (uma) proposta, conforme justificativa contida na Tabela de Preços Orçados (doc 1585330). Deste modo, a proposta mais vantajosa para a Instituição é a da empresa **SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA**, CNPJ nº 05.452.852/0001-33, pelo preço total de **R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais)**, conforme proposta .

É válido salientar que o Contrato nº 084/2024 foi celebrado com a mesma empresa, SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA, sendo o preço global praticado no valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) equivalente a prestação dos serviços no período de 01/08/2024 a 31/07/2025.

Registra-se que, apesar dos esforços da Unidade Gestora em reduzir o valor da prestação dos serviços, houve uma **majoração de 18,75%** no Contrato atual em relação ao contrato anteriormente celebrado.

Observa-se que a unidade apresentou motivação para não realização da dispensa na forma eletrônica, conforme item 2.1.1 do Termo de Referência (doc 1567036).

A vigência sugerida para a contratação tem início em 01/08/2025 e término em 31/07/2026.

Registra-se que as despesas correrão por conta da **Unidade Gestora 40.101/0054 – Promotoria de Justiça Regional de Valença**, conforme Declaração - Executor Orçamentário (doc 1583215).

É válido salientar, ainda, que se trata de contratação cuja análise da Assessoria Jurídica encontra-se dispensada, conforme disposto no artigo 17, I do Ato Normativo 048/2024, tendo sido observados os balizadores definidos no parecer sistêmico 043/2024, procedimento SEI 19.09.02328.0001130/2024-44, para contratação por Dispensa padronizada de Licitação, fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021, conforme segue abaixo detalhado:

1. Necessidade de atentar-se ao artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual exige de maneira obrigatória os seguintes documentos:

- a) Documento de Formalização da Demanda;
- b) Estimativa da despesa - cotação com fornecedores;
- c) parecer jurídico e pareceres técnicos - dispensável;
- d) demonstração da compatibilidade dos recursos orçamentários - conforme declaração do executor orçamentário e manifestação do gestor orçamentário;
- e) Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima (sendo facultada a qualificação técnica) - conforme documentos de habilitação jurídica e certidões anexadas aos autos;
- f) razão da escolha do contratado - conforme tabela de preços orçados;
- g) justificativa do preço - menor preço, conforme tabela de preços orçados e termo de referência;
- h) autorização da autoridade competente - conforme manifestação do gestor orçamentário;

2. Na oportunidade, a Assessoria pontuou a necessidade da seguinte complementação da instrução, os quais seguem abaixo indicados com a respectiva indicação do cumprimento pela Unidade demandante:

- a) Que a unidade Gestora apresente a justificativa da escolha dos fornecedores para fins de realização da pesquisa, conforme consta da Tabela de Preços Orçados;
- b) A juntada de declaração de que a empresa a ser contratada cumpre o art 7º, XXXIII da CF/1988, bem como declaração exigida pela Resolução CNMP nº 37/2009 - anexadas ao presente;
- c) Houve realização de publicação do aviso no Portal do MPBA - documentos anexados ao presente;
- d) Que o setor responsável pelo pagamento informe se há possibilidade de pagamento por meio de cartão de pagamento e, em caso negativo, justifique nos autos a impossibilidade - manifestação DICOFIN 0938722 acostada no procedimento SEI 19.09.02335.0000379/2024-63;
- e) Que a unidade demandante se manifeste acerca da previsão da despesa no Plano de Contratações Anual - PCA, considerando o quanto estabelecido no art. 15 do Ato Normativo nº 004/2024 - conforme Documento de Formalização da Demanda, a unidade indicou a previsão da contratação no PCA da respectiva Unidade Gestora.

Registra-se que após análise da instrução do processo em epígrafe com base nos parâmetros acima delineados, verifica-se que o mesmo está em conformidade, resguardando-se a responsabilidade pelas informações prestadas por cada uma das unidades envolvidas.

Caso a decisão do Superintendente seja pela autorização da referida contratação, **solicitamos informar um número de portaria** para designação de gestor e fiscalização da contratação, tendo em vista os servidores indicados na Manifestação do Ordenador de Despesas.

Diante do exposto, encaminhamos o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa para análise e deliberação. Registramos, especialmente, a necessidade de elaboração de **manifestação decisiva/autorização** a fim de que possamos dar cumprimento à publicação da mesma no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Thalita Brito Caldas
Assistente de técnico-administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 354.181



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** - Assistente Técnico Administrativa, em 31/07/2025, às 08:18, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1629892** e o código CRC **D34E9838**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Promotoria de Justiça Regional de Valença,

De ordem do Superintendente de Gestão Administrativa, retorne-se o presente expediente para que justifique o valor do contrato anterior de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) para R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).



Documento assinado eletronicamente por **Lais Silva dos Reis** - Assessora Administrativa I, em 31/07/2025, às 14:30, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1630891** e o código CRC **EDAC6009**.



SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRÔNICA MONITORADA
SEGMAXMONITORADA.COM.BR
ALARME MONITORADO - VIDEO MONITORAMENTO

Justificativa de Majoração no valor do Orçamento para Contrato

Cliente: Ministério Público de Valença
Contato: Sra. Lucivane
Assunto: Justificativa referente orçamento apresentado

O sistema de alarme e câmera foram dispostos no ano anterior para utilização da internet já existente na promotoria, pois não fazia sentido ter custo com mais um provedor, porém não foi permitido a utilização para a transmissão de dados do alarme e imagens do sistema de CFTV. Com isso, para o funcionamento adequado e transmissão das imagens nós custeamos a contatação de um provedor local pois o processo já estava pronto.

Já após termos ciência da forma que deveríamos ajustar o serviço já com a contratação de um provedor nós incluímos o valor do provedor de internet para o ano de atual junto com o valor absorvido por nós no ano anterior.

Isso posto, justificamos a majoração do valor anterior em relação ao valor atual.

Atenciosamente,


Luciano Lordeo Teixeira de Souza

05.452.852/0001-33

SEGMAX- SISTEMA DE SEGURANÇA
ELETRÔNICA MONITORADA LTDA-ME
CPF: 448.301.905-82

Largo do São Benedito, nº 138
São Benedito - CEP: 44.573-150

└ Santo Antônio de Jesus- BA ┘

Santo Antônio de Jesus, 31 de julho de 2025

📞 MONITORAMENTO: 75 3631-0494 / 98148-0237

📱 COMERCIAL: 75 99928-0237

📷 segmaxmonitorada


Prêmio
Melhores
do Ano

2020 - 2021

Largo São Benedito, 146 - São Benedito; CEP: 44.573-150; Santo Antônio de Jesus - Bahia



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Ciente e de acordo com a justificativa(1631502)



Documento assinado eletronicamente por **Lucivane Lopes da Silva Marques** - Gestora Administrativa IV, em 31/07/2025, às 16:51, conforme Ato Normativo n° 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Millena Fonseca Do Nascimento** - Assistente Técnico Administrativa, em 01/08/2025, às 10:47, conforme Ato Normativo n° 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1631505** e o código CRC **50C02A2E**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

À DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios,

Considerando a instrução processual, com fundamento nas Leis Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023, bem como as informações prestadas por essa Coordenação (doc. 1629892), autorizo a dispensa de licitação, catalogada nessa unidade sob nº 141/2025, em favor da empresa **SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA**, CNPJ nº 05.452.852/0001-33, pelo preço total de **R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais)**, conforme proposta, para **prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença/BA, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses.**, conforme informações contidas no Documento de Formalização da Demanda (doc. 1567854) e no Termo de Referência (doc. 1567036).

Em tempo, informo o número da Portaria - 412 /2025, relativa às indicações de gestor e fiscais da contratação.

Diante do exposto, encaminhe-se o presente expediente para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 31/07/2025, às 17:06, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.systemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1631526** e o código CRC **D30A73D5**.

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 153/2025

Última atualização 01/08/2025

Local: Salvador/BA **Órgão:** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Unidade compradora: 926302 - EBA - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DA BAHIA

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 01/08/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 04142491000166-1-000207/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença/BA, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses.

Informação complementar:

UG: 40.101//0054 – Promotoria de Justiça Regional de Valença, Dispensa de Licitação nº 141/2025

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 11.400,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 11.400,00

[Itens](#)[Arquivos](#)[Histórico](#)

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - Orgânica -24 Horas Diurnas Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - Orgânica -24 Horas Diurnas	12	R\$ 950,00

Exibir:

1-1 de 1 itens

Página:

< >

[Voltar](#)

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



Contratações e Outros Ajustes *Dispensa de Licitação nº 141/2025* foi atualizado.

Dispensa de Licitação nº 141 /2025

Enviado por thalita.caldas em ter, 10/06/2025 - 14:38

Processo nº:

19.09.01158.0016964/2025-20

Tipo:

Dispensa de Licitação

Data:

terça-feira, Junho 10, 2025 - 14:30

Objeto:

Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença/BA, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses.

Fundamentação legal:

Art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021

Informações gerais:


Unidade Orçamentária / Gestora: 40.101/0054 - Promotoria de Justiça Regional de Valença

Data da Publicação do Aviso: 10/06/2025

Link da Publicação no PNCP - Ato que autoriza a contratação: <https://pncp.gov.br/app/editais/04142491000166/2025/207>

Arquivos:



 [Aviso de Dispensa de Licitação](#)

 [Termo de Referência](#)

 [Minuta do contrato](#)

 [Modelo de proposta](#)

 [Autorização](#)





CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA SEGMAX – SEGURANÇA ELETRÔNICA MONITORADA LTDA ME, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº 100/2025 - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia-CAB, Salvador-BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA SEGMAX – Segurança Eletrônica Monitorada LTDA ME**, CNPJ nº. 05.452.852/0001-33, estabelecida à Largo São Benedito, 146, São Benedito, Santo Antônio de Jesus/BA, CEP 44.441-310, representada por **Ana Cristina Lordelo Teixeira de Souza**, doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/Ba nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no Processo de Dispensa de Licitação nº 141/2025, protocolado sob o nº 19.09.01158.0016964/2025-20, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria **para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença 24** (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, conforme condições estabelecidas neste instrumento, observando-se ainda:

1.2 Os equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços serão disponibilizados pela Contratada, em regime de comodato, conforme abaixo listado:

DESCRIÇÃO Equipamentos que compõem o sistema de vigilância	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Central de Alarme 18 zonas com teclado e GPRS	unidade	01
Sensor Pet 20kg	unidade	10
Chip de M2M	unidade	01
Bateria 12v	unidade	01
Sirene 120 db	unidade	02
Gravador digital (DVR) 8 canais	unidade	01
Câmera Bullet	unidade	08
HD 1 Tb	unidade	01
Conector BNC mola	unidade	16
Conector P4 Macho	unidade	08
Conector PE Fêmea	unidade	01
Caixa de sobrepor	unidade	08
Fonte de alimentação	unidade	01

1.3 Os serviços objeto do presente contrato compreendem, ainda, a completa e perfeita instalação e manutenção do sistema de monitoramento eletrônico fornecido.

1.4 A **CONTRATADA** se declara em condições de prestar o serviço objeto deste instrumento em estrita observância com o disposto neste contrato

1.5 A assinatura do presente instrumento contratual, pela **CONTRATADA**, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA

Integram o presente contrato, vinculando esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, a proposta da contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados, além das condições estabelecidas no ato de autorização da Dispensa de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste

instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de prazo de vigência do presente Contrato é de **12 (doze) meses, a começar em 01 de agosto de 2025 e a terminar em 31 de julho de 2026**, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021, e será formalizada por termo aditivo;

3.1.1 A prorrogação de que trata este dispositivo é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**;

3.1.2 A prorrogação do prazo de vigência contratual fica condicionada, ademais, à disponibilidade orçamentária, devidamente declarada pela Unidade Gestora do recurso nos autos do procedimento administrativo correspondente.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

4.1 O Regime de execução do presente contrato é de Execução Indireta, na modalidade empreitada por preço global;

4.2 Os serviços objeto deste Contrato serão prestados com a utilização de sistema de monitoramento eletrônico, que possibilite o recebimento pela **CONTRATADA**, via linha telefônica ou via internet, de sinal de alarme proveniente dos equipamentos instalados na Promotoria de Justiça indicada na **Cláusula Primeira**;

4.3 A **CONTRATADA** deverá providenciar a implantação de todo o sistema de segurança com a instalação dos equipamentos próprios em comodato, em condições de uso e segurança, bem como a disponibilização dos serviços objeto do presente processo, de modo a garantir a plena execução dos serviços quando do início da vigência contratual;

4.4 A **CONTRATADA** deverá fornecer todo o equipamento necessário para a prestação do serviço contratada em regime de comodato à exemplo de sensores, centrais, expansores, teclados, sirenes, **internet local**, baterias, fios, suportes para sensor e demais equipamentos e materiais necessários para a execução do objeto;

4.4.1 Os equipamentos instalados nas dependências do **CONTRATANTE** deverão ser novos e atender aos padrões técnicos das normas vigentes;

4.4.2 Substituições eventuais de equipamentos e/ou componentes (de forma corretiva ou preventiva) serão de responsabilidade da empresa **CONTRATADA**, sem ônus adicional ao **CONTRATANTE**;

4.5 O **CONTRATANTE** deverá designar as pessoas que terão acesso aos equipamentos, para que a **CONTRATADA** possa orientá-las e treiná-las, a fim de que estejam habilitadas à correta utilização do sistema eletrônico de segurança objeto desta contratação;

4.5.1 O treinamento deverá ocorrer após a entrega formal do sistema eletrônico de alarme, em data previamente designada e devidamente ajustada com o **CONTRATANTE**;

4.6 A execução contratual não poderá sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, operando-se 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana;

4.7 Quando do início da execução contratual, as partes deverão indicar os contatos telefônicos (fixo e celular) utilizados na execução deste contrato, incumbindo-lhes informar de imediato quaisquer alterações dos mesmos;

4.8 Diante do recebimento do sinal de alarme, deverá a **CONTRATADA**, imediatamente, adotar as seguintes providências, independentes entre si:

4.8.1 Contatar, via telefone, preposto(s) do **CONTRATANTE** previamente indicado(s) para tal finalidade;

4.8.2 Dar aviso à autoridade policial, mediante contato telefônico, acusando o recebimento de um sinal de alarme remoto;

4.9 No caso de ocorrer acionamento acidental de alarme, o **CONTRATANTE** deverá comunicar o fato imediatamente à **CONTRATADA**, por telefone, declinando a sua senha;

4.10 A **CONTRATADA** deverá fornecer relatórios a respeito do funcionamento do sistema do alarme, compreendendo todas as informações de registro de acionamento e desativação de alarme bem como de violações no local, o qual deverá ser enviado via e-mail à Promotoria de Justiça indicada na **cláusula primeira**, sempre que reputar necessário ou quando houver solicitação do **CONTRATANTE**;

4.11 É responsabilidade do **CONTRATANTE**:

4.11.1 Providenciar a perfeita manutenção da sua linha telefônica ou do recurso de internet, para garantir a transmissão adequada dos sinais para a estação monitora a **CONTRATADA**;

4.11.2 Armar e desarmar o seu sistema de segurança eletrônica;

4.11.3 Comunicar previamente à **CONTRATADA** sobre a realização de testes nos dispositivos de segurança (ou outras atitudes semelhantes) que possam gerar a recepção de alarme;

4.11.4 Manter os sensores e equipamentos instalados pela **CONTRATADA** nas mesmas posições e locais, a fim de evitar comprometimento da área protegida pelo sistema;

4.12 Os equipamentos cedidos em regime de comodato deverão ser retirados pela **CONTRATADA** imediatamente após o encerramento contratual, independentemente de notificação pelo **CONTRATANTE**;

4.12.1 A inércia da **CONTRATADA** na retirada dos equipamentos dentro do prazo não caracterizará, em nenhuma hipótese, responsabilidade do **CONTRATANTE** sobre os mesmos, nem ensejará qualquer tipo de indenização ou pagamento adicional;

4.13 Quaisquer serviços abrangidos na execução contratual deverão ser realizados por profissional(s) que possua(m) capacitação técnica compatível com as atividades que lhe(s) forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar o(s) mesmo(s) quanto às suas obrigações e afazeres;

4.14 Os serviços devem ser executados em conformidade com as normas de segurança, qualidade e proteção ao meio ambiente que regulamentam a atividade;

4.15 Não haverá empregados da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 O recebimento provisório dos serviços realizados ficará sob a incumbência do fiscal do contrato, e se dará mediante termo, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da entrega da fatura, com a discriminação dos serviços efetivamente realizados;

5.2 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.2.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.2.2 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 5.2.1, assegurado à **CONTRATADA** a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço;

5.2.3 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratada, fica a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório;

5.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1 O preço mensal estabelecido para plena execução do objeto contratual é de **R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)**;

6.2 Dá-se ao presente Contrato o valor anual de **11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais)** equivalente à prestação de serviços pelo período de 12 (doze) meses, e global de R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais) equivalente ao período total de vigência da contratação;

6.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA** envolvido na execução do objeto, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, combustíveis, lubrificantes, manutenção, lavagens, estacionamento, depreciação, aluguéis, seguros, franquias, administração, tributos e emolumentos.

6.3.1 Os preços incluem os valores relativos a cada um dos itens cedidos em comodato.

CLÁUSULA SÉTIMA– DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº14.133/21;

7.2 O pagamento será processado mensalmente, mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da **CONTRATADA**, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo **CONTRATANTE**;

7.3 Os pagamentos serão processados no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no **item 7.2**, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.3.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.3.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

7.5 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

7.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 7.3 e 7.3.1**;

7.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**;

7.8 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#).

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, 25 de junho de 2025, a efetiva concessão do reajuste;

8.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o **item 8.1**;

8.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

8.2 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

8.2.1. O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, II, "d", ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

8.2.2. Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

8.2.2.1. Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuo com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do **subitem 8.2.1**;

8.3 O **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

8.4 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0054	4058	5800	100	33.90.39

CLÁUSULA DÉCIMA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

10.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

10.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

10.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

10.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

10.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

10.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

10.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

10.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato;

10.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia que venham a ser

publicados para disciplina da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Além das determinações contidas na **Cláusula QUARTA - do Regime e da forma de execução** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

11.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.1.2 Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento e seus apensos, acompanhado da respectiva nota fiscal com todas as discriminações inerentes ao objeto, bem como as certidões de regularidade cabíveis;

11.1.3 Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função do objeto do contrato a ser firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralizações na execução dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados ao MPBA no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato;

11.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, no prazo fixado neste instrumento, o objeto do futuro contrato em que se verifiquem má qualidade, vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados, se for o caso, ou não correspondente(s) ao(s) material(is);

11.1.5 Comunicar ao MPBA, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.6 Manter, durante toda a execução do futuro contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação;

11.1.7 Promover a destinação final ambientalmente adequada dos materiais eventualmente empregados na prestação dos serviços, sempre que a legislação assim o exigir;

11.1.8 Prestar ao MPBA, sempre que necessário, esclarecimentos, fornecendo toda e qualquer orientação necessária.

11.1.9 Disponibilizar de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos, Alvarás, licenciamentos, autorizações e materiais necessários à execução do objeto deste instrumento;

11.1.10 Assegurar que o objeto deste instrumento não sofra solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

11.1.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica na execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao MPBA;

11.1.12 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará a responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pelo fornecedor.

11.1.13 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo MPBA, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas Notas Fiscais, conforme os comandos legais específicos;

11.1.14 Responsabilizar-se pelos vícios, ainda que ocultos, e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MPBA, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.15 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo MPBA, de refazimento dos serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com o estipulado neste instrumento, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o MPBA;

11.1.15.1 Comunicar ao MPBA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal relativa à execução;

11.1.16 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo MPBA ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto;

11.1.17 Não contratar, durante a vigência do futuro contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do MPBA, ou do fiscal ou do gestor, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

11.1.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do futuro contrato;

11.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do futuro contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021);

11.1.20 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência do futuro contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

11.21 Fornecer os contatos telefônicos de todo o pessoal de apoio designado para execução do objeto contratual, especialmente para atendimento a situações de emergência, inclusive aos finais de semana e feriados;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

12.2 Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

12.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.4 Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja refeito, reparado ou corrigido;

12.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.6 Efetuar o pagamento ao fornecedor no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

12.7 Rejeitar os serviços executados fora das especificações exigidas ou quando não estejam de conformidade com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa ao fornecedor, que assumirá todas as despesas daí decorrentes.

12.8 Notificar previamente ao fornecedor, quando da aplicação de penalidades;

12.9 Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pelo fornecedor, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;

12.10 Emitir Ordem de Serviço para instruir a execução dos serviços;

12.11 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos.

12.12 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, dentro dos prazos legalmente estabelecidos, contados da data da conclusão da instrução do requerimento.

12.13 Não trocar ou alterar peças e/ou locais de instalação dos equipamentos disponibilizados pela **CONTRATADA**;

12.4 Comunicar à **CONTRATADA** o(s) nome(s) e telefone(s) de contato de seu(s) preposto(s) a ser(em) acionado(s) em caso de recebimento de sinal de alarme, informando no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações dos referidos dados;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

13.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

13.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**;

13.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **Ministério Público do Estado da Bahia**, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD;

13.4 A **CONTRATADA** cooperará com o **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

13.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não será exigida garantia da execução contratual, em razão de se tratar de demanda ordinária, contratada com habitualidade pelo Ministério Público do Estado da Bahia, sem que tenha havido registros de circunstâncias que demandem a necessidade de resguardo financeiro para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

15.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

15.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

15.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

15.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

15.3.1 **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

15.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.2, a 15.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

15.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.5 a 15.2.10, acima, bem como nas alíneas 15.2.2 a 15.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

15.3.4 Multa:

15.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.3.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 15.2.6 a 15.2.10;

15.3.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas na alínea 15.2.3 e 15.2.4;

15.3.4.4 Para as infrações constantes das alíneas 15.2.1, 15.2.2 e 15.2.5, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

15.3.4.5 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa;

15.3.4.5.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**;

15.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

15.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação;

15.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso;

15.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa aa contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.7.4 Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

15.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

15.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

15.9 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

15.10 O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

15.12 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

16.2 A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia análise da Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês;

16.4 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136, da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

17.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

17.1.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

17.1.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação;

17.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como de forma consensual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

17.2.1 A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

17.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

17.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3 Indenizações e multas.

17.4 O contrato poderá ser extinto, ainda:

17.4.1 Caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

17.4.2 Caso se constate que a pessoa jurídica **CONTRATADA** possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

18.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

18.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento;

18.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do **Salvador-Bahia**, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

21.3 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e estadual nº 14.634 de 2023 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

21.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/21 e na forma de Lei Estadual de nº 14.634/23 para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

21.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

21.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

21.7 O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 2025.

SEGMAX – Segurança Eletrônica Monitorada LTDA ME
Ana Cristina Lordelo Teixeira de Souza
Sócia

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
André Luis Sant’Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Assinado e datado eletronicamente/digitalmente)



Documento assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA LORDELO TEIXEIRA DE SOUZA** - Usuário Externo, em 01/08/2025, às 12:04, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant’Ana Ribeiro** - Superintendente, em 01/08/2025, às 15:42, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1631991** e o código CRC **32BA1FD9**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 412/2025

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.01158.0016964/2025-20, RESOLVE

Designar os servidores para atuarem na gestão e fiscalização do Contrato nº 100/2025, relativo à Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença/BA, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses..

GESTOR DO CONTRATO: Lucivane Lopes da Silva Marques, matrícula 351.718.

FISCAL ADMINISTRATIVO e SUPLENTE: Millena Fonseca do Nascimento, matrícula 354.103 e Armando Jackson Novais, matrícula 352.819 respectivamente.

FISCAL TÉCNICO e SUPLENTE: Millena Fonseca do Nascimento, matrícula 354.103 e Armando Jackson Novais, matrícula 352.819 respectivamente.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Datado e assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 01/08/2025, às 15:42, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1632025** e o código CRC **324D370E**.



Outlook

URGENTE - Convocação para assinatura - Contrato nº 100/2025 - Monitoramento eletrônico

De Thalita Brito Caldas <thalita.caldas@mpba.mp.br>

Data Sex, 01/08/2025 09:44

Para Lucivane Lopes da Silva Marques <lucialopes@mpba.mp.br>

Cc Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Prezados, bom dia!

Em atenção ao procedimento SEI/MPBA nº 19.09.01158.0016964/2025-20, informamos que se encontra disponível o Contrato nº 100/2025 - SGA, para assinatura do usuário externo, qual seja: Sra. **Ana Cristina Lordelo Teixeira de Souza**, com de vigência de 12 (doze) meses a contar desta presente data **01 de agosto de 2025**.

Diante do exposto, solicitamos que seja diligenciada a coleta da referida assinatura para darmos andamento no trâmite do referido processo. Neste sendo, foi enviado um link de acesso ao documento através do e-mail cadastrado perante o Sistema SEI/MPBA (**ANACRISTINALORDELO2@GMAIL.COM**).

Salientamos, ainda, a importância de aguardar a assinatura de ambas as partes no instrumento contratual, bem como a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal deste MPBA, para início da contratação objeto da presente dispensa de licitação, respeitando o início da vigência contratual.

Atenciosamente,

Thalita Brito Caldas

Assistente técnico-administrativo

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador/BA.

Tel.: (71) 3103-0540/0543



Contrato nº 100/2025

Última atualização 01/08/2025

Local: Salvador/BA **Órgão:** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Unidade executora: 926302 - EBA - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DA BAHIA

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 19.09.01158.0016964/2025-20

Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 01/08/2025 **Data de assinatura:** 01/08/2025 **Vigência:** de 01/08/2025 a 31/07/2026

Id contrato PNCP: 04142491000166-2-000209/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

Id contratação PNCP: [04142491000166-1-000207/2025](#)

Objeto:

Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância.

Informação complementar:

UG: 40.101//0054 - Promotoria de Justiça Regional de Valença, Dispensa de Licitação nº 141/2025.

VALOR CONTRATADO

R\$ 11.400,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 05.452.852/0001-33 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA

Arquivos

Histórico

Nome ↕

Data ↕

Contrato1002025.pdf

01/08/2025

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página: 1

< >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correte das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



Contratações e Outros Ajustes *Dispensa de Licitação nº 141/2025* foi atualizado.

Dispensa de Licitação nº 141 /2025

Enviado por thalita.caldas em ter, 10/06/2025 - 14:38

Processo nº:

19.09.01158.0016964/2025-20

Tipo:

Dispensa de Licitação

Data:

terça-feira, Junho 10, 2025 - 14:30

Objeto:

Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença/BA, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância, pelo período de 12 (doze) meses.

Fundamentação legal:

Art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021

Informações gerais:

Unidade Orçamentária / Gestora: 40.101/0054 - Promotoria de Justiça Regional de Valença


Data da Publicação do Aviso: 10/06/2025

Link da Publicação no PNCP - Ato que autoriza a contratação: <https://pncp.gov.br/app/editais/04142491000166/2025/207>

Link da Publicação no PNCP - Contrato: <https://pncp.gov.br/app/contratos/04142491000166/2025/209>



Arquivos:

 [Aviso de Dispensa de Licitação](#)

 [Termo de Referência](#)

 [Minuta do contrato](#)

 [Modelo de proposta](#)

 [Autorização](#)





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o presente expediente à **Promotoria de Justiça Regional de Valença - Unidade de Execução Orçamentária**, acompanhado das seguintes publicações: da **Autorização para contratação** e do **Contrato nº 100/2025** no Portal do Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no Portal MPBA (<https://www.mpba.mp.br/contratacoes/3048>).

Em virtude da não exigência legal de publicação das portarias de gestão e fiscalização, bem assim considerando que os servidores designados manifestaram ciência da designação, registramos que deixamos de realizar as publicações no Diário de Justiça Eletrônico acerca das portarias designatórias.

Por fim, em atenção ao quanto disposto no art.18, § 1º do Ato Normativo 036 de 09 de agosto de 2024, solicitamos que o servidor responsável pela execução orçamentária, **quando da instrução do processo de pagamento, anexe o empenho com posterior remessa ao fiscal administrativo da contratação** para adoção das providências relativas ao inciso I do art. 12.

Art. 18, § 1º: O processo de pagamento deverá ser iniciado pelo servidor responsável pela execução orçamentária da unidade gestora mediante encarte do empenho emitido, com posterior remessa ao fiscal administrativo da contratação, para adoção das providências relativas ao inciso I do art. 12. (grifo nosso)

Não havendo atos adicionais a serem praticados por esta Coordenação, concluímos o presente expediente na unidade.

Thalita Brito Caldas

Assistente Técnico Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 354.181



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** - Assistente Técnico Administrativa, em 01/08/2025, às 16:14, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1633327** e o código CRC **1A0A707F**.



INT		Instrumento Contratual		40101.0054.25.0000009-5	
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa					
Unidade Gestora: 40101.0054 - Promotoria de Justiça Regional de Valença					
Tipo de Despesa: Compras e Serviços					
Tipo Instrumento: Contrato		Número da LID: 40101.0054.25.0000012-5		Modalidade Licitação: Dispensa - Lei Federal 14.133/2021	
Objeto: Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, pelo período de 12 meses, conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 141/2025, protocolado sob o 19.09.01158.0016964/2025-20- CONTRATO Nº 100/2025 - SGA.					
Data Celebração: 01/08/2025		Data Publicação no DOE: 01/08/2025		Nº do Instrumento no SIGAP: Número do Contrato/Convênio: 100/2025	
Data Início: 01/08/2025		Data Término: 31/07/2026		Nº SRD: 40101.0054.25.0000016-2	
Situação: Ativo					
Nome da Unidade Administrativa (UA): CLÁUDIA DIDIER DE MORAIS PEREIRA SANTO					
Responsável pela UA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE VALENÇA					
Email do Responsável pela UA: valenca@mpba.mp.br				Telefone do Responsável pela UA: (75) 3641-1812	
Valor total do Instrumento (R\$) *** 11.400,00				ONZE MIL E QUATROCENTOS REAIS *** ** * ** * ** * ** * *** ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** *	

LOTES						
Número do Lote:	Valor do Lote:	Lei Anticalote?:	Retenção da Lei Anticalote:	Tipo de Documento AFM/APS:	Número do Documento AFM/APS:	Valor do Documento AFM/APS:
1	11.400,00	Não				0,00

DADOS CREDOR			
Código:	2017298111		
Nome:	SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA		
CPF/ CNPJ:	05.452.852/0001-33	Insc. Estadual:	58898949
Responsável no Credor:	SEGMAX - SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA MONITORADA LTDA	E-mail Responsável:	clcontab@mma.com.br

DEMONSTRATIVO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Exercício:	Dotação Orçamentária:	Tipo de Gasto:	Valor (R\$):
2025	40101.0054.03.122.464.4058.5800.339039000.15000100000000000000.1	GERAL	4.750,00
2026	40101.0054.03.122.464.4058.5800.339039000.15000100000000000000.1	GERAL	6.650,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO		
Dotação Orçamentária: 40101.0054.03.122.464.4058.5800.339039000.15000100000000000000.1		
Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):



1	01/08/2025	950,00
2	01/09/2025	950,00
3	01/10/2025	950,00
4	01/11/2025	950,00
5	01/12/2025	950,00

Dotação Orçamentária: 40101.0054.03.122.464.4058.5800.339039000.15000100000000000000.1

Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):
1	31/01/2026	950,00
2	28/02/2026	950,00
3	31/03/2026	950,00
4	30/04/2026	950,00
5	31/05/2026	950,00
6	30/06/2026	950,00
7	31/07/2026	950,00